Quinta-feira, 14 de Setembro de 2000

Número 213

II

SÉRIE

DIÁRIO DA REPÚBLICA

SUMÁRIO

Presidência do Conselho de Ministros

Gabinete do Primeiro-Ministro 15 161
Secretaria-Geral 15 161

Ministério do Equipamento Social

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e das Obras Públicas 15 161
Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário 15 162

Ministério da Defesa Nacional

Gabinete do Ministro 15 162
Instituto de Acção Social das Forças Armadas 15 162
Marinha 15 163
Exército 15 163

Ministério da Administração Interna

Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana 15 163
Inspecção-Geral da Administração Interna 15 163
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras 15 166

Ministério das Finanças

Gabinete do Ministro 15 167
Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo 15 167
Direcção-Geral do Tesouro 15 167

Ministérios das Finanças, do Trabalho e da Solidariedade e da Reforma do Estado e da Administração Pública

Despacho conjunto 15 167

Ministérios das Finanças e da Reforma do Estado e da Administração Pública

Despacho conjunto 15 167

Ministério do Trabalho e da Solidariedade

Gabinete do Secretário de Estado do Trabalho e Formação 15 168
Secretaria-Geral 15 168
Casa Pia de Lisboa 15 169
Centro Nacional de Pensões 15 170
Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo 15 170

Ministério da Justiça

Direcção-Geral dos Serviços Judiciários 15 170
Directoria-Geral da Polícia Judiciária 15 171
Instituto de Medicina Legal do Porto 15 171

Ministérios da Justiça e da Reforma do Estado e da Administração Pública

Despacho conjunto 15 171

Ministério do Planeamento

Comissão de Coordenação da Região do Centro 15 172

Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural 15 172
Direcção-Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar 15 172
Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura 15 172
Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral 15 173
Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar 15 173
Instituto de Hidráulica, Engenharia Rural e Ambiente 15 174
Instituto Nacional de Investigação Agrária 15 174
Laboratório Nacional de Investigação Veterinária 15 174

Ministério da Educação

Gabinete do Ministro 15 175
Departamento da Educação Básica 15 175
Departamento do Ensino Secundário 15 176
Direcção Regional de Educação do Centro 15 176
Direcção Regional de Educação do Norte 15 176

Ministérios da Educação e da Reforma do Estado e da Administração Pública

Despacho conjunto 15 176

Ministério da Saúde

Administração Regional de Saúde do Centro 15 177
Centro Hospitalar de Coimbra 15 177
Hospitais da Universidade de Coimbra 15 182
Hospital Central e Especializado de Crianças Maria Pia 15 186
Hospital Distrital de Santarém 15 186
Hospital de Alcobaça Bernardino Lopes de Oliveira 15 187
Hospital de Garcia de Orta 15 187
Hospital de Santa Luzia de Viana do Castelo 15 187
Hospital de São João 15 188
Hospital de São João de Deus 15 188
Hospital da Senhora da Oliveira — Guimarães 15 188
Hospital de Sousa Martins 15 188
Maternidade de Júlio Dinis 15 188
Inspecção-Geral da Saúde 15 189

Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território

Gabinete do Ministro 15 189
Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza 15 191
Direcção-Geral do Ambiente 15 192
Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano 15 192
Instituto da Conservação da Natureza 15 192

Ministério da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Meteorologia 15 193

Ministério da Reforma do Estado e da Administração Pública

Portaria n.º 1380/2000 (2.ª série):

É criado no quadro de pessoal do Instituto Nacional de Administração, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 144/92, de 21 de Julho, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 607/95, de 20 de Junho, um lugar de assessor principal da carreira técnica superior, a extinguir quando vagar 15 193

Gabinete do Secretário de Estado da Administração Pública e da Modernização Administrativa 15 193
Direcção-Geral da Administração Pública 15 194

Conselho Superior da Magistratura 15 194
Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais 15 203
Tribunal de Contas 15 204
Ministério Público 15 204
Provedoria de Justiça 15 214
Universidade Aberta 15 214
Universidade dos Açores 15 215
Universidade do Algarve 15 215
Universidade de Aveiro 15 215
Universidade de Coimbra 15 215
Universidade de Évora 15 220
Universidade de Lisboa 15 221
Universidade Nova de Lisboa 15 221
Universidade do Porto 15 221
Universidade Técnica de Lisboa 15 228
Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa 15 228
Instituto Politécnico de Beja 15 228
Instituto Politécnico de Bragança 15 229
Instituto Politécnico de Castelo Branco 15 230
Instituto Politécnico de Leiria 15 230
Instituto Politécnico de Lisboa 15 233
Instituto Politécnico de Santarém 15 234
Instituto Politécnico de Tomar 15 236
Instituto Politécnico de Viana do Castelo 15 236

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro-Ministro

Despacho n.º 18 620/2000 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto no artigo 199.º, alínea *g*), da Constituição, e no artigo 3.º, n.º 3, da Lei Orgânica do Governo, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 474-A/99, de 8 de Novembro, e tendo em atenção o disposto no artigo 2.º, n.º 1, alínea *k*), do Decreto-Lei n.º 272/99, de 22 de Julho, subdelego no Ministro da Presidência, Dr. Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho, a competência que me é delegada pelo referido diploma orgânico relativamente à atribuição de subsídios a entidades públicas ou privadas sob a tutela da Presidência do Conselho de Ministros.

2 — O presente despacho produz efeitos desde 5 de Junho de 2000, ficando ratificados todos os actos praticados pelo Ministro da Presidência desde aquela data, no âmbito da competência prevista no número anterior.

29 de Agosto de 2000. — O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres.*

Despacho n.º 18 621/2000 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no artigo 199.º, alínea *g*), da Constituição, e no artigo 3.º, n.º 3, da Lei Orgânica do Governo, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 474-A/99, de 8 de Novembro, e tendo em atenção o disposto no artigo 2.º, n.º 1, alínea *k*), do Decreto-Lei n.º 272/99, de 22 de Julho, subdelego no Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro, Armando António Martins Vara, a competência que me é delegada pelo referido diploma orgânico relativamente à atribuição de subsídios a entidades públicas ou privadas sob a tutela da Presidência do Conselho de Ministros.

29 de Agosto de 2000. — O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres.*

Secretaria-Geral

Rectificação n.º 2352/2000. — Para os devidos efeitos se declara que a declaração n.º 277/2000, publicada no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 201, de 31 de Agosto de 2000, cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com a seguinte inexactidão, que assim se rectifica, pelo que, onde se lê «Nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 407/77,» deve ler-se «Nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 460/77,».

4 de Setembro de 2000. — O Secretário-Geral, *Alexandre Figueiredo.*

MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO SOCIAL

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e das Obras Públicas

Despacho n.º 18 622/2000 (2.ª série). — Nos termos do disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 14.º e no artigo 15.º, n.º 2, do Código das Expropriações, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, atento o despacho de 12 de Abril de 1994 do director de Empreendimentos Concessionados que aprovou a planta parcelar N1A1-E-202-13-04B e o mapa de áreas relativo ao sublanço Lisboa-Alverca, declaro, por delegação do Ministro do Equipamento Social constante do despacho n.º 23 444/99 (2.ª série), de 8 de Novembro, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 280, de 2 de Dezembro de 1999, a utilidade pública, com carácter de urgência, ao abrigo do artigo 161.º do Estatuto das Estradas Nacionais, aprovado pela Lei n.º 2037, de 19 de Agosto de 1949, das expropriações das parcelas de terreno necessárias à construção do sublanço Lisboa-Alverca, abaixo identificadas, com os elementos constantes da descrição predial e da inscrição matricial dos direitos e ónus que sobre elas incidem e os nomes dos respectivos titulares.

Mais declaro autorizar a BRISA a tomar posse administrativa da mencionada parcela, assinalada na planta anexa, com vista à rápida conclusão dos trabalhos, sendo que a urgência das expropriações se louva no interesse público de que as obras projectadas sejam executadas o mais rapidamente possível.

Os encargos com as expropriações em causa encontram-se caucionados pela BRISA — Auto-Estradas de Portugal, S. A., nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 12.º do Código das Expropriações.

26 de Julho de 2000. — O Secretário de Estado Adjunto e das Obras Públicas, *Luís Manuel Parreirão Gonçalves.*

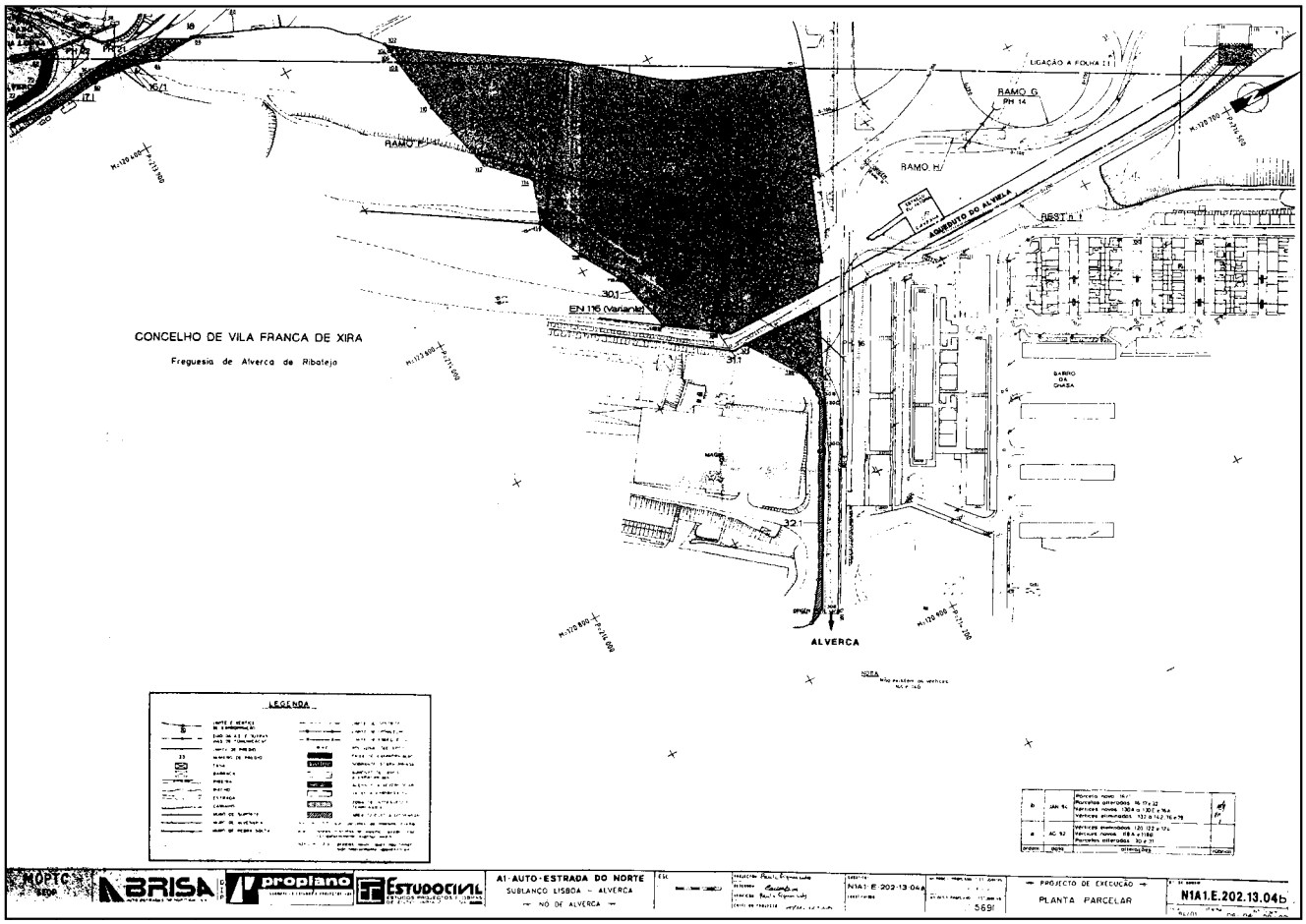
Expropriações — Mapa de áreas

Desenho N1A1-E-202-13-04B

Concelho de Vila Franca de Xira, freguesia de Alverca do Ribatejo.
Sublanço Lisboa-Alverca — Nó de Alverca.

Data: Fevereiro de 1994.
A1 — Auto-Estrada do Norte.

Número das parcelas	Nomes e moradas dos proprietários actuais	Referências			Áreas (metros quadrados)						
		Matriz		Registo predial	Do prédio			Auto-estrada	Acessos e valas	Sobrantes	Restantes
		Rústica	Urbana		Cadastro	Registo predial	Plantas parcelares				
16/1	António Sequinho Mocho e outro, Vialonga	Artigo 31, Sec. W						72			



Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário

Aviso n.º 13 444/2000 (2.ª série). — *Recrutamento de funcionários da carreira administrativa.* — 1 — O Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário, ex-Conselho de Mercados de Obras Públicas e Particulares, pretende requisitar, nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, funcionários da carreira administrativa para exercer funções nas Lojas do Cidadão de Aveiro e Viseu, com os seguintes requisitos:

Habilitações literárias — 12.º ano;
Conhecimento de informática na óptica do utilizador;
Perfil para colocação num serviço de atendimento;
Disponibilidade de permanecer neste organismo, em Lisboa, para formação técnica adequada às funções que irá desempenhar.

2 — O local de recrutamento e local de trabalho será em Aveiro ou Viseu.

3 — Os interessados deverão enviar requerimento, acompanhado de *curriculum,* dirigido ao conselho de administração do IMOPPI, sito na Avenida do Duque de Loulé, 110 1069-010 Lisboa, no prazo de cinco dias úteis, contado a partir do presente aviso.

4 — A selecção será feita com base nas candidaturas, complementada, se necessário, com entrevista.

28 de Agosto de 2000. — A Administradora, *Regina Carvalho dos Santos.*

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 18 623/2000 (2.ª série). — 1 — Nos termos do artigo 4.º do estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, nomeio o tenente-coronel de artilharia (16800382) Luís Filipe Costa Figueiredo, por um período de um ano, para o desempenho das funções de director técnico do projecto n.º 1 — Apoio à organização superior da defesa e das Forças Armadas de Defesa de Moçambique — FADM, em substituição do tenente-coronel de artilharia Delfim Fonseca Osório Nunes, inscrito no Programa Quadro de Cooperação Técnico-Militar com a República de Moçambique.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República,* 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe B. (Não carece de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas.)

4 de Setembro de 2000. — O Ministro da Defesa Nacional, *Júlio de Lemos de Castro Caldas.*

Despacho n.º 18 624/2000 (2.ª série). — Exonero do exercício das funções de meu ajudante de campo o primeiro-tenente de marinha Álvaro António Milho Semedo, por ter sido nomeado para outras funções no âmbito da Marinha.

4 de Setembro de 2000. — O Ministro da Defesa Nacional, *Júlio de Lemos de Castro Caldas.*

Rectificação n.º 2353/2000. — Por ter sido publicada com inexactidão no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 198, de 28 de Agosto de 2000, a Portaria n.º 1256/2000 (2.ª série), rectifica-se, por supressão, o seguinte texto: «em substituição do coronel de cavalaria (05384463) Rogério da Silva Guilherme, que fica exonerado do cargo de chefe da Divisão de Logística pela presente portaria na data em que o oficial agora nomeado assuma funções, a qual».

29 de Agosto de 2000. — O Chefe do Gabinete, *José Luís Pinto Ramalho.*

Instituto de Acção Social das Forças Armadas

Despacho n.º 18 625/2000 (2.ª série). — Considerando as equiparações legais determinadas no n.º 2 do artigo 12.º do Estatuto do Instituto de Acção Social das Forças Armadas (aprovado pelo Decre-

to-Lei n.º 284/95, de 30 de Outubro), nos termos conjugados do artigo 27.º, n.º 2, do Estatuto do Pessoal Dirigente (Decreto-Lei n.º 323/89, de 26 de Setembro) e dos artigos 7.º, 8.º e 9.º, n.º 4, da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho, delego no coronel António José Anaquim Paula Santos, director interino do Centro de Apoio Social de Oeiras, as competências para autorizar as despesas previstas no artigo 7.º, n.º 2, alínea *a*), e no artigo 8.º, n.º 1, alínea *a*), do Decreto-Lei n.º 55/95, até aos limites de 500 contos e de 250 contos, respectivamente.

4 de Setembro de 2000. — O Presidente do Conselho de Direcção, *José Augusto de Moraes Sarmento Gouveia,* vice-almirante.

MARINHA

Superintendência dos Serviços do Pessoal

Direcção do Serviço de Pessoal

Repartição de Civis

Despacho (extracto) n.º 18 626/2000 (2.ª série). — Por despacho de 28 de Julho de 2000 do director do Serviço de Pessoal, por subdelegação do vice-almirante superintendente dos Serviços do Pessoal:

Maria Isabel Milheiro Beato, técnica superior de 2.ª classe da carreira de técnico superior de arquivo do quadro do pessoal civil da Marinha — precedendo concurso, promovida a técnica superior de 1.ª classe do escalão 1, da mesma carreira e quadro, ficando exonerada do lugar que ocupa a partir da data da aceitação da nomeação do novo lugar.

28 de Agosto de 2000. — O Chefe da Repartição, *Urbino Mendes Carreira,* CMG.

Despacho (extracto) n.º 18 627/2000 (2.ª série). — Por despacho de 27 de Julho de 2000 do director do Serviço de Pessoal, por subdelegação do vice-almirante superintendente dos Serviços do Pessoal:

Rui Manuel Bento Zacarias, operário da carreira de mecânico de automóveis do quadro do pessoal civil da Marinha — precedendo concurso, promovido a operário principal do escalão 1, da mesma carreira e quadro, ficando exonerado do lugar que ocupa a partir da data da aceitação da nomeação do novo lugar.

28 de Agosto de 2000. — O Chefe da Repartição, *Urbino Mendes Carreira,* CMG.

Despacho (extracto) n.º 18 628/2000 (2.ª série). — Por despacho de 23 de Agosto de 2000 do contra-almirante director do Serviço de Pessoal, por subdelegação do vice-almirante superintendente dos Serviços do Pessoal:

José Manuel Lopes Barroso e José Domingos Frade Costa, sota-patrões de costa de 2.ª classe do troço do mar do quadro do pessoal militarizado da Marinha — promovidos, por diuturnidade, a sota-patrões de costa de 1.ª classe do troço do mar do mesmo quadro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Agosto de 2000. — O Chefe da Repartição, *Urbino Mendes Carreira,* CMG.

EXÉRCITO

Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército

Portaria n.º 1379/2000 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, nos termos das disposições conjugadas do artigo 258.º e do n.º 2 do artigo 233.º, ambos do CJM, e da portaria do GEN CEME, de 2 de Junho de 2000, exonerar do cargo de defensor oficioso do Tribunal Militar Territorial de Coimbra o COR INF RES NIM 50063111, Luís Andrade de Barros, a partir de 30 de Setembro de 2000.

23 de Agosto de 2000. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *António Eduardo Queiroz Martins Barrento,* general.

Colégio Militar

Despacho n.º 18 629/2000 (2.ª série). — *Subdelegação de competências no subdirector do Colégio Militar.* — 1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 1 do despacho n.º 180/2000, do Chefe do Estado-Maior do Exército, de 26 de Novembro de 1999, subdelego no coronel tirocinado de cavalaria Mário Delfim Guimarães Tavares de Almeida a competência para autorizar despesas com empreitadas de obras públicas e aquisição de bens e serviços, até 10 000 contos, previstas na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

2 — Este despacho produz efeitos a partir de 11 de Setembro de 2000, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados.

5 de Setembro de 2000. — O Director, *José António de Deus Alves,* major-general.

Comando do Pessoal

Direcção de Administração e Mobilização do Pessoal

Repartição de Pessoal Civil

Despacho (extracto) n.º 18 630/2000 (2.ª série). — Por despacho de 16 de Dezembro de 1999 do general CEME, foram contratados, em regime de contrato individual de trabalho a tempo parcial para o Comando de Instrução desde 24, 31 de Maio e 1 de Junho de 2000, respectivamente:

Fernando Augusto Teixeira Ferreira Dias, empregado de mesa;
Orlando José da Conceição Gonçalves, auxiliar de serviço;
Maria Madalena Costa Graça Gomes Francisco, cozinheira.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Agosto de 2000. — O Chefe, *José Eduardo de Jesus Henriques,* coronel res.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana

Despacho n.º 18 631/2000 (2.ª série). — Por despacho de 29 de Agosto de 2000 do comandante-geral interino da GNR:

Maria Carla Raimundo dos Santos Chaparro — rescindido, a seu pedido, o contrato administrativo de provimento como professora da disciplina de Inglês no Agrupamento de Instrução de Portalegre da Escola Prática da Guarda Nacional Republicana, com efeitos desde 1 de Setembro de 2000.

1 de Setembro de 2000. — O Chefe do Estado-Maior, interino, *João Luís da Costa Martins Ares,* cor. inf.ª/res.

Inspecção-Geral da Administração Interna

Aviso n.º 13 445/2000 (2.ª série). — *Concurso interno de acesso geral para uma vaga de técnico profissional de 1.ª classe da área funcional de biblioteca e documentação.* — 1 — Abertura do concurso — autorizado pelo despacho n.º 26/IG/2000, de 15 de Junho, do inspector-geral da Administração Interna, no uso de competência própria conforme o disposto no n.º 10 do mapa II anexo à Lei n.º 49/99, de 22 de Junho, e nos termos do artigo 28.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis contados a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República,* concurso interno de acesso geral para preenchimento de um lugar na categoria de técnico profissional de 1.ª classe da área funcional de biblioteca e documentação do quadro de pessoal da Inspecção-Geral da Administração Interna, aprovado pela Portaria n.º 283/97, de 2 de Maio.

2 — Legislação aplicável — o presente concurso rege-se pelas disposições legais do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, do Decreto-Lei n.º 247/91, de 10 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 276/95, de 25 de Outubro,

do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, da Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e da Portaria n.º 283/97, de 2 de Maio.

3 — Garantia de igualdade de tratamento — em conformidade com o disposto no despacho conjunto n.º 373/2000, de 31 de Março, e em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, o presente concurso rege-se pelo princípio que promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

4 — Prazo de validade — o concurso visa exclusivamente o preenchimento da vaga posta a concurso, caducando com o seu preenchimento.

5 — Classificação do concurso — o concurso é interno de acesso geral, nos termos do artigo 6.º, n.º 4, alínea *a*), do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

6 — Conteúdo funcional — ao técnico profissional de biblioteca e documentação incumbe, genericamente, utilizando sistemas manuais ou automatizados, realizar tarefas relacionadas com a aquisição, o registo, a catalogação, a cotação, o armazenamento de espécies documentais, a gestão de catálogos, os serviços de atendimento, de empréstimo e de pesquisa bibliográfica, assim como a preparação de instrumentos de difusão, aplicando normas de funcionamento de bibliotecas e serviços de documentação, de acordo com métodos e procedimentos previamente estabelecidos.

7 — Remuneração, condições e local de trabalho:

7.1 — A remuneração é a correspondente ao índice da respectiva categoria referenciada na escala salarial aplicável, face às disposições do Decreto-Lei n.º 247/91, de 10 de Julho, e do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, e respectivos mapas anexos.

7.2 — As condições de trabalho e regalias sociais são as genericamente vigentes para os funcionários da administração central.

7.3 — O local de trabalho situa-se em Lisboa, na Avenida de D. Carlos I, 134, 5.º, e ou na Rua de Martens Ferrão, 11, 6.º

8 — Requisitos de admissão ao concurso:

8.1 — Requisitos gerais — os estabelecidos no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
b) Ter 18 anos completos;
c) Possuir as habilitações literárias e ou profissionais legalmente exigidas para o desempenho do cargo;
d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
f) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis da vacinação obrigatória;

8.2 — Requisitos especiais — podem candidatar-se os funcionários que, atento o disposto no artigo 6.º, n.º 1, alínea *c*), do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, possuam a categoria de técnico profissional de 2.ª classe de biblioteca e documentação com pelo menos três anos de serviço classificados de *Bom.*

9 — Métodos de selecção — nos termos dos artigos 19.º e 23.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, os métodos de selecção a utilizar no presente concurso são os seguintes:

a) Avaliação curricular (AC);
b) Entrevista profissional de selecção (EPS).

10 — Avaliação curricular — conforme previsto no artigo 22.º, n.ºs 2, alíneas *a*), *b*) e *c*), e 3, do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, na avaliação curricular ponderar-se-ão:

a) A habilitação académica de base;
b) A formação profissional;
c) A experiência profissional;
d) A classificação de serviço.

11 — Entrevista profissional de selecção:

11.1 — O método de selecção da entrevista profissional de selecção visa avaliar, numa relação interpessoal, de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos de acordo com os seguintes parâmetros:

a) Presença e forma de estar;
b) Cultura geral e experiência profissional;
c) Capacidade de expressão e fluência verbais;
d) Capacidade de relacionamento;
e) Sentido crítico.

11.2 — Os candidatos serão oportunamente convocados para a entrevista, nos termos do artigo 35.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

12 — Sistema de classificação final e critérios de apreciação e ponderação:

12.1 — A classificação final será expressa na escala de 0 a 20 valores e resultará da média aritmética ponderada das classificações obtidas em cada um dos métodos de selecção, considerando-se não aprovados os candidatos que na prova de conhecimentos ou na classificação final obtenham classificação inferior a 9,5 valores.

12.2 — A ponderação e apreciação dos métodos de selecção, os critérios que determinam a classificação final, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constarão de acta de reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada, conforme previsto no artigo 27.º, n.º 1, alínea *g*), do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

13 — Candidaturas:

13.1 — De harmonia com as disposições aplicáveis do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento de admissão a concurso dirigido ao inspector-geral da Administração Interna, Avenida de D. Carlos I, 134, 5.º, 1200-651 Lisboa, remetido pelo correio com aviso de recepção e expedido até ao termo do prazo fixado no n.º 1 do presente aviso ou entregue pessoalmente na morada indicada.

13.2 — Dos requerimentos deverão constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, filiação, data de nascimento, naturalidade, estado civil, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, situação militar, se for caso disso, residência, código postal e número de telefone);
b) Concurso a que se candidata, com a indicação da referência ao número e à data do *Diário da República* em que foi publicado o aviso;
c) Habilitações literárias;
d) Situação face à função pública (categoria detida, serviço a que pertence e natureza do vínculo);
e) Declaração, sob compromisso de honra, no próprio requerimento, nos termos do n.º 2 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, de que reúne os requisitos gerais de admissão ao concurso e de provimento em funções públicas, constantes do artigo 29.º do referido decreto-lei;
f) Quaisquer outros elementos que os candidatos entendam dever apresentar por considerarem ser passíveis de influir na apreciação do seu mérito ou de constituir motivo de preferência legal, os quais, no entanto, poderão ser tidos em conta pelo júri se devidamente comprovados;
g) Menção expressa de todos os documentos apresentados em anexo ao requerimento.

13.3 — Os requerimentos de admissão devem vir acompanhados dos seguintes documentos:

a) Certificado ou outro documento idóneo comprovativo das habilitações literárias;
b) *Curriculum vitae* detalhado, datado e assinado pelo candidato;
c) Declaração actualizada, emitida e autenticada pelo serviço a que o candidato se encontra vinculado, da qual constem, de maneira inequívoca, a existência e a natureza do vínculo à função pública, a categoria profissional que detém e a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública, bem como a classificação de serviço obtida nos últimos três anos;
d) Fotocópia do bilhete de identidade.

13.4 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato a apresentação de documentos comprovativos de factos por eles referidos que possam relevar para apreciação do seu mérito, nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

14 — Notificação da classificação final — os candidatos serão notificados da lista de classificação final, nos termos do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

15 — Composição do júri do concurso:

15.1 — São os seguintes os elementos que compõem o júri:

Presidente — Licenciado Eurico João Naves Nunes da Silva, técnico superior de 1.ª classe.
Vogais efectivos:
Licenciada Paula Cristina das Neves Costa Ucha, técnica superior de 1.ª classe.
Licencida Maria João Lopes de Almeida Militão, técnica superior de 1.ª classe.

Vogais suplentes:
Licenciada Maria Fernanda Cerqueira Tiago, técnica superior de 1.ª classe.
Licenciada Maria da Conceição Matos Mendes dos Santos, técnica superior principal.

15.2 — Nas faltas e impedimentos, o presidente do júri será substituído pela 1.ª vogal efectiva.

9 de Agosto de 2000. — O Presidente do Júri, *Eurico João Silva.*

Aviso n.º 13 446/2000 (2.ª série). — *Concurso interno de ingresso geral para a categoria de técnico superior de 2.ª classe da área funcional de biblioteca e documentação.* — 1 — Abertura do concurso — autorizado pelo despacho n.º 26/IG/2000, de 15 de Junho, do inspector-geral da Administração Interna, no uso de competência própria conforme o disposto no n.º 10 do mapa II anexo à Lei n.º 49/99, de 22 de Junho, e nos termos do artigo 28.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis contados a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República,* concurso interno de ingresso geral para preenchimento de um lugar na categoria de técnico superior de 2.ª classe da área funcional de biblioteca e documentação do quadro de pessoal da Inspecção-Geral da Administração Interna, aprovado pela Portaria n.º 283/97, de 2 de Maio.

2 — Legislação aplicável — o presente concurso rege-se pelas disposições legais do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, do Decreto-Lei n.º 247/91, de 10 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 276/95, de 25 de Outubro, do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, da Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e da Portaria n.º 283/97, de 2 de Maio.

3 — Garantia de igualdade de tratamento — em conformidade com o disposto no despacho conjunto n.º 373/2000, de 31 de Março, e em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, o presente concurso rege-se pelo princípio que promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

4 — Prazo de validade — o concurso visa exclusivamente o preenchimento da vaga posta a concurso, caducando com o seu preenchimento.

5 — Classificação do concurso — o concurso é interno de ingresso geral, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

6 — Conteúdo funcional — ao técnico superior de biblioteca e documentação incumbe genericamente:

Conceber e planear serviços e sistemas de informação;
Estabelecer e aplicar critérios de organização e funcionamento dos serviços;
Seleccionar, classificar e indexar documentos sob a forma textual, sonora, visual ou outra, para o que necessita de desenvolver e adoptar sistemas de tratamento automático ou manual, de acordo com as necessidades específicas dos utilizadores;
Definir procedimentos de recuperação e exploração de informação;
Apoiar e orientar o utilizador dos serviços;
Promover acções de difusão, a fim de tornar acessíveis as fontes de informação primária, secundária e terciária;
Coordenar e supervisionar os recursos humanos e materiais necessários às actividades a desenvolver e proceder à avaliação dos resultados.

7 — Remuneração, condições e local de trabalho:

7.1 — A remuneração é a correspondente ao índice da respectiva categoria referenciada na escala salarial aplicável, face às disposições do Decreto-Lei n.º 247/91, de 10 de Julho, e do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, e respectivos mapas anexos.

7.2 — As condições de trabalho e regalias sociais são as genericamente vigentes para os funcionários da administração central.

7.3 — O local de trabalho situa-se em Lisboa, na Avenida de D. Carlos I, 134, 5.º, e ou na Rua de Martens Ferrão, 11, 6.º

8 — Requisitos de admissão ao concurso:

8.1 — Requisitos gerais — os estabelecidos no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
b) Ter 18 anos completos;
c) Possuir as habilitações literárias e ou profissionais legalmente exigidas para o desempenho do cargo;
d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
f) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis da vacinação obrigatória;

8.2 — Requisitos especiais — podem candidatar-se os funcionários ou agentes que, a qualquer título, exerçam funções correspondentes a necessidades permanentes dos serviços, nos termos dos n.os 1 e 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e que, atento o disposto no artigo 5.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 247/91, de 10 de Julho, sejam titulares de uma das habilitações seguintes:

a) Licenciatura complementada por um dos cursos instituídos pelos Decretos n.os 20 478 e 22 014, respectivamente de 6 de Novembro de 1931 e de 21 de Dezembro de 1932, e pelos Decretos-Leis n.os 26 026 e 49 009, de, respectivamente, 7 de Novembro de 1935 e 16 de Março de 1969;
b) Curso de especialização em Ciências Documentais, opção em Documentação e Biblioteca, criado pelo Decreto-Lei n.º 87/82, de 13 de Julho, e regulamentado pelas Portarias n.os 448/83 e 449/83, de 19 de Abril, e 852/85, de 9 de Novembro;
c) Outros cursos de especialização pós-licenciatura na área das Ciências Documentais de duração não inferior a dois anos, ministrados em instituições nacionais do ensino universitário;
d) Cursos ministrados em instituições estrangeiras reconhecidos como equivalentes aos mencionados nas alíneas precedentes.

9 — Métodos de selecção — nos termos dos artigos 19.º e 23.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, os métodos de selecção a utilizar no presente concurso são os seguintes:

a) Prova de conhecimento (PC);
b) Avaliação curricular (AC);
c) Entrevista profissional de selecção (EPS).

10 — Prova de conhecimentos:

10.1 — A prova de conhecimentos é eliminatória e será classificada de 0 a 20 valores, sendo constituída por uma prova escrita que integra duas partes: conhecimentos gerais e conhecimentos específicos.

10.2 — Durante a prova escrita de conhecimentos é permitida a consulta de bibliografia ou de legislação.

10.3 — A prova escrita de conhecimentos terá uma duração não superior a três horas, será elaborada de acordo com o programa determinado pelo despacho n.º 8474/97 (2.ª série), do Ministro da Administração Interna, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, de 1 de Outubro de 1997, a pp. 12 096 e segs., e constará do seguinte:

a) Orgânica do Ministério da Administração Interna;
b) Orgânica da Inspecção-Geral da Administração Interna;
c) Princípios gerais do procedimento administrativo;
d) Regime jurídico da função pública:

Relação jurídica de emprego;
Estatuto Disciplinar;
Faltas, férias e licenças;

e) Regulamentação e estruturação da carreira correspondente ao lugar posto a concurso;
f) Procedimentos de recuperação e exploração de informação;
g) Selecção, classificação e indexação de documentos em sistemas de tratamento manual ou automático;
h) Difusão de informação.

10.4 — A data, a hora e o local da prestação da prova serão indicados nos termos do n.º 2 do artigo 35.º e do n.º 2 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, após a divulgação da relação dos candidatos admitidos.

11 — Avaliação curricular — conforme previsto no artigo 22.º, n.º 2, alíneas *a*), *b*) e *c*), do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, na avaliação curricular ponderar-se-ão:

a) A habilitação académica de base;
b) A formação profissional;
c) A experiência profissional.

12 — Entrevista profissional de selecção:

12.1 — O método de selecção da entrevista profissional de selecção visa avaliar, numa relação interpessoal, de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos, de acordo com os seguintes parâmetros:

a) Presença e forma de estar;
b) Cultura geral e experiência profissional;
c) Capacidade de expressão e fluência verbais;
d) Capacidade de relacionamento;
e) Sentido crítico.

12.2 — Os candidatos serão oportunamente convocados para a entrevista, nos termos do artigo 35.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

13 — Sistema de classificação final e critérios de apreciação e ponderação:

13.1 — A classificação final será expressa na escala de 0 a 20 valores e resultará da média aritmética ponderada das classificações obtidas

em cada um dos métodos de selecção, considerando-se não aprovados os candidatos que na prova de conhecimentos ou na classificação final obtenham classificação inferior a 9,5 valores.

13.2 — A ponderação e apreciação dos métodos de selecção, os critérios que determinam a classificação final, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constarão de acta de reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada, conforme previsto no artigo 27.º, n.º 1, alínea *g*), do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

14 — Candidaturas:

14.1 — De harmonia com as disposições aplicáveis do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento de admissão a concurso dirigido ao inspector-geral da Administração Interna, Avenida de D. Carlos I, 134, 5.º, 1200-651 Lisboa, remetido pelo correio com aviso de recepção e expedido até ao termo do prazo fixado no n.º 1 do presente aviso ou entregue pessoalmente na morada indicada.

14.2 — Dos requerimentos deverão constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, filiação, data de nascimento, naturalidade, estado civil, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, situação militar, se for caso disso, residência, código postal e número de telefone);
b) Concurso a que se candidata, com a indicação da referência ao número e à data do *Diário da República* em que foi publicado o aviso;
c) Habilitações literárias;
d) Situação face à função pública (categoria detida, serviço a que pertence e natureza do vínculo);
e) Declaração, sob compromisso de honra, no próprio requerimento, nos termos do n.º 2 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, de que reúne os requisitos gerais de admissão ao concurso e de provimento em funções públicas, constantes do artigo 29.º do referido decreto-lei;
f) Quaisquer outros elementos que os candidatos entendam dever apresentar por considerarem ser passíveis de influir na apreciação do seu mérito ou de constituir motivo de preferência legal, os quais, no entanto, poderão ser tidos em conta pelo júri se devidamente comprovados;
g) Menção expressa de todos os documentos apresentados em anexo ao requerimento.

14.3 — Os requerimentos de admissão devem vir acompanhados dos seguintes documentos:

a) Certificado ou outro documento idóneo comprovativo das habilitações literárias;
b) *Curriculum vitae* detalhado, datado e assinado pelo candidato;
c) Declaração actualizada, passada pelo serviço a que o candidato se encontra vinculado, da qual constem, de maneira inequívoca, a existência e a natureza do vínculo à função pública, a categoria profissional que detém e a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública;
d) Fotocópia do bilhete de identidade.

14.4 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato a apresentação de documentos comprovativos de factos por eles referidos que possam relevar para apreciação do seu mérito, nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

15 — Notificação da classificação final:

15.1 — Os candidatos serão notificados da lista de classificação final, nos termos do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

16 — Legislação e bibliografia:

Orgânica do Ministério da Administração Interna:

Decreto-Lei n.º 55/87, de 31 de Janeiro;
Decreto-Lei n.º 92/92, de 23 de Maio;
Decreto-Lei n.º 120/93, de 16 de Abril;

Orgânica da Inspecção-Geral da Administração Interna:

Decreto-Lei n.º 227/95, de 11 de Setembro;
Decreto-Lei n.º 154/96, de 31 de Agosto;
Decreto-Lei n.º 3/99, de 4 de Janeiro;

Princípios gerais do procedimento administrativo:

Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro;
Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro;

Regime jurídico da função pública:

Relação jurídica de emprego:

Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro;
Decreto-Lei n.º 420/91, de 29 de Outubro;
Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro;

Estatuto Disciplinar — Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro;

Faltas, férias e licenças:

Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Janeiro;
Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto;

Regulamentação e estruturação da carreira correspondente ao lugar posto a concurso:

Decreto-Lei n.º 247/91, de 10 de Julho;
Decreto-Lei n.º 276/95, de 25 de Outubro;

ASHWORTH, Wilfred, *Manual de Bibliotecas Especializadas e de Serviços informativos,* 2.ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1981;

BOULET, Anne, e outro, *Informatique et bibliothèques: pourquoi et comment informatiser une bibliothèque*, Paris, Ed. Cercle de la Librairie, 1986;

CAMPOS, Maria Fernanda Guedes de, e SOTTOMAYOR, José Carlos, *Manual de Operações*, UNIMARC, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1986.

GASCUEL, Jacqueline, *Um Espaço para o Livro; como Criar, Animar ou Renovar Uma Biblioteca*, Lisboa, D. Quixote, 1987.

IFLA, Steering Group for an Authorities Format, *UNIMARC: Autoridades*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1989;

LANCASTER, F. W., *Thesaurus Construction and Use,* Paris, UNESCO, 1985 (PGI-85/WS/11);

Instituto Português do Património Cultural (Portugal), *Regras Portuguesas de Catalogação,* Lisboa, Departamento de Bibliotecas, Arquivos e Serviços de Documentação do IPPC, 1984;

NP 418 (1988), «Documentação — Resumos analíticos para publicações e documentação»;

NP 3715 (1989), «Documentação — Método para análise de documentos, determinação do seu conteúdo e selecção de termos de indexação».

17 — Composição do júri do concurso:

17.1 — São os seguintes os elementos que compõem o júri:

Presidente — Licenciado Eurico João Naves Nunes da Silva, técnico superior de 1.ª classe.
Vogais efectivos:

Licenciada Paula Cristina das Neves Costa Ucha, técnica superior de 1.ª classe.
Licencida Maria João Lopes de Almeida Militão, técnica superior de 1.ª classe.

Vogais suplentes:

Licenciada Maria Fernanda Cerqueira Tiago, técnica superior de 1.ª classe.
Licenciada Maria da Conceição Matos Mendes dos Santos, técnica superior principal.

17.2 — Nas suas e impedimentos, o presidente do júri será substituído pela 1.ª vogal efectiva.

9 de Agosto de 2000. — O Presidente do Júri, *Eurico João Silva.*

Aviso (extracto) n.º 13 447/2000 (2.ª série). — Por despacho de 1 de Setembro de 2000 do inspector-geral da Administração Interna:

Paulo Jorge de Matos, José Manuel Vieira de Magalhães e Alexandre de Jesus da Cunha Godinho — nomeados, precedendo concurso, motoristas do quadro de pessoal deste organismo, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

4 de Setembro de 2000. — A Subinspectora-Geral, em substituição do Inspector-Geral, *Maria de Fátima da Graça Carvalho.*

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Rectificação n.º 2354/2000. — Por ter saído inexacta a publicação no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 198, de 28 de Agosto de 2000, relativamente à lista n.º 83/00 de concessão do estatuto geral de igualdade de direitos e deveres, rectifica-se que onde se lê :

	«Data de nascimento
Adiana Carla Ferreira Pastor Cruz	10-1-72»

deve ler-se:

	«Data de nascimento
Adriana Carla Ferreira Pastor Cruz	10-1-72»

28 de Agosto de 2000. — A Técnica Superior, *Ana Paula Costa.*

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Gabinete do Ministro

Despacho (extracto) n.º 18 632/2000 (2.ª série). — Por despacho do Ministro das Finanças de 4 de Agosto de 2000, foi deferido o requerimento apresentado em 25 de Julho de 2000 pela licenciada Maria da Graça Correia Cordeiro Pereira Botelho Hespanha a solicitar a cessação da comissão de serviço como secretária-geral do Ministério das Finanças, com produção de efeitos a partir do dia 6 de Agosto de 2000.

30 de Agosto de 2000. — O Chefe do Gabinete, *Fernando Castro.*

Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo

Despacho (extracto) n.º 18 633/2000 (2.ª série). — Por despacho de 10 de Agosto de 2000 do director-geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo:

José Fernandes Morte, técnico superior principal — promovido a assessor da carreira técnica superior. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Agosto de 2000. — Pelo Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, a Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos, *Maria Lídia do Espírito Santo Carvalho Soares.*

Despacho (extracto) n.º 18 634/2000 (2.ª série). — Por despacho de 10 de Agosto de 2000 do director-geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo:

Maria Helena Ferreira Andrade Leal Coelho e Maria Amélia Saraiva Soares, técnicas-adjuntas especialistas — promovidas a técnicas profissionais especialistas principais da carreira técnica profissional (área de biblioteca e documentação). (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Agosto de 2000. — Pelo Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, a Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos, *Maria Lídia do Espírito Santo Carvalho Soares.*

Despacho (extracto) n.º 18 635/2000 (2.ª série). — Por despacho de 10 de Agosto de 2000 do director-geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo:

Celeste da Conceição Ruivais Gadanha, verificadora auxiliar aduaneira de 2.ª classe — promovida a verificador auxiliar aduaneiro de 1.ª classe. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Agosto de 2000. — Pelo Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, a Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos, *Maria Lídia do Espírito Santo Carvalho Soares.*

Despacho (extracto) n.º 18 636/2000 (2.ª série). — Por despachos de 24 de Março e de 10 de Maio de 2000, respectivamente do director-geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo e do Secretário Regional de Educação:

Ana Isabel Pereira Spínola Nogueira, assistente administrativa do quadro de pessoal da Secretaria Regional de Educação — transferida para o quadro de pessoal desta Direcção-Geral, com a mesma categoria, com efeitos a partir de 1 de Outubro. (Não carecem de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Agosto de 2000. — Pelo Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, a Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos, *Maria Lídia do Espírito Santo Carvalho Soares.*

Direcção-Geral do Tesouro

Despacho (extracto) n.º 18 637/2000 (2.ª série). — Por despacho de 25 de Agosto de 2000 da subdirectora-geral do Tesouro, em substituição da directora-geral, no uso de competência própria:

Elsa Maria Gregório Dias Gonçalves Coelho e Maria Manuela Loução Vilhena Pepe Toninho, técnicas de fazenda de 2.ª classe do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Tesouro — nomeadas definitivamente, precedendo concurso, em lugares de técnico de fazenda de 1.ª classe do mesmo quadro, com efeitos a partir de 25 de Agosto de 2000. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Agosto de 2000. — A Subdirectora-Geral, em substituição da Directora-Geral, *Maria Augusta Sousa Bolina.*

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS, DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE E DA REFORMA DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Despacho conjunto n.º 932/2000. — Pelo despacho n.º 8559/99 (2.ª série), publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 100, de 29 de Abril de 1999, foi fixado o montante das ajudas de custo, a que se referem os n.os 1 e 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de Abril, a atribuir aos membros, não funcionários ou agentes, da Comissão do Livro Branco dos Serviços de Prevenção, instituída pelo despacho n.º 17 118/98 (2.ª série), publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 227, de 1 de Outubro de 1998, quando tenham de ausentar-se do local onde exercem normalmente a sua actividade.

Considerando que importa igualmente determinar a classe a atribuir nos transportes aos referidos membros daquela Comissão:

Nestes termos, ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de Abril, determina-se:

1 — Os membros, não funcionários ou agentes, da Comissão do Livro Branco dos Serviços de Prevenção, instituída pelo despacho n.º 17 118/98 (2.ª série), publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 227, de 1 de Outubro de 1998, quando, por motivo de participação em reuniões da Comissão, tenham de ausentar-se do local onde exercem normalmente a sua actividade, têm direito a abono de despesas de transporte.

2 — O abono das despesas de transporte a que se refere o número anterior é atribuído nas classes previstas na lei para os funcionários com remuneração igual à correspondente ao índice 405 da escala salarial do regime geral.

3 — Os encargos decorrentes da aplicação deste despacho são suportados pelo Instituto de Desenvolvimento e Inspecção das Condições de Trabalho, em conformidade com o estabelecido no n.º 8 do despacho n.º 17 118/98.

4 — Os efeitos do presente despacho reportam-se à data da entrada em vigor do despacho n.º 17 118/98, de 14 de Setembro, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, de 1 de Outubro de 1998.

23 de Agosto de 2000. — Pelo Ministro das Finanças, *Fernando Manuel dos Santos Vigário Pacheco,* Secretário de Estado do Orçamento. — Pelo Ministro do Trabalho e da Solidariedade, *Paulo José Fernandes Pedroso,* Secretário de Estado do Trabalho e Formação. — Pelo Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública, *Alexandre António Cantigas Rosa,* Secretário de Estado da Administração Pública e da Modernização Administrativa.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA REFORMA DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Despacho conjunto n.º 933/2000. — O Decreto-Lei n.º 493/99, de 18 de Novembro, vem conceder, no seu artigo 8.º, ao pessoal integrado do QEI, em situação de inactividade, um novo prazo de 60 dias úteis para optarem por uma das medidas de descongestionamento aí previstas, determinando expressamente o n.º 3 deste artigo que à aposentação se aplica o disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 13/97, de 17 de Janeiro.

Considerando que o n.º 2 do artigo 11.º do referido Decreto-Lei n.º 13/97 estabelece que o pessoal por ele abrangido pode requerer a aposentação, desde que possua 20 anos de serviço, independentemente da idade e de apresentação à junta médica;

Considerando que tal foi requerido por José Maria do Canto Alves, anotador-pesador principal do ex-QEI, na situação de inactividade, e que reúne os requisitos legais para o efeito, designadamente o necessário tempo de serviço, conforme informação obtida junto da Caixa Geral de Aposentações;

Ao abrigo do disposto nos n.os 1 e 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 493/99, de 18 de Novembro, conjugado com o artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 13/97, de 17 de Janeiro, é concedida a aposentação a José Maria do Canto Alves.

24 de Agosto de 2000. — Pelo Ministro das Finanças, *Fernando Manuel dos Santos Vigário Pacheco,* Secretário de Estado do Orçamento. — Pelo Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública, *Alexandre António Cantigas Rosa,* Secretário de Estado da Administração Pública e da Modernização Administrativa.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE

Gabinete do Secretário de Estado do Trabalho e Formação

Despacho n.º 18 638/2000 (2.ª série). — Considerando os poderes que me foram delegados pelo despacho n.º 23 315/99, de 30 de Novembro, e o estatuído no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 165/85, de 16 de Maio;

Considerando ainda o previsto nos n.os 3 e 4 da cláusula VII e no n.º 2 da cláusula XII do protocolo homologado pela Portaria n.º 443/87, de 27 de Maio, que criou o CINFU — Centro de Formação Profissional da Indústria de Fundição, renovo o mandato, sob proposta da Associação Portuguesa de Fundição, que me foi presente pela Comissão Executiva do IEFP — Instituto do Emprego e Formação Profissional, de Luís Filipe do Vale Peixoto Vilas Boas e de Rui Manuel Lopes Teixeira de Carvalho, nas funções que vinham desempenhando de vogais do conselho de administração, e de Arnaldo Guimarães Casimiro da Costa, nas funções que vinha desempenhando de vogal do conselho técnico-pedagógico.

28 de Agosto de 2000. — O Secretário de Estado do Trabalho e Formação, *Paulo José Fernandes Pedroso.*

Despacho n.º 18 639/2000 (2.ª série). — Considerando os poderes que me foram delegados pelo despacho n.º 23 315/99, de 30 de Novembro, e o estatuído no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 165/85, de 16 de Maio;

Considerando ainda o previsto no n.º 2 da cláusula XII e no n.º 4 da cláusula XV do protocolo homologado pela Portaria n.º 516/89, de 6 de Julho, que criou o CEQUAL — Centro de Formação Profissional para a Qualidade, renovo o mandato, sob proposta da Associação Portuguesa para a Qualidade (APQ), que me foi presente pela Comissão Executiva do IEFP — Instituto do Emprego e Formação Profissional, de António de Almeida Júnior, nas funções que vinha desempenhando de vogal do conselho técnico-pedagógico, e de Rui Alberto Figueiredo dos Santos, nas funções que vinha desempenhando de vogal da Comissão de Fiscalização.

28 de Agosto de 2000. — O Secretário de Estado do Trabalho e Formação, *Paulo José Fernandes Pedroso.*

Despacho n.º 18 640/2000 (2.ª série). — Considerando os poderes que me foram delegados pelo despacho n.º 23 315/99, de 30 de Novembro, e o estatuído no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 165/85, de 16 de Maio;

Considerando ainda o previsto no n.º 2 da cláusula XII, no n.º 4 da cláusula VII e no n.º 4 da cláusula XV do protocolo homologado pela Portaria n.º 317/93, de 18 de Março, que criou o CILAN — Centro de Formação Profissional para a Indústria de Lanifícios, exonero, sob proposta da Associação Nacional dos Industriais de Lanifícios, que me foi presente pela Comissão Executiva do IEFP — Instituto do Emprego e Formação Profissional, Luís Manuel Correia Fiadeiro das funções que vinha desempenhando de vogal do conselho técnico-pedagógico e nomeio para o exercício das mesmas funções António Fernando de Távora Andresen Leitão e renovo o mandato, sob proposta das mesmas entidades, de Paulo Nina de Oliveira das funções de vogal do conselho de administração e de José Manuel Mota Pereira Nina das funções de vogal da Comissão de Fiscalização.

28 de Agosto de 2000. — O Secretário de Estado do Trabalho e Formação, *Paulo José Fernandes Pedroso.*

Despacho n.º 18 641/2000 (2.ª série). — Considerando os poderes que me foram delegados pelo despacho n.º 23 315/99, de 30 de Novembro, e o estatuído no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 165/85, de 16 de Maio;

Considerando ainda o previsto no n.º 2 da cláusula XII e no n.º 4 da cláusula XV do protocolo homologado pela Portaria n.º 764/87, de 3 de Setembro, que criou o CITEFORMA — Centro de Formação Profissional dos Trabalhadores de Escritório, Comércio, Serviços e Novas Tecnologias, renovo o mandato, sob proposta do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio, Serviços e Novas Tecnologias (SITESE), que me foi presente pela Comissão Executiva do IEFP — Instituto do Emprego e Formação Profissional, de João Augusto Simões Mendes da Fonseca, nas funções que vinha desempenhando de vogal do conselho técnico-pedagógico, e de Orlando Suarez Garcia, nas funções que vinha desempenhando de vogal da Comissão de Fiscalização.

28 de Agosto de 2000. — O Secretário de Estado do Trabalho e Formação, *Paulo José Fernandes Pedroso.*

Despacho n.º 18 642/2000 (2.ª série). — Considerando os poderes que me foram delegados pelo despacho n.º 23 315/99, de 30 de Novembro, e o estatuído no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 165/85, de 16 de Maio;

Considerando ainda o previsto no n.º 4 da cláusula VII do protocolo homologado pela Portaria n.º 529/87, de 27 de Junho, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 628/2000, de 22 de Agosto, que criou o CENFIM — Centro de Formação Profissional da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica, exonero, sob proposta da Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Metalomecânicas (ANEMM), que me foi presente pela Comissão Executiva do IEFP — Instituto do Emprego e Formação Profissional, Carlos Manuel dos Santos Silva, das funções que vinha desempenhando de vogal do conselho de administração, nomeando para o exercício das mesmas funções João Romão Alves Chedas Fernandes.

28 de Agosto de 2000. — O Secretário de Estado do Trabalho e Formação, *Paulo José Fernandes Pedroso.*

Despacho n.º 18 643/2000 (2.ª série). — Considerando os poderes que me foram delegados pelo despacho n.º 23 315/99, de 30 de Novembro, e o estatuído no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 165/85, de 16 de Maio;

Considerando ainda o previsto na cláusula X do protocolo homologado pela Portaria n.º 17/2000, de 24 de Janeiro, que criou o Centro de Formação Profissional para o Sector da Cristalaria (CRISFORM), nomeio, por proposta da Comissão Executiva do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) e da Associação Industrial da Cristalaria (AIC), e ouvido o conselho de administração, Avelino Montez de Sousa Lopes para o cargo de director do referido Centro de Formação.

28 de Agosto de 2000. — O Secretário de Estado do Trabalho e Formação, *Paulo José Fernandes Pedroso.*

Secretaria-Geral

Aviso n.º 13 448/2000 (2.ª série). — 1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que por despacho de 30 de Agosto de 2000 do secretário-geral-adjunto, proferido no uso de competência delegada, se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias úteis, a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno geral de ingresso para provimento de seis vagas de motoristas de ligeiros, existentes no quadro de pessoal desta Secretaria-Geral aprovado pela Portaria n.º 21/2000, de 25 de Janeiro.

2 — Prazo de validade — o concurso é válido para as vagas indicadas e esgota-se com o seu preenchimento.

3 — Legislação aplicável — Decretos-Leis n.os 248/85, de 15 de Julho, 353-A/89, de 16 de Outubro, 381/89, de 28 de Outubro, 427/89, de 7 de Dezembro, 204/98, de 11 de Julho, 404-A/98, de 18 de Dezembro, na redacção dada pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, e 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro.

4 — Conteúdo funcional — compete ao motorista de ligeiros conduzir viaturas ligeiras para transporte de pessoas e mercadorias, tendo em atenção a segurança dos utilizadores e das mercadorias, cuidar da manutenção das viaturas que lhe forem atribuídas, receber e entregar encomendas e participar superiormente as anomalias.

5 — O local de trabalho situa-se em Lisboa.

6 — Remuneração, condições de trabalho e regalias sociais:

6.1 — A remuneração é a correspondente ao escalão 1 da categoria de motorista de ligeiros da escala salarial das carreiras do regime geral da administração central, anexa ao Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro;

6.2 — As restantes condições de trabalho e as regalias sociais são as genericamente vigentes para os funcionários do Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

7 — Requisitos gerais e especiais de admissão ao concurso — poderão ser admitidos ao concurso os candidatos vinculados à função pública que satisfaçam cumulativamente, até ao fim do prazo de entrega da candidatura, os seguintes requisitos:

7.1 — Requisitos gerais — os constantes do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

7.2 — Requisitos especiais — possuir a escolaridade obrigatória e carta de condução adequada, de acordo com a alínea *a*) do n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro. A escolaridade obrigatória afere-se de acordo com a idade de cada candidato.

8 — Os métodos de selecção a utilizar são os seguintes:

a) Prova de conhecimentos — 1.ª fase.
b) Avaliação curricular — 2.ª fase.
c) Entrevista profissional de selecção — 3.ª fase.

Os métodos indicados nas alíneas *a*) e *b*) têm carácter eliminatório, considerando-se excluídos os candidatos que obtenham em qualquer deles nota inferior a 9,5 valores.

8.1 — A prova de conhecimentos terá em conta o programa de provas de conhecimentos a utilizar nos concursos de ingresso nas carreiras/categorias do grupo de pessoal auxiliar do quadro de pessoal dos serviços e organismos pertencentes à administração pública central e institutos públicos nas modalidades de serviços personalizados do Estado e de fundos públicos, em anexo ao despacho do director-geral da Administração Pública, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 162, de 14 de Julho de 1999.

Assumirão a forma escrita, sem consulta de bibliografia ou de legislação, terão a duração máxima de noventa minutos e incidirão sobre os seguintes temas:

a) Conhecimentos ao nível das habilitações exigidas para ingresso na respectiva carreira, fazendo apelo aos conhecimentos adquiridos no âmbito escolar, designadamente nas áreas de português e de matemática, e aos resultantes da vivência do cidadão comum;
b) Direitos e deveres da função pública e deontologia profissional:
  b.1) Regime de férias, faltas e licenças;
  b.2) Estatuto remuneratório dos funcionários e agentes da Administração Pública;
  b.3) Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Pública;
  b.4) Deontologia do serviço público;
c) Atribuições e competências próprias da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

8.2 — Legislação:

Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro;
Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;
Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro;
Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro;
Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de Abril;
Decreto-Lei n.º 115/98, de 4 de Maio;
Decreto-Lei n.º 42/99, de 10 de Fevereiro.

8.3 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constarão das actas das reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

9 — A classificação final, expressa na escala de 0 a 20 valores, resultará da média aritmética simples das classificações obtidas em cada um dos métodos de selecção, considerando-se não aprovados os candidatos que nos métodos de selecção eliminatórios ou na média final obtenham classificação inferior a 9,5 valores.

10 — Apresentação de candidaturas — as candidaturas devem ser formalizadas através de requerimento dirigido à secretária-geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, podendo ser entregue pessoalmente na Direcção de Serviços de Administração de Pessoal, Expediente e Arquivo, sita no 12.º andar do n.º 2 da Praça de Londres ou remetido pelo correio, em carta registada com aviso de recepção, dentro do prazo referido no n.º 1, para a Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, Praça de Londres, 2, 1049-056 Lisboa, dele devendo constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa do candidato (nome, filiação, data de nascimento, naturalidade, nacionalidade, número de contribuinte fiscal, situação militar, se for caso disso, estado civil, residência, código postal e telefone);
b) Habilitações literárias;
c) Habilitações profissionais (carta de condução, estágios, acções e cursos de formação, especializações, etc.);
d) Categoria actual, natureza do vínculo e serviço a que o requerente pertence;
e) Experiência profissional, com identificação das funções com mais interesse para o lugar a que se candidata;
f) Quaisquer outros elementos que os candidatos entendam dever apresentar para apreciação do seu mérito;
g) Declaração, sob compromisso de honra, de que possui os requisitos gerais de admissão ao concurso e provimento em funções públicas, enunciados no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
h) Concurso e lugar a que se candidata e número e data do *Diário da República* em que foi publicado o aviso;
i) Menção dos documentos que acompanham o requerimento.

11 — O requerimento de admissão ao concurso deverá ser acompanhado dos seguintes documentos:

a) Currículo profissional detalhado, devidamente assinado e datado;
b) Fotocópia do certificado das habilitações literárias;
c) Fotocópia da carta de condução;
d) Fotocópias dos certificados dos cursos de formação profissional;
e) Declaração passada pelo serviço ou organismo a que se encontram vinculados, devidamente autenticada, da qual constem, inequivocamente, a natureza do vínculo, a categoria que detém e o tempo de serviço efectivo na categoria, na carreira e na função pública;
f) Declaração do serviço em que se especifique o conjunto de tarefas e responsabilidades inerentes ao posto de trabalho ocupado pelo candidato.

12 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida, a apresentação de documentos comprovativos.

13 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

14 — Publicitação das listas:

14.1 — A relação dos candidatos admitidos ao concurso será afixada na Direcção de Serviços de Administração de Pessoal, Expediente e Arquivo da Secretaria-Geral, sita na Praça de Londres, 2, 12.º, Lisboa;

14.2 — A divulgação da lista de classificação final será efectuada nos termos do n.º 1 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

14.3 — A convocação dos candidatos admitidos será feita nos termos dos n.os 1 e 2 do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

15 — Composição do júri — o júri terá a seguinte composição:

Presidente — Gabriela Azevedo Ferreira Vicente Tenera, chefe de secção.
Vogais efectivos:
  Maria do Carmo Lourenço Páscoa Nobre da Silva, assistente administrativa principal.
  João José Meneses de Matos, motorista de ligeiros.
Vogais suplentes:
  Romoalda Borges Iap, assistente administrativa.
  Carlos Alberto Moutinho Trigo, motorista de ligeiros.

15.1 — O presidente do júri será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo 1.º vogal efectivo.

16 — «Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

30 de Agosto de 2000. — O Secretário-Geral-Adjunto, *Adelino Bento Coelho.*

Casa Pia de Lisboa

Despacho (extracto) n.º 18 644/2000 (2.ª série). — Por meu despacho de 1 de Setembro de 2000:

Nos termos do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, e obtido o parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, procede-se à reclassificação dos seguintes funcionários do quadro de pessoal desta instituição para a carreira de auxiliar de acção educativa:

Adelina Lurdes Ferreira Leonor Pedro — índice 130, 1.º escalão.
Adília Maria Martins Silva Santos — índice 130, 1.º escalão.
Amílcar Manuel Gomes Cerveira — índice 130, 1.º escalão.
Ana Cândida Ferreira Lobo Sousa — índice 130, 1.º escalão.
Ana Cristina Brito S. Soares — índice 140, 3.º escalão.
Ana Maria Marques Pereira Costa — índice 130, 1.º escalão.
Ana Paula Rosa Godinho A. Mendes — índice 130, 1.º escalão.
Anabela Pires Fonseca Hub de Sousa — índice 130, 1.º escalão.
António Ilídio Machadinho Rosário — índice 130, 1.º escalão.
António José Conceição Parelho — índice 140, 3.º escalão.
António Luís Montez Parreira — índice 130, 1.º escalão.
Arnaldina Moreira Sousa — índice 130, 1.º escalão.
Belarmino Lopes Frias Costa — índice 210, 8.º escalão.
Cândida Ramos Raimundo S. Silva — índice 130, 1.º escalão.
Diamantino Jorge Simões Páscoa — índice 130, 1.º escalão.
Dulce Conceição Alves S. Rodrigues — índice 130, 1.º escalão.

Elvira Conceição Pereira C. Vicente — índice 130, 1.º escalão.
Esmeralda Rosário Pinho — índice 180, 6.º escalão.
Eugénia Maria L. Marques Pereira — índice 130, 1.º escalão.
Fausta Maria Tristão Marinho de Sá — índice 130, 1.º escalão.
Francisco António Cardoso Lopes — índice 130, 1.º escalão.
Gastão Fernandes — índice 130, 1.º escalão.
Gracinda Helena R. Ferreira Filipe — índice 130, 1.º escalão.
Joaquim Hélder Pereira Ferreira — índice 130, 1.º escalão.
José Bernardino Lopes de Almeida — índice 130, 1.º escalão.
José Carlos Gonçalves Santos — índice 130, 1.º escalão.
Julieta Jacinta Carabineiro Rodrigues — índice 130, 1.º escalão.
Ilda Conceição Lemos Garcia — índice 130, 1.º escalão.
Laurinda da Silva Rodrigues Vidigal — índice 130, 1.º escalão.
Manuel António Gouveia Lopes — índice 130, 1.º escalão.
Maria Alves Fernandes Rebelo — índice 210, 8.º escalão.
Maria Amélia Couto Gomes — índice 210, 8.º escalão.
Maria Antonieta Ascenção C. N. Pires — índice 130, 1.º escalão.
Maria do Céu Carapuço Dias — índice 150, 3.º escalão.
Maria Conceição F. M. Marques — índice 130, 1.º escalão.
Maria Encarnação Francisco Marques — índice 130, 1.º escalão.
Maria Fátima Pinto Oliveira Brás — índice 130, 1.º escalão.
Maria Fernanda Dias S. Moreira — índice 170, 5.º escalão.
Maria Helena Isabel J. Branco — índice 210, 8.º escalão.
Maria Irene Oliveira Duarte — índice 130, 1.º escalão.
Maria Isabel Coelho C. Rebeiro — índice 140, 2.º escalão.
Maria Isabel F. Balcão Cunha — índice 130, 1.º escalão.
Maria Isabel Santos Almeida Costa — índice 130, 1.º escalão.
Maria João Bastos Presumido Nabo — índice 130, 1.º escalão.
Maria Leonor Bonecas G. Silva — índice 130, 1.º escalão.
Maria de Lurdes Vaz — índice 210, 8.º escalão.
Maria Manuela Antunes Pinto — índice 130, 1.º escalão.
Maria Manuela Pinto J. Romão — índice 160, 4.º escalão.
Maria Manuela Silva J. Oliveira — índice 130, 1.º escalão.
Maria Margarida S. Matos F. Silva — índice 130, 1.º escalão.
Maria Odete Pereira T. Correia — índice 130, 1.º escalão.
Maria Rosa Carreiro Lourenço — índice 210, 8.º escalão.
Maria Teresa Gomes Fortes Gomes — índice 130, 1.º escalão.
Maria Teresa Lima B. Carvalho — índice 130, 1.º escalão.
Nina Santos Ribeiro Almeida — índice 210, 8.º escalão.
Norlinda Rosa Nunes Taleigo — índice 130, 1.º escalão.
Odete Maria F. Ribeiro Dias — índice 130, 1.º escalão.
Otelinda Natália S. G. Teixeira — índice 210, 8.º escalão.
Palmira de Sousa Antunes — índice 210, 8.º escalão.
Paula Cristina V. Martins L. Costa — índice 130, 1.º escalão.
Paulo Jorge Rodrigues Santos — índice 130, 1.º escalão.
Rodrigo Araújo Melo Ribeiro — índice 130, 1.º escalão.
Rosa Maria M. Lopes Jordão — índice 130, 1.º escalão.
Susana Maria Rodrigues M. Lopes — índice 140, 2.º escalão.

(Isento de visto do Tribunal de Contas.)

1 de Setembro de 2000. — O Provedor, *Luís Manuel Martins Rebelo.*

Rectificação n.º 2355/2000. — Tendo sido publicado com inexactidão o despacho (extracto) n.º 17 768/2000 (2.ª série), de 31 de Agosto, rectifica-se que onde se lê «promovidas, precedendo concurso, à categoria de técnico superior de serviço social» deve ler-se «promovidas, precedendo concurso, à categoria de técnico superior principal de serviço social».

31 de Agosto de 2000. — O Provedor, *Luís Manuel Martins Rebelo.*

Centro Nacional de Pensões

Aviso n.º 13 449/2000 (2.ª série). — Por deliberação do conselho directivo de 6 de Janeiro de 2000, no uso dos poderes subdelegados pelo n.º 1.1.5.5 do despacho n.º 3805/2000 (2.ª série), publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 39, de 16 de Fevereiro de 2000 e pelo despacho de 9 de Fevereiro de 2000, do chefe da Repartição de Pessoal Civil da Direcção de Administração e Mobilização do Pessoal do Comando do Pessoal do Exército, Ministério da Defesa Nacional, proferido no uso de competência subdelegada:

Autorizada a transferência para o quadro de pessoal do Centro Nacional de Pensões da assistente administrativa principal, do quadro de pessoal do Ministério da Defesa Nacional, Iva das Dores Abelho Proença, ao abrigo do disposto no artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho.

28 de Agosto de 2000. — O Director de Serviços, *Clemente Galvão.*

Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo

Despacho n.º 18 645/2000 (2.ª série). — Por despacho de 1 de Agosto de 2000 do presidente do Instituto de Desenvolvimento e Inspecção das Condições de Trabalho e de 22 de Agosto de 2000 do vogal do conselho directivo deste Centro Regional, proferido por delegação:

Maria Helena Marta Lopes da Silva, assistente administrativa principal do quadro de pessoal do Instituto de Desenvolvimento e Inspecção das Condições de Trabalho — autorizada a transferência, para a mesma categoria, no quadro de pessoal deste Centro Regional, ao abrigo do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, ficando exonerada do lugar anterior a partir da data de aceitação do novo lugar. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

25 de Agosto de 2000. — Pelo Conselho Directivo, o Vogal, *J. Cardoso dos Santos.*

Despacho n.º 18 646/2000 (2.ª série). — Por despacho de 28 de Agosto de 2000 do vogal do conselho directivo, proferido por delegação:

Ana Cristina Sousa Veríssimo — nomeada provisoriamente, pelo período probatório de um ano, findo o qual se tornará automaticamente em definitiva, na categoria de assistente administrativo, escalão 1, índice 191, ao abrigo dos n.os 1 e 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, do artigo, 20.º, n.º 3, alínea *c*), do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, e do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 70-A/2000, de 5 de Maio, para o quadro de pessoal deste Centro Regional, criado pela Portaria n.º 1056/2000, de 21 de Outubro, alterado pelas Portarias n.os 909/95, de 18 de Julho, e 73/96, de 19 de Fevereiro. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Agosto de 2000. — Pelo Conselho Directivo, o Vogal, *J. Cardoso dos Santos.*

Despacho n.º 18 647/2000 (2.ª série). — Por despacho de 28 de Agosto de 2000 do vogal do conselho directivo, proferido por delegação:

Patrícia Elisabete Correia Cruz Ferreira — nomeada provisoriamente, pelo período probatório de um ano, findo o qual se tornará automaticamente em definitiva, na categoria de assistente administrativo, escalão 1, índice 191, ao abrigo dos n.os 1 e 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, do artigo 20.º, n.º 3, alínea *c*), do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 deDezembro, e do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 70-A/2000, de 5 de Maio, para o quadro de pessoal deste Centro Regional, criado pela Portaria n.º 1056/93, de 21 de Outubro, alterado pelas Portarias n.os 909/95, de 18 de Julho, e 73/96, de 19 de Fevereiro. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Agosto de 2000. — Pelo Conselho Directivo, o Vogal, *J. Cardoso dos Santos.*

Rectificação n.º 2356/2000. — Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 199, de 29 de Agosto de 2000, o despacho n.º 17 574/2000 (2.ª série), a p. 14 184, rectifica-se que onde se lê: «Por despachos do Secretário de Estado da Segurança Social de 31 de Julho de 2000:

Maria da Conceição Sousa Lopes Sousa Lopes Silva, chefe de secção»

deve ler-se:

«Maria da Conceição Sousa Lopes Silva, chefe de secção».

31 de Agosto de 2000. — Pela Directora de Serviços de Gestão de Pessoal, a Chefe de Repartição, *Manuela Morais.*

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral dos Serviços Judiciários

Despacho n.º 18 648/2000 (2.ª série). — Por despacho de 25 de Agosto de 2000 do director-geral:

Renato Gil de Azevedo Duarte, técnico de justiça auxiliar provisório dos serviços do Ministério Público do Tribunal de Instrução Criminal e DIAP de Lisboa — exonerado, a seu pedido, a partir de 15 de Setembro de 2000.

29 de Agosto de 2000. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida.*

Directoria-Geral da Polícia Judiciária

Despacho n.º 18 649/2000 (2.ª série). — Por despachos de 29 de Junho e de 25 de Agosto de 2000, respectivamente do director-geral dos Serviços Prisionais e do director-geral-adjunto da Polícia Judiciária:

Maria Teresa de Lima Araújo e Sousa, assistente administrativa principal do quadro da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, a exercer funções, em regime de requisição, na Polícia Judiciária — transferida como técnica de polícia de nível 3 para o quadro da Polícia Judiciária.

Por despachos de 6 de Julho e de 10 de Agosto de 2000, respectivamente do subdirector-geral dos Serviços Judiciários, por delegação, e do director-geral-adjunto da Polícia Judiciária:

Antero Augusto Ribeiro de Sousa Freire, auxiliar de segurança, supranumerário do quadro da ex-Secretaria-Geral Comum dos Tribunais do Porto, a exercer funções, em regime de requisição, na Polícia Judiciária — transferido como segurança de nível 0 para o quadro da Polícia Judiciária.

Por despachos de 20 de Julho e de 10 de Agosto de 2000, respectivamente do secretário-geral do ex-Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território e do director-geral-adjunto da Polícia Judiciária:

Eduardo Manuel Cordeiro da Silva, operário altamente qualificado (impressor de artes gráficas principal) do quadro da Secretaria-Geral do ex-Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território — transferido com idêntica categoria para o quadro da Polícia Judiciária.

Por despachos de 7 e de 25 de Agosto de 2000, respectivamente do vogal do conselho de administração da Administração Regional de Saúde do Norte e do director-geral-adjunto da Polícia Judiciária:

Licínia da Luz Cabral Pereira Dias, telefonista do quadro do Hospital do Conde de Ferreira, a exercer funções, em regime de requisição, na Polícia Judiciária — transferida com idêntica categoria para o quadro da Polícia Judiciária.

Por despachos do director-geral-adjunto da Polícia Judiciária, respectivamente:

De 10 de Agosto de 2000:

Licenciada Fernanda Maria Mateus Inês Nunes, especialista auxiliar de polícia de nível 1 do quadro da Polícia Judiciária, a exercer em comissão de serviço as funções de especialista superior de polícia de nível 0 — nomeada definitivamente especialista superior de polícia de nível 1 do quadro da Polícia Judiciária.

António José Simões Mendonça Horta, agente de nível 3 do quadro da Polícia Judiciária — promovido a agente de nível 4 do quadro da mesma Polícia.

De 16 de Agosto de 2000:

Valdemar Martins Gomes, agente de nível 4 do quadro da Polícia Judiciária — promovido, por mérito excepcional, a subinspector de nível 1 do quadro da mesma Polícia.

De 25 de Agosto de 2000:

António José Gonçalves Sena, técnico de polícia de nível 3 do quadro da Polícia Judiciária — promovido a técnico de polícia de nível 4 do quadro da mesma Polícia.

Luísa Maria Fernandes Marques Anileiro Gomes, técnica de polícia de nível 5 do quadro da Polícia Judiciária — nomeada, em comissão de serviço, chefe de núcleo da mesma Polícia.

Manuel Luís Fernandes Marques, segurança de nível 3 do quadro da Polícia Judiciária — promovido, após concurso, a chefe de turno do quadro da mesma Polícia, com efeitos a contar de 10 de Julho de 2000, para efeitos de antiguidade e efeitos remuneratórios reportados a 24 de Agosto de 2000.

Constantino José Pereira Matos, operário altamente qualificado (mecânico principal) do quadro da Câmara Municipal do Porto — nomeado, em comissão de serviço e após concurso, operário altamente qualificado (mecânico de automóveis) da Polícia Judiciária.

Licenciada Francisca Margarida Lobo Gomes Alexandre, professora do quadro de vinculação do distrito de Lisboa, Escola Secundária de Pedro Alexandrino, a exercer, em comissão de serviço, as funções de especialista superior de polícia de nível 0, na Polícia Judiciária — dada por finda, a seu pedido, a referida comissão, com efeitos a contar de 1 de Setembro de 2000.

De 28 de Agosto de 2000:

Licenciados Carlos Nunes Gomes e José Maria de Almeida Rodrigues, inspectores de nível 2 do quadro da Polícia Judiciária — promovidos a inspectores de nível 3 do quadro da mesma Polícia.

De 30 de Agosto de 2000:

Marta Cristina Teixeira da Fonseca de Lacerda; Margarida Maria Lopes Rodrigues; Raquel Leonor Reis Guerra; Nelson João Tomé de Sousa; Richard Harrison Domingos; João José Matos de Faria; Ana Luísa Lopes dos Santos; Maria João Rocha Galamarra Curado; Luís Carlos Regala dos Santos Mota; José Carlos Melgueira Antas; Pedro Luís Alves Azevedo; Paulo Sérgio Correia da Silva; João Paulo de Lima Campos Faria; Ana Margarida Silva Marcelo Serra; Liliana de Almeida Francisco; Paula Cristina Gonçalves Cardoso; José Carlos Honório Pereira David de Oliveira e Júlio Sérgio da Silva Caldeira, a exercerem provisoriamente as funções de especialistas-adjuntos de polícia de nível 0, na Polícia Judiciária — nomeados definitivamente especialistas-adjuntos de polícia de nível 1 do quadro da Polícia Judiciária.

Vítor Manuel Ferreira Marques, especialista auxiliar de polícia de nível 1, Carlos Filipe Bento Gregório, técnico de polícia de nível 3, Isabel Maria Noura do Sacramento Ribeiro, Carlos Manuel Nunes Lopes Rebotim e Rui Manuel Nobre Gaspar, técnicos de polícia de nível 2, e Rui Jorge Almeida Magalhães, segurança de nível 2, todos do quadro da Polícia Judiciária, a exercerem, em comissão de serviço, as funções de especialistas-adjuntos de polícia de nível 0, na mesma Polícia — nomeados definitivamente especialistas-adjuntos de polícia de nível 1 do quadro da Polícia Judiciária.

Nuno Cristóvão Damas Gonçalves, guarda de 2.ª classe do quadro da Polícia de Segurança Pública, Lucília Maria Lopes de Jesus, técnica profissional de 1.ª classe do quadro provisório do pessoal não docente da Universidade da Madeira, e João Pedro Marques Júlio, técnico de justiça auxiliar dos serviços do Ministério Público do Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa, a exercerem, em comissão de serviço, as funções de especialistas-adjuntos de polícia de nível 0, na Polícia Judiciária — nomeados definitivamente especialistas-adjuntos de polícia de nível 1 do quadro da Polícia Judiciária.

(Não estão sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

1 de Setembro de 2000. — A Directora do Departamento de Recursos Humanos, *Ilda Maria Ribeiro Pação.*

Instituto de Medicina Legal do Porto

Rectificação n.º 2357/2000. — Por ter saído com inexactidão o aviso n.º 13 119/2000 (2.ª série), publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 201, de 31 de Agosto de 2000, rectifica-se que onde se lê «concurso interno geral de acesso para a categoria de técnico de 2.ª classe» deve ler-se «concurso interno geral de ingresso para a categoria de técnico de 2.ª classe» e onde se lê «*Diário da República,* concurso interno geral de acesso» deve ler-se «*Diário da República,* concurso interno geral de ingresso».

31 de Agosto de 2000. — O Director, *José Eduardo Lima Pinto da Costa.*

MINISTÉRIOS DA JUSTIÇA E DA REFORMA DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Despacho conjunto n.º 934/2000. — Nos termos do disposto nos n.os 2 e 4 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, é aprovado o programa de provas de conhecimentos específicos a utilizar nos concursos de ingresso para a categoria de especialista superior de polícia de nível 0, área de engenharia mecânica, do quadro de pessoal da Polícia Judiciária, constante do anexo ao presente despacho e do qual faz parte integrante.

1 de Setembro de 2000. — O Ministro da Justiça, *António Luís Santos da Costa.* — O Director-Geral da Administração Pública, *Júlio G. Casanova Nabais.*

ANEXO

Programa de provas de conhecimentos específicos a utilizar nos concursos de ingresso na categoria de especialista superior de polícia de nível 0, área de engenharia mecânica, do quadro de pessoal da Polícia Judiciária.

1 — Noções de montagem, funcionamento, reparação e manutenção das máquinas e equipamentos mecânicos.
2 — Identificar, em termos técnicos, o estado geral de determinada viatura ou de qualquer dos seus órgãos.
3 — Definição de métodos e processos de funcionamento de uma oficina de reparação e manutenção de veículos.
4 — Informática aplicada às necessidades de gestão da frota.
5 — Noções gerais de gestão de pessoal.

MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO

Comissão de Coordenação da Região do Centro

Despacho n.º 18 650/2000 (2.ª série). — No uso da faculdade conferida pelo n.º 8 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 54-A/2000, de 7 de Abril, e nos termos do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, delego no gestor do eixo prioritário «Acções integradas de base territorial», licenciado José Alberto Afonso Mira, as competências previstas nas alíneas *a*), *b*), *d*), *f*) a *i*), *k*), *l*), *n*), e *o*) do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 54-A/2000, de 7 de Abril.
O presente despacho produz efeitos a 21 de Julho de 2000.

3 de Agosto de 2000. — O Presidente, *João Vasco Ribeiro.*

Despacho n.º 18 651/2000 (2.ª série). — No uso da faculdade conferida pelo n.º 8 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 54-A/2000, de 7 de Abril, e nos termos do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, delego no gestor do eixo prioritário «Apoio ao investimento municipal e intermunicipal», licenciado Rui Manuel Missa Jacinto, as competências previstas nas alíneas *a*), *b*), *d*), *f*) a *i*), *k*), *l*), *n*) e *o*) do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 54-A/2000, de 7 de Abril.
O presente despacho produz efeitos a 21 de Julho de 2000.

3 de Agosto de 2000. — O Presidente, *João Vasco Ribeiro.*

Despacho n.º 18 652/2000 (2.ª série). — Por despacho de 1 de Setembro de 2000 do presidente da Comissão de Coordenação da Região do Centro:

Lídia Maria Ferreira Martins e Ana Maria da Fonseca Caldeira Cabral Santiago Faria, técnicas superiores de 2.ª classe do quadro privativo da Comissão de Coordenação da Região do Centro — nomeadas, por urgente conveniência de serviço, após prévia aprovação em concurso, técnicas superiores de 1.ª classe do mesmo quadro, ficando exoneradas do anterior lugar à data do despacho. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

1 de Setembro de 2000. — A Administradora, *Maria Isabel Azevedo.*

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural

Despacho n.º 18 653/2000 (2.ª série). — Nos termos do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 116/98, de 5 de Maio, reconheço ao Dr. João Ricardo Ovídio Tavares, nomeado assessor principal da carreira de médico veterinário da Câmara Municipal de Vila do Conde, conforme aviso publicado no *Diário da República,* 3.ª série, n.º 130, de 5 de Junho de 2000, e termo de aceitação de 5 do mesmo mês, o direito ao abono da remuneração a cargo do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, de harmonia com o n.º 1 do artigo 5.º do referido diploma.

1 de Agosto de 2000. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, *Victor Manuel Coelho Barros.*

Despacho n.º 18 654/2000 (2.ª série). — Nos termos do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 116/98, de 5 de Maio, reconheço ao Dr. Jorge da Silva Vieira, nomeado assessor principal da carreira de médico veterinário da Câmara Municipal de Lousada, conforme despacho do presidente de 5 de Junho de 2000, e termo de aceitação da mesma data, o direito ao abono da remuneração a cargo do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, de harmonia com o n.º 1 do artigo 5.º do referido diploma.

1 de Agosto de 2000. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, *Victor Manuel Coelho Barros.*

Direcção-Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar

Rectificação n.º 2358/2000. — Por ter saído com inexactidão o despacho (extracto) n.º 16 896/2000 (2.ª série), publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 192, de 21 de Agosto de 2000, rectifica-se que onde se lê «(escalão 7, índice 225)» deve ler-se «(escalão 8, índice 240)».

4 de Setembro de 2000. — O Director-Geral, *João António Ribas de Sousa e Silva.*

Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura

Aviso n.º 13 450/2000 (2.ª série). — *Concurso interno de acesso misto para a categoria de técnico profissional especialista principal da carreira de tradutor-correspondente-intérprete.* — 1 — Faz-se público que, ao abrigo do n.º 2 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e por despacho de 1 de Setembro de 2000 do director-geral das Pescas e Aquicultura, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso, concurso interno de acesso misto, ao abrigo do disposto na alínea *c*) do n.º 4 do artigo 6.º, conjugado com os n.ºs 2 e 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, para provimento de dois lugares na categoria de técnico profissional especialista principal da carreira de dotação global de tradutor-correspondente-intérprete do quadro de pessoal da Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura, constante do mapa anexo à Portaria n.º 226/99, de 1 de Abril, cujas quotas são as seguintes:

Referência A — um lugar para funcionários da DGPA;
Referência B — um lugar para funcionários de outros serviços.

2 — Prazo de validade — o concurso é válido para os lugares postos a concurso, caducando com o seu preenchimento.
3 — Legislação aplicável — Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, e 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, e Código do Procedimento Administrativo.
4 — Conteúdo funcional — o conteúdo funcional dos lugares a prover abrange o exercício de funções de natureza técnico-profissional na área da tradução e retroversão.
5 — Vencimento, local e condições de trabalho — as funções serão exercidas nas instalações da Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura, em Lisboa, sendo as condições de trabalho e regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da administração central, e a remuneração a correspondente ao escalão e índice constante do anexo ao Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho.
6 — Requisitos gerais e especiais de admissão a concurso:

a) Satisfazer as condições previstas no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
b) Ser técnico profissional especialista com, pelo menos, três anos de serviço na categoria classificados de *Muito bom* ou cinco classificados de *Bom*, de acordo com a alínea *b*) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

7 — Métodos de selecção — o método de selecção a utilizar será a avaliação curricular, de acordo com o disposto nos artigos 19.º e 22.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, que terá carácter eliminatório, complementada com uma entrevista profissional de selecção.
8 — A classificação final será expressa na escala de 0 a 20 valores, considerando-se não aprovados os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores.
9 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta de reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

10 — Formalização das candidaturas — os requerimentos de admissão a concurso deverão ser dirigidos ao director-geral das Pescas e Aquicultura, com indicação da categoria e concurso a que se reportam, podendo ser entregues pessoalmente no Departamento de Administração Geral/Divisão de Formação e Gestão de Recursos Humanos, Rua do General Gomes de Araújo, 1399-006 Lisboa, dentro do prazo referido no n.º 1, ou remetidos pelo correio, com aviso de recepção, para o mesmo endereço, expedidos até ao último dia do prazo fixado para entrega das candidaturas.

10.1 — Dos requerimentos deverão constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, nacionalidade, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu), número fiscal de contribuinte, morada, código postal e número de telefone;
b) Habilitações académicas;
c) Categoria actual, natureza do vínculo e serviço a que pertence, antiguidade na carreira e na função pública e especificação das tarefas que desempenha;
d) Declaração do candidato, sob compromisso de honra, no respectivo requerimento, em como possui os requisitos gerais de admissão ao concurso, previstos no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
e) Endereço para onde deverá ser remetido qualquer expediente relativo ao concurso.

10.2 — Os requerimentos deverão ser acompanhados dos seguintes documentos:

a) Cópia do certificado comprovativo das habilitações literárias;
b) Declaração, passada e autenticada pelo serviço de origem, da qual constem, de maneira inequívoca, a natureza do vínculo, a categoria detida e ainda a antiguidade na actual categoria, na carreira e na função pública, bem como as classificações de serviço, na sua expressão quantitativa, respeitantes aos anos relevantes para efeitos de concurso;
c) Currículo profissional detalhado, do qual devem constar, designadamente, as habilitações literárias, as funções que exerce e que exerceu anteriormente, com indicação dos respectivos períodos e actividades relevantes, assim como a formação profissional detida (cursos, estágios, especializações, seminários, conferências, etc.);
d) Cópias dos documentos comprovativos das acções de formação frequentadas, com indicação da entidade que as promoveu, períodos em que as mesmas decorreram e respectiva duração.

11 — A falta de apresentação dos documentos exigidos no respectivo aviso implica a exclusão dos candidatos, nos termos do n.º 7 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98.

12 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato a apresentação de documentos comprovativos de factos por ele referidos que possam relevar para a apreciação do seu mérito, de harmonia com o n.º 4 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

13 — Publicitação — a relação de candidatos admitidos e a lista de classificação final serão afixadas na Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura, Departamento de Administração Geral/Divisão de Formação e Gestão de Recursos Humanos, sito na Rua do General Gomes de Araújo, Edifício Vasco da Gama, 1399-006 Lisboa, para além de notificadas nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

14 — Menção referida nos termos do despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março: «Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade e de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

15 — Júri — o júri do presente concurso terá a seguinte composição:

Presidente — Licenciada Natividade Duarte Anastácio, chefe de divisão.
Vogais efectivos:
Licenciada Ana Maria Cardoso de Matos, técnica superior de 1.ª classe, que substituirá a presidente nas suas faltas e impedimentos.
Licenciado Luís Pedro Araújo de Carvalho Marques Vinagre, técnico superior de informática de 2.ª classe.

Vogais suplentes:
Licenciado Jorge Ferreira Garcez, técnico superior de 2.ª classe.
Licenciada Silvana Maria Lurdes de Tomás Lucas M. Caramuchande, técnica superior de informática de 2.ª classe.

1 de Setembro de 2000. — Pelo Director-Geral, a Subdirectora-Geral, *Leonor Noronha Elias.*

Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral

Despacho n.º 18 655/2000 (2.ª série). — Por despachos de 11 e de 28 de Agosto de 2000 do secretário-geral do MADRP e do director regional de Agricultura da Beira Litoral:

Maria do Rosário Amorim de Sousa, técnica profissional de 1.ª classe da carreira de técnico profissional do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do MADRP — autorizada a transferência, para o quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral, para a mesma categoria e carreira, com efeitos a partir de 11 de Setembro de 2000. (Isento de fiscalização do Tribunal de Contas.)

1 de Setembro de 2000. — Pelo Director Regional, o Chefe da Divisão de Formação e Gestão de Recursos Humanos, *António José Baetas da Silva.*

Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar

Aviso n.º 13 451/2000 (2.ª série). — De acordo com o disposto na alínea *c*) do n.º 1 e no n.º 9 do despacho n.º 10 747/98, de 25 de Junho, bem como nos termos do n.º 1 do Despacho Normativo n.º 30/2000, de 12 de Junho, verificada a conformidade da candidatura apresentada pela empresa ELIPEC — Agrupamento de Produtores de Pecuária, S. A., torno público o seguinte:

1 — É autorizado à ELIPEC — Agrupamento de Produtores de Pecuária, S. A., o direito de utilizar o rótulo constante do anexo ao presente diploma.

2 — A AGRICERT — Certificação de Produtos Alimentares, L.da, é reconhecida como organismo independente de controlo do rótulo que consta do anexo ao presente diploma.

29 de Agosto de 2000. — O Subdirector, *António Cerca Miguel.*

ANEXO

Carne de suíno

O rótulo está devido em três secções.

1 — A secção superior, de forma elíptica, com um rebordo vermelho e um anel contíguo ao rebordo, de cor verde, no qual se insere a menção «Carne de porco alentejano — DO» em cor branca e duas figuras com um par de bolotas. No centro da elipse apresenta-se uma figura com vários suínos em volta de um sobreiro, em cor natural. Sobreposta a esta elipse, insere-se uma faixa vermelha com a menção «Raça alentejana» e com os rebordos amarelos.

2 — A secção central contém a marca de certificação da AGRICERT, cujo modelo se encontra publicado no anexo ao aviso n.º 11 445/2000 (2.ª série), de 21 de Julho.

3 — A secção inferior é composta por um rectângulo de fundo amarelo e rebordo a preto, contendo:

No lado esquerdo, a marca «ELIPEC», as menções «Matadouro», «Sala de desmancha» e «Exploração»;
No lado direito, o distintivo «Rótulo aprovado pelo Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas».

Aviso n.º 13 452/2000 (2.ª série). — De acordo com o disposto na alínea *c*) do n.º 1 e do n.º 9 do despacho n.º 10 747/98, de 25 de Junho, bem como nos termos do n.º 1 do Despacho Normativo n.º 30/2000, de 12 de Julho, verificada a conformidade da candidatura apresentada pela empresa ALIGRUPO — Agrupamento de Produtores de Suínos, C. R. L., torno público o seguinte:

1 — É autorizado à ALIGRUPO — Agrupamento de Produtores de Suínos, C. R. L., o direito de utilizar o rótulo constante do anexo ao presente diploma.

2 — A SGS — Sociedade Geral de Superintendência, L.da, é reconhecida como organismo independente de controlo do rótulo que consta do anexo ao presente diploma.

29 de Agosto de 2000. — O Subdirector, *António Cerca Miguel.*

ANEXO

Carne de Suíno

O rótulo tem a forma de um rectângulo com um fundo amarelado e rebordo preto.

1 — Na parte superior apresenta-se a marca ALIGRUPO — Agrupamento de Produtores de Suínos, C. R. L.

Mais abaixo insere-se a figura de um suíno em traços verdes sobreposta pela menção «ALISABOR».

Imediatamente abaixo aparece a menção «Carne de Porco Nacional».

2 — Ao centro contêm as menções «Carne magra e tenra», «Proveniente de animais alimentados à base de cereais (min. 50 %)», «Ausência de odor sexual», «Controlo regular de aditivos e resíduos» e «Controlo da Qualidade efectuado por Organismo Independente de Controlo».

3 — Na parte inferior é composta por um rectângulo de fundo branco contendo:

No topo, a menção «Produção Nacional».

No lado esquerdo, as menções «Exploração», «Lote n.º 1», «Matadouro» e «Desmancha e Embalagem».

No lado direito, o distintivo «Rótulo Aprovado pelo Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas» e a marca da SGS.

É composta ainda pelas seguintes menções «Quinta do Passil — Passil — 2890 Alcochete» e «Informação ao Consumidor: 212 326 730/1».

Instituto de Hidráulica, Engenharia Rural e Ambiente

Rectificação n.º 2359/2000. — Por ter sido publicado com inexactidão o despacho (extracto) n.º 17 376/2000 (2.ª série), no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 196, de 25 de Agosto de 2000, a p. 14 055, rectifica-se que onde se lê «técnicas superiores principais» deve ler-se «técnicas superiores de informática principais».

25 de Agosto de 2000. — Pelo Vice-Presidente, *(Assinatura ilegível.)*

Rectificação n.º 2360/2000. — Por ter sido publicado com inexactidão o despacho (extracto) n.º 17 375/2000 (2.ª série), no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 196, de 25 de Agosto de 2000, a p. 14 055, rectifica-se que onde se lê «a presente nomeação produz efeitos a 18 de Julho» deve ler-se «a presente nomeação produz efeitos a 22 de Julho».

25 de Agosto de 2000. — Pelo Vice-Presidente, *(Assinatura ilegível.)*

Instituto Nacional de Investigação Agrária

Louvor n.º 529/2000. — Por despacho de 23 de Agosto do presidente do Instituto Nacional de Investigação Agrária (INIA), foi autorizada a publicação da proposta de louvor apresentada pelo director da Estação Vitivinícola Nacional:

Em 17 de Julho de 2000, aposentou-se, por ter atingido o limite de idade, o engenheiro Raul dos Santos, assessor principal.

Dedicou toda a sua carreira profissional, de mais de 42 anos, à viticultura nacional, exercendo designadamente diversas funções na Estação Vitivinícola Nacional e nos diversos organismos que a antecederam. Embora sempre vinculado ao quadro desta Estação, colaborou intensamente com o Laboratório Químico-Agrícola Rebelo da Silva durante os últimos anos, mas sempre no âmbito da viticultura.

Foi um técnico muitíssimo competente e empenhado, razão por que está o seu nome ligado à viticultura de diversas regiões portuguesas, muito em especial nas da Estremadura.

Por todas estas razões, e no uso das competências que me são atribuídas, louvo o engenheiro Raul dos Santos.

29 de Agosto de 2000. — O Director de Serviços de Gestão e Administração, *José Manuel de Sousa Pereira.*

Laboratório Nacional de Investigação Veterinária

Despacho n.º 18 656/2000 (2.ª série). — Por despacho de 28 de Abril de 2000 do Secretário de Estado dos Mercados Agrícolas e da Qualidade Alimentar:

Autorizada a celebração do contrato de trabalho a termo certo entre este organismo e o engenheiro António de Azevedo Barreira da Silva, ao abrigo da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 125/99, de 20 de Abril, na categoria de técnico de 2.ª classe da carreira de técnico, com efeitos reportados a 1 de Setembro do ano em curso e válido pelo período de dois anos. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

1 de Setembro de 2000. — O Director, *Alexandre José Galo.*

Despacho n.º 18 657/2000 (2.ª série). — Por despacho de 1 de Setembro de 2000 do director do Laboratório Nacional de Investigação Veterinária:

Maria Cândida Saraiva Aleixo Traça Camejo, Maria Fernanda dos Santos Vieira da Cunha, Maria Estefânia Alves Monteiro, Maria do Rosário da Costa Santos Vilarinho Guerreiro, Maria da Conceição Nunes Batista, Maria de Jesus Fernandes Durão Correia Moita, Maria de Lurdes Gonçalves Santos da Silva Marques, Maria Adelaide dos Santos Paixão Sousa, Maria Gonçalves Alves Barradas, Júlia Gonçalves Roxo dos Santos, Fernanda Maria Rocha Tavares Dias Correia, Anabela do Carmo Marques Ramos, Maria Helena Moutinho dos Santos Nunes Carvalho e Maria Paula Godinho Santos de Oliveira, técnicas profissionais especialistas da carreira de técnico profissional de laboratório do quadro de pessoal deste organismo — nomeadas definitivamente, mediante concurso, técnicas profissionais especialistas principais da mesma carreira e quadro, considerando-se exoneradas da categoria anterior com efeitos a 1 de Setembro de 2000. A este acto foi reconhecida a urgente conveniência de serviço. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

1 de Setembro de 2000. — O Director, *Alexandre José Galo.*

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 18 658/2000 (2.ª série). — 1 — Considerando a larga experiência adquirida no exercício de vários cargos, como resulta do currículo anexo, e ao importante conhecimento das realidades específicas do Estádio Universitário de Lisboa, na sequência das funções ali já exercidas, e por proposta do director-geral do Ensino Superior, ouvidas as estruturas desportivas universitárias, determina-se, nos termos das normas conjugadas do n.º 3 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 369/98, de 23 de Novembro, do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 276/89, de 22 de Agosto, e do artigo 18.º da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho, que seja nomeado, em comissão de serviço, o mestre João Manuel da Silva Roquette, assistente da Faculdade de Motricidade Humana, no cargo de director do Estádio Universitário de Lisboa.

2 — O presente despacho produz efeitos a 15 de Agosto de 2000.

7 de Agosto de 2000. — O Ministro da Educação, *Guilherme d'Oliveira Martins.*

Nota biográfica

João Manuel da Silva Roquette, nascido a 10 de Junho de 1960, licenciado em Educação Física e mestre em Ciências do Desporto pela Faculdade de Motrocidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa.

Assistente da Faculdade de Motrocidade Humana, está requisitado desde 1 de Setembro de 1997, pela Direcção-Geral do Ensino Superior, para o exercício das funções de coordenador dos Serviços Técnico-Desportivos do Estádio universitário de Lisboa.

Participou em diversos cursos e acções de formação profissional complementar, entre os quais:

Congresso sobre Gestão do Desporto — APGD (1997);
Seminário sobre Planeamento e Gestão de Instalações Desportivas Artificiais — CMA (1997);
Acção de Formação sobre Marketing Federações e Desporto — CEFD (1998);
Seminário sobre Aplicação das Novas Medidas de Modernização Administrativa — E&C (1999);
Curso subordinado ao tema «O Júri e as comissões — Contratos públicos de fornecimento de bens e serviços» — SFN (2000);
Acção de formação sobre A Liderança e a Gestão de Equipas de Trabalho — Sport Managers (2000);
Curso sobre Pacote Formativo na Administração Pública — IAEC (2000);
Curso de formação sobre Despesas Públicas — Bens e Serviços — Decreto-Lei n.º 197/99 — GEDI (2000).

No âmbito da carreira académica universitária, é docente do Departamento de Desporto da Faculdade de Motrocidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa, desde 1985, tendo vários artigos e trabalhos publicados na área das Ciências do Desporto.

Requisitado pelo Instituto do Desporto para o exercício das funções de director técnico nacional da Federação Portuguesa de Judo, desde 1 de Setembro de 1994 a 1 de Setembro de 1997, foi responsável pela coordenação técnica nacional, formação, alta competição e organização das actividades desportivas.

Coordenou o projecto de preparação e participação do judo nos Jogos Olímpicos de Atlanta (Projecto Atlanta 96).

Coordenou a organização do Campeonato da Europa de Juniores (Almada 94), Campeonato do Mundo de Juniores (Porto 96) e Campeonato de Judo organizado no âmbito das Jornadas Olímpicas da Juventude Europeia (Lisboa 97).

Colaborou com a Federação Académica do Desporto Universitário na preparação e participação da selecção universitária de Judo nas Universíedas de Fukuoka'95 e nos Campeonatos do Mundo Universitários de Judo (Canadá, 1996).

Coordena os Serviços Técnico-Desportivos do Estádio Universitário de Lisboa, desde 1997, tendo, entre outras competências, a gestão e conservação das instalações e equipamentos desportivos, a promoção e desenvolvimento da actividade física e desportiva, a coordenação e supervisão de operações de manutenção, a coordenação e supervisão dos recursos humanos e materiais, a concepção e planeamento dos serviços técnico-desportivos e o estabelecimento e aplicação de critérios de organização, regulamentação e funcionamento dos serviços técnico-desportivos.

É membro do conselho administrativo do Estádio Universitário de Lisboa desde 1997.

31 de Julho de 2000. — *(Assinatura ilegível.)*

Despacho n.º 18 659/2000 (2.ª série). — Considerando o disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 122/99, de 19 de Abril, e ao abrigo do artigo 16.º e da alínea *b*) do n.º 6 do artigo 18.º da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho, é nomeado, em comissão de serviço, na sequência de concurso, para o cargo de chefe de divisão de apoio técnico-administrativo da Direcção-Geral da Administração Educativa, o licenciado Adelino Vieira Pereira, inspector principal do quadro de pessoal da Inspecção-Geral de Saúde do Ministério da Saúde.

28 de Agosto de 2000. — O Ministro da Educação, *Guilherme d'Oliveira Martins.*

Despacho n.º 18 660/2000 (2.ª série). — O Decreto-Lei n.º 54-A/2000, de 7 de Abril, definiu a estrutura orgânica responsável pela gestão, acompanhamento e controlo para o III Quadro Comunitário de Apoio, tendo previsto que o acompanhamento da execução de cada uma das intervenções operacionais competirá a uma Comissão de Acompanhamento, criada nos termos e para os efeitos do disposto no Regulamento (CE) n.º 1260/99.

Nos termos do artigo 39.º do citado diploma, determina-se que a referida Comissão de Acompanhamento, no caso das Intervenções Operacionais Sectoriais, integre, entre outros, representantes dos parceiros económicos e sociais, bem como, quando a natureza das matérias o justifique, representantes de ministérios oriundos das instituições vocacionadas para apoiarem tecnicamente a formulação e o acompanhamento das políticas públicas relevantes.

Deste modo, e considerando que, através do Despacho n.º 13 152/2000 (2.ª série), publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 147, de 28 de Junho de 2000, foi constituída a Unidade de Gestão da Intervenção Operacional da Educação e identificados os membros que, por inerência, passam a integrar a respectiva Comissão de Acompanhamento, torna-se agora necessário proceder à identificação dos seus restantes membros.

Nestes termos, e ao abrigo do disposto nas alíneas *c*) e *d*) do n.º 2 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 54-A/2000, de 7 de Abril, determino:

1 — Integram a Comissão de Acompanhamento da Intervenção Operacional da Educação dois representantes do Conselho Nacional de Educação, nomeados anualmente sob proposta do referido Conselho.

2 — Integram ainda a referida Comissão, para a qual serão nomeados sob proposta do respectivo membro do Governo, os seguintes elementos:

a) Um representante do Ministério da Economia;
b) Um representante do Ministério da Ciência e da Tecnologia;
c) Um representante do Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

3 — Os representantes referidos no número anterior serão convocados para as reuniões da Comissão sempre que as matérias a tratar o justifiquem, designadamente quando se coloquem questões de articulação com as intervenções operacionais tuteladas pelos respectivos Ministérios.

29 de Agosto de 2000. — O Ministro da Educação, *Guilherme d'Oliveira Martins.*

Departamento da Educação Básica

Aviso n.º 13 453/2000 (2.ª série). — Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de Agosto, publica-se a classificação profissional, que mereceu homologação por meu despacho de hoje, relativa ao formando do ensino secundário a seguir indicado, o qual concluiu a profissionalização em serviço no biénio de 1998-2000:

Centro integrado de formação de professores da Universidade de Aveiro

Ensino secundário

5.º grupo:	Classificação profissional — Valores
José Rui Coelho da Silva	16,5

30 de Agosto de 2000. — Pelo Director do Departamento, a Coordenadora do Núcleo de Organização Curricular e Formação, *Maria Luísa Cabeçadas Arsénio Nunes.*

Departamento do Ensino Secundário

Aviso n.º 13 454/2000 (2.ª série). — Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de Agosto, publicam-se as classificações profissionais, que mereceram homologação por meu despacho de hoje, relativas aos professores do ensino secundário a seguir indicados, os quais concluíram com aproveitamento, no ano lectivo de 1999-2000, o 1.º ano da profissionalização em serviço e dispensaram do 2.º ano ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 43.º do decreto-lei acima referido com a nova redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 345/89, de 11 de Outubro:

Universidade Aberta

Ensino secundário

	Classificação profissional — Valores
6.º grupo:	
Manuel Mesquita Dias	14
7.º grupo:	
Benilde Maria da Assunção de Oliveira	15

Escola Superior de Educação de Viseu

Ensino secundário

7.º grupo:	
Ana Cristina Ribeiro dos Santos Cardoso	14

Escola Superior de Educação de Santarém

Ensino secundário

2.º grupo B:	
Nuno José dos Remédios Correia	14,5

Escola Superior de Educação de Coimbra

Ensino secundário

Grupo de Informática:	
António Manuel Monteiro Ribeiro de Oliveira	14

10 de Agosto de 2000. — O Director-Adjunto, *Vítor Manuel Lopes Godinho Boavida.*

Aviso n.º 13 455/2000 (2.ª série). — Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de Agosto, publica-se a classificação profissional, que mereceu homologação, por meu despacho de hoje, relativa ao formando do ensino secundário a seguir indicado, que concluiu a profissionalização em serviço no biénio de 1998-2000, tendo a referida classificação profissional sido calculada de acordo com o disposto no despacho n.º 9-I/SERE/89, de 22 de Maio, mantido em vigor pelo despacho n.º 2-I/SEEI/96, de 15 de Março:

Universidade de Aveiro

Ensino secundário	Classificação profissional — Valores
Grupo de Informática:	
António João da Silva Lopes	15

11 de Agosto de 2000. — O Director-Adjunto, *Vítor Manuel Lopes Godinho Boavida.*

Aviso n.º 13 456/2000 (2.ª série). — Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de Agosto, publicam-se as classificações profissionais, que mereceram homologação por meu despacho de hoje, relativas aos professores do ensino secundário a seguir indicados, os quais concluíram a profissionalização em serviço no biénio de 1998-2000:

Escola Superior de Educação do Porto

Ensino secundário

	Classificação profissional — Valores
Grupo de informática:	
Ana Cristina Freire Ribeiro de Sousa Oliveira Matos ...	13,5
José Júlio Pereira Borges	14

11 de Agosto de 2000. — O Director-Adjunto, *Vítor Manuel Lopes Godinho Boavida.*

Direcção Regional de Educação do Centro

Escola Básica 2 de Vouzela

Aviso n.º 13 457/2000 (2.ª série). — Nos termos do disposto no artigo 132.º do Estatuto da Carreira Docente, faz-se público que se encontra afixada no *placard* da sala do pessoal docente desta Escola a lista de antiguidade dos professores deste estabelecimento de ensino referente a 31 de Agosto de 2000.

Os docentes dispõem de 30 dias a contar do aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

1 de Setembro de 2000. — A Presidente do Conselho Executivo, *Eugénia Maria da Rocha Liz.*

Direcção Regional de Educação do Norte

Escola E. B. 2, 3 de Sernancelhe

Aviso n.º 13 458/2000 (2.ª série). — Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Dezembro, e de acordo com o estatuído nos n.os 1 e 4 do artigo 132 do ECD, avisa-se que se encontra afixada para consulta na sala de convívio dos professores desta Escola a lista de antiguidade do pessoal docente com referência ao ano lectivo de 1999-2000.

Os docentes têm 30 dias a contar da data da publicação deste aviso para reclamação ao dirigente máximo.

1 de Setembro de 2000. — A Presidente do Conselho Executivo, *Lucinda de Jesus Grandão Tomé de Almeida Pinto.*

MINISTÉRIOS DA EDUCAÇÃO E DA REFORMA DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Despacho conjunto n.º 935/2000. — Nos termos do disposto nos n.os 3 e 4 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e no cumprimento da subdelegação de competências estabelecida pelo despacho n.º 1086/2000 (2.ª série), de 15 de Dezembro de 1999, do Secretário de Estado do Ensino Superior, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 12, de 15 de Janeiro de 2000, é aprovado o programa de provas de conhecimentos específicos a utilizar nos concursos de ingresso na categoria de técnico profissional de 2.ª classe, área de alimentação, do grupo de pessoal técnico-profissional do quadro de pessoal dos Serviços de Acção Social da Universidade dos Açores, constante do anexo ao presente despacho e do qual faz parte integrante.

31 de Agosto de 2000. — O Reitor da Universidade dos Açores, *Vasco Garcia.* — Pelo Director-Geral da Administração Pública, a Subdirectora-Geral, *Gabriela Lopes.*

ANEXO

Programa de provas de conhecimentos específicos a utilizar nos concursos de ingresso na categoria de técnico profissional de 2.ª classe, área de alimentação, do grupo de pessoal técnico-profissional, do quadro de pessoal dos Serviços de Acção Social da Universidade dos Açores.

1 — Higiene alimentar:
1.1 — Higiene das instalações;
1.2 — Higiene dos utensílios e equipamentos;
1.3 — Higiene do pessoal;
1.4 — Higiene da laboração;
1.5 — Limpeza (detergentes) e desinfecção;
1.6 — Luta contra pragas;
1.7 — Higiene dos transportes;
1.8 — Armazenamento dos géneros alimentícios.
2 — Microbiologia alimentar:
2.1 — Noções básicas de microbiologia;
2.2 — Acção dos microrganismos nos alimentos;
2.3 — Factores que condicionam a actividade microbiana;
2.4 — Contaminação dos alimentos. Contaminação cruzada.
3 — Toxi-infecções alimentares:
3.1 — Agentes causadores e períodos de incubação;
3.2 — Alimentos mais propícios;
3.3 — Sintomatologia e reservatório dos agentes da toxi-infecção alimentar.
4 — Manutenção da qualidade dos alimentos.
5 — Alterações mais frequentes dos alimentos.
6 — Alimentação colectiva:
6.1 — Sistema de identificação de risco e controlo dos pontos críticos;
6.2 — O conceito de HACCP na higiene e segurança alimentar.

Despacho conjunto n.º 936/2000. — Nos termos do disposto nos n.os 3 e 4 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e no cumprimento da subdelegação de competências estabelecida pelo despacho n.º 1086/2000 (2.ª série), de 15 de Dezembro de 1999, do Secretário de Estado do Ensino Superior, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 12, de 15 de Janeiro de 2000, é aprovado o programa de provas de conhecimentos específicos a utilizar nos concursos de ingresso na carreira de operador de sistemas, do grupo de pessoal de informática, do quadro de pessoal dos Serviços de Acção Social da Universidade dos Açores, constante do anexo ao presente despacho e do qual faz parte integrante.

31 de Agosto de 2000. — O Reitor da Universidade dos Açores, *Vasco Garcia.* — Pelo Director-Geral da Administração Pública, a Subdirectora-Geral, *Gabriela Lopes.*

ANEXO

Programa de provas de conhecimentos específicos a utilizar nos concursos de ingresso na carreira de operador de sistemas, do grupo de pessoal de informática, do quadro de pessoal dos Serviços de Acção Social da Universidade dos Açores.

1 — *a*) Introdução à informática:

Conceitos gerais;
História da evolução e da utilização dos computadores;
O processamento automático da informação;
A inserção da informática nas organizações;

b) Introdução aos computadores e aos sistemas operativos:

Arquitectura dos computadores;
Sistemas de exploração;
O computador no desenvolvimento das novas tecnologias;

c) Redes de computadores e protocolos de comunicação;
d) Estrutura de dados:

Ficheiros e métodos de acesso;
Introdução às bases de dados;

e) A função operação.
2 — A natureza e duração das provas e a delimitação das matérias constarão do respectivo aviso de abertura.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Administração Regional de Saúde do Centro

Sub-Região de Saúde de Coimbra

Aviso n.º 13 459/2000 (2.ª série). — *Concurso interno de acesso geral para a categoria de assistente administrativo principal da carreira de assistente administrativo do grupo de pessoal administrativo.* — Torna-se público que a lista de classificação final do concurso interno de acesso geral para provimento de 37 lugares de assistente administrativo principal, a que se reporta o aviso n.º 2598/2000 (2.ª série), publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 35, de 11 de Fevereiro de 2000, com a rectificação n.º 816/2000 (2.ª série), publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 62, de 14 de Março de 2000, bem como a acta que define os respectivos critérios, se encontram afixadas no expositor da entrada principal das instalações da Sub-Região de Saúde de Coimbra, sitas à Avenida de Afonso Henriques, 141, em Coimbra.

Nos termos do n.º 1 do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, no âmbito do exercício do direito de participação dos interessados, os candidatos dispõem do prazo de 10 dias úteis, contados nos termos do artigo 44.º do mesmo diploma legal, para dizerem, querendo, por escrito, o que se lhes oferecer.

O processo do concurso pode ser consultado nos primeiros 10 dias úteis a seguir à data da publicação deste aviso, na referida Sub-Região, nas instalações sitas à Rua de Filipe Simões, 15, em Coimbra, das 9 horas e 30 minutos às 12 horas e das 14 horas e 30 minutos às 17 horas.

30 de Agosto de 2000. — O Presidente do Júri, *Rogério Ramos Bernardes.*

Aviso n.º 13 460/2000 (2.ª série). — *Lista de classificação final do concurso interno geral de acesso para provimento de dois lugares vagos na categoria de enfermeiro especialista em enfermagem de saúde materna e obstétrica, nível 2, da carreira de enfermagem do quadro de pessoal da Sub-Região de Saúde de Coimbra, aberto pelo aviso n.º 17 618/99, publicado no* Diário da República, *2.ª série, n.º 283, de 6 de Dezembro de 1999, e com a rectificação n.º 114/2000, publicada no* Diário da República, *2.ª série, de 18 de Janeiro de 2000:*

	Valores
1.º Maria Bertina Carrasqueira dos Santos Lopes	18,836
2.º Augusto Alvarez Morais	17,868
3.º Ana Cristina Rodrigues Simões Leandro Candeias	15,176
4.º Maria da Graça Bonito Monteiro	14,702
5.º Rosa Maria Madeira Dinis	13,763
6.º António Manuel Cavaleiro de Matos	13,532
7.º Celestina Isabel Simões Costa	13,208

Da presente lista cabe recurso, a interpor no prazo de 10 dias úteis para o Secretário de Estado dos Recursos Humanos e da Modernização da Saúde, nos termos do n.º 1 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro.

5 de Setembro de 2000. — A Presidente do Júri, *Maria Georgeta Arsénio Sebastião Oliveira Baio.*

Sub-Região de Saúde de Leiria

Aviso n.º 13 461/2000 (2.ª série). — Nos termos do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, a seguir se publica a lista de candidatos admitidos ao concurso interno geral de aceso para preenchimento de um lugar de enfermeiro-chefe constante do quadro de pessoal do Centro de Saúde do Bombarral, cujo aviso n.º 10 821/2000 (2.ª série) foi publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 155, de 7 de Julho de 2000:

Candidatos admitidos:

Adelaide Elisa Lourenço Pinheiro Grácio Santos.
Américo Manuel Henriques Coelho Antunes.
Anabela Faria Carvalho.
António Pedro dos Santos Hortelão.
Deolinda Vieira Pragosa da Costa.
Esther Andersen.
Isabel Maria Maia Henriques Jácome da Costa.
Júlia Sofia Pereira de Barros Nunes.
Leonel Ramos Pereira.
Lúcia Maria Fernandes Mota.
Lucília Maria Rego Pacheco Sousa.
Manuel Tiago e Sousa da Silva.
Margarida do Rosário da Cruz e Silva Lopes.
Maria Clara Escudeiro Santa Abrantes.
Maria de Fátima Gonçalves Neto Pereira.
Maria de Fátima Jordão Pereira Neves.
Maria de Fátima Moreira Rodrigues.
Maria Filomena de Morais Sarmento Machado Matos.
Maria Isabel Lucas Simões.
Maria Violeta Custódia Branco.

31 de Agosto de 2000. — O Coordenador, *Hélder José Ferreira.*

Direcção-Geral da Saúde

Centro Hospitalar de Coimbra

Aviso n.º 13 462/2000 (2.ª série). — *Concurso n.º 10/2000 — enfermeiro especialista em enfermagem médico-cirúrgica.* — Para conhecimento, publica-se a lista de classificação final dos candidatos admitidos ao concurso n.º 10/2000 — enfermeiro especialista em enfermagem médico-cirúrgica, homologada por despacho do conselho de administração do Centro Hospitalar de Coimbra em 18 de Agosto de 2000:

	Valores
1.º Maria Helena Marques Antunes Dias	18,54
2.º Maria Alice da Silva Viseu	16,93
3.º Isabel Maria Lucas dos Santos	16,90
4.º Marta da Conceição Ramos Gonçalves Vicente	16,00

O prazo de 10 dias úteis para interposição de eventuais recursos conta-se a partir da data da publicação do presente aviso.

Foram efectuadas as audiências orais aos interessados, conforme o estipulado no artigo 102.º do Código do Procedimento Administrativo.

23 de Agosto de 2000. — A Administradora-Delegada, *Rosa Reis Marques.*

Aviso n.º 13 463/2000 (2.ª série). — *Concurso n.º 105/99 — costureira.* — A lista de classificação final dos candidatos admitidos e excluídos no concurso n.º 105/99 — costureira, aberto por aviso publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 9, de 12 de Janeiro de 2000, homologada pelo conselho de administração do Centro Hospitalar de Coimbra em 18 de Agosto de 2000, encontra-se afixada, para consulta, no *placard* do Serviço de Pessoal deste Centro Hospitalar de Coimbra e na secretarias dos hospitais integrados a partir da data da publicação deste aviso no *Diário da República.*

Antes da homologação atrás mencionada foram efectuadas as audiências dos interessados, conforme estipulado nos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo (Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro).

O prazo de 10 dias úteis para interposição de eventuais recursos conta a partir da data do registo da comunicação a enviar aos candidatos aquando da publicação deste aviso no *Diário da República,* respeitada a dilação de três dias.

Da homologação da lista de classificação cabe recurso hierárquico com efeito suspensivo, a interpor no prazo de 10 dias úteis para o membro do Governo competente.

25 de Agosto de 2000. — A Administradora-Delegada, *Rosa Reis Marques.*

Aviso n.º 13 464/2000 (2.ª série). — *Concurso n.º 91/99 — operador de lavandaria.* — A lista de classificação final dos candidatos admitidos e excluídos no concurso n.º 91/99 — operador de lavandaria, aberto por aviso publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 8, de 11 de Janeiro de 2000, homologada pelo conselho de administração do Centro Hospitalar de Coimbra em 18 de Agosto de 2000, encontra-se afixada, para consulta, no *placard* do Serviço de Pessoal deste Centro Hospitalar de Coimbra e nas secretarias dos hospitais integrados a partir da data da publicação deste aviso no *Diário da República.*

Antes da homologação atrás mencionada foram efectuadas as audiências dos interessados, conforme estipulado nos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo (Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro):

O prazo de 10 dias úteis para interposição de eventuais recursos conta a partir da data do registo da comunicação a enviar aos candidatos aquando da publicação deste aviso no *Diário da República,* respeitada a dilação de três dias.

Da homologação da lista de classificação cabe recurso hierárquico com efeito suspensivo, a interpor no prazo de 10 dias úteis para o membro do Governo competente.

25 de Agosto de 2000. — A Administradora-Delegada, *Rosa Reis Marques.*

Aviso n.º 13 465/2000 (2.ª série). — Nos termos do n.º 1 do artigo 34.º e da alínea *b*) do n.º 2 do mesmo artigo do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 Julho, torna-se pública a lista dos candidatos excluídos ao concurso externo de ingresso n.º 90/99, (auxiliar de apoio e vigilância) da carreira dos serviços gerais, aberto por aviso publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 300, de 28 de Dezembro de 1999:

Candidatos excluídos:

Acácio José Jorge dos Santos Pratas (*a*).
Adalberto Pedro de Lemos Rodrigues Pimentel (*b*).
Adelaide Maria Fernandes Ribeiro Filipe (*a*).
Adélia Maria Dias da Silva Marcos (*a*).
Agostinho Costa Dinis (*b*).
Aida Sofia Alves Ramalho (*a*).
Alcina Maria de Jesus Ventura da Cruz (*b*).
Alda Maria Costa da Silva (*a*).
Alda Maria Ferreira Veiga Hernandes (*b*).
Alda Maria Marques Antunes da Costa (*a*).
Alexandra Maria Pimentel Gonçalves (*a*).
Alexandre José Pereira Guerra (*b*).
Alzira de Jesus da Silva Alves Costa (*b*).
Ana Catarina Mourão Jacinto Geada (*a*).
Ana Cláudia dos Santos Rodrigues (*b*).
Ana Cristina da Costa Lousada (*a*).
Ana Cristina da Fonseca Arcanjo Arinto (*b*).
Ana Cristina da Silva Henriques Neves (*b*).
Ana Cristina Marques Ferreira (*a*).
Ana Cristina Rodrigues dos Santos Costa (*a*).
Ana Isabel Lucas Rodrigues Carecho Martins (*a*).
Ana Isabel Neves Serra (*a*).
Ana Luísa Ferreira Alves (*a*).
Ana Maria Azevedo Gomes das Neves (*a*).
Ana Maria Ferreira Taborda (*b*).
Ana Maria Lopes Ramalho Ferreira Costa (*b*).
Ana Maria Madeira da Costa (*b*).
Ana Maria Mendes de Oliveira (*b*).
Ana Maria Ribeiro Fernandes (*b*).
Ana Patrícia Lourenço Rodrigues (*a*).
Ana Patrícia Tomás Ferreira (*a*).
Ana Paula Afonso Fernandes Selores (*b*).
Ana Paula de Jesus Cordeiro Marques Campos Lobo (*b*).
Ana Paula dos Santos Pereira Andrade (*b*).
Ana Paula Félix Lopes Ribeiro (*b*).
Ana Paula Luís Gonçalves (*a*).
Ana Paula Miguel da Cruz (*b*).
Ana Paula Oliveira dos Santos Fonseca (*a*).
Ana Paula Rodrigues Graça da Silva (*a*).
Ana Paula Simões Lourenço Almeida (*b*).
Ana Sofia da Costa Catarino (*b*).
Anabela Antunes Silva Palaio (*b*).
Anabela da Conceição Santos Lucina (*a*).
Anabela da Conceição Figueira da Silva Ferreira (*b*).
Anabela dos Santos Alves Jesus (*a*).
Anabela Duarte Silva (*b*).
Anabela Jorge Gaspar (*b*).
Anabela Martins Carrito (*b*).
Anabela Monteiro Carvalho (*b*).
Anabela Pedro dos Santos Neves Duarte (*b*).
Anabela Ribeiro Simões Pereira (*b*).
Anabela Roque da Silva Rama (*a*).
Andrea Filipa Trindade Carvalho (*a*).
Andrea Maria Marques Penela Ferreira (*b*).
Andrea Sofia Mendes Correia (*a*).
Andreia Cláudia Ferreira Loureiro (*a*).
Andreia Isabel Pinto Paixão (*a*).
António Beja de Oliveira Cera (*a*).
António José da Costa Magalhães (*b*).
António José da Assunção Nunes (*b*).
António José Malva Padilha (*b*).
António José Paiva Carvalho (*b*).
António Malva Cipriano (*a*).
António Manuel de Oliveira Paiva (*b*).
António Manuel Navarro Pimentel (*b*).
António Manuel Vieira Fachada Pereira (*a*).
António Ribeiro Ferreira (*b*).
António Virgílio Marques Lucas (*a*).
Ary Manuel Nunes Coutinho (*b*).
Augusto António Ferreira Santos (*b*).
Áurea Fernanda Rebouta Mendes (*b*).
Áurea Maria de Jesus Almeida (*b*).
Belmira Maria da Conceição da Silva Cabral Brito (*a*).
Benvinda Paula Rodrigues Tavares Fernandes (*a*).
Branca Maria Marques Vieira Gonçalves (*b*).
Bruno Manuel Neves Monteiro (*b*).
Bruno Miguel Rodrigues da Silva (*a*).
Carina Teresa Rolim Jerónimo (*a*).
Carla Alexandra Pascoal Salgado (*b*).
Carla Catarina Simões Andrade (*b*).
Carla Cristina Inácio Augusto (*b*).
Carla Dolores Carvalho Viegas Malhão (*a*).
Carla Isabel Silvestre Nobre (*a*).
Carla Maria Amaro Machado (*a*).
Carla Sofia Nunes Reis Rodrigues (*a*).
Carla Sofia Rafael Martins (*a*).
Carla Susana Gonçalves Pereira do Espírito Santo (*a*).
Carla Susana Rodrigues Santos (*a*).
Carla Susana Tomás Reis Santos (*a*).
Carlos Alberto Rodrigues dos Santos (*a*).
Carlos Alfredo Batista Pratas (*a*).
Carlos Manuel de Almeida Filipe (*a*).
Carlos Rodrigues Gregório Correia (*b*).
Cármen Alexandra de Daniel Augusto (*a*).
Cármen Matilde Rebouta Mendes (*b*).
Cármen Raquel Mateus Ventura (*a*).
Catarina Alexandra Cunha Azedo Pereirinha (*b*).
Catarina Isabel Ferreira da Costa (*b*).
Catarina Isabel Quinteiro Ferreira Marques (*a*).
Catarina Joana Rodrigues Andrade Antão (*b*).
Catarina Sofia Almeida Carvalho (*b*).

Cecília Maria Carvalho da Costa Afonso (*b*).
Cecília Maria Filipe Almeida (*a*).
Célia Maria Ferreira Martins (*a*).
Célia Maria Rebouta Mendes (*b*).
Célia Maria Rodrigues Cipriano Oliveira (*a*).
Cidália Lourenço Lopes Jegundo (*b*).
Clara Isabel Mendes Rodrigues de Jesus (*a*).
Clara Maria Reis dos Santos (*b*).
Cláudia Cristina Pereira Rodrigues (*b*).
Cláudia Maria da Silva Teixeira Lopes (*a*).
Cláudio de Oliveira Fernandes (*a*).
Cláudio Filipe Ventura dos Santos (*a*).
Cláudio Sérgio Pereira Braga (*a*).
Cristina Isabel Miguel da Silva (*b*).
Cristina Maria Branco Gaspar (*b*).
Cristina Maria Duarte Nogueira (*b*).
Cristina Maria Gomes Colaço (*b*).
Cristina Maria Gonçalves Ferreira Madeira (*b*).
Cristina Maria Pereira de Matos Dias (*a*).
Cristina Paula de Sousa Seguro (*b*).
Dália Maria Leitão Pacheco (*b*).
David Alexandre dos Santos Duarte (*a*).
Deolinda Maria Silva Leitão (*b*).
Deonilde de Sousa Dias (*b*).
Diana Raquel Craveiro Silva (*a*).
Dina Maria dos Santos Cascão (*b*).
Diná Rodrigues do Nascimento (*b*).
Domingos Manuel Dinis Ferreira (*b*).
Dora Cristina Pessoa da Silva (*b*).
Dora Isabel Simões da Costa (*b*).
Dora Sofia Ventura Serrano (*b*).
Dorinda Marília de Santos Sousa (*a*).
Dulce Maria Matos Oliveira (*b*).
Edite Catarina Ferreira Pires (*a*).
Edite Maria Duarte Oliveira Eloy (*a*).
Edite Maria Ferreira Carvalho (*a*).
Elisa da Conceição da Fonseca Costa Afonso (*b*).
Elisa Maria Ferreira Antunes das Neves (*a*).
Elisabete da Conceição Gaspar Pimenta (*b*).
Elisabete da Conceição Teixeira Pereirinha Silva (*b*).
Elisabete Luísa Baptista de Matos (*b*).
Elisabete Maria Gomes de Matos Araújo (*b*).
Elsa Margarida Lopes de Oliveira (*b*).
Elsa Maria Baptista Pereira (*b*).
Elsa Maria Matias dos Santos Vieira (*a*).
Elsa Maria Morais Pedro Oliveira (*a*).
Emanuel Branco da Silva Alves (*b*).
Emília Clotilde Ferreira Agostinho (*a*).
Encarnação Jesus Rebelo (*a*).
Ester Joaquim Monteiro (*a*).
Etelvina Maria Alves Almeida Cruz (*a*).
Etelvina Pereira Azevedo da Silva (*c*).
Fátima Carina Andrade Ferreira (*a*).
Fátima Maria Manaia Braz (*b*).
Fátima Maria Marques dos Reis Pratas (*b*).
Fausto Manuel Martins da Silva (*b*).
Fernanda Fernandes Pereira Forte (*b*).
Fernanda Maria Alvarinhas de Almeida (*b*).
Fernanda Maria Duarte Pinto (*b*).
Fernanda Maria Martins de Melo (*a*).
Fernando Jorge Domingues Correia (*a*).
Fernando Jorge Francês Lúcio (*a*).
Fernando Manuel Martins Carrito (*b*).
Fernando Samuel Figueiredo Cunha (*b*).
Fernando Vasco Ferreira Lopes (*b*).
Filipe César da Fonseca Duarte (*a*).
Filomena Elízia Teixeira de Araújo Zuzarte de Mendonça Santos (*b*).
Filomena Teresa Gomes de Jesus (*a*).
Flávia do Carmo Peralta dos Santos (*a*).
Floripes da Conceição Ramos (*b*).
Glória Maria Lucas Duarte (*b*).
Graça Ferreira Venceslau Sousa Ferreira (*b*).
Graça Maria Ferreira da Silva (*a*).
Graça Maria Santos Oliveira Simões (*b*).
Graciete Maria Almeida dos Reis (*a*).
Guida Maria Cardoso de Carvalho (*a*).
Guida Maria Monteiro Pereira (*b*).
Guilhermina Gomes Ferreira (*b*).
Helena Margarida Gonçalves Barbosa Nunes Videira (*a*).
Helena Maria das Neves Ribeiro (*b*).
Helena Maria dos Santos Miranda (*a*).
Helena Maria dos Santos Silva Areias (*b*).
Helena Maria Figueira Castilho (*a*).
Helena Maria Matias Dias (*b*).
Helena Maria Neves Cardoso Gameiro (*b*).
Helena Maria Ribeiro Alves (*a*).
Helena Maria Rodrigues Pires Carvalho (*b*).
Helena Maria Sanches Pimentel Ângelo (*b*).
Hélia de Fátima Taborda Simões (*b*).
Hélia Maria Neves Esteves Sobreira (*b*).
Hélio José Ferreira Simões (*b*).
Hermínia de Campos Antunes (*a*).
Hermínio Augusto da Costa Teixeira (*b*).
Hugo Rafael Abreu Santos (*a*).
Ilda da Conceição Alves Pereira Abreu (*a*).
Ilda Maria Cardoso Faria (*b*).
Ilda Maria Gomes Duarte (*b*).
Ilda Maria Mendes Tavares Andrade (*a*).
Ilda Maria Rodrigues Costa Guerra (*a*)
Inês Maria Clemente de Oliveira (*a*).
Iola Susana Carvalho Martins (*a*).
Íris Marina Ruas da Silva Ramos Pereira (*a*).
Isabel Cristina Rodrigues Santos Neves (*a*).
Isabel de Oliveira Castanheira Silvestre (*a*).
Isabel Margarida Simões Patrício (*a*).
Isabel Maria Abreu Rato Gomes (*b*).
Isabel Maria Couceiro Costa (*b*).
Isabel Maria Cunha Rodrigues (*b*).
Isabel Maria da Costa Pires (*b*).
Isabel Maria da Cunha Almeida Marcedo Rato (*b*).
Isabel Maria de Morais Pereira Afonso (*b*).
Isabel Maria de Sousa Teixeira (*b*).
Isabel Maria Dias Bento Malhão (*a*).
Isabel Maria dos Santos Miranda (*a*).
Isabel Maria Fernandes (*a*).
Isabel Maria Fernandes da Paz (*a*).
Isabel Maria Ferreira Gomes (*a*).
Isabel Maria Ferreira Moita (*a*).
Isabel Maria Jorge Flor (*b*).
Isabel Maria Matos Aguiar Botelho (*b*).
Isabel Maria Mendes Henriques Graça Rodrigues (*b*).
Isabel Maria Monteiro de Sousa Martins (*b*).
Isabel Maria Pereira Caridade Pessoa (*b*).
Isabel Maria Silva Batista Lopes (*a*).
Isabel Maria Varela Dias (*a*).
Isabel Natércia Cardosa (*b*).
Isaura do Amaral Craveiro (*b*).
Ivone Cláudia da Costa Antunes (*b*).
Joana Rita Lousada de Melo Ferreira (*b*).
João Cláudio Gaspar Cordeiro (*a*).
João Filipe Serra da Gama Pereira Lopes (*a*).
João Manuel Alves de Almeida (*a*).
João Manuel Carvão Quintas (*a*).
João Manuel Pinto Franco (*b*).
João Manuel Serôdio Gomes (*a*).
João Paulo Carvalho Neves (*b*).
João Paulo Figueira da Silva Castilho (*a*).
João Paulo Pinto da Cruz Bastos (*a*).
João Pedro Mota Frazão Monteiro (*b*).
João Ricardo Simões Rocha (*b*).
Joel Vítor Vieira (*a*).
Jorge Humberto da Cruz Simões (*a*).
Jorge Manuel da Fonseca Neves (*a*).
Jorge Manuel Ferreira de Sousa (*a*).
José António Teixeira Neves (*b*).
José Carlos Oliveira de Jesus (*a*).
José dos Santos Ferreira (*a*).
José Manuel Ribeiro Almeida Charneca (*b*).
José Miguel Flor Felício (*b*).
Judite Maria de Jesus Ventura da Cruz (*b*).
Júlia Maria Alves Madeira (*b*).
Laura da Conceição Ventura Ferreira (*a*).
Laura Diana Lopes Simões (*b*).
Laura Maria de Jesus Carvalho (*a*).
Laurinda Jorge Ramos (*a*).
Lénia Gabriela Ferreira Lourenço Leonardo (*a*).
Leonildo Correia Chorro (*b*).
Licínia Maria Sousa de Oliveira Pimentel (*b*).
Lídia Maria dos Reis Figueiredo (*b*).
Liliana Andrea Sousa Salvador Pocinho (*b*).
Liliana Cristina Nicolau Oliveira (*b*).
Liliana Cristina Rodrigues Simões (*b*).
Liliana Isabel Mendes Neto (*b*).
Liliana Isabel Ribeiro Marques Seiça (*b*).
Liliana Patrícia Figueiredo de Carvalho (*b*).
Liliana Patrícia Gonçalves Branco (*b*).
Lina Cláudia de Oliveira Santos (*b*).
Lino António Ferreira Rodrigues (*a*).

Lisete Garrido Marques (*b*).
Lourenço Cortesão Faria (*a*).
Lúcia do Carmo Rodrigues Maia (*b*).
Lúcia Fernanda Alves dos Santos (*b*).
Lúcia Guiomar Domingues Barata (*a*).
Luciana Margarida Leonardo Raimundo (*a*).
Lucília Maria Duarte André de Almeida (*b*).
Lucília Maria Pires de Almeida Marcedo (*b*).
Lucília Maria Simões da Costa (*b*).
Luís Filipe da Cruz Pratas Marques (*a*).
Luís Miguel Fontes Guiné (*a*).
Luís Miguel Rodrigues Ferreira (*b*).
Luís Pedro Machado Tavares (*a*).
Luísa Isabel Simões Patrício (*b*).
Luísa Maria Inácio Augusto (*c*).
Luísa Maria Sarmento Santos Ferreira (*b*).
Mafalda Isabel Ferreira Matias (*a*).
Mafalda Sofia Santos Pereira (*b*).
Mafalda Sofia São Bento Duarte (*b*).
Magda Catarina Hernandes dos Santos (*b*).
Manuel António Picamilho Balixa (*a*).
Márcia Daniel Marques (*a*).
Márcia Isabel Gouveia Pimentel (*b*).
Márcia Sofia Gabriel Gonçalves (*b*).
Marco António Oliveira dos Santos (*a*).
Margarida Isabel das Neves Travassos Carvalho (*a*).
Margarida Isabel Duarte Nogueira (*b*).
Margarida Isabel Garcia Madeira Mascarenhas (*b*).
Margarida Isabel Luís dos Santos (*a*).
Margarida Maria Simões da Costa (*b*).
Mari Lúcia Matias Craveiro (*a*).
Maria Adelaide Lopes dos Santos (*a*).
Maria Adélia Basílio Frango (*b*).
Maria Adélia Rodrigues Agostinho (*b*).
Maria Alcina Matos Correia (*b*).
Maria Alcinda Ventura Marques da Silva (*b*).
Maria Alexandrina Bispo Gonçalves (*b*).
Maria Algina Carvalhal Cardoso Henriques (*b*).
Maria Alice Godinho Gonçalves (*b*).
Maria Alice Lopes de Jesus (*a*).
Maria Celeste da Silva Alves (*b*).
Maria Celeste Oliveira Santos (*a*).
Maria Celeste Rodrigues Simões (*b*).
Maria Cidália Ferreira Vilela Cruz (*b*).
Maria Clara dos Santos Silva Borges (*b*).
Maria Clotilde de Oliveira Geraldo Santos (*a*).
Maria Cristina França Cardoso (*a*).
Maria da Assunção Ferreira Ventura Reis (*b*).
Maria da Conceição Lopes Ferreira (*b*).
Maria da Conceição Alves Bruno Simões (*b*).
Maria da Conceição Bernardes Gaspar (*b*).
Maria da Conceição Ferreira de Melo (*b*).
Maria da Conceição Sampaio dos Reis (*a*).
Maria da Conceição Torres Ferreira Letra (*a*).
Maria da Glória Batista Santos Ventura (*b*).
Maria da Graça das Neves Batista Figo (*b*).
Maria da Graça Domingues (*b*).
Maria da Graça Reis Carvalho Rosa (*b*).
Maria da Luz Alves (*b*).
Maria da Luz Matias Carvalheiro Simões (*a*).
Maria da Natividade Gonçalves dos Santos (*a*).
Maria da Natividade Sales dos Santos (*a*).
Maria da Paz Correia Santos (*b*).
Maria de Assunção Rodrigues Oliveira Moita (*b*).
Maria de Fátima Dias dos Santos (*a*).
Maria de Fátima Lima Quintas (*a*).
Maria de Fátima Loureiro Ligeiro (*b*).
Maria de Fátima Monteiro Mendes (*a*).
Maria de Fátima Pereira Nobre (*b*).
Maria de Fátima Rodrigues Ferreira Noro (*a*).
Maria de Fátima Rodrigues das Neves Fernandes (*a*).
Maria de Fátima Silva dos Anjos (*a*).
Maria de Fátima Simões Relva Bolito (*b*).
Maria de Fátima Soares Gomes Pais Carvalho (*b*).
Maria de Fátima Vaz das Neves Costa (*b*).
Maria de Fátima Videira Mendes Filipe (*b*).
Maria de La-Salete Dias Coelho Oliveira (*b*).
Maria de Lurdes Borges Amaral Costa (*b*).
Maria de Lurdes da Cruz Dias Pereira Semedo (*b*).
Maria de Lurdes Figueiredo Neves Melo (*a*).
Maria de Lurdes Monteiro de Nóbrega Pereira Lima (*a*).
Maria de Lurdes Pereira Barreiro (*b*).
Maria de Nazaré Serém dos Santos Henriques Pinheiro (*b*).
Maria do Carmo Costa Duarte (*b*).
Maria do Carmo Martins Mendes (*b*).
Maria do Céu da Costa Lameiro (*b*).
Maria do Céu de Jesus Miranda (*a*).
Maria do Céu Garcia Mendes (*b*).
Maria do Céu Nogueira Reis (*b*).
Maria do Rosário Fonseca Costa Taborda (*b*).
Maria do Rosário Rodrigues Ferreira Costa (*b*).
Maria Dulce Camilo Almeida Sousa (*a*).
Maria Emília Brito Correia (*b*).
Maria Emília Carvalho Parente (*b*).
Maria Emília Saraiva Martins (*a*).
Maria Estela Mendes Dinis Roso (*b*).
Maria Fernanda Baptista Inácio (*a*).
Maria Fernanda Rodrigues Dias Santos (*b*).
Maria Filomena Girão Lopes Fonseca (*b*).
Maria Filomena Mendes Pimentel Travassos (*a*).
Maria Gorete Peneiras Penela (*a*).
Maria Helena Antunes Silva (*b*).
Maria Helena Caridade Pires (*b*).
Maria Helena de Jesus Antunes Leitão (*a*).
Maria Helena de Jesus Oliveira Afonso (*b*).
Maria Helena Dias Vagos Azul (*a*).
Maria Helena Gomes Duarte de Oliveira Várzeas (*b*).
Maria Helena Gonçalves Coelho (*a*).
Maria Helena Martins Machado Ferreira (*a*).
Maria Irene Figueiredo Brito Santos (*a*).
Maria Isabel Alegria Fernandes Simões (*b*).
Maria Isabel Alves Raimundo (*b*).
Maria Isabel Alves Vieira (*b*).
Maria Isabel da Silva Alves (*a*).
Maria Isabel Eufrásio da Silva Simões (*b*).
Maria Isabel Gorgulho Pinto (*a*).
Maria Isabel Janeiro Martins Leitão (*b*).
Maria Isabel Maia Figueiredo (*b*).
Maria Isabel Oliveira Santos Henriques (*a*).
Maria Isabel Teixeira Pereirinha da Silva (*b*).
Maria João da Fonseca Arcanjo Pacheco Mendes (*a*).
Maria João Fernandes dos Santos (*b*).
Maria João Guiomar Oliveira Firmo Pires (*b*).
Maria João Morais dos Santos Matos (*b*).
Maria José Abrantes Loureiro Barbosa (*b*).
Maria José de Oliveira Pauseiro (*b*).
Maria José Ligeira Simões (*a*).
Maria José Santos Fernandes Coelho (*a*).
Maria Leonilde Marques Alves Paulino (*a*).
Maria Leonor Correia Vasconcelos Antunes (*a*).
Maria Leonor Rosário Duarte (*b*).
Maria Liliana Simões Batista (*b*).
Maria Lúcia dos Santos Silva (*a*).
Maria Lúcia Pires Lamas Serrador (*b*).
Maria Luísa da Silva Cruz (*a*).
Maria Luísa de Matos Rodrigues Costa (*b*).
Maria Luísa Oliveira Garcia (*b*).
Maria Luísa Ribeiro Serra Gonçalves (*b*).
Maria Madalena do Vale Duarte Celavisa Dinis (*b*).
Maria Manuela Costa Andrade Morais (*a*).
Maria Manuela de Oliveira M. Santos (*b*).
Maria Manuela dos Santos e Sousa (*b*).
Maria Manuela Fernandes Marques Pita (*a*).
Maria Manuela Mendes Queda Vieira (*b*).
Maria Manuela Moita Simões Fernandes (*a*).
Maria Manuela Pratas Dias Melo dos Reis (*b*).
Maria Manuela Ribeiro Lopes Carnim Duarte (*a*).
Maria Margarida da Silva Teixeira Rodrigues (*a*).
Maria Natália da Costa Pires Figueiredo (*b*).
Maria Nazaré Lobão Mariano (*a*).
Maria Paula Antunes Ferreira (*b*).
Maria Saudade Salgueiro da Silva Cabral (*a*).
Maria Teresa da Graça Castanho Ferreira (*b*).
Maria Teresa Fidalgo Lopes (*a*).
Maria Teresa Motas de Oliveira (*a*).
Maria Teresa Ribeiro Ramos (*b*).
Maria Teresa Silva Leite (*a*).
Marília Francisco Ramos (*b*).
Marília Raquel Magalhães Correia (*b*).
Mário Jorge Marques Simões (*b*).
Marisa Cristina de Melo Correia (*b*).
Marlene Susana dos Santos Seco (*b*).
Marta Alexandra dos Santos Garcia (*b*).
Marta Isabel Corino de Jesus (*a*).
Marta Luísa Amado Ramos (*a*).
Marta Maria Jesus Vidal (*b*).
Marta Sofia da Fonseca Marques (*a*).
Mercedes Maria Peneiras Penela (*a*).

Milene Isabel Pereira de Sousa (*a*).
Mónica Alexandra Cruz Moutinho Montalvão (*b*).
Mónica Sofia Gonçalves Cordeiro (*b*).
Mónica Sofia Lopes Fonseca (*a*).
Natália Baroa Domingues (*b*).
Nélia de Fátima Sousa Caetano Lopes Lousada (*b*).
Nélia Margarida Combo da Costa (*a*).
Nélia Margarida Jesus Correia Mateus (*a*).
Nuno Filipe Marques Ferreira Alves (*a*).
Nuno Gonçalo da Costa Marques (*b*).
Nuno Luís Monteiro Taborda Cruz Neves (*b*).
Nuno Miguel da Silva Marques (*b*).
Nuno Miguel Martins Camarinha (*a*).
Odete dos Santos Caetano (*b*).
Olga Maria Correia Monteiro (*b*).
Olga Sofia de Jesus Ventura da Cruz.
Olinda da Conceição Alves da Fonseca Lopes (*b*).
Otília Maria Ribeiro Almeida (*b*).
Patrícia Andreia Carvalho Reis (*a*).
Patrícia Isabel Sousa Vilão Cunha (*a*).
Paula Alexandre Colaço Marinho (*b*).
Paula Antónia Videira de Lemos Bogalho Neves (*b*).
Paula Cristina Carvalho Neves Cruz (*b*).
Paula Cristina de Castro Reis (*a*).
Paula Cristina Pinto Ferreira (*a*).
Paula Cristina Poiares dos Santos (*b*).
Paula Cristina Vieira Gonçalves (*a*).
Paula Maria Carvalho de Almeida (*a*).
Paula Maria Melo da Silva Barroca (*b*).
Paula Sandra Silva Martins Nogueira (*a*).
Paula Sofia Melo da Silva (*b*).
Paulo Alexandre Belino Cardoso (*a*).
Paulo Alexandre Freitas Vilela (*a*).
Paulo Eduardo dos Santos Vieira (*a*).
Paulo Jorge Cardetas Vaz (*a*).
Paulo Jorge de Jesus Carvalho (*b*).
Paulo Jorge Marques Simões (*a*).
Paulo Jorge Santos Correia (*a*).
Paulo Jorge Silvério Farinha da Silva (*a*).
Paulo Sérgio Morais dos Santos Cruz (*b*).
Pedro Gabriel Oliveira Neves (*a*).
Pedro Jorge Simões de Carvalho (*a*).
Pedro José dos Santos Cruz (*b*).
Pedro Manuel Borges Santos (*a*).
Pedro Manuel Costa Oliveira Esteves Madeira (*a*).
Pedro Miguel do Vale Simões (*a*).
Pedro Miguel Duarte Antunes (*b*).
Pedro Miguel Teixeira Rodrigues (*a*).
Ricardo Filipe Duarte dos Santos (*b*).
Ricardo Jorge Lopes da Conceição (*b*).
Ricardo Miguel Feliciano Mesquita Melo (*b*).
Rodrigo António Machado das Neves (*a*).
Rosa Maria de Oliveira Dias (*b*).
Rosa Maria dos Santos Baptista (*a*).
Rosa Maria Ferreira Monteiro Marques (*b*).
Rosa Maria Gomes Vaz (*b*).
Rosa Maria Marques Pratas Banaco (*a*).
Rosa Maria Monteiro Marques (*b*).
Rosa Maria Pereira Simões Figueiredo (*b*).
Rosa Maria Rosado da Fonseca (*a*).
Rui António Pires Fernandes (*b*).
Rui António Taborda Vaz Fonseca (*b*).
Rui Manuel Almeida Medina (*a*).
Rute do Carmo Mendes de Figueiredo (*a*).
Rute Margarida Gomes Rodrigues (*a*).
Rute Maria Ferreira Nunes Filipe (*a*).
Sandra Catarina Neves Santa (*b*).
Sandra Cristina Correia Barreto Martins (*a*).
Sandra Cristina da Conceição Camarinha (*a*).
Sandra Cristina Rodrigues Carvalho Aldeia (*b*).
Sandra Cristina Simões Mateus (*a*).
Sandra das Neves Pereira Dinis (*b*).
Sandra Isabel dos Reis Ferreira (*b*).
Sandra Isabel dos Santos Marques Sério (*b*).
Sandra Margarida Lousada Melo Loureiro (*b*).
Sandra Margarida Matias Craveiro (*a*).
Sandra Margarida Santos Geraldo (*b*).
Sandra Marília Gomes Ferreira (*b*).
Sandra Sofia Dinis Monteiro (*a*).
Sandra Sofia Santos Rodrigues Henriques (*b*).
Sara Isabel Costa Paiva (*b*).
Sara Maria Carvalho Martins Moreira Marques (*a*).
Sara Rute de Matos Borges (*a*).
Selene Maria Santos Rodrigues (*b*).
Sérgio Manuel Neves dos Santos (*a*).
Sílvia Lourenço Soares Marto (*a*).
Sílvia Maria Machado Gonçalves (*a*).
Silvina Rodrigues Ferreira Lopes (*b*).
Sofia Alexandra Simões Pimenta (*b*).
Sofia Maria Pinão Monteiro (*b*).
Sofia Patrícia Rodrigues dos Santos (*a*).
Sónia Alexandra Ramos Pratas (*a*).
Sónia Luísa Neves Francisco (*b*).
Sónia Margarida Alves Teixeira (*a*).
Sónia Margarida Antunes Ferreira (*a*).
Sónia Margarida da Cruz Lobo (*a*).
Sónia Margarida Ferreira Silva Osório (*a*).
Sónia Maria Fortunato França Simões (*b*).
Sónia Maria Raimundo Figueira Aguilar (*b*).
Sónia Marisa Machado Eloi (*b*).
Sónia Sofia dos Reis Rodrigues (*b*).
Susana Catarina Bacelar Santos (*a*).
Susana Cristina Varanda Cordeiro (*a*).
Susana Filipa Marques de Matos (*a*).
Susana Margarida Góis e Sousa (*b*).
Susana Margarida Oliveira Antunes (*b*).
Susete João Murta Gomes (*a*).
Susete Relva Coutinho (*b*).
Suzete Maria Simões Ferreira da Costa (*b*).
Tânia Sofia Mendanha Veloso Duarte (*a*).
Telma Isabel Dias Cabo (*a*).
Telmo Filipe Barbosa Fidalgo Rosa (*a*).
Telmo José Carvalho Ferreira (*b*).
Teresa Apolinária de Freitas Coelho (*b*).
Teresa Margarida de Jesus Cordeiro Marques Almeida Diogo (*b*).
Teresa Maria Dinis Ferreira (*b*).
Teresa Maria Gomes (*b*).
Vanda Cristina Sousa de Oliveira (*b*).
Vasco Alexandre Baptista Medeiros (*a*).
Vera Lúcia Carvalho Ferreira (*a*).
Vera Lúcia Nunes Pereira Correia (*b*).
Victor Carlos Pais Leite de Oliveira (*a*).
Victor Manuel Pinto Videira (*a*).
Viriato Mota Gaspar Cebola (*a*).
Vítor Emanuel Fontes das Neves (*a*).
Vítor Manuel de Melo Tavares (*a*).
Vítor Manuel de Oliveira Costa (*b*).
Vítor Manuel dos Santos Marques (*a*).
Vítor Manuel Silva Oliveira (*a*).
Zélia da Piedade Costa Tomás (*b*).
Zélia Maria dos Santos Maia (*a*).
Zélia Maria Ferreira Canais Paulino (*a*).
Zélia Maria Silva Costa (*b*).

(*a*) Candidatos excluídos por faltarem à prova de conhecimentos.
(*b*) Candidatos excluídos por terem nota inferior a 9,5 valores.
(*c*) Candidatos excluídos por terem desistido.

Os candidatos excluídos dispõem de 10 dias úteis para interposição de eventuais recursos contados a partir da data da publicação deste aviso no *Diário da República,* respeitada a dilatação de três dias.

25 de Agosto de 2000. — A Administradora-Delegada, *Rosa Reis Marques.*

Aviso n.º 13 466/2000 (2.ª série). — Nos termos do n.º 2 do artigo 35.º e da alínea *b*) do n.º 2 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, torna-se pública a lista dos candidatos admitidos ao concurso externo de ingresso n.º 90/99, auxiliar de apoio e vigilância da carreira dos serviços gerais, aberto por aviso publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 300, de 28 de Dezembro de 1999, notificando-os para comparecerem na Maternidade de Bissaya Barreto (Salão Nobre), nos dias e horas adiante mencionados, para prestação da prova de conhecimentos específicos:

4 de Outubro de 2000 — das 9 horas e 30 minutos às 12 horas e 30 minutos:

Acácio Monteiro Botelho.
Agostinho Gaspar Narciso.
Aida Maria Gamboa Oliveira Góis.
Alda Maria Simões Santos Silva.
Aldina da Conceição Vicente Vaz Nunes.
Alexandre José Marques Ferreira.
Ana Catarina Cardoso Torrado.
Ana Cristina Lopes de Jesus Correia.
Ana Cristina Pereira Mariano Ferreira.
Ana de Jesus Silvério Sá Fernandes Moita.

Ana Filipa Malva Sabino

4 de Outubro de 2000 — das 14 às 17 horas:

Ana Isabel Marques Fernandes Abreu.
Ana Lúcia Fernandes Cardoso.
Ana Margarida Ladeiro Aguiar.
Ana Maria Alves Assunção Ferreira.
Ana Maria Nogueira Martins Sereno.
Ana Paula de Lemos Mendes Almeida.
Ana Paula Gonçalves Mourão Santos.
Ana Raquel Serra do Amaral.
Ana Rita Simões Garcia Luca.s
Anabela Martins Rosa.
Belmira da Luz dos Santos Ferreira Neves.

6 de Outubro de 2000 — das 9 horas e 30 minutos às 12 horas e 30 minutos:

Bruno Walter Pereira Martins.
Cândido Crispim Pinto Miranda.
Carina Maria Mendes Simões.
Carla Isabel Taborda Gamboa.
Carla Maria Rodrigues Gonçalves.
Carla Sofia Branco da Costa.
Carla Sofia das Neves Vieira.
Carla Sofia Mateus Ferreira.
Carla Sofia Raimundo Marques.
Carla Sofia Ribeiro Simões Abade.
Carla Susana Marques Freire.

6 de Outubro de 2000 — das 14 às 17 horas:

Carlos José Silva das Neves.
Carlos Manuel Monteiro Ventura.
Carmina Almeida do Amaral.
Catarina Calado Gouveia.
Catarina Isabel Fernandes Sacramento.
Célia Margarida Marques Leite Teixeira.
Célia Maria Ferreira dos Santos Veloso.
Célia Paula Craveiro Rodrigues Coelho.
Célia Regina Pessoa Simões Abade.
Cidália Baptista Arcanjo.
Cláudia Alexandra Borges Pena Santos.

7 de Outubro de 2000 — das 9 horas e 30 minutos às 12 horas e 30 minutos:

Cláudia Palricas Carrasqueira.
Cláudia Regina Marques Borges.
Cláudio Júlio Henriques de Oliveira.
Cristina Sofia Machado Góis
Dina Isabel Lourenço Taborda.
Emanuel André Antunes da Silva Bastos.
Fátima Margarida Andrade Filipe.
Filipe Emanuel Ramos Gante.
Francisco José Ferreira dos Santos.
Gil dos Santos José.
Graça Margarida Maia Figueiredo.

7 de Outubro de 2000 — das 14 às 17 horas:

Hugo Manuel da Silva Ferreira.
Hugo Miguel Delgado Beleza Nunes de Oliveira.
Isabel Maria Correia dos Santos Neto.
Isabel Maria da Silva Martins.
Isabel Maria Nunes.
Isabel Maria Rodrigues de São João.
Isolete Milenta Guina Coutinho.
Ivone Cristina Simões de Oliveira.
Jorge Manuel Varandas de Matos.
José António Ramos Crespo de Carvalho.
José António Martins Batista.

11 de Outubro de 2000 — das 9 horas e 30 minutos às 12 horas e 30 minutos:

José Carlos Nunes dos Santos.
José Manuel Pereira de Oliveira.
José Maria de Oliveira Cardoso.
Laura Catarina Soares Antunes.
Leonor Isabel Ricacho dos Reis Fontes.
Licínia da Fonseca Simões Casaleiro.
Manuel Rogério Rodrigues Dias.
Maria da Graça Lourenço Silva Rodrigues.
Maria da Natividade Carvalho Pereira Ribeiro.
Maria da Silva Bernardes dos Santos.
Maria de Fátima Lopes Patriarca Pires.

11 de Outubro de 2000 — das 14 às 17 horas:

Maria de Lurdes Tavares da Silva e Sá.
Maria de Lurdes Torres Fraga.
Maria do Céu da Cruz Patrício.
Maria do Rosário Linhares dos Santos.
Maria Dulce Duarte dos Santos.
Maria Fernanda Geria Henriques Tejo.
Maria Filomena Silva Cardoso.
Maria Isabel Pimentel Rodrigues Campizes.
Maria João Marques Nogueira.
Maria João Vaz das Neves.
Maria José Guiomar de Oliveira Firmo.

13 de Outubro de 2000 — das 9 horas e 30 minutos às 12 horas e 30 minutos:

Maria Luísa Rodrigues Carvalho Cordeiro.
Maria Manuela Fernandes Lázaro Santos.
Maria Manuela Ribeiro Alexandre.
Maria Margarida Sousa da Cruz Baptista.
Marina da Graça Roseiro Simões Pinheiro.
Marlene Cristina Santos Almeida Cardoso.
Nélson Manuel da Conceição Cordeiro.
Noémia Maria Nunes de Carvalho.
Paula Cristina Dias Saraiva dos Santos.
Paula Cristina Duarte Ramos.
Paula Cristina Ferreira Ramalho.

13 de Outubro de 2000 — das 14 às 17 horas:

Paula Cristina Gaspar Vilela.
Paula Margarida Pereira Santos.
Paula Maria Alves Domingues.
Paula Maria Fortunato Leitão Cruz.
Paulo Fernando Lúcio Pereira.
Paulo Jorge Rodrigues Ferreira.
Regina Cristina Domingues Correia Rodrigues.
Regina Maria Reis Duarte.
Ricardo Filipe Fernandes Nogueira.
Ricardo Nuno de Carvalho Borges.
Rita João de Freitas Carramanho Ribeiro Rodrigues.

14 de Outubro de 2000 — das 9 horas e 30 minutos às 12 horas e 30 minutos:

Rodrigo de Oliveira Fernandes
Rosa Maria de Almeida Marques.
Rui Jorge dos Santos Rocha.
Rui Manuel Pimentel da Fonseca.
Sandra Isabel Rodrigues Gonçalves.
Sandra Manuela Sá Cardoso.
Sandra Margarida Oliveira Lopes.
Sandra Maria da Silva Tavares.
Sandra Maria de Oliveira Nunes Cravo.
Sandra Marisa Gonçalves Rodrigues.

14 de Outubro de 2000 — das 14 às 17 horas:

Sara Nazaré da Silva Palrinhas.
Sofia Alexandra Ferreira Marques Casaleiro.
Sónia Cristina Lobo Fernandes.
Sónia Cristina Oliveira dos Santos.
Susana da Conceição Nobre Gandarez.
Susana Margarida Santos Rodrigues.
Susana Rodrigues Vieira Correia.
Teresa Isabel Alves Assunção Ferreira.
Victor Manuel Lourenço Bessa Aldeia.
Victor Manuel Simões Martins.

25 de Agosto de 2000. — A Administradora-Delegada, *Rosa Reis Marques.*

Hospitais da Universidade de Coimbra

Aviso n.º 13 467/2000 (2.ª série). — *Concurso n.º 69/99 — auxiliar de acção médica (externo).* — Lista dos candidatos admitidos e calendário de realização da 1.ª prova de conhecimentos gerais:

Local de realização — Escola Superior de Enfermagem Dr. Ângelo da Fonseca;
Dia — 24 de Setembro de 2000;
Hora — 9 horas.

Os candidatos devem ser portadores do bilhete de identidade.

Para conhecimento dos interessados, publica-se a seguinte lista dos candidatos admitidos ao concurso em epígrafe e respectivo calendário de realização da prova de conhecimentos, após análise dos recursos apresentados:

Candidatos admitidos:

Nome	Situação	Sala de realização da prova
Adelaide Maria Domingues Oliveira Silva	A	Auditório 1
Aida Antunes Matias Paiva	A	Auditório 1
Aires Cardoso Gândara	A	Auditório 1
Alcina Dias Pereira Pina	A	Auditório 1
Alda Cristina Silva Lucas	A	Auditório 1
Alda Maria Costa Silva	A	Auditório 1
Alda Maria Ferreira Hernandes	A	Auditório 1
Alda Maria Marques Antunes Costa	A	Auditório 1
Alda Maria Santiago Ramalho Franco	A	Auditório 1
Aldina Maria Simões Silva Alves	A	Auditório 1
Alexandra Margarida Marques Silva	A	Auditório 1
Alexandra Maria Duarte Bento Alves	A	Auditório 1
Alexandra Raquel das Neves Marques Sampaio	A	Auditório 1
Alexandre Manuel Bento Cardoso	A	Auditório 1
Alexandre Miguel Palrilha Oliveira	A	Auditório 1
Amílcar Casimiro Oliveira	A	Auditório 1
Ana Cristina Ferreira Santos Leston Gomes	A	Auditório 1
Ana Cristina Marques Silva Batista	A	Auditório 1
Ana Cristina Mota Carvalho Simões Dias	A	Auditório 1
Ana Cristina Pereira Correia Santos	A	Auditório 1
Ana Cristina Reis Costa	A	Auditório 1
Ana Cristina Rodrigues Gomes Carvalho Fernandes	A	Auditório 1
Ana Filipa Pereira Martins Silva	A	Auditório 1
Ana Isabel Marques Fernandes Abreu	A	Auditório 1
Ana Isabel Pereira Nunes	A	Auditório 1
Ana Leonor Ferreira Roseiro	A	Auditório 1
Ana Mafalda Pires Silva	A	Auditório 1
Ana Margarida Ladeiro Aguiar	A	Auditório 1
Ana Maria Aires Santos	A	Auditório 1
Ana Maria Alvas Assunção Ferreira	A	Auditório 1
Ana Maria Cravo Eliseu Fé	A	Auditório 1
Ana Maria Jesus Marcelino	A	Auditório 1
Ana Maria Madeira Costa	A	Auditório 1
Ana Maria Mateus Cachinho	A	Auditório 1
Ana Maria Morgado Simões Coimbra	A	Auditório 1
Ana Maria Nogueira Martins Sereno	A	Auditório 1
Ana Marisa Coelho Martins	A	Auditório 1
Ana Mónica Mendes Santos	A	Auditório 1
Ana Paula Cordeiro Paiva	A	Auditório 1
Ana Paula Cruz Jegundo	A	Auditório 1
Ana Paula Ferraz Monteiro	A	Auditório 1
Ana Paula Florido Alves	A	Auditório 1
Ana Paula Gonçalves Coelho	A	Auditório 1
Ana Paula Gonçalves Mourão Santos	A	Auditório 1
Ana Paula Pinheiro Duarte	A	Auditório 1
Ana Paula Preces Pereira Caldas Paz	A	Auditório 1
Ana Paula Santos Almeida Marques	A	Auditório 1
Ana Paula Silva Ferreira Santos	A	Auditório 1
Ana Paula Teixeira Araújo	A	Auditório 1
Ana Rosa Martins Carvalheira Mendes Amaral	A	Auditório 1
Ana Silva Lopes Simões	A	Auditório 1
Anabela Antunes Silva Palaio	A	Auditório 1
Anabela Carvalho Simões Roseiro	A	Auditório 1
Anabela Costa Seiça	A	Auditório 1
Anabela Neves Santos	A	Auditório 1
Anabela Nunes Freitas	A	Auditório 1
Anabela Pedro Santos Neves Duarte	A	Auditório 1
Anabela Raposo Fernandes Monteiro	A	Auditório 1
Anabela Ribeiro Simões Pereira	A	Auditório 1
Anabela Ricardo Matias Santos	A	Auditório 1
Anabela Rodrigues Antunes Marques Prata	A	Auditório 1
Andreia Cláudia Ferreira Loureiro	A	Auditório 1
Aníbal Manuel Jorge Oliveira Martins	A	Auditório 1
António Jorge Cardoso Queirós	A	Auditório 1
António José Carvalho Reis	A	Auditório 1
António José Oliveira Coelho	A	Auditório 1
António Luís Ferreira Simões	A	Auditório 1
António Ricardo Fernandes Santos	A	Auditório 1
António Virgílio Marques Lucas	A	Auditório 1
Armanda Maria Figo Carvalho	A	Auditório 1
Armindo Isidoro Simões Narciso	A	Auditório 1
Arnaldo Manuel Tomás Geraldo	A	Auditório 1
Augusto António Ferreira Santos	A	Auditório 1
Benilde Sofia Agostinho Ferreira	A	Auditório 1
Berta Maria Frias Santos	A	Auditório 1
Branca Margarida Correira Simões Justo Batista	A	Auditório 1
Bruno Miguel Pires Queirós	A	Auditório 1
Camila Conceição Videira Santos	A	Auditório 1
Cândida Margarida Fernandes Nunes Carvalho	A	Auditório 1
Carla Alexandra Moita Trindade	A	Auditório 1
Carla Cristina Filipe Silva	A	Auditório 1
Carla Isabel Vieira Costa Marques	A	Auditório 1
Carla Judite Paiva Bidarra Andrade Régio	A	Auditório 1
Carla Maria Bogalho Pancas	A	Auditório 1
Carla Sílvia Travassos Sousa	A	Auditório 1
Carla Sofia Fernandes Heitor	A	Auditório 1
Carla Sofia Garcia Madeira	A	Auditório 1
Carla Sofia Martins Loureiro	A	Auditório 1
Carla Sofia Martins Marques	A	Auditório 1
Carla Sofia Nunes Reis Rodrigues	A	Auditório 1
Carla Sofia Pocinho Oliveira	A	Auditório 1
Carlos Alberto Paredes Correia	A	Auditório 1
Carlos Alberto Rodrigues Santos	A	Auditório 1
Carlos Alberto Sousa Gonçalves Cordeiro	A	Auditório 1
Carlos Augusto Neves Fanqueiro	A	Auditório 1
Carlos Manuel Inácio Garcia	A	Auditório 1
Carlos Manuel Miranda Viais	A	Auditório 1
Carlos Manuel Monteiro Ventura	A	Auditório 1
Carlos Manuel Oliveira Alves	A	Auditório 1
Carlos Tiago Torres Barreiro	A	Auditório 1
Carmelinda Maria Silva	A	Auditório 1
Carmina Dias Delgado	A	Auditório 1
Catarina Alexandra Carvalho Simões Roseiro	A	Auditório 1
Catarina Clara Fernandes Heitor	A	Auditório 1
Catarina Isabel Fernandes Cardoso	A	Auditório 1
Catarina Isabel Ferreira Veiga Silva Cruz	A	Auditório 1
Catarina Isabel Serralheiro Rodrigues	A	Auditório 1
Catarina Sofia Almeida Carvalho	A	Auditório 1
Cátia Andreia Alves	A	Auditório 1
Celeste Simões Mateus	A	Auditório 1
Célia Cristina Vaz Ferreira Santos	A	Auditório 1
Célia Maria Ferreira Rodrigues	A	Auditório 1
Célia Raquel Faria Cristina	A	Auditório 1
Celso Mário Batista Alvarez	A	Auditório 1
César Manuel Ribeiro Silva Cardoso	A	Auditório 1
Cilene Maria Rodrigues Alves	A	Auditório 1
Clara Isabel Mendes Rodrigues	A	Auditório 1
Clarisse Almeida Dinis Carvalho	A	Auditório 1
Cláudia Manuela Figueiredo Cardoso	A	Auditório 1
Cláudia Margarida Batista Morais	A	Auditório 1
Cláudia Patrícia Mendes Lopes	A	Auditório 1
Cláudia Raquel Santos Simões	A	Auditório 1
Claudia Sofia Bastos Figueiredo	A	Auditório 1
Cláudia Susana Oliveira Gonçalves	A	Auditório 1
Claudina Baroa Domingues	A	Auditório 1
Cláudio Miguel Teixeira Alves	A	Auditório 1
Cristina Alexandra Rodrigues Ferreira	A	Auditório 1
Cristina Isabel Dias Costa	A	Auditório 1
Cristina Isabel Santos Borga	A	Auditório 1
Cristina Margarida Martins Pereira	A	Auditório 1
Cristina Maria Duarte Nogueira	A	Auditório 1
Cristina Maria Fernandes Ferreira	A	Auditório 1
Cristina Maria Gonçalves Ferreira Madeira	A	Auditório 1

Nome	Situação	Sala de realização da prova
Cristina Maria Lourenço Carvalho	A	Auditório 1
Cristina Maria Morais Rodrigues Jorge	A	Auditório 1
Cristina Maria Ribeiro Mota Martins	A	Auditório 1
Cristina Maria Silva Correia	A	Auditório 1
Cristina Maria Simões Ferreira Vilas	A	Auditório 1
Cristina Paula Gomes Pinto	A	Auditório 1
Cristina Sofia Neto Marques	A	Auditório 1
Dália Margarida Duque Ferreira Marques	A	Auditório 1
Dina Purificação Oliveira	A	Auditório 1
Dominique Faustino Peça	A	Auditório 1
Ducelina Maria Cruz Figueiredo Rodrigues	A	Auditório 1
Dulce Espírito Santo Coimbra	A	Auditório 1
Edite Catarina Fernandes Costa	A	Auditório 1
Edite Maria Dias Antunes	A	Auditório 1
Eleutério Marco Simões Gonçalves	A	Auditório 1
Eliana Mónica Simões Maia	A	Auditório 1
Elisabete Almeida Soares	A	Auditório 1
Elisabete Carmo Tiago Santos Pinto	A	Auditório 1
Elisabete Conceição Gaspar Pimenta	A	Auditório 1
Elisabete Maria Cruz Batista	A	Auditório 1
Elisabete Patrícia Ferreira Baptista	A	Auditório 1
Elisabete Rosa Parreiral	A	Auditório 1
Elisabete Sónia Ribeiro Santos Mendes	A	Auditório 1
Elsa Cristina Ferreira Santos	A	Auditório 1
Elsa Margarida Lopes Oliveira	A	Auditório 1
Elsa Maria Morais Pedro Oliveira	A	Auditório 1
Emanuel André Antunes Silva Bastos	A	Auditório 1
Emanuel Branco Silva Alves	A	Auditório 1
Esmeralda Fátima Dias Fernandes	A	Auditório 1
Ester Joaquim Monteiro	A	Auditório 1
Estêvão José Fernandes Meira	A	Auditório 1
Eunice Melo Falcão Castanheira Roma	A	Auditório 1
Eurico José Santos Luís	A	Auditório 1
Evangelina Conceição Salvador	A	Auditório 1
Fátima Andreia Rodrigues Couceiro	A	Auditório 1
Fátima Margarida Andrade Filipe	A	Auditório 2
Fátima Maria Marques Reis Pratas	A	Auditório 2
Fausto Leitão Rodrigues Umbelino	A	Auditório 2
Fernanda Bento Brandão	A	Auditório 2
Fernanda Maria Santos Sousa	A	Auditório 2
Fernanda Maria Reis Pinto Martins	A	Auditório 2
Fernanda Maria Silva Gonçalves	A	Auditório 2
Fernando Jorge Domingues Correia	A	Auditório 2
Fernando José Cardoso Oliveira	A	Auditório 2
Fernando Manuel Martins Carrito	A	Auditório 2
Fernando Miguel Costa Silva	A	Auditório 2
Fernando Pimentel Paiva Veríssimo	A	Auditório 2
Fernando Samuel Figueiredo Cunha	A	Auditório 2
Fernando Vasco Ferreira Lopes	A	Auditório 2
Filipe Martinho Ramos	A	Auditório 2
Filipe Tiago Lucas Santos Gante	A	Auditório 2
Filomena Maria Soares Galvão Salgueiro Mourinho	A	Auditório 2
Florbela Maria Alves Lindim	A	Auditório 2
Francisco José Ferreira Santos	A	Auditório 2
Francisco Manuel Valério Campos Albuquerque	A	Auditório 2
Georgina Maria Carvalho Luís Correia	A	Auditório 2
Georgina Maria Paiva Assunção	A	Auditório 2
Gil Santos José	A	Auditório 2
Goreti Brito Góis Tavares Mendes	A	Auditório 2
Graça Maria Apóstolo Santos	A	Auditório 2
Graça Maria Santos Oliveira Simões	A	Auditório 2
Guida Maria Correia Francisco	A	Auditório 2
Hélder Fernando Rodrigues São Pedro	A	Auditório 2
Helena Manuela J. F. Abrantes Silva Esteves	A	Auditório 2
Helena Maria Costa Jegundo	A	Auditório 2
Helena Maria Ribeiro Alves	A	Auditório 2
Helena Maria Rodrigues Pires Carvalho	A	Auditório 2
Hélia Fátima Taborda Simões	A	Auditório 2
Hélio José Ferreira Simões	A	Auditório 2
Hermínia Campos Antunes	A	Auditório 2
Herondina Maria Pereira Henriques	A	Auditório 2
Hugo Filipe Costa Dinis	A	Auditório 2
Hugo Miguel Delgado Beleza Nunes Oliveira	A	Auditório 2
Ilda Purificação Duarte Ramalho	A	Auditório 2
Ilídio Santos Brandão	A	Auditório 2
Irene Henriques Libório Cardetas	A	Auditório 2
Irene Marques Coelho David	A	Auditório 2
Isabel Alexandra Soares Cruz	A	Auditório 2
Isabel Conceição Coutinho Melo	A	Auditório 2
Isabel Cristina Jesus Oliveira Craveiro	A	Auditório 2
Isabel Márcia Alegre Cruz	A	Auditório 2
Isabel Maria Correia Santos Neto	A	Auditório 2
Isabel Maria Fernandes Costa	A	Auditório 2
Isabel Maria Figueiredo Cruz	A	Sala n.º 1.1-2.º piso
Isabel Maria Lopes Mendes	A	Sala n.º 1.1-2.º piso
Isabel Maria Loureiro Ferreira Pita	A	Sala n.º 1.1-2.º piso
Isabel Maria Marques Costa	A	Sala n.º 1.1-2.º piso
Isabel Maria Mendes Henriques Graça Rodrigues	A	Sala n.º 1.1-2.º piso
Isabel Maria Neves Guimarães Sousa	A	Sala n.º 1.1-2.º piso
Isabel Maria Silva Simões	A	Sala n.º 1.1-2.º piso
Isabel Maria Sousa Teixeira	A	Sala n.º 1.1-2.º piso
Ivone Cristina Simões Oliveira	A	Sala n.º 1.1-2.º piso
Ivone Marisa Correia Araújo Alexandre	A	Sala n.º 1.1-2.º piso
Jaime Manuel Santos Almeida	A	Sala n.º 1.1-2.º piso
João Álvaro Santos Oliveira	A	Sala n.º 1.1-2.º piso
João Carlos Ledo Ventura Primo	A	Sala n.º 1.1-2.º piso
João Carlos Santos Cação	A	Sala n.º 1.1-2.º piso
João Cláudio Gaspar Cordeiro	A	Sala n.º 1.1-2.º piso
João Daniel Sá Guerreiro Palma	A	Sala n.º 1.1-2.º piso
João Filipe Torres Barreiro	A	Sala n.º 1.1-2.º piso
João Manuel Almeida Vicente	A	Sala n.º 1.1-2.º piso
João Miguel Natividade Marques	A	Sala n.º 1.1-2.º piso
Jorge Manuel Amaral Domingos	A	Sala n.º 1.1-2.º piso
Jorge Paulo de Oliveira Santos Anjo	A	Sala n.º 1.2-2.º piso
José Carlos Nunes Santos	A	Sala n.º 1.2-2.º piso
José Carlos Ramalho	A	Sala n.º 1.2-2.º piso
José Henrique Leal Miranda	A	Sala n.º 1.2-2.º piso
José Leite Rodrigues	A	Sala n.º 1.2-2.º piso
José Luís Amaral Craveiro	A	Sala n.º 1.2-2.º piso
José Manuel Fernandes Silva David	A	Sala n.º 1.2-2.º piso
José Maria Miranda Carneiro	A	Sala n.º 1.2-2.º piso
José Mário Sousa Pinto Costa	A	Sala n.º 1.2-2.º piso
José Pedro Marques Fonseca Ferreira	A	Sala n.º 1.2-2.º piso
José Simões Escada	A	Sala n.º 1.2-2.º piso
Judite Maria Pereira Forte	A	Sala n.º 1.2-2.º piso
Judite Pereira Costa	A	Sala n.º 1.2-2.º piso
Justina Ferreira Lagoa	A	Sala n.º 1.2-2.º piso
Laura Conceição Ventura Ferreira	A	Sala n.º 1.2-2.º piso
Lénia Gabriela Ferreira Lourenço Leonardo	A	Sala n.º 1.2-2.º piso
Leonor Maria Ferreira Fernandes	A	Sala n.º 1.2-2.º piso
Leonor Marques Lapas	A	Sala n.º 1.2-2.º piso
Libânia Maria Marques Travassos	A	Sala n.º 1.2-2.º piso
Licínia Isabel Carvalho Luís	A	Sala n.º 1.2-2.º piso
Licínia Maria Sousa Oliveira Pimentel	A	Sala n.º 1.3-2.º piso
Licínio Manuel Oliveira Gil	A	Sala n.º 1.3-2.º piso
Lídia Flórido Santos	A	Sala n.º 1.3-2.º piso
Lídia Maria Costa Silva	A	Sala n.º 1.3-2.º piso
Lídia Rodrigues Bernardo	A	Sala n.º 1.3-2.º piso
Lília Susana Fortunato Simões	A	Sala n.º 1.3-2.º piso
Liliana Isabel Mendes Neto	A	Sala n.º 1.3-2.º piso
Liliana Pires Teixeira	A	Sala n.º 1.3-2.º piso
Lina Maria Costa Ferreira	A	Sala n.º 1.3-2.º piso
Lina Maria Henriques Ralha	A	Sala n.º 1.3-2.º piso
Lúcia Guiomar Domingues Barata	A	Sala n.º 1.3-2.º piso
Lúcia Jacinta Ricardo Marques	A	Sala n.º 1.3-2.º piso
Lúcia Maria Veiga Antunes	A	Sala n.º 1.3-2.º piso
Luciana Margarida Leonardo Raimundo	A	Sala n.º 1.3-2.º piso
Lucília Eduarda Soares Francisco	A	Sala n.º 1.3-2.º piso
Lucília Margarida Tereso Pera	A	Sala n.º 1.3-2.º piso
Lucília Maria Duarte André Almeida	A	Sala n.º 1.3-2.º piso
Lucília Maria Simões Costa	A	Sala n.º 1.3-2.º piso
Luís Filipe Cruz Pratas Marques	A	Sala n.º 1.3-2.º piso
Luís Miguel Freitas Oliveira Pinheiro	A	Sala n.º 1.4-2.º piso
Luís Miguel Costa Janeiro	A	Sala n.º 1.4-2.º piso
Luís Telmo André Neves Rodrigues	A	Sala n.º 1.4-2.º piso

Nome	Situação	Sala de realização da prova
Luísa Almeida Branco	A	Sala n.º 1.4-2.º piso
Luísa Maria Francisco Jesus Carvalho Fernandes	A	Sala n.º 1.4-2.º piso
Luísa Maria Henriques Silva Calçarão	A	Sala n.º 1.4-2.º piso
Luísa Maria Lucas Ferreira	A	Sala n.º 1.4-2.º piso
Luísa Maria Machado Marques	A	Sala n.º 1.4-2.º piso
Luzia Conceição Dinis Santos Catarino	A	Sala n.º 1.4-2.º piso
Mafalda Isabel Ferreira Matias	A	Sala n.º 1.4-2.º piso
Mafalda Sofia São Bento Duarte	A	Sala n.º 1.4-2.º piso
Magda Sofia Santos Duarte	A	Sala n.º 1.4-2.º piso
Manuel Joaquim Miranda Serrano	A	Sala n.º 1.4-2.º piso
Manuel Mendes Panão	A	Sala n.º 1.4-2.º piso
Manuel Pereira Silva Pimentel	A	Sala n.º 1.4-2.º piso
Manuela Maria Tereso Pera Silva	A	Sala n.º 1.4-2.º piso
Márcia Andrea Marques Cardoso	A	Sala n.º 1.4-2.º piso
Márcia Isabel Gouveia Pimentel	A	Sala n.º 1.4-2.º piso
Márcia Nascimento Marçal Salgado Girão	A	Sala n.º 1.4-2.º piso
Marco Alexandre Fonseca Jacob	A	Sala n.º 1.5-2.º piso
Marco Alexandre Pimentel Góis	A	Sala n.º 1.5-2.º piso
Marco António Cardoso Ferreira	A	Sala n.º 1.5-2.º piso
Marco Miguel Martins Loureiro	A	Sala n.º 1.5-2.º piso
Marco Paulo Abreu Pinto	A	Sala n.º 1.5-2.º piso
Margarida Isabel Duarte Nogueira	A	Sala n.º 1.5-2.º piso
Margarida Maria Batista Silva	A	Sala n.º 1.5-2.º piso
Margarida Maria Simões Costa	A	Sala n.º 1.5-2.º piso
Margarida Marques Sequeira Coelho	A	Sala n.º 1.5-2.º piso
Margarida Paula Simões Rama	A	Sala n.º 1.5-2.º piso
Margarida Teresa Cunha Silva	A	Sala n.º 1.5-2.º piso
Maria Adelaide Oliveira Batista Sousa	A	Sala n.º 1.5-2.º piso
Maria Adélia Rodrigues Agostinho	A	Sala n.º 1.5-2.º piso
Maria Alice Cheganças Serrador	A	Sala n.º 1.5-2.º piso
Maria Alice Gouveia Dias Fernandes Luciano	A	Sala n.º 1.5-2.º piso
Maria Alice Nascimento Neto	A	Sala n.º 1.5-2.º piso
Maria Angelina Brandão Gomes Quinta Ferreira	A	Sala n.º 1.5-2.º piso
Maria Antónia Almeida Santos	A	Sala n.º 1.5-2.º piso
Maria Arminda Pereira Gonçalves	A	Sala n.º 1.5-2.º piso
Maria Augusta Rodrigues Portas	A	Sala n.º 1.6-2.º piso
Maria Beatriz Roque Oliveira Paulo	A	Sala n.º 1.6-2.º piso
Maria Celeste Costa Marques	A	Sala n.º 1.6-2.º piso
Maria Celeste Oliveira Santos	A	Sala n.º 1.6-2.º piso
Maria Celeste Pereira Santos	A	Sala n.º 1.6-2.º piso
Maria Céu Alves Salgado	A	Sala n.º 1.6-2.º piso
Maria Céu Costa Lameiro	A	Sala n.º 1.6-2.º piso
Maria Céu Cruz Patrício	A	Sala n.º 1.6-2.º piso
Maria Clara Alves Seco	A	Sala n.º 1.6-2.º piso
Maria Conceição Ladeiro Carvalho Nato	A	Sala n.º 1.6-2.º piso
Maria Conceição Pereira Seco	A	Sala n.º 1.6-2.º piso
Maria Conceição Pinto Pina	A	Sala n.º 1.6-2.º piso
Maria Dina Teixeira Batista	A	Sala n.º 1.6-2.º piso
Maria Elisa Ribeiro Costa Reis Taborda	A	Sala n.º 1.6-2.º piso
Maria Elisabete Marques Ferreira	A	Sala n.º 1.6-2.º piso
Maria Emília Duarte Cruz	A	Sala n.º 1.6-2.º piso
Maria Fátima Fernandes Silva	A	Sala n.º 1.6-2.º piso
Maria Fátima Lopes Marques Cardoso	A	Sala n.º 1.6-2.º piso
Maria Fátima Reis Gonçalves	A	Sala n.º 1.6-2.º piso
Maria Fátima Silva Anjos	A	Sala n.º 1.7-2.º piso
Maria Fátima Taborda Oliveira	A	Sala n.º 1.7-2.º piso
Maria Fátima Vaz Neves Costa	A	Sala n.º 1.7-2.º piso
Maria Fátima Videira Mendes Filipe	A	Sala n.º 1.7-2.º piso
Maria Fernanda Arieiro Borges	A	Sala n.º 1.7-2.º piso
Maria Fernanda Batista Inácio	A	Sala n.º 1.7-2.º piso
Maria Fernanda Rodrigues Santos	A	Sala n.º 1.7-2.º piso
Maria Filomena Girão Lopes Fonseca	A	Sala n.º 1.7-2.º piso
Maria Gabriela Melo Dias Marques	A	Sala n.º 1.7-2.º piso
Maria Graça Dinis Pereira Zacarias Costa	A	Sala n.º 1.7-2.º piso
Maria Graça França Rodrigues	A	Sala n.º 1.7-2.º piso
Maria Graça Neves Batista Figo	A	Sala n.º 1.7-2.º piso
Maria Graça Pereira Carvalho Alves	A	Sala n.º 1.7-2.º piso
Maria Graça Rodrigues Pereira Francisco	A	Sala n.º 1.7-2.º piso
Maria Graça Santos Silva Tavares	A	Sala n.º 1.7-2.º piso
Maria Helena Costa Maia	A	Sala n.º 1.7-2.º piso
Maria Helena Fernandes Almeida	A	Sala n.º 1.7-2.º piso
Maria Helena Gonçalves Coelho	A	Sala n.º 1.7-2.º piso
Maria Helena Martins Machado Ferreira	A	Sala n.º 1.7-2.º piso
Maria Helena Mendes Godinho Marques	A	Sala n.º 2.1-3.º piso
Maria Irene Figueiredo Brito Santos	A	Sala n.º 2.1-3.º piso
Maria Isabel Alves Vieira	A	Sala n.º 2.1-3.º piso
Maria Isabel Castro Agostinho Pimenta	A	Sala n.º 2.1-3.º piso
Maria Isabel Janeiro Martins Leitão	A	Sala n.º 2.1-3.º piso
Maria Isabel Jesus Cruz	A	Sala n.º 2.1-3.º piso
Maria Isabel Oliveira Santos Henriques	A	Sala n.º 2.1-3.º piso
Maria Isabel Santos Ferreira Cardoso	A	Sala n.º 2.1-3.º piso
Maria Isabel Silva Alves	A	Sala n.º 2.1-3.º piso
Maria Joana Duarte Oliveira	A	Sala n.º 2.1-3.º piso
Maria João China Gonçalves	A	Sala n.º 2.1-3.º piso
Maria João Ferreira Santiago Domingues	A	Sala n.º 2.1-3.º piso
Maria João Portela Pires Barqueiro	A	Sala n.º 2.1-3.º piso
Maria João Vaz das Neves Aguiar	A	Sala n.º 2.1-3.º piso
Maria Leonor Mendes Caldeira	A	Sala n.º 2.1-3.º piso
Maria Leonor Rodrigues Cristo Antunes	A	Sala n.º 2.1-3.º piso
Maria Lucília Sousa Silva Ribeiro	A	Sala n.º 2.1-3.º piso
Maria Lucinda Antunes Oliveira	A	Sala n.º 2.1-3.º piso
Maria Luísa Figueiredo Sineiro	A	Sala n.º 2.1-3.º piso
Maria Luísa Machado Pimenta	A	Sala n.º 2.2-3.º piso
Maria Luísa Oliveira Garcia	A	Sala n.º 2.2-3.º piso
Maria Luísa Rodrigues Carvalho Cordeiro	A	Sala n.º 2.2-3.º piso
Maria Lurdes Borges Amaral Costa	A	Sala n.º 2.2-3.º piso
Maria Lurdes Campos Pascoal	A	Sala n.º 2.2-3.º piso
Maria Lurdes Cruz Dias Pereira Semedo	A	Sala n.º 2.2-3.º piso
Maria Lurdes Diogo Cunha Carvalho Rodrigues	A	Sala n.º 2.2-3.º piso
Maria Lurdes Domingos Pereira Costa	A	Sala n.º 2.2-3.º piso
Maria Lurdes Luro Coutinho	A	Sala n.º 2.2-3.º piso
Maria Lurdes Miranda Serrano	A	Sala n.º 2.2-3.º piso
Maria Lurdes Rodrigues Saúde	A	Sala n.º 2.2-3.º piso
Maria Luz Matias Carvalheiro Simões	A	Sala n.º 2.2-3.º piso
Maria Luz Teixeira Catarino	A	Sala n.º 2.2-3.º piso
Maria Madalena Nunes Machado	A	Sala n.º 2.2-3.º piso
Maria Manuela Castela Henriques	A	Sala n.º 2.2-3.º piso
Maria Manuela Ribeiro Alexandre	A	Sala n.º 2.2-3.º piso
Maria Manuela Santos Pereira Lopes	A	Sala n.º 2.2-3.º piso
Maria Manuela Santos Sousa	A	Sala n.º 2.2-3.º piso
Maria Margarida Farinha Henriques	A	Sala n.º 2.2-3.º piso
Maria Margarida Jesus Leite	A	Sala n.º 2.3-3.º piso
Maria Marlene Costa Ramos Ventura	A	Sala n.º 2.3-3.º piso
Maria Nazaré Serém Santos H. Pinheiro	A	Sala n.º 2.3-3.º piso
Maria Odília Simões Rodrigues	A	Sala n.º 2.3-3.º piso
Maria Olinda Fernandes Costa Simões	A	Sala n.º 2.3-3.º piso
Maria Paula Oliveira Gomes	A	Sala n.º 2.3-3.º piso
Maria Rosa Eufrázia Carvalho	A	Sala n.º 2.3-3.º piso
Maria Rosário Batista Santos	A	Sala n.º 2.3-3.º piso
Maria Rosário Dias Gonçalves	A	Sala n.º 2.3-3.º piso
Maria Salomé Monteiro Pita	A	Sala n.º 2.3-3.º piso
Maria Teresa Macedo Pinto Sousa	A	Sala n.º 2.3-3.º piso
Maria Teresa Duarte Cunha Neto	A	Sala n.º 2.3-3.º piso
Maria Teresa Graça Castanho Ferreira	A	Sala n.º 2.3-3.º piso
Mário António Teixeira Neves	A	Sala n.º 2.3-3.º piso
Mário Fernando Tomé Gonçalves	A	Sala n.º 2.3-3.º piso
Mário João Matias Cardoso	A	Sala n.º 2.3-3.º piso
Mário Jorge Batista Amado	A	Sala n.º 2.3-3.º piso
Mário Jorge Cardoso Oliveira Teixeira	A	Sala n.º 2.3-3.º piso
Mário José Nabais Ferreira Gomes	A	Sala n.º 2.3-3.º piso
Marisa Alexandra Carvalho Neves	A	Sala n.º 2.4-3.º piso
Marta Conceição Rosa Martins	A	Sala n.º 2.4-3.º piso
Marta Cristina Pratas Melo	A	Sala n.º 2.4-3.º piso
Marta Isabel Dias Santos	A	Sala n.º 2.4-3.º piso
Marta Manuela Almeida Santos	A	Sala n.º 2.4-3.º piso
Marta Sofia Fonseca Marques	A	Sala n.º 2.4-3.º piso
Milton Bruno Soares Santos	A	Sala n.º 2.4-3.º piso
Mónica Alexandra Dias Leite Maleiro	A	Sala n.º 2.4-3.º piso
Mónica Cristina Saraiva Silva Vieira	A	Sala n.º 2.4-3.º piso
Mónica Liliana Ferreira Santos	A	Sala n.º 2.4-3.º piso
Mónica Marques Oliveira	A	Sala n.º 2.4-3.º piso
Natália Baroa Domingues	A	Sala n.º 2.4-3.º piso
Nuno Daniel Vieira Rodrigues	A	Sala n.º 2.4-3.º piso
Nuno Filipe Santos Simões	A	Sala n.º 2.4-3.º piso
Nuno José Neves Adelino	A	Sala n.º 2.4-3.º piso

Nome	Situação	Sala de realização da prova
Odete Santos Caetano	A	Sala n.º 2.4-3.º piso
Odete Maria Santos Sousa Correia	A	Sala n.º 2.4-3.º piso
Olga Maria Cruz Lapo	A	Sala n.º 2.4-3.º piso
Olga Maria Duarte Marques	A	Sala n.º 2.4-3.º piso
Otília Oliveira Serra Machado	A	Sala n.º 2.5-3.º piso
Palmira Céu Chelinho	A	Sala n.º 2.5-3.º piso
Patrícia Alexandra Reis Moura Poiares	A	Sala n.º 2.5-3.º piso
Patrícia Isabel Oliveira Santos Pedreiro	A	Sala n.º 2.5-3.º piso
Paula Cristina Cardoso Bernardes	A	Sala n.º 2.5-3.º piso
Paula Cristina Carvalho Luís	A	Sala n.º 2.5-3.º piso
Paula Cristina Dias Saraiva Santos	A	Sala n.º 2.5-3.º piso
Paula Cristina Fernandes Lourenço	A	Sala n.º 2.5-3.º piso
Paula Cristina Ferreira Cunha Serra Lopes	A	Sala n.º 2.5-3.º piso
Paula Cristina Gomes Silva	A	Sala n.º 2.5-3.º piso
Paula Cristina Lucas Fernandes	A	Sala n.º 2.5-3.º piso
Paula Cristina Simões Antunes	A	Sala n.º 2.5-3.º piso
Paula Margarida Pereira Santos	A	Sala n.º 2.5-3.º piso
Paula Maria Alves Domingues	A	Sala n.º 2.5-3.º piso
Paula Maria Brito Sousa	A	Sala n.º 2.5-3.º piso
Paula Maria Fortunato Leitão Cruz	A	Sala n.º 2.5-3.º piso
Paula Maria Melo Silva Barroca	A	Sala n.º 2.5-3.º piso
Paula Mártires Nascimento Rocha Carapau	A	Sala n.º 2.5-3.º piso
Paula Sofia Melo Silva	A	Sala n.º 2.6-3.º piso
Paulo Alexandre Brás Gonçalves	A	Sala n.º 2.6-3.º piso
Paulo Alexandre Sousa Paiva	A	Sala n.º 2.6-3.º piso
Paulo António Martinho Gomes	A	Sala n.º 2.6-3.º piso
Paulo Jorge Santos Cortez Silva	A	Sala n.º 2.6-3.º piso
Paulo Jorge Torres Almeida	A	Sala n.º 2.6-3.º piso
Paulo José Nunes Santos	A	Sala n.º 2.6-3.º piso
Pedro Alexandre Santos Gante	A	Sala n.º 2.6-3.º piso
Pedro José André Neves Rodrigues	A	Sala n.º 2.6-3.º piso
Pedro Miguel Duarte Antunes	A	Sala n.º 2.6-3.º piso
Pedro Miguel Rodrigues Marques	A	Sala n.º 2.6-3.º piso
Pedro Miguel Vieira Meco	A	Sala n.º 2.6-3.º piso
Pedro Nuno Alves Costa	A	Sala n.º 2.6-3.º piso
Pedro Rafael Paulete Carvalho	A	Sala n.º 2.6-3.º piso
Ramiro Jesus Henriques	A	Sala n.º 2.6-3.º piso
Regina Maria Patrício Conceição Dias	A	Sala n.º 2.6-3.º piso
Regina Maria Ramos Pessoa	A	Sala n.º 2.6-3.º piso
Renato Alexandre Gomes Monteiro	A	Sala n.º 2.6-3.º piso
Ricardo Jorge Madeira Silva	A	Sala n.º 2.6-3.º piso
Ricardo José Rocha Reis	A	Sala n.º 2.6-3.º piso
Ricardo Miguel Seiça Cortesão	A	Sala n.º 2.7-3.º piso
Ricardo Nuno Duarte Gomes	A	Sala n.º 2.7-3.º piso
Rita Isabel Direita Duarte Gonçalves	A	Sala n.º 2.7-3.º piso
Rita João Freitas Carramanho Ribeiro Rodrigues	A	Sala n.º 2.7-3.º piso
Rita Sofia Oliveira Cardoso Gouveia	A	Sala n.º 2.7-3.º piso
Rodrigo Joaquim Matos Leston	A	Sala n.º 2.7-3.º piso
Rogério Gomes Ferrão Gouveia	A	Sala n.º 2.7-3.º piso
Romeu Alexandre Branco Silva	A	Sala n.º 2.7-3.º piso
Rosa Isabel Oliveira Mendes	A	Sala n.º 2.7-3.º piso
Rosa Maria Ferreira Monteiro	A	Sala n.º 2.7-3.º piso
Rosa Maria Ferreira Pacheco	A	Sala n.º 2.7-3.º piso
Rosa Maria Jesus Silva	A	Sala n.º 2.7-3.º piso
Rosa Maria Marques Simões Marinho	A	Sala n.º 2.7-3.º piso
Rosa Maria Monteiro Marques	A	Sala n.º 2.7-3.º piso
Rui Daniel Alves Correia	A	Sala n.º 2.7-3.º piso
Rui Manuel Caiado Batista	A	Sala n.º 2.7-3.º piso
Rui Miguel Garcia Contente Pinto	A	Sala n.º 2.7-3.º piso
Rute Conceição Cordeiro Vilão	A	Sala n.º 2.7-3.º piso
Rute Teresa Ledo Ventura Primo	A	Sala n.º 2.7-3.º piso
Salomé Vieira Costa Alexandre	A	Sala n.º 2.7-3.º piso
Sandra Cláudia São Bento Duarte Lagoa	A	Sala n.º 3.2-4.º piso
Sandra Cristina Jegundo Coimbra	A	Sala n.º 3.2-4.º piso
Sandra Cristina Correia Barreto Martins	A	Sala n.º 3.2-4.º piso
Sandra Cristina Mota Simões	A	Sala n.º 3.2-4.º piso
Sandra Cristina Oliveira Carvalho	A	Sala n.º 3.2-4.º piso
Sandra Isabel Oliveira Ferreira Santos	A	Sala n.º 3.2-4.º piso
Sandra Manuela Sá Cardoso	A	Sala n.º 3.2-4.º piso
Sandra Margarida Gouveia Dias Fernandes	A	Sala n.º 3.2-4.º piso
Sandra Margarida Santos Geraldo	A	Sala n.º 3.2-4.º piso
Sandra Maria Coutinho Pancas Ferreira	A	Sala n.º 3.2-4.º piso
Sandra Maria Eliseu Silva Serrano	A	Sala n.º 3.2-4.º piso
Sandra Maria Silva Tavares	A	Sala n.º 3.2-4.º piso
Sandra Patrícia Santos Pereira Silva Fontes	A	Sala n.º 3.2-4.º piso
Sandra Sofia Santos	A	Sala n.º 3.2-4.º piso
Sara Isabel Costa Paiva	A	Sala n.º 3.2-4.º piso
Sara Margarida Martins Dias	A	Sala n.º 3.2-4.º piso
Selene Maria Santos Rodrigues	A	Sala n.º 3.2-4.º piso
Sílvia Isabel Santos Fernandes	A	Sala n.º 3.2-4.º piso
Sílvia Maria Gomes Mano	A	Sala n.º 3.2-4.º piso
Sofia Isabel Duarte Costa Simões China	A	Sala n.º 3.2-4.º piso
Sónia Alexandra Carvalho Sousa	A	Sala n.º 3.3-4.º piso
Sónia Cristina Morais Pedro	A	Sala n.º 3.3-4.º piso
Sónia Isabel Jesus Ferreira	A	Sala n.º 3.3-4.º piso
Sónia Luísa Neves Francisco	A	Sala n.º 3.3-4.º piso
Sónia Margarida Antunes Ferreira	A	Sala n.º 3.3-4.º piso
Sónia Margarida Correia Gonçalves	A	Sala n.º 3.3-4.º piso
Sónia Margarida Ribeiro Mesquita	A	Sala n.º 3.3-4.º piso
Sónia Maria Fortunato França Simões	A	Sala n.º 3.3-4.º piso
Sónia Maria Raimundo Figueira Aguilar	A	Sala n.º 3.3-4.º piso
Sónia Marisa Mota Simões	A	Sala n.º 3.3-4.º piso
Susana Cristina Varanda Cordeiro	A	Sala n.º 3.3-4.º piso
Susana Isabel Salvado Barreto	A	Sala n.º 3.3-4.º piso
Susana Isabel Santos Paixão	A	Sala n.º 3.3-4.º piso
Susana Margarida Duarte Palrilha	A	Sala n.º 3.3-4.º piso
Susana Margarida Miranda Santos Marques	A	Sala n.º 3.3-4.º piso
Susana Rodrigues Vieira Correia	A	Sala n.º 3.3-4.º piso
Susana Sofia Rendeiro Moreira	A	Sala n.º 3.3-4.º piso
Tânia Marisa Ferreira Cruz Alves	A	Sala n.º 3.3-4.º piso
Tânia Sofia Simões Silva	A	Sala n.º 3.3-4.º piso
Telma Isabel Dias Cabo	A	Sala n.º 3.3-4.º piso
Telmo Filipe Barbosa Fidalgo Rosa	A	Sala n.º 3.4-4.º piso
Telmo José Carvalho Ferreira	A	Sala n.º 3.4-4.º piso
Teresa Jesus Marques Vicente	A	Sala n.º 3.4-4.º piso
Teresa Maria Gomes	A	Sala n.º 3.4-4.º piso
Teresa Maria Seco Oliveira	A	Sala n.º 3.4-4.º piso
Teresa Sofia Neves Guimarães Sousa	A	Sala n.º 3.4-4.º piso
Vanessa Cristina Antunes Balteiro Miguel	A	Sala n.º 3.4-4.º piso
Vânia Marisa Madeira Fernandes	A	Sala n.º 3.4-4.º piso
Vasco Machado Pimenta Cortesão	A	Sala n.º 3.4-4.º piso
Vasco Paulino Soares Oliveira	A	Sala n.º 3.4-4.º piso
Vasco Rafael Santos Vaz	A	Sala n.º 3.4-4.º piso
Vera Lúcia Dias Oliveira	A	Sala n.º 3.4-4.º piso
Vera Lúcia Rodrigues Luís	A	Sala n.º 3.4-4.º piso
Victor Manuel Simões Martins	A	Sala n.º 3.4-4.º piso
Virgínia Maria Cardoso Couceiro	A	Sala n.º 3.4-4.º piso
Virgínia Maria Rodrigues Santos	A	Sala n.º 3.4-4.º piso
Vítor Manuel Ribeiro Lino	A	Sala n.º 3.4-4.º piso
Vítor Miguel Simões Correia	A	Sala n.º 3.4-4.º piso
Zélia Cristina Agostinho Fernandes	A	Sala n.º 3.4-4.º piso
Zélia Margarida Henriques Matos	A	Sala n.º 3.4-4.º piso
Zélia Maria Silva Costa	A	Sala n.º 3.4-4.º piso
Zulmira Jesus Tavares Prado Lourenço	A	Sala n.º 3.4-4.º piso

31 de Agosto de 2000. — A Directora do Serviço de Pessoal, *Maria Helena da Silva André Reis Marques.*

Hospital Central e Especializado de Crianças Maria Pia

Aviso n.º 13 468/2000 (2.ª série). — Para os devidos efeitos se publica que Maria João Osório Mora Costa Morais e Maria do Rosário Reis Oliveira Silva Couto, classificadas em 17.º e 18.º lugares no concurso interno geral de acesso para enfermeiro especialista, área em saúde infantil e pediátrica, desistem do lugar, pelo que serão abatidas à lista de classificação final.

1 de Setembro de 2000. — A Administradora-Delegada, *Maria Regina Vieira.*

Hospital Distrital de Santarém

Aviso n.º 13 469/2000 (2.ª série). — 1 — Nos termos dos artigos 15.º e 30.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março, e do regulamento dos concursos aprovado pela Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro, faz-se público que, por deliberação do conselho de administração de 17 de Agosto de 2000, no uso de competência própria,

se encontra aberto concurso interno geral de provimento para preenchimento da vaga a seguir indicada de assistente da carreira médica hospitalar do quadro de pessoal deste Hospital, aprovado pela Portaria n.º 599/96, de 21 de Outubro.

2 — O concurso é institucional, aberto a todos os médicos possuidores dos requisitos gerais e especiais que estejam vinculados à função pública.

3 — Vaga a concurso:

Anestesiologia — uma vaga.

Exigências particulares técnico-profissionais do cargo a prover:

Experiência em emergência pré-hospitalar.

4 — Prazo de validade — o concurso é válido por seis meses e visa o preenchimento da vaga ora anunciada.

5 — O médico a prover pode vir a prestar serviço não só neste Hospital mas também noutras instituições com as quais este estabelecimento tenha ou venha a ter acordos ou protocolos de colaboração.

6 — O regime de trabalho será desenvolvido em horários desfasados, de acordo com as disposições legais existentes nesta matéria, nomeadamente o despacho ministerial n.º 19/90.

7 — Requisitos de admissão:

7.1 — São requisitos gerais de admissão ao concurso:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
b) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
d) Possuir a robustez física e o perfil psíquico necessários ao exercício da função e ter cumprido as leis da vacinação obrigatória.

7.2 — Requisitos especiais:

7.2.1 — Possuir o grau de assistente da área profissional a que se candidata, ou a sua equiparação, obtida nos termos do n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março;

7.2.2 — Estar inscrito na Ordem dos Médicos.

8 — Apresentação de candidaturas:

8.1 — O prazo para apresentação de candidaturas é de 20 dias úteis a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República.*

8.2 — Forma — a candidatura deve ser formalizada mediante requerimento, dirigido ao presidente do conselho de administração do Hospital Distrital de Santarém, Avenida de Bernardo Santareno, 2002 Santarém, entregue pessoalmente no Serviço de Pessoal ou remetido por correio registado, com aviso de recepção, desde que expedido até ao termo do prazo fixado no n.º 7.1.

8.3 — Do requerimento devem constar os seguintes elementos:

a) Identificação do requerente (nome, naturalidade, filiação, data de nascimento, residência e telefone, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu);
b) Categoria profissional e estabelecimento de saúde a que o requerente esteja vinculado;
c) Referência ao aviso de abertura do concurso identificando o número e a data do *Diário da República* onde vem anunciado, bem como a área profissional a que concorre;
d) Indicação dos documentos que instruam o requerimento, bem como a sua sumária caracterização;
e) Endereço para onde deverá ser remetido qualquer expediente relativo ao concurso.

9 — As falsas declarações prestadas nos requerimentos pelos candidatos serão punidas nos termos da lei penal.

10 — O requerimento de admissão deve ser acompanhado de:

a) Documento comprovativo da posse do grau de assistente ou da equiparação a esse grau;
b) Documento comprovativo do vínculo à função pública;
c) Documento comprovativo de que o candidato se encontra inscrito na Ordem dos Médicos;
d) Cinco exemplares do *curriculum vitae.*

10.1 — O documento mencionado na alínea *c*) pode ser substituído por declaração no requerimento, sob compromisso de honra, da situação precisa em que os candidatos se encontram relativamente a esse requisito.

10.2 — A falta dos documentos previstos nas alíneas *a*) e *b*) do n.º 9 implica a não admissão a concurso.

10.3 — Os exemplares do *curriculum vitae* podem ser apresentados até 10 dias úteis após o termo do prazo de candidatura, implicando a sua não apresentação dentro daquele prazo a não admissão a concurso.

11 — Método de selecção — o método de selecção a utilizar é o da avaliação curricular, conforme disposto na secção VI da Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro.

12 — A lista de candidatos será afixada no *placard* do Serviço de Pessoal deste Hospital, onde poderá ser consultada.

13 — Constituição do júri:

Presidente — Dr. Reinaldo Dias Coelho Cabanita, chefe de serviço de anestesiologia do Hospital Distrital de Santarém.
Vogais efectivos:
Dr.ª Maria da Graça Sousa Almeida, assistente graduada de anestesiologia do Hospital Distrital de Santarém.
Dr.ª Isabel Maria Lázaro Ferreira Henriques, assistente graduada de anestesiologia do Hospital Distrital de Santarém.

Vogais suplentes:

Dr. Luís Maria Maia da Silva, chefe de serviço de anestesiologia do Hospital Distrital de Santarém.
Dr.ª Vídia Deneva Aleksieva Castro, assistente de anestesiologia do Hospital Distrital de Santarém.

14 — O presidente do júri será substituído, em caso de falta ou impedimento, pelo 1.º vogal efectivo.

22 de Agosto de 2000. — Pelo Conselho de Administração, *(Assinatura ilegível.)*

Hospital de Alcobaça Bernardino Lopes de Oliveira

Aviso n.º 13 470/2000 (2.ª série). — Nos termos do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, faz-se pública a lista de candidatos admitidos ao concurso interno geral de ingresso na categoria de enfermeiro (nível 1), aberto por aviso publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 174, de 29 de Julho de 2000:

Candidata admitida:

Helga Catarina de Oliveira Ribeiro.

Candidatos excluídos:

(Não há.)

30 de Agosto de 2000. — A Administradora-Delegada, *Maria de Jesus Marques.*

Hospital de Garcia de Orta

Aviso n.º 13 471/2000 (2.ª série). — Em cumprimento do preceituado no n.º 34 da Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro, faz-se pública a lista de classificação final (homologada por deliberação de 24 de Agosto de 2000 do conselho de administração) relativa ao concurso interno geral de provimento para uma vaga na categoria de assistente de pneumologia da carreia médica hospitalar do quadro de pessoal do Hospital de Garcia de Orta, aberto pelo aviso n.º 3112/2000, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 40, de 17 de Fevereiro de 2000:

Jorge Humberto de Oliveira Fonseca Soares — 16,12 valores;
Paula Cristina Lopes Rosa Aldomiro — 15,01 valores.

Nos termos do n.º 35 da referida portaria, os candidatos dispõem de 10 dias úteis contados a partir da presente publicação para recorrerem, com efeito suspensivo, para o Secretário de Estado dos Recursos Humanos e da Modernização da Saúde.

Mais se informa que toda a documentação relacionada com o processo de concurso se encontra à disposição dos candidatos, podendo ser consultada, se assim o desejar, no Serviço de Pessoal, dentro das horas de expediente.

1 de Setembro de 2000. — O Chefe da Repartição de Administração de Pessoal, *Marcelino Gonçalves.*

Hospital de Santa Luzia de Viana do Castelo

Aviso (extracto) n.º 13 472/2000 (2.ª série). — *Classificação final do internato complementar.* — Nos termos da Portaria n.º 695/95, de 30 de Junho, concluíram o internato complementar nas especialidades e nas referidas datas, que se indicam:

Medicina interna:

Dr.ª Ana Paula Chaves Matos — no dia 26 de Julho de 2000 — 18,2 valores.
Dr.ª Silvina Jesus Gomes Miguel Carvalho — no dia 26 de Julho de 2000 — 17,5 valores.

Pediatria:

Dr.ª Maria Helena Ramalho Leite Ramalho — no dia 27 de Julho de 2000 — 19 valores.

29 de Agosto de 2000. — O Administrador-Delegado, *Fernando M. Marques.*

Hospital de São João

Rectificação n.º 2361/2000. — Por ter saído com inexactidão a publicação inserta no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 196, a p. 14 066, col. 1.ª, aviso n.º 12 796/2000 (2.ª série), de 25 de Agosto, relativo ao aviso de abertura de inscrições para admissão ao ciclo de estudos especiais de neonatologia, rectifica-se que onde se lê «3 — O ciclo tem a duração de 12 meses, com início em 1 de Setembro de 2000.» deve ler-se «3 — O ciclo tem a duração de 12 meses, com início em 2 de Outubro de 2000.».

30 de Agosto de 2000. — A Chefe da Secção do Departamento de Recursos Humanos, *Emília Aida Soares Pinheiro Ribeirinho Soares.*

Hospital de São João de Deus

Aviso n.º 13 473/2000 (2.ª série). — Torna-se público que a lista de classificação final dos candidatos admitidos ao concurso externo de ingresso para provimento de um lugar vago de técnico de 2.ª classe de terapia da fala da carreira de pessoal técnico de diagnóstico e terapêutica do quadro de pessoal deste Hospital, aberto pelo aviso n.º 18 933/99 (2.ª série), publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 299, de 27 de Dezembro de 1999, a pp. 19 665 e 19 666, homologada por despacho do conselho de administração de 23 de Agosto de 2000, se encontra afixada no expositor do Serviço de Pessoal.

Da homologação cabe recurso no prazo de 10 dias a contar da data da publicação do presente aviso.

28 de Agosto de 2000. — A Presidente do Júri, *Alzira Maria Borges Martins Veiga Carvalho.*

Hospital da Senhora da Oliveira — Guimarães

Aviso n.º 13 474/2000 (2.ª série). — Para os devidos efeitos se publica que Almerinda Maria Alves Barroso Pereira, assistente graduada de pediatria e neonatologia, candidata ao concurso interno geral de provimento para o preenchimento de três lugares vagos na categoria de assistente de pediatria com perfil em neonatologia, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 47, de 25 de Fevereiro de 2000, prescinde de ser nomeada na referida categoria, sendo abatida à lista de classificação final.

29 de Agosto de 2000. — O Director, *José Alberto Cardoso Marques.*

Hospital de Sousa Martins

Aviso n.º 13 475/2000 (2.ª série). — Nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 39.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, torna-se público que se encontra afixada no *placard* da Repartição de Pessoal deste Hospital a lista de classificação final dos candidatos ao concurso n.º 45/99, concurso interno geral de admissão a estágio para ingresso na carreira de operador de sistema, categoria de operador de sistema de 2.ª classe (informática), do quadro de pessoal do Hospital de Sousa Martins — Guarda, cujo aviso de abertura foi publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 58, de 9 de Março de 2000.

A acta a que se refere a presente lista foi homologada por deliberação de 24 de Agosto de 2000 do conselho de administração do Hospital de Sousa Martins, depois de cumpridos os preceitos constantes dos artigos 100.º e 102.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro.

Os candidatos dispõem de 10 dias úteis para eventuais reclamações.

31 de Agosto de 2000. — O Administador-Delegado, *Vítor Manuel Ferreira Seabra.*

Maternidade de Júlio Dinis

Aviso n.º 13 476/2000 (2.ª série). — Devidamente homologada por despacho do administrador-delegado de 23 de Agosto de 2000, torna-se pública a lista de classificação final do concurso externo geral de ingresso para provimento de 15 lugares do grupo de pessoal auxiliar, correspondente às seguintes carreiras, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 19, de 24 de Janeiro de 2000:

Costureira

Candidatos admitidos:

	Valores
1.º Carolina Alexandra Feiteira Oliveira	15,83
2.º Maria Manuela Martins Lima Castro	15,33
3.º Maria Augusta Nunes da Silva	13,47
4.º Lúcia Maria dos Santos Ferreira	12,27

Candidatos excluídos:

Ana Paula Borges de Oliveira (*a*).
Cláudia Alexandra Martins Leite (*c*).
Maria Alice Fernandes de Freitas (*b*).
Maria Celeste do Mar Monteiro (*a*).
Maria Teresa Sousa Moreira (*a*).
Mariana Borges da Silva Arantes (*a*).
Raquel Maria Nunes de Castro (*a*).

Operador de lavandaria

Candidatos admitidos:

	Valores
1.º José Manuel Moreira Cabral	16,87
2.º Marta Maia Lucena	16,83
3.º Paula Cristina Pereira Cardoso Rodrigues	16,53
4.º Sílvia Alexandra França Correia de Sousa	16,50
5.º Carolina Alexandra Feiteira Oliveira	15,83
6.º Paula Alexandra Vital Pereira Soares	15,83
7.º Flávia Regina Teixeira Neto Pereira	15,10
8.º Maria Manuela Martins Lima Castro	14,83
9.º José Luís Morais Leão	14,53
10.º Ana Maria Coelho Felgueiras	14,40
11.º Cláudia Alexandra Martins Leite	14,33
12.º Marta Isabel Pinto Rocha Santos	12,07
13.º Joaquim Paulo Carvalhosa Fernandes	10,63

Candidatos excluídos:

João Paulo Amaral de Athayde e Melo (*a*).
Ana Paula Borges Oliveira (*a*).
Cândido Rodrigo Seabra da Mota Martins (*a*).
Mariana Borges da Silva Arantes (*a*).
Raquel Maria Nunes de Castro (*a*).

Auxiliar de apoio e vigilância

Candidatos admitidos:

	Valores
1.º Sílvia Alexandra França Correia de Sousa	17,67
2.º Paula Cristina Pereira Cardoso Rodrigues	17,37
3.º Fernando Carlos Bártolo Gonçalves	16,53
4.º Flávia Regina Teixeira Neto Pereira	16,43
5.º José Luís Morais Leão	16,37
6.º Cláudia Alexandra Martins Leite	16,33
7.º Maria Manuela Martins Lima Castro	16,33
8.º Marta Maia Lucena	16,33
9.º Ana Cristina Morais Pinto Vieira	16,27
10.º Ângela Colaço Ferreira	16
11.º Maria Augusta Nunes da Silva	15,83
12.º Ana Paula da Silva Trigo	15,63
13.º José Manuel Moreira Cabral	15,53
14.º Alzira Manuela da Silva Moreira	15,50
15.º Lucinda de Resende Cardoso	15,33
16.º Elisabete Maria Teixeira da Silva Cardoso	15,27
17.º Rosa Celeste de Sousa Espinheira	15,07
18.º Ana Maria Teixeira Prata	15
19.º Teresa de Jesus Nunes de Oliveira Castro	15
20.º Paula Alexandra Vital Pereira Soares	14,83
21.º Mafalda dos Santos Vieira	14,73
22.º Maria Dulce de Jesus Coutinho Morais	14,57
23.º Marta Isabel Pinto Rocha Santos	14,40
24.º Rui Filipe Gonçalves Almeida	14,37
25.º Paulo Alexandre de Macedo	14,20
26.º Maria Ângela Garrido David Monteiro	14,10
27.º Maria Arménia de Sousa Silva	14,07
28.º Maria Odete Fernandes Pereira	14,07
29.º Natália Gomes e Castro	14

30.º Joaquim Lopes Vila Pouca	13,97
31.º Marcos José Pinto Vieira Veríssimo	13,93
32.º Pedro Nuno Lobato Ferreira	13,73
33.º Ana Maria Coelho Felgueiras	13,40
34.º Raquel Maria Nunes de Castro	13,20
35.º Maria Augusta Cardoso Heleno	13,13
36.º António dos Santos Cavadas da Costa	13,03
37.º Anabela Silva Santos	12,90
38.º Dulce Marília de Oliveira Moreira Rei	12,87
39.º Augusta Paula Gomes Teixeira	12,10
40.º Domingos Neves de Sousa	12
41.º Joaquim Paulo Carvalhosa Fernandes	11,13
42.º Paulo Alexandre Soares Correia	10,77

Candidatos excluídos:

Ana Paula Borges de Oliveira (*a*).
Ana Sofia Gomes Carneiro da Silva Duarte (*c*).
Cândido Rodrigo Seabra da Mota Martins (*a*).
Elsa Araújo Teixeira (*a*).
Filomena Maria Silva Oliveira (*a*).
Hortência Mafalda dos Santos Brito Ferreira (*a*).
Hugo Emanuel Cunha Mendes Pinho dos Santos (*a*).
João Paulo Amaral de Athayde e Melo (*a*).
Lurdes Eduarda Alves Garcia Pimenta (*c*).
Maria Alice Fernandes de Freitas (*b*).
Maria Celeste do Mar Monteiro (*a*).
Maria de Lurdes Matos Salvador (*c*).
Maria Teresa Sousa Moreira (*a*).
Mariana Borges da Silva Arantes (*a*).
Nélson Gomes dos Santos (*a*).
Ricardo Jorge da Silva Correia (*c*).
Sofia da Piedade Coelho Pinto (*a*).
Susana Cristina Morais Heleno (*c*).
Susana Paula Rodrigues da Silva Alves (*a*).

(*a*) Não compareceu à prova de conhecimentos gerais.
(*b*) Não obteve a classificação mínima exigida na prova de conhecimentos gerais.
(*c*) Faltou à entrevista profissional de selecção.

29 de Agosto de 2000. — O Administrador-Delegado, A. Silva Pinheiro.

Aviso n.º 13 477/2000 (2.ª série). — Devidamente homologada por despacho do administrador-delegado de 29 de Agosto de 2000, torna-se pública a lista de classificação final do concurso externo geral de ingresso para admissão a estágio na carreira técnica superior de informática para provimento de um lugar vago na categoria de técnico superior de informática de 2.ª classe, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 14, de 18 de Janeiro de 2000:

	Valores
Sara Campos de Araújo	15,83
Carlos Manuel Azevedo Costa	15,77
César Manuel Ferreira Quintas	15,07
Maria Manuel Bastos Salazar	14,74
Anabela Godinho Marques de Sousa	14,67
Luís Filipe Costa da Fonseca Santos	14,27
Cecília Ester Godinho Lopes	13,70
Paulo Miguel Labrincha de Azevedo	13,70

30 de Agosto de 2000. — O Administrador-Delegado, *A. Silva Pinheiro.*

Inspecção-Geral da Saúde

Aviso n.º 13 478/2000 (2.ª série):

António José Martins de Castro, auxiliar de acção médica do Hospital Garcia de Orta, com última residência conhecida em Passeio Alcaniça, bloco 2-3Z, 2825 Monte de Caparica, é notificado de que, por despacho de 27 de Julho de 2000 da Ministra da Saúde, proferido sobre o relatório final do processo disciplinar n.º 204/99-D, em que é arguido e que correu termos nesta Inspecção-Geral, lhe foi aplicada a pena disciplinar de demissão (artigo 72.º, n.º 3, do Estatuto Disciplinar), podendo, no prazo máximo de 60 dias após a publicação deste aviso, impugnar a pena aplicada ou requerer a reabertura do processo, nos termos do artigo 72.º, n.º 4, do Estatuto Disciplinar.

18 de Agosto de 2000. — O Inspector-Geral, *Armando Moreira Rodrigues.*

MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

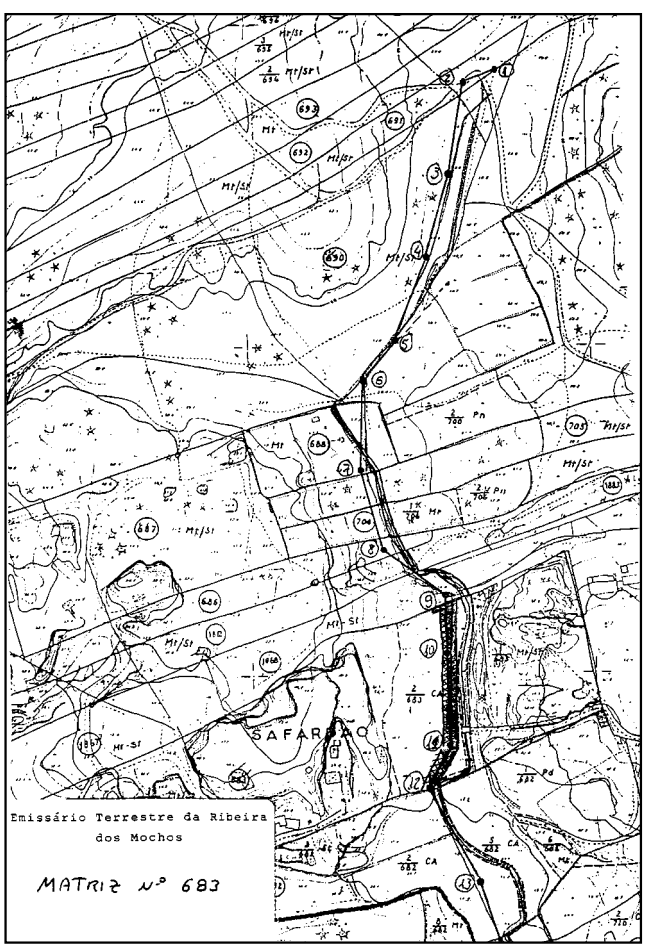
Gabinete do Ministro

Despacho n.º 18 661/2000 (2.ª série). — Com vista à implantação e permanência definitiva do troço entre as caixas n.os 9 e 12 do emissário terrestre da ribeira dos Mochos, a desenvolver no concelho de Cascais, determino, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 3.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 34 021, de 11 de Outubro de 1944, e no exercício de competência própria, o seguinte:

1 — O prédio rústico composto de terra de semeadura e mato descrito sob o n.º 7115, a fl. 170 do livro B-21, na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Cascais e inscrito na respectiva matriz predial sob o artigo rústico 683, secção 45, da freguesia de Cascais, da 1.ª Repartição de Finanças de Cascais, ficará, de ora em diante, parcialmente onerado, com carácter permanente, pela constituição administrativa a favor da SANEST — Saneamento da Costa do Estoril, S. A., criada pelo Decreto-Lei n.º 142/95, de 14 de Junho, que reverterá para o Estado Português no termo da concessão de uma servidão de aqueduto público subterrâneo com 8 m de largura e 120 m de comprimento, situada a meio do terreno confrontando com o traçado natural da ribeira dos Mochos, base jurídica de implantação e permanência do troço entres as caixas n.os 9 e 12 do emissário terrestre gravítico de condução de águas de saneamento básico de aglomerados populacionais da ribeira dos Mochos, com três caixas de visita, integrado no Sistema de Saneamento Básico da Costa do Estoril, conforme traçado e zonas definidas na planta anexa ao presente despacho.

2 — Os respectivos actuais e subsequentes proprietários ficam obrigados, da presente data em diante, a respeitarem e reconhecerem a servidão administrativa ora constituída, bem como a, na sua zona aérea ou subterrânea de incidência, absterem-se de efectuar escavações, edificar qualquer tipo de construção duradoura ou precária e, assim, nessa conformidade, manterem livre a respectiva área e consentirem, sempre que se mostre necessário, no seu acesso e ocupação pelas entidades beneficiárias, nos termos e para os efeitos do preceituado nos artigos 1.º e 2.º do Decreto-Lei n.º 34 021, de 11 de Outubro de 1944.

1 de Setembro de 2000. — O Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.*

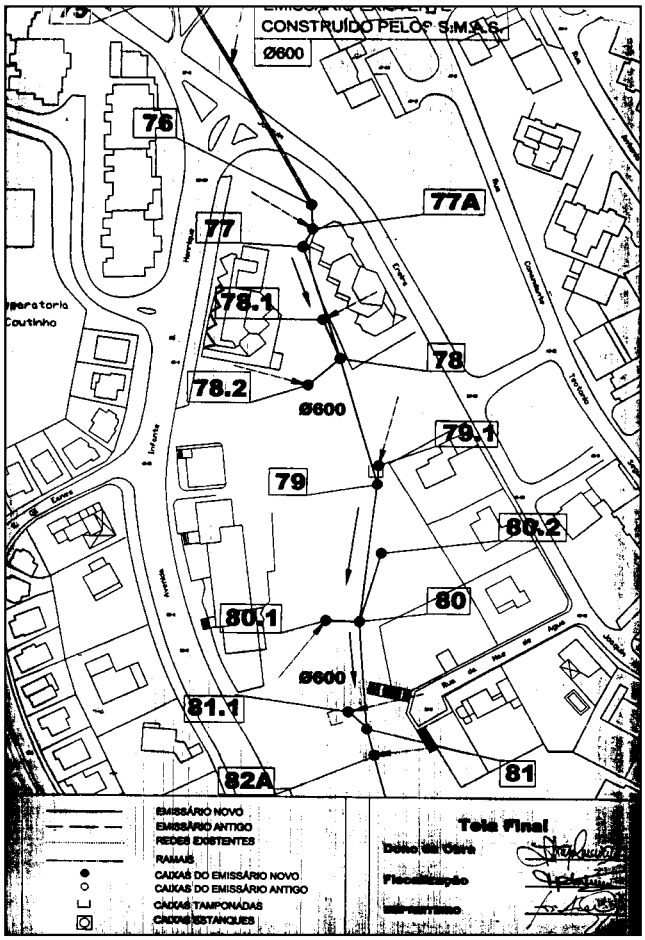


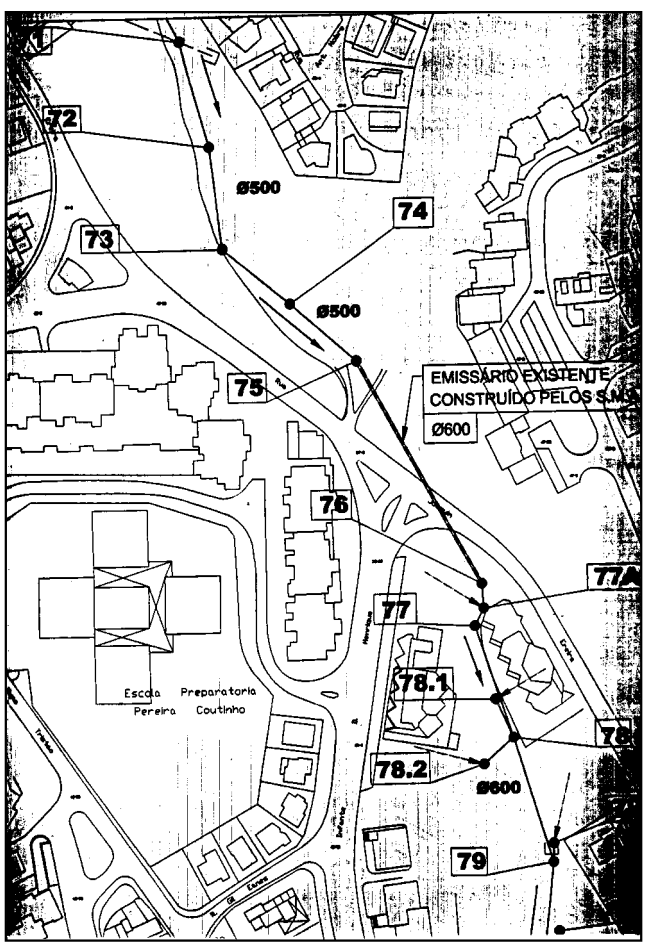
Despacho n.º 18 662/2000 (2.ª série). — Com vista à implantação e permanência definitiva do troço entre as caixas n.os 75 e 91 do emissário terrestre da ribeira dos Mochos, a desenvolver no concelho de Cascais, determino, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 3.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 34 021, de 11 de Outubro de 1944, e no exercício de competência própria, o seguinte:

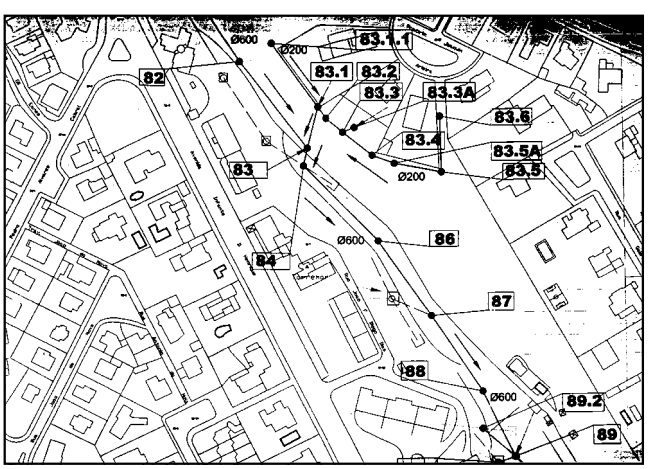
1 — O prédio rústico descrito sob o n.º 1955, a fl. 133 do livro B-6, na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Cascais e inscrito na respectiva matriz predial sob o artigo rústico 1531, secções 55, 65, 66, e 75, da freguesia de Cascais, da 1.ª Repartição de Finanças de Cascais, ficará, de ora em diante, parcialmente onerado, com carácter permanente, pela constituição administrativa a favor da SANEST — Saneamento da Costa do Estoril, S. A., criada pelo Decreto-Lei n.º 142/95, de 14 de Junho, que reverterá para o Estado Português no termo da concessão de uma servidão de aqueduto público subterrâneo com 8 m de largura e 1073 m de comprimento, situada a meio do terreno, base jurídica de implantação e permanência do troço entres as caixas n.os 75 e 91 do emissário terrestre gravítico de condução de águas de saneamento básico de aglomerados populacionais da ribeira dos Mochos, com 34 caixas de visita, integrado no Sistema de Saneamento Básico da Costa do Estoril, conforme traçado e zonas definidas na planta anexa ao presente despacho.

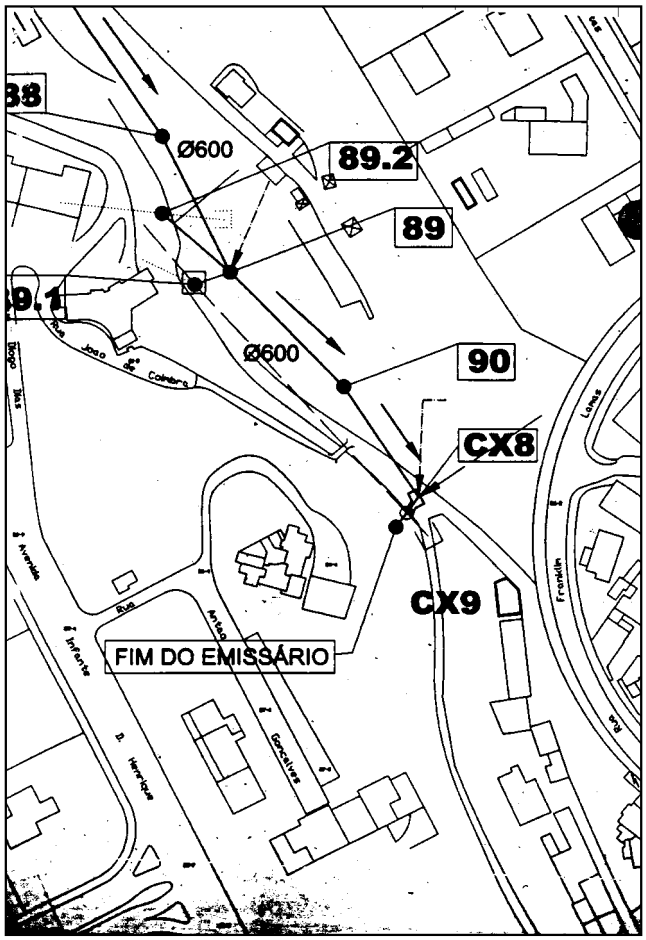
2 — Os respectivos actuais e subsequentes proprietários ficam obrigados, da presente data em diante, a respeitarem e reconhecerem a servidão administrativa ora constituída, bem como a, na sua zona aérea ou subterrânea de incidência, absterem-se de efectuar escavações, edificar qualquer tipo de construção duradoura ou precária e, assim, nessa conformidade, manterem livre a respectiva área e consentirem, sempre que se mostre necessário, no seu acesso e ocupação pelas entidades beneficiárias, nos termos e para os efeitos do preceituado nos artigos 1.º e 2.º do Decreto-Lei n.º 34 021, de 11 de Outubro de 1944.

1 de Setembro de 2000. — O Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.*









Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza

Despacho n.º 18 663/2000 (2.ª série). — Pretende a SIMRIA — Saneamento Integrado dos Municípios da Ria, S. A., proceder à construção do interceptor norte/condutas, estações elevatórias (EE) e pontos de entrada (PEN) do Sistema Multimunicipal de Saneamento da Ria de Aveiro, parte integrante da «solução integrada de colecta, tratamento e destino final de efluentes líquidos» gerados na zona abrangida pela Associação de Municípios da Ria de Aveiro.

O traçado das condutas e as estações elevatórias (EE) e pontos de entrada (PEN), EEN/PEN7, EEN8, EEN9/PEN9, EEN11, PEN7.2, PEN8.1 e PEN8.2, abrangem terrenos integrados na Reserva Ecológica Nacional do concelho de Estarreja, por força da delimitação constante da Portaria n.º 262/93, de 8 de Março.

Considerando que as obras pretendidas se destinam a promover a despoluição e preservação da Ria de Aveiro;

Considerando que na execução do projecto a SIMRIA — Saneamento Integrado dos Municípios da Ria, S. A., deverá, nos termos do despacho da Ministra do Ambiente de 29 de Maio de 1995, exarado no processo de avaliação de impacte ambiental da «solução integrada de colecta, tratamento e destino final de efluentes líquidos», gerados na zona abrangida pela Associação de Municípios da Ria de Aveiro, dar cumprimento às medidas e condicionamentos expressos no estudo de impacte ambiental e no parecer da comissão de avaliação do impacte ambiental;

Considerando ainda que na execução do projecto a SIMRIA — Saneamento Integrado dos Municípios da Ria, S. A., deverá, nos termos do despacho do Secretário de Estado do Ambiente de 18 de Abril de 2000, exarado no processo de avaliação de incidências ambientais do interceptor norte/condutas, estações elevatórias e pontos de entrada, dar cumprimento às medidas e condicionamentos expressos no respectivo estudo e no parecer da comissão de avaliação.

Determina-se:

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea *c*) do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 213/92, de 12 de Outubro, é reconhecido o interesse público da construção das condutas e das estações elevatórias (EE) e pontos de entrada (PEN), EEN/PEN7, EEN8, EEN9/PEN9, EEN11, PEN7.2, PEN8.1 e PEN8.2, do interceptor norte do projecto «solução integrada de colecta, tratamento e destino final de efluentes líquidos gerados na zona abrangida pela Associação de Municípios da Ria de Aveiro», no concelho de Estarreja.

24 de Agosto de 2000. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, *Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira.*

Despacho n.º 18 664/2000 (2.ª série). — Pelo despacho n.º 10 918, da Ministra do Ambiente, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 129, de 4 de Junho de 1999, ao abrigo dos preceitos aplicáveis do Código de Expropriações então em vigor, foi declarada a utilidade pública, com carácter urgente, da expropriação das parcelas necessárias à implantação do adutor de circunvalação — troços inicial, médio e final — e outros trabalhos correlativos, obras da iniciativa da EPAL — Empresa Portuguesa das Águas Livres, S. A.

Requereu recentemente a EPAL, S. A., a rectificação da área da parcela n.º 66 do troço inicial, que é de 1694 m^2, e não de 1669 m^2, como constou daquele despacho, pretensão que importa satisfazer.

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 148.º do Código do Procedimento Administrativo e no uso das competências que me foram delegadas pelo despacho n.º 25 784, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 302, de 30 de Dezembro de 1999, do Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, com a rectificação constante do despacho n.º 554/2000, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 41, de 18 de Fevereiro de 2000, determino a rectificação da área da referida parcela n.º 66 do troço inicial do adutor de circunvalação, que é de 1694 m^2, e não de 1669 m^2, como constou do mencionado despacho n.º 10 918.

25 de Agosto de 2000. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, *Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira.*

Despacho n.º 18 665/2000 (2.ª série). — A Câmara Municipal de Almodôvar pretende promover a construção da estação de tratamento de águas residuais de Santa Clara-a-Nova, no concelho de Almodôvar, utilizando para o efeito 1336 m^2 de terreno integrado na Reserva Ecológica Nacional, por força da delimitação constante da Resolução de Conselho de Ministros n.º 149/97, de 10 de Setembro;

Considerando o parecer favorável emitido pela Comissão de Coordenação da Região do Alentejo;

Considerando a justificação da localização apresentada pela Câmara Municipal de Almodôvar;

Considerando que na execução do projecto a Câmara Municipal deverá ter cumprimento aos condicionamentos expressos no parecer da Direcção Regional do Ambiente — Alentejo e da Comissão de Coordenação da Região do Alentejo, designadamente:

As obras só poderão iniciar-se após aprovação do projecto da ETAR pela Direcção Regional do Ambiente do Alentejo;
Deverá ser executada uma adequada integração paisagística da infra-estrutura;
A intervenção a efectuar deverá limitar-se à área estritamente necessária à execução da obra;
Durante a fase de construção devem ser adoptadas medidas de minimização no sentido de não serem agravados os «riscos de erosão» da área em causa;
Após a conclusão das obras, os taludes resultantes da intervenção deverão ser revestidos de imediato de acordo com o previsto no projecto de integração paisagística.

Determina-se:

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea *c*) do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 213/92, de 12 de Outubro, é reconhecido o interesse público na construção da Estação de Tratamento de Águas Residuais de Santa Clara-a-Nova, no concelho de Almodôvar.

25 de Agosto de 2000. — O Secretário de Estado do Ordenamento e da Conservação da Natureza, *Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira.*

Despacho n.º 18 666/2000 (2.ª série). — Ao abrigo dos artigos 1.º, 12.º, 13.º, n.º 1, 14.º, n.º 1, e 15.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, e no exercício das competências que me foram delegadas pelo Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, por despacho n.º 25 784/99, de 11

de Novembro de 1999, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 302, de 30 de Dezembro de 1999, declaro de utilidade pública e atribuo carácter urgente à expropriação de três parcelas identificadas no quadro e plantas anexos necessárias à obra de construção do túnel de interligação do sistema Odelouca-Funcho: terrenos necessários à execução da obra a desenvolver nos municípios de Monchique e Silves a favor do Instituto da Água.

Os encargos com a expropriação são da responsabilidade do Instituto da Água, sendo suportados pela dotação orçamental do PIDDAC de 2000, do cap. 50, div. 05, subdiv. 04, «Aproveitamento hidráulico de Odelouca-Funcho», C. E. 07.01.01.

25 de Agosto de 2000. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, *Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira.*

Túnel de interligação do sistema Odelouca-Funcho — terrenos necessários à execução da obra

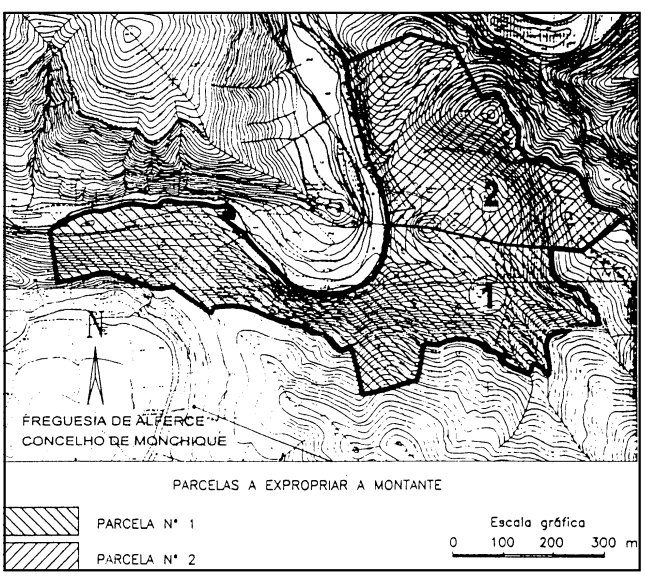
Relação dos proprietários abrangidos pelas expropriações

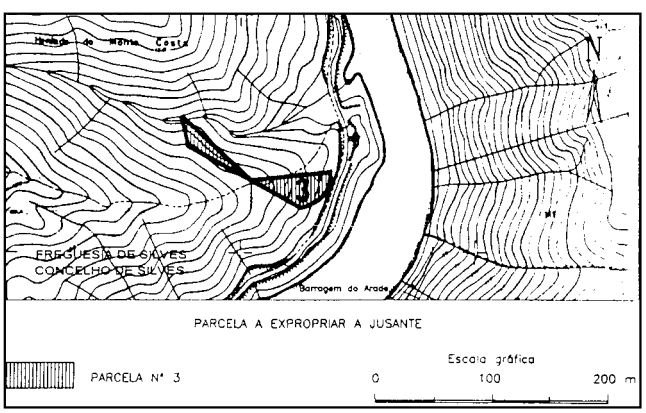
Número da parcela	Nome e morada dos proprietários	Identificação do prédio				Área a expropriar (metros quadrados)
		Matriz rústica — Secção	Concelho	Freguesia	Descrição predial	
1	Amândio Luís Varela, 8550 Alferce	N.º 1 BZ 1 BZ 2	Monchique	Alferce	4173, a fl. 93 do livro G5	175 808
2	EMPRESIL — Emp. Silvícolas, S. A., Rua de David de Sousa 27-C, 1049-051 Lisboa.	N.º 1 BX 2	Monchique	Alferce	249/260290	124 803
3	Maria da Conceição J. D. F. Moutinho e Maria Eugénia J. D. F. Peres Gomes, Rua de Joaquim Eugénio Júdice, 29, 8400 Lagoa.	N.º 2 R 2	Silves	Silves	05199/970414	1 747

ANEXO

Túnel de Interligação do Sistema Odelouca-Funcho

Terrenos necessários à execução da obra





Direcção-Geral do Ambiente

Despacho n.º 18 667/2000 (2.ª série). — Por despachos de 9 de Agosto de 2000 do director-geral do Ambiente e de 25 de Agosto de 2000 da vereadora da Câmara Municipal da Amadora:

José Alberto Pereira Amaral, condutor de máquinas pesadas e veículos especiais do quadro de pessoal da Câmara Municipal da Amadora — autorizada a prorrogação da requisição, por mais um ano, para exercer funções na Direcção-Geral do Ambiente, com efeitos a 18 de Agosto de 2000. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

1 de Setembro de 2000. — A Chefe da Repartição de Pessoal e Expediente, *Maria Manuela Azevedo.*

Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

Declaração n.º 296/2000 (2.ª série). — Torna público que esta Direcção-Geral registou com o n.º 04.02.07.00/01-00.P.P., em 2 de Junho de 2000, a alteração ao Plano de Pormenor do Rossio de São Brás, no município de Cuba, ratificada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 40/2000, publicada no *Diário da República,* 1.ª série-B, n.º 125, de 30 de Maio.

1 de Setembro de 2000. — O Director-Geral, *João Biencard Cruz.*

Instituto da Conservação da Natureza

Despacho (extracto) n.º 18 668/2000 (2.ª série). — Por despachos de 26 de Maio e de 14 de Julho de 2000, respectivamente da vice-presidente do Instituto da Conservação da Natureza e da directora regional do Ambiente e do Ordenamento do Território — Lisboa e Vale do Tejo:

Fernando Ribeiro Pinto, vigilante da natureza de 2.ª classe do quadro da Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território — Lisboa e Vale do Tejo — autorizada a transferência com a mesma categoria para o quadro do extinto Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, ficando exonerado do quadro de origem a partir de 1 de Agosto de 2000, data da aceitação da nomeação. (Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

24 de Agosto de 2000. — A Directora de Serviços Administrativos e Financeiros, *Isabel Neves.*

Despacho (extracto) n.º 18 669/2000 (2.ª série). — Por despachos de 19 de Junho e de 18 de Julho de 2000, respectivamente da vice-presidente do Instituto da Conservação da Natureza e do director regional de Agricultura do Alentejo:

Gracinda Maria Ricardo Monteiro, assistente administrativa do quadro da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo — autorizada a prorrogação da requisição com a mesma categoria, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2000, para exercer funções no Parque Natural da Serra de São Mamede. (Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

24 de Agosto de 2000. — A Directora de Serviços Administrativos e Financeiros, *Isabel Neves.*

Despacho (extracto) n.º 18 670/2000 (2.ª série). — Por despachos de 12 de Junho e de 13 de Julho de 2000, respectivamente da vice-presidente do Instituto da Conservação da Natureza e da vice-presidente do Instituto de Desenvolvimento e Inspecção das Condições de Trabalho:

Maria Manuela Conteiro Peixoto, assistente administrativa principal do quadro do Instituto de Desenvolvimento e Inspecção das Condições de Trabalho — autorizada a prorrogação da requisição com a mesma categoria, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2000, para exercer funções na Reserva Natural do Estuário do Sado. (Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

24 de Agosto de 2000. — A Directora de Serviços Administrativos e Financeiros, *Isabel Neves.*

Despacho (extracto) n.º 18 671/2000 (2.ª série). — Por despacho de 2 de Agosto de 2000 do presidente do Instituto da Conservação da Natureza, por delegação:

Luís Miguel Neto Veríssimo, vigilante da natureza de 2.ª classe do quadro do extinto Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza — concedida uma licença sem vencimentos de longa duração, nos termos do artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com início em 28 de Agosto de 2000. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

24 de Agosto de 2000. — A Directora de Serviços Administrativos e Financeiros, *Isabel Neves.*

Rectificação n.º 2362/2000. — Por ter saído com inexactidão o despacho (extracto) n.º 16 381/2000 (2.ª série), publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 184, de 10 de Agosto de 2000, a p. 13 285, rectifica-se que onde se lê «Manuel da Costa Manéres de Sampaio, técnico superior de 1.ª classe» deve ler-se «Manuel Costa Meneres de Sampaio, técnico superior de 1.ª classe».

24 de Agosto de 2000. — A Directora de Serviços Administrativos e Financeiros, *Isabel Neves.*

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

Instituto de Meteorologia

Aviso n.º 13 479/2000 (2.ª série). — Por despacho de 30 de Junho de 2000 do presidente do Instituto de Meteorologia:

Bruno César Monteiro Rego — contratado, em regime de contrato de trabalho a termo, para exercer funções correspondentes a observador meteorológico de 2.ª classe, pelo período de um ano, renovável por iguais períodos, até ao limite de três anos, com efeitos a partir do dia 1 de Julho de 2000. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Agosto de 2000. — O Presidente, *Fernando Quintas Ribeiro.*

Despacho (extracto) n.º 18 672/2000 (2.ª série). — Por despacho do presidente do IM de 2 de Agosto de 2000:

José Luís de Sousa Moniz, Ricardo Nuno Pereira Abreu, Agostinho Inelso de Viveiros Ribeiro, Nélson Teixeira, Rui Aurélio Arruda Bettencourt Macedo, Manuel Luís Silvestre Guerreiro, Dina Maria Martins Gonçalves Fernandes, Vasco Manuel Crujo Mendes Palma e Horácio Fonseca Farias, estagiários para a categoria de observador meteorológico de 2.ª classe, em comissão de serviço extraordinária — nomeados definitivamente, precedendo concurso, na categoria de observador meteorológico de 2.ª classe do quadro de pessoal do ex-INMG, ficando exonerados da categoria anterior a partir da data do despacho. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Setembro de 2000. — Pelo Presidente, o Vice-Presidente, *C. J. Direitinho Tavares.*

Despacho (extracto) n.º 18 673/2000 (2.ª série). — Por despacho do presidente do IM de 1 de Setembro de 2000:

Maria dos Anjos Martins Apolinário Fonseca, Rosa Maria Gonçalves da Costa Máximo e Evangelina Seixas Castro Mendes, serventes do quadro de pessoal deste Instituto, Dulce Maria Oliveira Formiga Ferreira, auxiliar de serviços gerais do quadro geral de pessoal civil da Força Aérea, Eufémia da Visitação Custódio, auxiliar de serviços gerais do quadro de pessoal do Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo, e Nélia da Conceição Soares Godinho Pires, auxiliar de serviços gerais do quadro geral de pessoal civil da Força Aérea — nomeadas, em comissão de serviço, precedendo concurso, na categoria de auxiliar administrativo do quadro de pessoal do ex-INMG. O provimento definitivo fica condicionado à aprendizagem, durante o período probatório, devidamente comprovada pelo respectivo serviço, ficando exoneradas da anterior categoria findo esse período. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Setembro de 2000. — Pelo Presidente, o Vice-Presidente, *C. J. Direitinho Tavares.*

MINISTÉRIO DA REFORMA DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Portaria n.º 1380/2000 (2.ª série). — Considerando que em 8 de Maio de 2000 cessou a comissão de serviço que a licenciada Magda Maria Miranda Canduzeiro, assessora do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Administração, vinha exercendo como chefe de divisão, mantendo-se no exercício de funções de gestão corrente, que reúne os requisitos necessários para o provimento na categoria de assessor principal e requereu a criação do respectivo lugar;

Considerando o disposto no n.º 2, alínea *a*), e nos n.ºs 6, 7 e 8 da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho:

Manda o Governo, pelo Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública, o seguinte:

É criado no quadro de pessoal do Instituto Nacional de Administração, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 144/92, de 21 de Julho, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 607/95, de 20 de Junho, um lugar de assessor principal da carreira técnica superior, a extinguir quando vagar.

10 de Agosto de 2000. — Pelo Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública, *Alexandre António Cantigas Rosa,* Secretário de Estado da Administração Pública e da Modernização Administrativa.

Gabinete do Secretário de Estado da Administração Pública e da Modernização Administrativa

Despacho n.º 18 674/2000 (2.ª série). — Considerando que, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de Abril, foi concedida a José Amâncio Gomes da Fonseca licença especial para o exercício de funções transitórias em Macau, pelo período de um ano;

Considerando que o mesmo, nos termos do artigo 1.º daquele diploma legal, solicitou a sua renovação por igual período:

Determino:

Nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de Abril, é renovada, pelo período de um ano, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2000, a licença especial concedida a José Amâncio Gomes da Fonseca, para o exercício de funções transitórias na Região Autónoma Especial de Macau.

28 de Agosto de 2000. — O Secretário de Estado da Administração Pública e da Modernização Administrativa, *Alexandre António Cantigas Rosa.*

Despacho n.º 18 675/2000 (2.ª série). — Considerando que, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de Abril, foi concedida a Maria da Graça Freire Machado licença especial para o exercício de funções transitórias em Macau, pelo período de um ano;

Considerando que a mesma, nos termos do artigo 1.º daquele diploma legal, solicitou a sua renovação por igual período:

Determino:

Nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de Abril, é renovada, pelo período de um ano, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2000, a licença especial concedida a Maria da Graça Freire Machado, para o exercício de funções transitórias na Região Autónoma Especial de Macau.

28 de Agosto de 2000. — O Secretário de Estado da Administração Pública e da Modernização Administrativa, *Alexandre António Cantigas Rosa.*

Direcção-Geral da Administração Pública

Aviso n.º 13 480/2000 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 59.º do Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro, é avisado José Lai Dias Martins, com última morada conhecida na Rua de Augusto Gil, 51, 1.º, 2835 Baixa da Banheira, de que contra ele se encontra pendente um processo disciplinar a correr seus termos na Direcção-Geral da Administração Pública, sita na Avenida de 24 de Julho, 80 a 80-J, em Lisboa, sendo igualmente por esta via citado para apresentar a sua defesa o prazo de 30 dias úteis contados a partir da data da publicação deste aviso, podendo durante o referido prazo consultar o processo no local atrás indicado, às horas normais do expediente.

30 de Agosto de 2000. — A Instrutora, *Maria da Conceição Matias Santos.*

Despacho n.º 18 676/2000 (2.ª série). — Ao abrigo dos n.os 1, 2 e 4 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aprovo o programa de provas de conhecimentos gerais a utilizar nos concursos de ingresso para a categoria de especialista superior de polícia de nível 0, área de engenharia mecânica, do quadro de pessoal da Polícia Judiciária, em anexo ao presente despacho.

10 de Agosto de 2000. — O Director-Geral, *Júlio G. Casanova Nabais.*

ANEXO

Programa de provas de conhecimentos gerais a utilizar no concurso de ingresso na categoria de especialista superior de polícia de nível 0, área de engenharia mecânica, do quadro de pessoal da Polícia Judiciária.

1 — Direitos e deveres da função pública e deontologia profissional:

a) Regime de férias, faltas e licenças;
b) Estatuto remuneratório dos funcionários e agentes da Administração Pública;
c) Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Pública;
d) Deontologia do serviço público.

2 — Atribuições e competências próprias da Polícia Judiciária.

Despacho (extracto) n.º 18 677/2000 (2.ª série). — Por meu despacho de 21 de Agosto de 2000:

José Francisco de Sousa Costa, técnico superior de 1.ª classe — passa à situação de pré-aposentação, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 493/99, de 18 de Novembro, conjugado com os artigos 7.º e 8.º do Decreto-Lei n.º 14/97, de 17 de Janeiro, com efeitos reportados à data do referido despacho.

21 de Agosto de 2000. — Pelo Director-Geral, o Subdirector-Geral, *J. E. Lopes Luís.*

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Aviso n.º 13 481/2000 (2.ª série). — Por despacho do juiz-secretário do Conselho Superior da Magistratura de 10 de Julho de 2000:

Maria Isabel de Jesus Henriques, auxiliar de acção médica do quadro de pessoal auxiliar do Hospital de Santa Maria — nomeada, precedendo concurso, telefonista do quadro de pessoal da Secretaria do Conselho Superior da Magistratura. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

11 de Agosto de 2000. — O Juiz-Secretário, *José Eduardo Sapateiro.*

Aviso n.º 13 482/2000 (2.ª série). — Por despacho do juiz-secretário do Conselho Superior da Magistratura de 10 de Julho de 2000:

Gracinda Serra Manelito de Matos, auxiliar administrativa do quadro da Escola Básica Integrada 1, 2, 3 da Charneca da Caparica, quadro de vinculação de Setúbal — nomeada, precedendo concurso, auxiliar administrativa do quadro de pessoal da Secretaria do Conselho Superior da Magistratura. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

11 de Agosto de 2000. — O Juiz-Secretário, *José Eduardo Sapateiro.*

Aviso n.º 13 483/2000 (2.ª série). — Por despacho do juiz-secretário do Conselho Superior da Magistratura de 10 de Julho de 2000:

Guiomar Rodrigues da Silva, auxiliar administrativa do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça — nomeada, precedendo concurso, operadora de reprografia do quadro de pessoal da Secretaria do Conselho Superior da Magistratura. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

11 de Agosto de 2000. — O Juiz-Secretário, *José Eduardo Sapateiro.*

Deliberação (extracto) n.º 1127/2000. — Por deliberação do plenário do Conselho Superior da Magistratura de 11 de Julho de 2000:

Carlos Filipe da Câmara Manuel, assessor para coadjuvação da magistratura judicial no Tribunal da Comarca do Funchal — transferido, como requereu, para idênticas funções nas Varas Cíveis de Lisboa.

(Posse: cinco dias.)

25 de Julho de 2000. — O Juiz-Secretário, *José Eduardo Sapateiro.*

Deliberação (extracto) n.º 1128/2000. — Por deliberação do plenário do Conselho Superior da Magistratura de 11 de Julho de 2000, foi efectuado o movimento judicial para o Supremo Tribunal de Justiça dos juízes abaixo indicados:

Benjamim Silva Rodrigues, juiz desembargador, servindo, em comissão permanente de serviço, como juiz do Supremo Tribunal Administrativo — nomeado juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, continuando, porém, na mesma comissão.
José Manuel Sepúlveda Bravo Serra, juiz desembargador do Tribunal da Relação de Évora, exercendo funções como juiz do Tribunal Constitucional — nomeado juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, continuando, porém, no exercício daquelas funções.
Manuel Fernando dos Santos Serra, juiz desembargador, servindo, em comissão permanente de serviço, como juiz do Supremo Tribunal Administrativo — nomeado juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, continuando, porém, na mesma comissão de serviço.
Manuel José Boavida de Oliveira Barros, juiz desembargador do Tribunal da Relação do Porto — nomeado juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça.
Manuel José Carrilho de Simas Santos, procurador-geral-adjunto — nomeado juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça.

(Posse: cinco dias.)

11 de Agosto de 2000. — O Juiz-Secretário, *José Eduardo Sapateiro.*

Deliberação (extracto) n.º 1129/2000. — Por deliberação do plenário do Conselho Superior da Magistratura de 11 de Julho de 2000, foi efectuado o movimento judicial para os tribunais da relação dos juízes abaixo indicados:

José Manuel Cardoso Borges Soeiro, juiz desembargador, servindo como juiz desembargador auxiliar no Tribunal da Relação de Évora — colocado, como requereu, naquele Tribunal.
Narciso Marques Machado, juiz desembargador do Tribunal da Relação de Lisboa — transferido, como requereu, para o Tribunal da Relação do Porto.
Joaquim Maria Melo de Sousa Lima, juiz desembargador do Tribunal da Relação de Coimbra, servindo, em comissão ordinária de serviço, como inspector judicial — transferido, como requereu, para o Tribunal da Relação do Porto, continuando, porém, na mesma comissão de serviço.
Francisco Manuel Caetano, juiz desembargador do Tribunal da Relação de Lisboa, servindo, em comissão ordinária de serviço, como inspector judicial — transferido, como requereu, para o Tribunal da Relação de Coimbra, continuando, porém, na mesma comissão de serviço.
Joaquim Evangelista Esteves Araújo, juiz desembargador do Tribunal da Relação de Évora — transferido, como requereu, para o Tribunal da Relação do Porto.
António Augusto Pinto dos Santos Carvalho, juiz desembargador do Tribunal da Relação de Évora — transferido, como requereu, para o Tribunal da Relação do Porto.
Luís Manuel Guerreiro de Mendonça Freitas, juiz desembargador, servindo como juiz desembargador auxiliar no Tribunal da Relação de Évora — colocado, como requereu, naquele Tribunal.
Francisco José Cepêda Bruto da Costa, juiz desembargador do Tribunal da Relação de Évora — transferido, como requereu, para o Tribunal da Relação de Lisboa.
Agostinho Tavares de Freitas, juiz de direito do 2.º Juízo Criminal de Paredes — promovido à 2.ª instância, por mérito, e colocado, como requereu, no Tribunal da Relação do Porto.

Mário Manuel Baptista Fernandes, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar no Tribunal da Relação do Porto — promovido à 2.ª instância, por mérito, e colocado, como requereu, no mesmo Tribunal.
Alberto Manuel Gonçalves Mendes, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar no Tribunal da Relação de Lisboa — promovido à 2.ª instância, por mérito, e colocado, como requereu, no mesmo Tribunal.
Eduardo José Caetano Tenazinha, juiz de direito do 1.º Juízo Cível de Loulé — promovido à 2.ª instância, por mérito, e colocado no Tribunal da Relação de Évora.
António Manuel Ribeiro Cardoso, juiz de direito do Tribunal do Trabalho de Évora — promovido à 2.ª instância, por mérito, e colocado, como requereu, no mesmo Tribunal.
Luís Eduardo Mendes Louro, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar no Tribunal da Relação de Lisboa — promovido à 2.ª instância, por mérito, e colocado, como requereu, no mesmo Tribunal.
José Abel Silveira Ventura, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar no Tribunal da Relação de Lisboa — promovido à 2.ª instância, por mérito, e colocado, como requereu, no mesmo Tribunal.
Mário Frederico Gonçalves Pereira, juiz de direito, servindo em comissão de serviço, como juiz do Tribunal Central Administrativo — promovido à 2.ª instância, por mérito, para o Tribunal da Relação de Lisboa, continuando, porém, na mesma comissão de serviço.
António Joaquim Piçarra, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar no Tribunal da Relação de Coimbra — promovido à 2.ª instância, por mérito, e colocado, como requereu, no mesmo Tribunal.
António Ribeiro Martins, juiz de direito do Círculo Judicial de Torres Vedras — promovido à 2.ª instância, por mérito, e colocado, como requereu, no Tribunal da Relação de Coimbra.
Francisco Marcolino de Jesus, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar no Tribunal da Relação do Porto — promovido à 2.ª instância, por mérito, e colocado, como requereu, no mesmo Tribunal.
Olindo dos Santos Geraldes, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar no Tribunal da Relação de Lisboa — promovido à 2.ª instância, por mérito, e colocado, como requereu, no mesmo Tribunal.
José João Teixeira Coelho Vieira, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar no Tribunal da Relação do Porto — promovido à 2.ª instância, por mérito, e colocado no Tribunal da Relação de Évora.
Luís Maria Vaz das Neves, juiz de direito do 3.º Juízo do Tribunal de Família e de Menores de Lisboa — promovido à 2.ª instância, por mérito, e colocado, como requereu, no Tribunal da Relação de Lisboa.
Nuno de Melo Gomes da Silva, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar no Tribunal da Relação de Lisboa — promovido à 2.ª instância, por mérito, e colocado, como requereu, no mesmo Tribunal.
Marcos António Cabrita dos Santos Rita, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar no Tribunal da Relação de Lisboa — promovido à 2.ª instância, por mérito, e colocado, como requereu, no mesmo Tribunal.
Maria Margarida Blasco Martins Augusto Teles de Abreu, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar no Tribunal da Relação de Lisboa — promovida à 2.ª instância, por mérito, e colocada, como requereu, no mesmo Tribunal.
Cid Orlando de Melo Pinto Geraldo, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar no Tribunal da Relação de Lisboa — promovido à 2.ª instância, por mérito, e colocado, como requereu, no mesmo Tribunal.
António Alexandre dos Reis, juiz de direito do Círculo Judicial de Vila Franca de Xira — promovido à 2.ª instância, por mérito, e colocado, como requereu, no Tribunal da Relação de Coimbra.
Fernando Manuel Monterroso de Carvalho Gomes, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar no Tribunal da Relação de Lisboa — promovido à 2.ª instância, por mérito, e colocado no Tribunal da Relação de Évora.
António Pedro de Lima Gonçalves, juiz de direito, servindo, em comissão ordinária de serviço, como inspector judicial — promovido à 2.ª instância, por mérito, e colocado, como requereu, no Tribunal da Relação de Évora, continuando, porém, na mesma comissão de serviço.
José Teixeira Monteiro, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar no Tribunal da Relação de Évora — destacado como juiz auxiliar no mesmo Tribunal.
António Santos Abrantes Geraldes, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar no Tribunal da Relação de Coimbra — destacado como juiz auxiliar no mesmo Tribunal.
José Aureliano Barreto do Carmo, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar no Tribunal da Relação de Coimbra — destacado como juiz auxiliar no mesmo Tribunal.
Eurico José Marques dos Reis, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar no Tribunal da Relação de Évora — destacado como juiz auxiliar no mesmo Tribunal.
Ana Luísa Passos Martins da Silva Geraldes, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar no Tribunal da Relação de Évora — destacada como juíza auxiliar no mesmo Tribunal.
Maria Margarida de Andrade Vieira de Almeida Dá Mesquita, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar no Tribunal da Relação de Lisboa — destacada como juíza auxiliar no mesmo Tribunal.
Mário Belo Morgado, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar no Tribunal da Relação de Coimbra — destacado como juiz auxiliar no Tribunal da Relação de Lisboa.
Maria do Rosário Correia de Oliveira, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar no Tribunal da Relação de Coimbra — destacada como juíza auxiliar no mesmo Tribunal.
Ana Paula dos Santos Alves de Sousa, juíza de direito do 3.º Juízo Criminal de Lisboa — destacada como juíza auxiliar no Tribunal da Relação de Évora.
Rosa Maria Mendes Cardoso Ribeiro Coelho, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar no Tribunal da Relação de Évora — destacada como juíza auxiliar no mesmo Tribunal.
Maria João da Graça Romba, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar no Tribunal da Relação de Évora — destacada como juíza auxiliar no mesmo Tribunal.
Acácio Luís Jesus das Neves, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar no Tribunal da Relação de Évora — destacado como juiz auxiliar no mesmo Tribunal.
Ana Maria Fernandes Grácio, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar no Tribunal da Relação de Évora — destacada como juíza auxiliar no mesmo Tribunal.
Nazaré de Jesus Lopes Miguel Saraiva, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar no Tribunal da Relação do Porto — destacada como juíza auxiliar no mesmo Tribunal.
Maria Alexandrina de Almeida Branquinho Ferreira, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar no Tribunal da Relação de Évora — destacada como juíza auxiliar no mesmo Tribunal.
Maria Margarida Leandro Martins, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar no Tribunal da Relação de Évora — destacada como juíza auxiliar no mesmo Tribunal.
Jaime Manuel Baeta Carlos Ferreira, juiz de direito do 3.º Juízo Cível de Coimbra — destacado como juiz auxiliar no Tribunal da Relação de Coimbra.
Maria Fernanda Pereira Soares, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar no Tribunal da Relação do Porto — destacada como juíza auxiliar no mesmo Tribunal.
Ilídio Sacarrão Martins, juiz de direito do 3.º Juízo do Tribunal de Família e de Menores de Lisboa — destacado como juiz auxiliar no Tribunal da Relação de Lisboa.
António Alexandre Trigo Mesquita, juiz de direito da 2.ª Vara Criminal de Lisboa — destacado como juiz auxiliar no Tribunal da Relação de Lisboa.
Maria Filomena Onório Gil Clemente Lima, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar no Tribunal da Relação de Évora — destacada como juíza auxiliar no mesmo Tribunal.
Maria da Luz Neto da Silva Batista, juíza de direito da 3.ª Vara Criminal de Lisboa — destacada como juíza auxiliar no Tribunal da Relação de Lisboa.
Maria Teresa Féria Gonçalves de Almeida, juíza de direito da 1.ª Vara Criminal de Lisboa — destacada como juíza auxiliar no Tribunal da Relação de Lisboa.
Maria da Conceição Simão Gomes, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar no Tribunal da Relação do Porto — destacada como juíza auxiliar no mesmo Tribunal.
Joaquim Manuel Esteves Marques, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar no Tribunal da Relação do Porto — destacado como juiz auxiliar no mesmo Tribunal.
Ana Maria de Sampaio Loureiro Sebastião, juíza de direito da 1.ª Vara Criminal de Lisboa — destacada como juíza auxiliar no Tribunal da Relação de Lisboa.
Maria Amélia Alves Ribeiro, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar no Tribunal da Relação do Porto — destacada como juíza auxiliar no mesmo Tribunal.
António Manuel Clemente Lima, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar no Tribunal da Relação do Porto — destacado como juiz auxiliar no mesmo Tribunal.
Leonel Gentil Marado Serôdio, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar no Tribunal da Relação do Porto — destacado como juiz auxiliar no mesmo Tribunal.
José Inácio Manso Rainho, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar no Tribunal da Relação do Porto — destacado como juiz auxiliar no mesmo Tribunal.
Pedro dos Santos Gonçalves Antunes, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar no Tribunal da Relação do Porto — destacado como juiz auxiliar no mesmo Tribunal.

Tribunais de 1.ª instância

Acesso final

António José dos Santos Oliveira Abreu, juiz de direito do 6.º Juízo Cível do Porto — nomeado, por transição, para a 6.ª Vara Cível do Porto.

José Manuel de Carvalho Ferraz, juiz de direito do 9.º Juízo Cível do Porto — nomeado, por transição, para a 9.ª Vara Cível do Porto.

Nuno Ângelo Rainho Ataíde das Neves, juiz de direito do 8.º Juízo Cível do Porto — destacado como juiz auxiliar no Tribunal de Execução das Penas de Coimbra.

Fernando Correia Estrela, juiz de direito da 5.ª Vara Criminal de Lisboa — nomeado, como requereu, para a 1.ª Vara Criminal de Lisboa.

Guilherme António Machado Castanheira, juiz de direito da 9.ª Vara Criminal de Lisboa — nomeado, como requereu, para a 2.ª Vara Criminal de Lisboa.

António José Ferraz de Freitas Neto, juiz de direito do 4.º Juízo Cível do Porto — nomeado, por transição, para a 4.ª Vara Cível do Porto.

Fernando Mimoso Negrão, juiz de direito da Vara Mista de Setúbal — nomeado, como requereu, para o Círculo Judicial do Barreiro.

Abílio Fialho Ramalho, juiz de direito da 5.ª Vara Criminal de Lisboa — nomeado, como requereu, para a 1.ª Vara Criminal de Lisboa.

Maria Guilhermina Vaz Pereira, juíza de direito do 3.º Juízo Criminal de Lisboa — nomeada, como requereu, para a 3.ª Vara Criminal de Lisboa.

José Eduardo Miranda Santos Sapateiro, juiz de direito do Tribunal do Trabalho de Torres Vedras, a exercer, em comissão de serviço, o cargo de juiz-secretário do Conselho Superior da Magistratura — nomeado, como requereu, para o 2.º Juízo do Tribunal do Trabalho de Lisboa, continuando, porém, no exercício daquele cargo.

Ana de Lurdes Garrancho da Costa Paramés, juíza de direito do 2.º Juízo Criminal de Lisboa — nomeada, como requereu, para a 5.ª Vara Criminal de Lisboa.

João Alberto Antunes Cláudio da Silva, juiz de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Ovar — transferido, como requereu, para o 2.º Juízo Criminal de Vila Nova de Gaia.

Maria Margarida Trovão Bacelar Alves, juíza de direito do 1.º Juízo do Tribunal de Família e de Menores de Lisboa — nomeada, como requereu, para a 5.ª Vara Criminal de Lisboa.

Rui Manuel Duarte Amorim Machado e Moura, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar no 3.º Juízo do Tribunal de Família e de Menores de Lisboa — nomeado juiz de direito do mesmo Juízo.

Maria das Dores Eiró de Araújo, juíza de direito do 4.º Juízo Cível do Porto — nomeada, por transição, para a 4.ª Vara Cível do Porto.

António do Amaral Ferreira, juiz de direito do 2.º Juízo Cível do Porto — nomeado, por transição, para a 2.ª Vara Cível do Porto.

Joaquim Alfredo de Figueiredo Figueira Salgueiro, juiz de direito do 3.º Juízo do Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa — nomeado, como requereu, para o 1.º Juízo do Tribunal de Família e de Menores de Lisboa.

Maria Eduarda de Mira Branquinho, juíza de direito da 13.ª Vara Cível de Lisboa — nomeada, como requereu, para o Tribunal do Trabalho de Évora.

Maria da Graça de Vasconcelos Casaes Moreira Araújo, juíza de direito da 3.ª Vara Cível de Lisboa — nomeada, como requereu, para o 3.º Juízo do Tribunal de Família e de Menores de Lisboa.

Rosa Margarida da Silva Pires, juíza de direito do 2.º Juízo Cível do Porto — nomeada, por transição, para a 2.ª Vara Cível do Porto.

Airisa Maurício Antunes Caldinho, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar na 4.ª Vara Criminal de Lisboa — nomeada juíza de direito da 9.ª Vara Criminal de Lisboa.

Margarida Rosa da Conceição Calça Veloso, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar no Círculo Judicial de Cascais — destacada como juíza auxiliar na 4.ª Vara Criminal de Lisboa.

Maria do Céu Nunes Morgado, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar na 4.ª Vara Criminal de Lisboa — colocada na Bolsa de Juízes do Distrito Judicial de Lisboa.

João Augusto Gonçalves Gil de Oliveira, juiz de direito, exercendo funções, em regime de contrato, como juiz presidente do Colectivo do Tribunal Judicial de Base, na Região Especial Administrativa de Macau — nomeado, como requereu, para o Círculo Judicial de Torres Vedras, continuando, porém, no desempenho daquelas funções.

Jorge Manuel Ortins de Simões Raposo, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar na 8.ª Vara Criminal de Lisboa — destacado como juiz auxiliar na mesma Vara Criminal.

Maria José Raminhos Leitão Nogueira, juíza de direito do 2.º Juízo Criminal de Almada — transferida, como requereu, para o 3.º Juízo Criminal de Lisboa.

Raquel Maria Carvalho Rego da Silva, juíza de direito do Tribunal do Trabalho de Vila Nova de Famalicão — nomeada, como requereu, para o Tribunal do Trabalho de Santo Tirso.

Alberto Augusto Vicente Ruço, juiz de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Santa Comba Dão — destacado como juiz auxiliar no 2.º Juízo do Tribunal de Família e de Menores de Coimbra.

Judite Lima de Oliveira Pires, juíza de direito do 3.º Juízo do Tribunal da Comarca de Alcobaça — destacada como juíza auxiliar no Círculo Judicial das Caldas da Rainha.

António Manuel Antunes Figueiredo de Almeida, juiz de direito do Círculo Judicial de Paredes — nomeado, como requereu, para o Círculo Judicial de Gondomar.

Joaquim Neto de Moura, juiz de direito da Vara Mista do Funchal — nomeado, como requereu, para a 1.ª Vara Mista de Loures.

Pedro Maria Martin Martins, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar no Círculo Judicial das Caldas da Rainha — nomeado juiz de direito do Tribunal do Trabalho de Santa Maria da Feira.

Lourdes Maria Valadas Crispim, juíza de direito do Tribunal Tributário de 1.ª Instância de Faro — destacada como juíza auxiliar no 2.º Juízo do Tribunal de Família e de Menores de Setúbal.

Teresa Maria dos Santos, juíza de direito do 1.º Juízo Cível do Porto — nomeada, por transição, para a 1.ª Vara Cível do Porto.

Ana Cristina Aparício de Oliveira Duarte, juíza de direito do 1.º Juízo Cível do Porto — nomeada, por transição, para a 1.ª Vara Cível do Porto.

Maria da Purificação Lopes de Carvalho, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar no 3.º Juízo Cível de Viseu — destacada como juíza auxiliar no mesmo Juízo Cível.

Manuel Domingos Alves Fernandes, juiz de direito do 6.º Juízo Cível do Porto — nomeado, por transição, para a 6.ª Vara Cível do Porto.

Aristides Manuel da Silva Rodrigues de Almeida, juiz de direito do 7.º Juízo Cível do Porto — nomeado, por transição, para a 7.ª Vara Cível do Porto.

Renato Amorim Damas Barroso, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar na 3.ª Vara Criminal de Lisboa — destacado como juiz auxiliar na 7.ª Vara Criminal.

José Alberto Martins dos Reis, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar na 7.ª Vara Criminal de Lisboa — nomeado juiz de direito do 3.º Juízo do Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa.

José Vítor dos Santos Amaral, juiz de direito, interino, do Círculo Judicial de Santarém — nomeado, como requereu, juiz de direito do mesmo Círculo Judicial.

Maria Isabel Ferraz Pinto Magalhães Verde, juíza de direito, interina, do Tribunal de Família e de Menores de Vila Franca de Xira, servindo, em comissão eventual de serviço, como assessora no Supremo Tribunal de Justiça — nomeada, como requereu, juíza de direito, interina, da 13.ª Vara Cível de Lisboa, continuando, porém, na mesma comissão de serviço.

José Fernando Cardoso Amaral, juiz de direito, interino, do Círculo Judicial de Gondomar — nomeado, juiz de direito, interino, do Círculo Judicial da Maia.

Jorge Miguel Pinto de Seabra, juiz de direito, interino, do 3.º Juízo do Tribunal de Família e de Menores do Porto — nomeado juiz de direito, interino, da 3.ª Vara Cível do Porto.

Anabela Andrade Miranda Tenreiro, juíza de direito, interina, do 8.º Juízo Cível do Porto — nomeada juíza de direito, interina, da 8.ª Vara Cível do Porto.

Anabela do Carmo Antunes Fernandes Morão de Campos, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar no 2.º Juízo do Tribunal de Família e de Menores de Setúbal — destacada como juíza auxiliar no 4.º Juízo do Tribunal de Família e de Menores de Lisboa.

Francisca Micaela Fonseca da Mota Vieira, juíza de direito, interina, do Círculo Judicial de Matosinhos — nomeada juíza de direito, interina, do Círculo Judicial da Maia.

Ausenda Gonçalves, juíza de direito, interina, da 1.ª Vara Mista de Loures — nomeada, como requereu, juíza de direito, interina, do Círculo Judicial de Santo Tirso.

Maria de Fátima Almeida Andrade, juíza de direito, interina, do 9.º Juízo Cível do Porto — nomeada juíza de direito, interina, da 5.ª Vara Cível do Porto.

Maria dos Anjos Sousa Melo Nogueira, juíza de direito, interina, do 2.º Juízo Cível do Porto — nomeada juíza de direito, interina, da 2.ª Vara Cível do Porto.

Octávio Santos Moutinho Diogo, juiz de direito, interino, da 15.ª Vara Cível de Lisboa — nomeado, como requereu, juiz de direito, interino, da 3.ª Vara Cível de Lisboa.

Eugénia Maria de Moura Marinho Cunha, juíza de direito, interina, do 9.º Juízo Cível do Porto — nomeada juíza de direito, interina, da 7.ª Vara Cível do Porto.

Nélson Nunes Fernandes, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar no 2.º Juízo do Tribunal de Família e de Menores de Coimbra — colocado na Bolsa de Juízes do Distrito Judicial de Coimbra.

Serafim Pimenta Ferraz, juiz de direito, interino, da 16.ª Vara Cível de Lisboa — nomeado, como requereu, juiz de direito, interino, da 3.ª Vara Cível de Lisboa.

Luís Fernando Machado Pires, juiz de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Vila Real — nomeado, como requereu, juiz de direito, interino, do Círculo Judicial de Vila Real.

Brígida Carreira de Sousa e Silva, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar no 5.º Juízo do Tribunal do Trabalho de Lisboa — destacada como juíza auxiliar no mesmo Juízo.

Laura Fernanda dos Santos Amorim Ferreira, juíza de direito do 1.º Juízo Criminal de Oeiras — destacada como juíza auxiliar no 2.º Juízo do Tribunal do Trabalho de Lisboa.

Francisco de Sousa Pereira, juiz de direito, interino, do Tribunal do Trabalho de Santo Tirso — nomeado, como requereu, juiz de direito, interino, do Tribunal do Trabalho de Vila Nova de Famalicão.

Maria Carlos Duarte do Vale Calheiros, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar na 3.ª Vara Cível de Lisboa — nomeada juíza de direito, interina, da 15.ª Vara Cível de Lisboa.

Ana Paula Nunes Duarte Olivença, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar na 3.ª Vara Cível de Lisboa — nomeada juíza de direito, interina, da 15.ª Vara Cível de Lisboa.

Vera Maria Guedes Barbosa de Sottomayor Bismark do Agro, juíza de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Abrantes — nomeada, como requereu, juíza de direito, interina, do Tribunal do Trabalho de Abrantes.

Pedro Alexandre Damião e Cunha, juiz de direito, interino, do 5.º Juízo Cível do Porto — nomeado juiz de direito, interino, da 5.ª Vara Cível do Porto.

Lina Aurora Ramada e Castro Bettencourt Baptista, juíza de direito, interina, do Círculo Judicial de Santo Tirso — nomeada, como requereu, juíza de direito, interina, do Círculo Judicial de Vila Nova de Famalicão.

Maria Alexandra Nunes de Almeida Casal e Pelayo, juíza de direito, interina, do 8.º Juízo Cível do Porto — nomeada juíza de direito, interina, da 8.ª Vara Cível do Porto.

Vítor Manuel Leitão Ribeiro, juiz de direito do 2.º Juízo Cível de Guimarães — nomeado, como requereu, juiz de direito, interino, da 2.ª Vara Mista de Guimarães.

Benjamim Magalhães Barbosa, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar no 8.º Juízo Cível do Porto — nomeado juiz de direito, interino, da 16.ª Vara Cível de Lisboa.

Filipe Manuel Pereira Batista de Melo, juiz de direito, interino, da 2.ª Vara Mista de Guimarães — nomeado, como requereu, juiz de direito, interino, do 3.º Juízo do Tribunal de Família e de Menores do Porto.

José Manuel Duro Mateus Cardoso, juiz de direito, interino, do 2.º Juízo do Tribunal do Trabalho de Lisboa — destacado como juiz auxiliar no mesmo Juízo.

Luís Jorge Medeira Ramos, juiz de direito do 6.º Juízo Criminal de Lisboa — transferido, como requereu, para o 2.º Juízo do mesmo Tribunal.

Luís Manuel dos Santos Mendonça, juiz de direito do 1.º Juízo Criminal de Almada — destacado como juiz auxiliar na 1.ª Vara Mista de Sintra.

Cristina Maria Teixeira Pêgo Branco, juíza de direito do 6.º Juízo Criminal de Lisboa — transferida, como requereu, para o 3.º Juízo do mesmo Tribunal.

Sérgio Manuel da Silva de Almeida, juiz de direito do 3.º Juízo do Tribunal da Comarca de Castelo Branco — nomeado juiz de direito, interino, da Vara Mista de Setúbal.

Elsa Cristina Gonçalves Parrado de Azevedo, juíza de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Torres Vedras — destacada como juíza auxiliar no Círculo Judicial de Torres Vedras.

Maria Fernanda Lopes Ventura, juíza de direito, interina, do Tribunal do Trabalho de Abrantes — colocada na Bolsa de Juízes do Distrito Judicial de Lisboa.

Francisco João Machado da Cunha Xavier, juiz de direito, interino, da 3.ª Vara Cível de Lisboa, a exercer funções, em comissão de serviço, como assessor do Tribunal Constitucional — nomeado juiz de direito, interino, do 1.º Juízo do Tribunal de Comércio de Lisboa, continuando, porém, na mesma comissão de serviço.

Ana Rosa Martins da Silva, juíza de direito, interina, do 6.º Juízo Cível do Porto — nomeada juíza de direito, interina, da 6.ª Vara Cível do Porto.

Paula Maria Videira do Paço, juíza de direito, interina, do 15.ª Vara Cível de Lisboa — destacada como juíza auxiliar no 2.º Juízo do Tribunal do Trabalho de Lisboa.

Ana Paula Pereira Coutinho Grandvaux Barbosa, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar no 1.º Juízo Criminal de Lisboa — destacada como juíza auxiliar no mesmo Juízo Criminal.

Laura Maria Peixoto Goulart Maurício, juíza de direito do 2.º Juízo Criminal de Vila Nova de Famalicão — transferida, como requereu, para o 6.º Juízo Criminal de Lisboa.

Isabel Maria Cortes Lourenço da Fonseca, juíza de direito, interina, do Círculo Judicial de Vila Real — colocada no 3.º Juízo Cível de Coimbra.

Teresa do Rosário Ferreira de Sousa, juíza de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Águeda — nomeada, como requereu, juíza de direito, interina, da 9.ª Vara Cível do Porto.

José Carlos Dias Cravo, juiz de direito da Bolsa de Juízes do Distrito Judicial de Coimbra — colocado, como requereu, no 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Águeda.

Manuel da Silva de Oliva, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar no 4.º Juízo do Tribunal do Trabalho de Lisboa — destacado como juiz auxiliar no mesmo Juízo.

Amélia Galdino Dias, juíza de direito do 1.º Juízo do Tribunal do Comércio de Lisboa — colocada, como requereu, no 1.º Juízo Criminal de Sintra.

Alexandra Maria Rolim Mendes, juíza de direito do 2.º Juízo Cível do Seixal — destacada como juíza auxiliar na 7.ª Vara Cível de Lisboa.

Carlos José Costa Alves Diniz, juiz de direito, interino, do Círculo Judicial de Angra do Heroísmo — nomeado juiz de direito, interino, do mesmo Círculo Judicial.

Maria Ermelinda Baptista Carneiro, juíza de direito, interina, da 1.ª Vara Mista de Vila Nova de Gaia — nomeada, como requereu, juíza de direito, interina, do 3.º Juízo do Tribunal de Família e de Menores do Porto.

Higina Maria Almeida Orvalho da Silva Castelo, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar no 2.º Juízo do Tribunal do Trabalho de Lisboa — destacada como juíza auxiliar na 12.ª Vara Cível de Lisboa.

José António Fachadas Aresta Moita, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar no 3.º Juízo do Tribunal de Família e de Menores de Lisboa — nomeado juiz de direito, interino, do Tribunal de Família e de Menores de Vila Franca de Xira.

Maria da Luz Teles Meneses de Seabra, juíza de direito, interina, do 5.º Juízo Cível do Porto — nomeada juíza de direito, interina, da 5.ª Vara Cível do Porto.

José António Couceiro Valente Sá Couto, juiz de direito, interino, do 7.º Juízo Cível do Porto — nomeado juiz de direito, interino, da 7.ª Vara Cível do Porto.

Anabela dos Santos Simões, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar no 4.º Juízo do Tribunal de Família e de Menores de Lisboa — nomeada juíza de direito, interina, do Tribunal do Trabalho de Torres Vedras.

Fernando Manuel Dias Pereira, juiz de direito do 2.º Juízo Cível do Funchal — transferido, como requereu, para o 1.º Juízo Criminal de Oeiras.

Filomena Maria da Silva Norton de Albuquerque Coelho, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar na 2.ª Vara Cível de Lisboa — colocada no 6.º Juízo Cível de Lisboa.

Ivo Nélson de Caires Batista Rosa, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar na 12.ª Vara Cível de Lisboa — nomeado juiz de direito, interino, da Vara Mista do Funchal.

Ana Beatriz Coelho Flor Baptista da Silva Pinto, juíza de direito do 1.º Juízo Cível de Almada — transferida, como requereu, para o 4.º Juízo Cível do mesmo Tribunal.

Maria Gorete Roxo Pinto, juíza de direito, interina, do 3.º Juízo Cível do Porto — nomeada juíza de direito, interina, da 3.ª Vara Cível do Porto.

Maria da Conceição Pacheco Maia, juíza de direito, interina, do 4.º Juízo Cível do Porto — nomeada juíza de direito, interina, da 4.ª Vara Cível do Porto.

Jorge Manuel Duarte Bispo, juiz de direito, interino, do Círculo Judicial da Guarda — colocado no 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Estarreja.

Maria Eugénia Martins Pedro, juíza de direito do 2.º Juízo Cível de Santa Maria da Feira — nomeada, como requereu, juíza de direito, interina, do Círculo Judicial de Paredes.

Alberto Manuel Teixeira Paiva da Cunha, juiz de direito, interino, do 3.º Juízo Cível do Porto — nomeado juiz de direito, interino, da 3.ª Vara Cível do Porto.

Carlos Eduardo Marques de Oliveira, juiz de direito do 1.º Juízo Cível do Seixal — transferido, como requereu, para o 10.º Juízo Cível de Lisboa.

Maria do Céu Oliveira da Silva, juíza de direito, interina, do 1.º Juízo Cível do Porto — nomeada juíza de direito, interina, da 1.ª Vara Cível do Porto.

Teresa Maria Sena Raposo Paiva da Fonseca, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar na 12.ª Vara Cível de Lisboa — destacada como juíza auxiliar na 10.ª Vara Cível de Lisboa.

Paulo Filipe Guerra da Anunciação Reis, juiz de direito do 4.º Juízo Cível de Cascais — transferido, como requereu, para o 7.º Juízo Cível de Lisboa.

Rui Manuel Ferreira da Silva Oliveira, juiz de direito do 3.º Juízo Cível de Vila Nova de Gaia — nomeado, como requereu, juiz de direito, interino, da 8.ª Vara Cível do Porto.

Ana Paula Albarran Alves de Carvalho, juíza de direito do 2.º Juízo Criminal do Seixal — transferida, como requereu, para o 6.º Juízo Criminal de Lisboa.

Maria José dos Santos Matos, juíza de direito do 6.º Juízo Cível de Vila Nova de Gaia — nomeada, como requereu, juíza de direito, interina, da 1.ª Vara Mista de Vila Nova de Gaia.

Ana Clara de Jesus Silva Serra Baptista, juíza de direito do 1.º Juízo Criminal de Sintra — transferida, como requereu, para o 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Torres Vedras.

Margarida Alexandra Meira Pinto Gomes, juíza de direito do 4.º Juízo Cível de Vila Nova de Gaia — nomeada, como requereu, juíza de direito, interina, da 9.ª Vara Cível do Porto.

Luís Manuel de Carvalho Ricardo, juiz de direito do 2.º Juízo Cível de Almada — destacado como juiz auxiliar nas Varas Cíveis do Porto.

Helena da Conceição de Lemos Pinto, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar na 4.ª Vara Cível de Lisboa — destacada como juíza auxiliar na 3.ª Vara Cível de Lisboa.

Mário Sérgio Ferreira Rodrigues da Silva, juiz de direito, interino, do 3.º Juízo Cível do Porto — colocado no 2.º Juízo Cível do Funchal.

Clarisse Maria Machado dos Santos Gonçalves, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar na 6.ª Vara Cível de Lisboa — destacada como juíza auxiliar na mesma Vara Cível.

Eliseu Ramos Salgado, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar no 5.º Juízo Cível do Porto — nomeado, juiz de direito, interino, do Tribunal do Trabalho da Guarda.

Maria dos Anjos Marchã Xerez Lamelas, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar na 7.ª Vara Cível de Lisboa — colocada no 8.º Juízo Cível de Lisboa.

Laurinda Vitória Doudinho Guerreiro Gemas, juíza de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Torres Vedras — transferida, como requereu, para o 4.º Juízo Cível de Cascais.

José António Rodrigues da Cunha, juiz de direito, interino, do Círculo Judicial de Santo Tirso — nomeado juiz de direito, interino, do Círculo Judicial da Guarda.

Anabela Ferreira Alves e Russo, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar na 15.ª Vara Cível de Lisboa — destacada como juíza auxiliar na 13.ª Vara Cível de Lisboa.

Maria Helena Ferreira dos Santos Pinto, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar no Círculo Judicial de Beja — destacada como juíza auxiliar no mesmo Círculo.

José Alberto Martins Moreira Dias, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar no 1.º Juízo Cível do Porto — destacado como juiz auxiliar nas Varas Cíveis do Porto.

Capitolina Fernandes Rosa, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar na 3.ª Vara Cível de Lisboa — destacada como juíza auxiliar na 17.ª Vara Cível de Lisboa.

Maria Gomes Bernardo Perquilhas, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar na 6.ª Vara Cível de Lisboa — destacada como juíza auxiliar nas Varas Cíveis do Porto.

Adeodato Evangelista Mendes Brotas, juiz de direito do 10.º Juízo da Pequena Instância Cível de Lisboa — transferido, como requereu, para o 9.º Juízo Cível de Lisboa.

Manuel José Miranda Pedro, juiz de direito, interino, do 3.º Juízo do Tribunal de Família e de Menores do Porto — colocado, como requereu, no 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Torres Novas.

Pedro Nuno Pinto Vergueiro, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar no 7.º Juízo Cível do Porto — destacado como juiz auxiliar nas Varas Cíveis do Porto.

Paula Cristina Jorge Pires, juíza de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Valongo — transferida, como requereu, para o 1.º Juízo Cível do Porto.

Cristina Maria Martins Baiôa Monteiro Vergueiro, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar no 9.º Juízo Cível do Porto — destacada como juíza auxiliar nas Varas Cíveis do Porto.

Ana Paula dos Santos Oliveira, juíza de direito do 3.º Juízo do Tribunal da Comarca de Penafiel — transferida, como requereu, para o 2.º Juízo Criminal de Paredes.

Carlos Manuel de Ogando Revez, juiz de direito do 2.º Juízo Cível de Santo Tirso — transferido, como requereu, para o 4.º Juízo Cível do mesmo Tribunal.

Rosa Maria Reis Alves Brandão Represas, juíza de direito do 2.º Juízo da Pequena Instância Criminal de Lisboa — transferida, como requereu, para o 2.º Juízo Criminal de Almada.

José Manuel Lopes Barata, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar na 9.ª Vara Cível de Lisboa — destacado como juiz auxiliar nas Varas Cíveis de Lisboa.

Sílvia Gil Saraiva, juíza de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Torres Novas — transferida, como requereu, para os Juízos Criminais de Viseu, afecta à instrução criminal.

Anabela Cristina Nunes Rocha, juíza de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca do Cartaxo — destacada como juíza auxiliar no 2.º Juízo Criminal de Vila Franca de Xira.

Sandra Henriques Alves, juíza de direito do 1.º Juízo Cível de Portimão — transferida, como requereu, para os Juízos Criminais de Portimão, afecta à instrução criminal.

João Bernardo Peral Novais, juiz de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca do Montijo — transferido, como requereu, para o 3.º Juízo Cível do Seixal.

Jorge António Gonçalves Magalhães dos Santos, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar no 6.º Juízo Cível do Porto — destacado como juiz auxiliar nas Varas Cíveis do Porto.

Alberto Eduardo Monteiro de Paiva Taveira, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar no 3.º Juízo Cível do Porto — colocado no Juízo de Pequena Instância Criminal do Porto.

Maria Teresa Lopes Catrola, juíza de direito do Tribunal da Comarca do Entroncamento — transferida, como requereu, para o 2.º Juízo do Tribunal da Comarca do Cartaxo.

Luís Fernando Soares Branco Tavares da Costa, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar no 2.º Juízo Criminal de Vila Franca de Xira — colocado no 1.º Juízo Criminal de Almada.

Maria da Conceição dos Inocentes Moreno, juíza de direito do Juízo de Pequena Instância Criminal do Porto — transferida, como requereu, para o 2.º Juízo de Pequena Instância Criminal de Lisboa.

Hugo Carlos de Noronha Campanella, juiz de direito do Juízo de Pequena Instância Criminal do Porto — destacado como juiz auxiliar no 1.º Juízo de Pequena Instância Criminal de Lisboa.

Romão Rosa Cruz, juiz de direito do 1.º Juízo da Comarca da Marinha Grande — transferido, como requereu, para o 8.º Juízo de Pequena Instância Cível de Lisboa.

Luís Miguel Vaz da Fonseca Martins, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar no 2.º Juízo Cível do Porto — colocado no 4.º Juízo Cível do Porto.

Diogo Maria Alarcão Ravara, juiz de direito do 8.º Juízo de Pequena Instância Cível de Lisboa — destacado como juiz auxiliar nas Varas Cíveis de Lisboa.

Rui Manuel Ataíde de Araújo, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar no 4.º Juízo Cível do Porto — colocado no 2.º Juízo Cível do Porto.

António Carlos Gonçalves Carneiro da Silva, juiz de direito do 2.º Juízo Cível de Paredes — transferido, como requereu, para o 3.º Juízo Cível do Porto.

Alexandra Maria Viana Parente Lopes, juíza de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Espinho — destacada como juíza auxiliar nas Varas Cíveis de Lisboa.

Paula Cristina Pinto Correia de Melo, juíza de direito do 4.º Juízo Criminal de Matosinhos — transferida, como requereu, para o Juízo de Pequena Instância Criminal do Porto.

José Maria Moreira da Silva, juiz de direito do 4.º Juízo do Tribunal da Comarca de Ponta Delgada — transferido, como requereu, para o 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Penafiel.

Anizabel Dulce Sousa Pereira, juíza de direito do 4.º Juízo Cível de Guimarães — transferida, como requereu, para o 7.º Juízo Cível de Vila Nova de Gaia.

João Carlos Crespo Felgar, juiz de direito do Tribunal da Comarca da Horta — transferido, como requereu, para o Tribunal da Comarca da Lourinhã.

Paulo Duarte de Mesquita Teixeira, juiz de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de São João da Madeira — transferido, como requereu, para o Tribunal da Comarca da Maia, afecto à instrução criminal.

Carla Cristina Figueira Matos, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar no Tribunal de Família e de Menores de Vila Franca de Xira — colocada no 10.º Juízo de Pequena Instância Cível de Lisboa.

Simone Abrantes de Almeida Pereira, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar na 10.ª Vara Cível de Lisboa — colocada no 2.º Juízo Cível de Almada.

Lígia Paula Ferreira de Sousa Santos Venade, juíza de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Vale de Cambra — transferida, como requereu, para o 6.º Juízo Cível de Vila Nova de Gaia.

Fátima Maria Guerreiro Guimarães Ferreira, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar na 11.ª Vara Cível de Lisboa — colocada no 2.º Juízo Criminal do Seixal.

Ana Paula Oliveira Alfaiate Baptista, juíza de direito do 1.º Juízo Cível de Oliveira de Azeméis — transferida, como requereu, para o 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Ourém.

Virgílio Augusto Fileno Meireles, juiz de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca das Caldas da Rainha — transferido, como requereu, para o 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Torres Vedras.

Bruno Jorge Galaz Coelho de Oliveira Pinto, juiz de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Lagos — transferido, como requereu, para o 2.º Juízo Cível de Portimão.

Lídia Isabel Bogalheiro Gamboa, juíza de direito do 4.º Juízo Cível de Santo Tirso — destacada como juíza auxiliar nas Varas Cíveis de Lisboa.

Carla Alexandra dos Santos Ramires, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar na 13.ª Vara Cível de Lisboa — destacada como juíza auxiliar nas Varas Cíveis de Lisboa.
Amélia Maria de Matos Puna Loupo, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar na 16.ª Vara Cível de Lisboa — destacada como juíza auxiliar nas Varas Cíveis de Lisboa.
Narciso Magalhães Rodrigues, juiz de direito, interino, do Círculo Judicial de Angra do Heroísmo — colocado nos Juízos Criminais de Aveiro, afecto à instrução criminal.
Ana Paula Figueiredo, juíza de direito do 3.º Juízo Criminal de Vila Nova de Gaia — transferida, como requereu, para o 4.º Juízo Criminal do mesmo Tribunal.
Isabel Cristina Mendes Oliveira Emídio, juíza de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca da Guarda — transferida, como requereu, para o 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Santa Comba Dão.
Micaela da Conceição Pires Rodrigues, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar na 17.ª Vara Cível de Lisboa — colocada no 1.º Juízo Cível de Almada.
Ausenda Maria dos Santos Nunes Brás Moreira Pires, juíza de direito do Tribunal da Comarca da Lourinhã — destacada como juíza auxiliar no 1.º Juízo Cível de Cascais.
José Guilherme dos Santos Martins Alves, juiz de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca do Cartaxo — destacado como juiz auxiliar nas Varas Cíveis de Lisboa.
Graça Madalena Mendes de Carvalho, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar no Tribunal da Comarca de Vila Real de Santo António — colocada no 2.º Juízo do Tribunal da Comarca do Montijo.
Carla Alexandra Moreira Oliveira de Azevedo Maia, juíza de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Fafe — transferida, como requereu, para o 3.º Juízo Cível de Vila Nova de Gaia.
Maria João Ferreira Lopes, juíza de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca da Guarda — transferida, como requereu, para o 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Castelo Branco.
António Gabriel Baptista dos Santos, juiz de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Beja — transferido, como requereu, para o 3.º Juízo do Tribunal da Comarca de Castelo Branco.
Sandra Hermengarda do Valle-Frias Madureira Moutela Simões, juíza de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Santa Cruz — transferida, como requereu, para o 1.º Juízo Criminal de Loulé.
Carla Maria Silva Ribeiro, juíza de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Amarante — transferida, como requereu, para o 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Santa Cruz.
Maria Antónia Dias Rodrigues Andrade, juíza de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Peniche — destacada como juíza auxiliar nas Varas Cíveis de Lisboa.
Susana Raquel de Sousa Pereira, juíza de direito do 1.º Juízo Cível de Paredes — transferida, como requereu, para o 4.º Juízo Cível de Vila Nova de Gaia.
Carlos Cândido Barbosa Gama da Cunha Coutinho, juiz de direito do 2.º Juízo Criminal de Vila Nova de Gaia — transferido, como requereu, para o 4.º Juízo Criminal de Matosinhos.
Mafalda Clarisse Faria Pestana, juíza de direito do 2.º Juízo Cível de Leiria — destacada como juíza auxiliar nas Varas Cíveis de Lisboa.
Maria Clotilde Correia Botelho Chaves Ferreira, juíza de direito da Bolsa de Juízes do Distrito Judicial de Lisboa — transferida, como requereu, para os Juízos Criminais de Cascais/Oeiras, afecta à instrução criminal.
Florbela dos Santos Araújo Lopes Sebastião e Silva, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar no Tribunal da Comarca das Caldas da Rainha — destacada como juíza auxiliar nas Varas Cíveis de Lisboa.
Carla Alexandra Rodrigues Francisco Barroso, juíza de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Torres Novas — transferida, como requereu, para o 1.º Juízo Cível do Seixal.
Pedro Miguel Freitas Soto Maior e Meneses, juiz de direito do 1.º Juízo da Comarca de Amarante — transferido, como requereu, para o 1.º Juízo Criminal de Paredes.
Paulo Nuno Miranda Almeida Cunha, juiz de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Porto de Mós — destacado como juiz auxiliar no 1.º Juízo do Tribunal de Comércio de Lisboa.
João Simões Presa Grilo de Amaral, juiz de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Estarreja — transferido, como requereu, para o 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de São João da Madeira.
Isabel Maria Rebelo Antunes Ferreira, juíza de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Esposende — transferida, como requereu, para o 2.º Juízo Cível de Santa Maria da Feira.
Rui Manuel Pinheiro de Oliveira, juiz de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Abrantes — transferido, como requereu, para 2.º Juízo Cível do Seixal.
Madalena Augusta Parreiral Caldeira, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar no 1.º Juízo do Tribunal de Instrução Criminal do Porto — colocada no 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Ovar.
Ana Marisa dos Santos Arnedo Martins Nunes, juíza de direito do Tribunal da Comarca de Alcanena — transferida, como requereu, para os Juízos Criminais de Almada, afecta à instrução criminal.
Rute Alexandra da Silva Sabino Lopes, juíza de direito da Bolsa de Juízes do Distrito Judicial de Lisboa — destacada como juíza auxiliar nos 1.º e 2.º Juízos Cíveis de Sintra.
Pedro Gil Amorim Caetano Nunes, juiz de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Porto de Mós — destacado como juiz auxiliar nas Varas Cíveis de Lisboa.
Armando Manuel da Luz Cordeiro, juiz de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Lamego — transferido, como requereu, para o 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Beja.
Paulo Joaquim de Almeida Coelho, juiz de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Ourém — transferido, como requereu, para o 1.º Juízo do Tribunal da Comarca das Caldas da Rainha.
Ester Emília Maurício Antão e Pacheco dos Santos, juíza de direito do 3.º Juízo do Tribunal da Comarca de Abrantes — transferida, como requereu, para os Juízos Criminais de Sintra, afecta à instrução criminal.
Marta Maria Veloso de Brito e Penha, juíza de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Vale de Cambra — destacada como juíza auxiliar no 3.º Juízo Criminal de Aveiro.
Sandra Maria da Maia Rocha Ferreira, juíza de direito do Tribunal da Comarca de Arouca — transferida, como requereu, para o 1.º Juízo Cível de Oliveira de Azeméis.
Carla Elisabete Vieira de Ramos Monge, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar no 1.º Juízo Cível de Faro — destacada como juíza auxiliar no mesmo Juízo Cível.
Margarida Isabel Pereira de Almeida Cardo, juíza de direito do 1.º Juízo Criminal de Paredes — transferida, como requereu, para o 2.º Juízo Cível de Leiria.
Ana Mafalda Brandão Barbosa Sequinho dos Santos, juíza de direito do 2.º Juízo Cível de Portimão — transferida, como requereu, para os Juízos Criminais de Setúbal, afecta à instrução criminal.
Diogo Coelho de Sousa Leitão, juiz de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Silves/Monchique — destacado como juiz auxiliar nas Varas Cíveis de Lisboa.
Amélia Carolina Marques Dias Teixeira, juíza de direito do 4.º Juízo do Tribunal da Comarca da Póvoa de Varzim — transferida, como requereu, para o 3.º Juízo Criminal de Vila Nova de Gaia.
Élida Maria Rosa Gil Duarte, juíza de direito da Bolsa de Juízes do Distrito Judicial de Évora — destacada como juíza auxiliar nas Varas Cíveis de Lisboa.
Ana Cristina de Almeida Gomes Moreira Wallis de Carvalho, juíza de direito do 2.º Juízo Cível de Matosinhos — transferida, como requereu, para os Juízos Criminais de Vila Franca de Xira, afecta à instrução criminal.
José António Gonçalves de Castro, juiz de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Penafiel — transferido, como requereu, para o 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Espinho.
Maria Clara Lourenço dos Santos, juíza de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Ourém — transferida, como requereu, para o 3.º Juízo do Tribunal da Comarca de Alcobaça.
Elisabete de Jesus Ribeiro Assunção, juíza de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Albufeira — transferida, como requereu, para os Juízos Criminais do Barreiro, afecta à instrução criminal.
Gabriela Lopes Feiteira, juíza de direito do 1.º Juízo Criminal de Loulé — transferida, como requereu, para o 1.º Juízo do Tribunal da Comarca do Cartaxo.
Susana Carla Resende Branco Marques Pinto, juíza de direito do 3.º Juízo Cível de Viana do Castelo — transferida, como requereu, para o 4.º Juízo do Tribunal da Comarca da Póvoa de Varzim.
José Agostinho de Sá Pereira, juiz de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Marco de Canaveses — transferido, como requereu, para o 3.º Juízo Cível de Oliveira de Azeméis.
Carla Flora Figueiredo, juíza de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Paços de Ferreira — transferida, como requereu, para o 3.º Juízo Cível de Viana do Castelo.
Fernando Jorge Coutinho de Almeida, juiz de direito do Tribunal da Comarca de Monção — transferido, como requereu, para o 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Esposende.
Ana Lúcia dos Reis Gordinho, juíza de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Paços de Ferreira — transferida, como requereu, para o 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Vale de Cambra.
Cristina Maria Neves Ferreira Mendes Portugal da Rocha, juíza de direito do 3.º Juízo do Tribunal da Comarca de Fafe — destacada como juíza auxiliar no 1.º Juízo Cível de Vila Nova de Gaia.
Álvaro Monteiro, juiz de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Felgueiras — transferido, como requereu, para o 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Valongo.
Maria do Céu João do Vale Pires, juíza de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Felgueiras — transferida, como requereu, para o 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Torres Novas.

Lúcia Chandra Gracias, juíza de direito do Tribunal da Comarca de Praia da Vitória — transferida, como requereu, para o 3.º Juízo do Tribunal da Comarca de Albufeira.

Victor Hugo Veloso Dias Pardal, juiz de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Santa Cruz — destacado como juiz auxiliar no Tribunal da Comarca de Vila Real de Santo António.

Susana Maria Hilário Godinho Fernandes Cajeira, juíza de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Bragança — transferida, como requereu, para o 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Vale de Cambra.

Manuel Alexandre Gonçalves Ferreira, juiz de direito do 3.º Juízo do Tribunal da Comarca de Felgueiras — transferido, como requereu, para o 5.º Juízo Cível de Vila Nova de Famalicão.

José Manuel Simões de Almeida, juiz de direito, servindo, em comissão de serviço, como inspector-geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade — colocado na Bolsa de Juízes do Distrito Judicial de Lisboa.

Noémi Gláucia de Oliveira Martins, juíza de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Mirandela — transferida, como requereu, para o 1.º Juízo do Tribunal da Comarca da Marinha Grande.

António Augusto Grilo de Sousa Dias, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar no 2.º Juízo do Tribunal do Trabalho de Lisboa — colocado na Bolsa de Juízes do Distrito Judicial de Évora.

Ana Paula Maia Lopes, juíza de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Chaves — transferida, como requereu, para o 2.º Juízo Cível de Matosinhos.

Joaquim Borges Martins, juiz de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Marco de Canaveses — transferido, como requereu, para o 1.º Juízo do Tribunal da Comarca da Guarda.

Luís Manuel Roque Fidalgo Alegria, juiz de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Mirandela — transferido, como requereu, para o 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Abrantes.

José Carlos de Sousa Vieira de Almeida, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar na 17.ª Vara Cível de Lisboa — colocado no Tribunal da Comarca do Entroncamento.

Francisca Maria Prazeres Martins Preto, juíza de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Bragança — transferida, como requereu, para o Tribunal da Comarca de Alcanena.

Alfredo Fernando Duarte Bastos, juiz de direito do 5.º Juízo Cível do Porto — colocado na Bolsa de Juízes do Distrito Judicial do Porto.

António Fernando Marques da Silva, juiz de direito do Tribunal da Comarca de Ferreira do Alentejo — transferido para o 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Abrantes.

Ana Olívia Esteves Silva Loureiro, juíza de direito do Tribunal da Comarca de Oliveira de Frades — transferida para o 2.º Juízo Cível de Santo Tirso.

Joana Maria Rebelo Fernandes Costa, juíza de direito do Tribunal da Comarca de Arraiolos — transferida para o 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Porto de Mós.

Isabel Maria Barbosa Peixoto Pereira, juíza de direito do Tribunal da Comarca de Castelo de Paiva — transferida para o 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Paços de Ferreira.

Alexandra Elisabete Bride Veiga, juíza de direito do Tribunal da Comarca de Serpa — transferida para o 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Peniche.

Paulo Jorge Ramos de Faria, juiz de direito do Tribunal da Comarca de Vila Franca do Campo — transferido para o 3.º Juízo do Tribunal da Comarca de Penafiel.

Paula Cristina da Silva Ribas, juíza de direito do Tribunal da Comarca de Nelas — transferida para o 2.º Juízo Cível de Guimarães.

Pedro Miguel Silva Rodrigues, juiz de direito do Tribunal da Comarca de Reguengos de Monsaraz — transferido para o 4.º Juízo Cível de Guimarães.

João Guilherme Gato Pires da Silva, juiz de direito do Tribunal da Comarca de Ferreira do Zêzere — transferido para o 3.º Juízo do Tribunal da Comarca de Abrantes.

Jorge Manuel da Silva Rosas de Castro, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar no 3.º Juízo Cível de Oliveira de Azeméis — colocado no Tribunal da Comarca de Arouca.

Sílvia Maria Santos Marques Alves, juíza de direito do Tribunal da Comarca de São João da Pesqueira — transferida para o 2.º Juízo Cível de Paredes.

António Paulo Domingues Segura, juiz de direito do Tribunal da Comarca de Vila Viçosa — destacado como juiz auxiliar no 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Alcobaça.

Hugo da Silva Pinto de Azevedo Meireles, juiz de direito do Tribunal da Comarca de Resende — transferido para o 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Paços de Ferreira.

Nuno Miguel de Jesus Lopes Matos, juiz de direito do Tribunal da Comarca de Miranda do Douro/Vimioso — transferido para o 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Bragança.

António Joaquim da Costa Gomes, juiz de direito do Tribunal da Comarca de Vouzela — transferido para o 1.º Juízo Cível de Paredes.

Ana Carina Travassos Garcia Bastos, juíza de direito, do Tribunal da Comarca de Tábua — transferida para o 2.º Juízo Criminal de Vila Nova de Famalicão.

Miguel Nuno Galiza Carneiro Aranda Monteiro, juiz de direito do Tribunal da Comarca de Sátão/Fornos de Algodres — transferido para os Juízos Criminais de Guimarães, afecto à instrução criminal.

Carlos Mário Moreira Bandeira Borges, juiz de direito do Tribunal da Comarca de São Pedro do Sul — transferido para o 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Mirandela.

Alexandra Margarida Telhal Costa Gomes de Pádua Marcelino, juíza de direito do Tribunal da Comarca do Redondo — transferida para o 2.º Juízo Criminal de Loulé.

Sofia dos Reis Rodrigues, juíza de direito do Tribunal da Comarca de Moura — transferida para o 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Porto de Mós.

Luísa Cristina Morais Pereira Ferreira, juíza de direito do Tribunal da Comarca de Vila Nova da Cerveira/Paredes de Coura — transferida para o 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Amarante.

Ana Rute Alves da Costa Pereira, juíza de direito do Tribunal da Comarca de Ponte da Barca — transferida para o 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Marco de Canaveses.

Rute Maria Martins dos Santos Sobral, juíza de direito do Tribunal da Comarca de Penacova — transferida para a Bolsa de Juízes do Distrito Judicial de Coimbra.

Teresa Cláudia Alfacinha de Matos Neves, juíza de direito do Tribunal da Comarca do Cadaval — transferida para o 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Ourém.

Luís José Cardoso Ribeiro, juiz de direito do Tribunal da Comarca de Fronteira/Avis — transferido para o Tribunal da Comarca de Monção.

Porfírio Manuel Pereira Vale, juiz de direito do Tribunal da Comarca de Alijó — transferido para o 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Marco de Canaveses.

Ana Paula Carreira da Conceição, juíza de direito do Tribunal da Comarca de Cuba/Portel — transferida para o 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Lagos.

Paulo Jorge Ferreira Albernaz, juiz de direito do Tribunal da Comarca de Cinfães — transferido para o 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Fafe.

Maria Bárbara Valente de Sousa Guedes, juíza de direito do Tribunal da Comarca de Baião — transferida para o 3.º Juízo do Tribunal da Comarca de Fafe.

Cláudia Cristina Moreira Salazar, juíza de direito do Tribunal da Comarca de Vieira do Minho — transferida para o 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Felgueiras.

Maria de Fátima Estudante Morgado da Silva, juíza de direito do Tribunal da Comarca de São Roque do Pico — transferida para o Tribunal da Comarca da Horta.

Maria Isabel Ganhão Gordo Póvoa, juíza de direito do Tribunal da Comarca da Golegã — transferida para o 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Albufeira.

Ana Luísa Gomes Loureiro, juíza de direito do Tribunal da Comarca de Povoação/Nordeste — transferida para o 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Felgueiras.

Rui Francisco Figueiredo Coelho, juiz de direito do Tribunal da Comarca de Estremoz — transferido para o 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Silves/Monchique.

Belmira do Rosário Faísco Vieira Fialho Raposo Felgueiras, juíza de direito do Tribunal da Comarca de Mação — destacada como juíza auxiliar no 1.º Juízo Cível de Gondomar.

Susana Isabel da Costa Fontinha, juíza de direito do Tribunal da Comarca de Coruche — transferida para o 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Amarante.

Ana Isabel Alves da Cunha Morgado Cardoso Peres, juíza de direito do Tribunal da Comarca de Alcácer do Sal — transferida para a Bolsa de Juízes do Distrito Judicial de Lisboa.

Carlos Miguel dos Santos Marques, juiz de direito do Tribunal da Comarca de Moimenta da Beira — transferido para o 2.º Juízo do Tribunal da Comarca da Guarda.

Maria do Rosário Monteiro Casimiro Louro Patrício, juíza de direito do Tribunal da Comarca da Nazaré — transferida para a Bolsa de Juízes do Distrito Judicial de Coimbra.

Paula Cristina Domingues Paz Dias, juíza de direito do Tribunal da Comarca de Murça/Sabrosa — transferida para o 3.º Juízo do Tribunal da Comarca de Felgueiras.

Cristina Augusta Teixeira Cardoso, juíza de direito do Tribunal da Comarca de Amares — transferida para a Bolsa de Juízes do Distrito Judicial do Porto.

Sónia Marília Sousa Braga, juíza de direito do Tribunal da Comarca de Nisa/Castelo de Vide — transferida para o 4.º Juízo do Tribunal da Comarca de Ponta Delgada.

Maria Teresa Figueiredo Mascarenhas Garcia, juíza de direito do Tribunal da Comarca de Grândola — transferida para o 1.º Juízo Cível de Portimão.

Luís Miguel Simão da Silva Caldas, juiz de direito do Tribunal da Comarca de Almodôvar/Mértola — transferido para o 1.º Juízo Cível de Loulé.
Anabela Gomes Marques, juíza de direito do Tribunal da Comarca de Alvaiázere/Penela — transferida para a Bolsa de Juízes do Distrito Judicial de Lisboa.
Cecília Maria de Almeida Marques, juíza de direito do Tribunal da Comarca de Porto Santo — transferida para a Bolsa de Juízes do Distrito Judicial de Lisboa.
Catarina de Moura Ferreira Ribeiro Gonçalves Jarmela, juíza de direito do Tribunal da Comarca de Pinhel — transferida para os Juízos Criminais de Faro, afecta à instrução criminal.
Rosa dos Remédios Lima Teixeira, juíza de direito do Tribunal da Comarca de Sabugal — transferida para o 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Lamego.
Ana Catarina dos Santos Carmo Ferreira, juíza de direito do Tribunal da Comarca de Idanha-a-Nova/Penamacor — transferida para o 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Mirandela.
Tânia Isabel de Barros Sampaio de Sousa Carrusca, juíza de direito do Tribunal da Comarca de Ourique — transferida para o 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Vila Real.
José Paulo Abrantes Registo, juiz de direito do Tribunal da Comarca de Figueira de Castelo Rodrigo — transferido para o 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Santa Cruz.
Paula Cristina Ramos Nunes, juíza de direito do Tribunal da Comarca de Vila Flor/Carrazeda de Ansiães — transferida para a Bolsa de Juízes do Distrito Judicial do Porto.
Susana Marques Madeira, juíza de direito do Tribunal da Comarca de Odemira — transferida para o 3.º Juízo do Tribunal da Comarca do Funchal.
Carla Isabel Bento Soares Carecho, juíza de direito do Tribunal da Comarca de Montemor-o-Velho — transferida para os Juízos Criminais de Barcelos/Vila do Conde, afecta à instrução criminal.
Ana Cristina de Jesus Batalha Cardoso, juíza de direito do Tribunal da Comarca de Figueiró dos Vinhos — transferida para a Bolsa de Juízes do Distrito Judicial de Lisboa.
Virgínio da Costa Ribeiro, juiz de direito do Tribunal da Comarca de Castro Daire — transferido para a Bolsa de Juízes do Distrito Judicial do Porto.
Luís Filipe Barreto Loja, juiz de direito do Tribunal da Comarca de São Vicente — nomeado juiz de direito, interino, do Círculo Judicial de Angra do Heroísmo.
Fernando Alberto Caetano Besteiro, juiz de direito do Tribunal da Comarca de Vila Nova de Foz Côa/Meda — transferido para o 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Bragança.
Alexandra Maria Bandeira Ferraz Lage, juíza de direito do Tribunal da Comarca de Cabeceiras de Basto — transferida para a Bolsa de Juízes do Distrito Judicial do Porto.
Maria da Graça Magalhães Agrelo, juíza de direito do Tribunal da Comarca de Vila do Porto — transferida para a Bolsa de Juízes do Distrito Judicial de Évora.
Leonor Maria Falcão Pimenta Ribeiro Gama, juíza de direito do Tribunal da Comarca de Celorico de Basto — transferida para o 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Chaves.
Carlos Armando da Cunha Rodrigues de Carvalho, juiz de direito do Tribunal da Comarca de Melgaço — transferido para o Tribunal da Comarca de Vila Praia da Vitória.

1.º acesso

Marta Susana Mesquita Mendes, juíza de direito do Tribunal da Comarca de Vila Pouca de Aguiar — transferida, como requereu, para o Tribunal da Comarca de Alijó.
Susana Isabel Teixeira de Aguilar Veloso da Silva, juíza de direito do Tribunal da Comarca de Mogadouro — transferida, como requereu, para o Tribunal da Comarca de Vinhais.
Mariana Maria Perdigão Godinho de Albuquerque Ferreira Valverde, juíza de direito do Tribunal da Comarca de Ansião — transferida, como requereu, para o Tribunal da Comarca de Amares.
Miguel Mauro Fernandes de Castro, juiz de direito do Tribunal da Comarca de Celorico da Beira — transferido, como requereu, para o Tribunal da Comarca de Ansião.
Isabel Maria Trocado Monteiro, juíza de direito do Tribunal da Comarca de Ponta do Sol — transferida, como requereu, para o Tribunal da Comarca de Ponte da Barca.
Elsa Regina Torres e Melo Ribeiro, juíza de direito do Tribunal da Comarca de Ponte de Sor — transferida, como requereu, para o Tribunal da Comarca de Alcácer do Sal.
Cláudia Sofia de Jesus Antunes Barata, juíza de direito do Tribunal da Comarca de Montalegre/Boticas — transferida, como requereu, para o Tribunal da Comarca do Cadaval.
Carla de Jesus da Costa Fraga Torres, juíza de direito do Tribunal da Comarca de Vinhais — transferida, como requereu, para o Tribunal da Comarca de Castelo de Paiva.
Maria do Rosário Carvalho Lourenço, juíza de direito do Tribunal da Comarca de Santa Cruz das Flores — transferida, como requereu, para o Tribunal da Comarca de Vieira do Minho.
Isabel Maria Soares de Magalhães, juíza de direito do Tribunal da Comarca de Velas — transferida, como requereu, para o Tribunal da Comarca de Cinfães.
Mónica Maria Bastos Dias, juíza de direito do Tribunal da Comarca de Santa Cruz da Graciosa — transferida, como requereu, para o Tribunal da Comarca de Tábua.
Amélia de Fátima Barbosa Clemente Okai, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar no Tribunal da Comarca de Vila Pouca de Aguiar — colocada no Tribunal da Comarca de Oliveira de Frades.
Estrela Aramita Dias Chambel Capelo de Sousa Chaby Rosa, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar no 1.º Juízo Cível de Cascais — colocada no Tribunal da Comarca de Ferreira do Alentejo.
Nuno Marcelo de Nóbrega dos Santos de Freitas Araújo, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar no 4.º Juízo Cível de Cascais — colocado no Tribunal da Comarca de Resende.
Maria Emília Guerreiro de Avillez Melo e Castro, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar no 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Angra do Heroísmo — colocada no Tribunal da Comarca de Vila Franca do Campo.
Alexandra Gabriela Natário de Lourenço Caiado, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar no 1.º Juízo Cível de Cascais — colocada no Tribunal da Comarca de Coruche.
José Nuno Ramos Duarte, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar nos Juízos Criminais de Matosinhos — colocado no Tribunal da Comarca de Penacova.
Gonçalo David da Fonseca Oliveira Magalhães, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar no Tribunal da Comarca de Sesimbra — colocado no Tribunal da Comarca de Mogadouro.
Sara André dos Reis Marques, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar no Tribunal da Comarca de Anadia — colocada no Tribunal da Comarca de Montemor-o-Velho.
Manuel Eduardo Pinhanços Bianchi Machado de Sampaio, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar no Tribunal da Comarca de Amares — colocado no Tribunal da Comarca de Cabeceiras de Basto.
Ricardo Manuel Neto Miranda Peixoto, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar no Tribunal da Comarca da Figueira da Foz — colocado no Tribunal da Comarca de Vouzela.
Raquel Eduarda Soares da Costa Cotinho, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar nos Juízos Cíveis de Coimbra — colocada no Tribunal da Comarca de São Pedro do Sul.
Fabien Gregório da Silva Gonçalves, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar nos Juízos Cíveis de Gondomar — colocado no Tribunal da Comarca de Melgaço.
Francisco Paulo Costeira da Rocha, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar no Tribunal da Comarca de Esposende — colocado no Tribunal da Comarca de Mondim de Basto.
Paulo Jorge Machado Rodrigues, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar nos Juízos Cíveis de Barcelos — colocado no Tribunal da Comarca de Vila Nova de Cerveira/Paredes de Coura.
Carlos Alberto Casas Azevedo, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar no Tribunal da Comarca de Ovar — colocado no Tribunal da Comarca de Murça/Sabrosa.
Ana Cláudia Nogueira de Sá Rosas de Castro, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar nos Juízos Cíveis de Santa Maria da Feira — colocada no Tribunal da Comarca de Castro Daire.
José Manuel Monteiro Correia, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar nos Juízos Cíveis de Vila Nova de Famalicão — colocado no Tribunal da Comarca de Montalegre/Boticas.
Carlos Jorge Serrano Alves, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar no Tribunal da Comarca de Ponte de Lima — colocado no Tribunal da Comarca de São João da Pesqueira.
Alexandre José Au-Yong Oliveira, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar nas Varas Cíveis de Lisboa — colocado no Tribunal da Comarca de Fronteira/Avis.
Raquel Prata Pinheiro da Cunha, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar no 2.º Juízo Cível de Sintra — colocada no Tribunal da Comarca de Ferreira do Zêzere.
João Paulo Marques Pereira Vasconcelos Raposo, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar nas Varas Cíveis de Lisboa — colocado no Tribunal da Comarca de Nisa/Castelo de Vide.
Artur José Carvalho de Almeida Cordeiro, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar nos Juízos Criminais de Almada — colocado no Tribunal da Comarca de Estremoz.
Sara da Piedade Moreira das Neves de Pina Cabral, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar nos Juízos Cíveis de Oeiras — colocada no Tribunal da Comarca de Reguengos de Monsaraz.
João Miguel Vieira de Sousa, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar no Tribunal da Comarca de Ourém — colocado no Tribunal da Comarca de Figueiró dos Vinhos.

Sónia Maria Fontes de Magalhães de Oliveira Pereira, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar no 2.º Juízo Cível de Leiria — colocada no Tribunal da Comarca de Alvaiázere/Penela.
Catarina Maria Barella Romão Ribeiro de Almeida, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar nos Juízos Criminais de Vila Nova de Gaia — colocada no Tribunal da Comarca de Celorico de Basto.
Pedro de Brito Conde Veiga, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar no 2.º Juízo Cível de Viana do Castelo — colocado no Tribunal da Comarca de Baião.
Maria de Fátima Marques da Silva, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar no 1.º Juízo Criminal de Viseu — colocada no Tribunal da Comarca de Nelas.
Pedro Miguel Sequeira Magalhães, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar no 3.º Juízo Cível de Viseu — colocado no Tribunal da Comarca de Sátão/Fornos de Algodres.
Sandra Cristina da Veiga Reis Bettencourt de Sousa, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar nos Juízos Cíveis de Guimarães — colocada no Tribunal da Comarca de Vila Flor/Carrazeda de Ansiães.
Manuel Dias dos Santos Figueiredo, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar nos Juízos Cíveis de Aveiro — colocado no Tribunal da Comarca da Nazaré.
Rita Alexandra Almeida da Silva, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar nos Juízos Cíveis de Almada — colocada no Tribunal da Comarca de Vila Viçosa.
Margarida Maria Rodrigues Rocha, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar no Tribunal da Comarca de Torres Vedras — colocada no Tribunal da Comarca de Grândola.
Filipe Martins Borges Delgado, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar no 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Mirandela — colocado no Tribunal da Comarca de Vila Nova de Foz Côa/Mêda.
Suzana Pinto Santos Silva, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar no 3.º Juízo do Tribunal da Comarca de Fafe — colocada no Tribunal da Comarca de Celorico da Beira.
Sérgio da Cruz Romualdo, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar no Tribunal da Comarca de Albufeira — colocado no Tribunal da Comarca de Ourique.
Rui Miguel Pereira Poças, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar nos Juízos Criminais de Almada — colocado no Tribunal da Comarca do Redondo.
Joaquim Jorge da Cruz, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar nos Juízos Cíveis de Faro — colocado no Tribunal da Comarca de Serpa.
Sónia Alexandra Sousa de Moura, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar no Tribunal da Comarca do Montijo — colocada no Tribunal da Comarca de Moura.
António José Barrocal Fialho, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar no Tribunal da Comarca da Moita — colocado no Tribunal da Comarca de Cuba/Portel.
Eduardo José Capelo de Sousa Paiva, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar nos Juízos Cíveis de Vila Franca de Xira — colocado no Tribunal da Comarca de Almodôvar/Mértola.
Célia Margarida Ferreira Lopes, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar no 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Chaves — colocada no Tribunal da Comarca de Vila Pouca de Aguiar.
Gabriela Adelaide Azevedo da Silva Barbosa, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar no 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Vila Real — colocada no Tribunal da Comarca de Moimenta da Beira.
Amélia da Glória Tavares Gil, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar no Tribunal do Trabalho de Faro — colocada no Tribunal da Comarca da Golegã.
Maria Isabel de Brito Guerreiro Faria Teixeira Magalhães, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar nos Juízos Criminais de Setúbal — colocada no Tribunal da Comarca de Miranda do Douro/Vimioso.
Cristina de Jesus Oliveira Seixas, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar no Tribunal da Comarca de Alcanena — colocada no Tribunal da Comarca de Pinhel.
Jorge Manuel Simões da Silva de Almeida, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar nos Juízos Criminais de Loures — colocado no Tribunal da Comarca de Mação.
Cláudia Marina Verdial Pina, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar no Tribunal da Comarca do Montijo — colocada no Tribunal da Comarca de Povoação/Nordeste.
Maria do Rosário Marques Neiva Vieira, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar nas Varas Cíveis de Lisboa — colocada no Tribunal da Comarca de Sabugal.
Isabel Maria Neves de Sá, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar nas Varas Cíveis de Lisboa — colocada no Tribunal da Comarca de Odemira.
Pedro Edgar Saraiva Mineiro, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar nos Juízos Criminais do Seixal — colocado no Tribunal da Comarca de Ponte de Sôr.
Rosa de Jesus Teixeira Alves, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar no Tribunal da Comarca de Tomar — colocada no Tribunal da Comarca de Figueira de Castelo Rodrigo.
Susana Brandão Loureiro Marques, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar nos Juízos Criminais de Vila Franca de Xira — colocada no Tribunal da Comarca de Idanha-a-Nova/Penamacor.
Sónia Cristina do Vale e Silva, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar no 1.º Juízo Cível de Sintra — colocada no Tribunal da Comarca de Velas.
Cláudia Pedro Loureiro, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar nas Varas Cíveis de Lisboa — colocada no Tribunal da Comarca de São Vicente.
Maria de Fátima Doroana de Almeida, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar nos Juízos Criminais de Oeiras — colocada no Tribunal da Comarca de Vila do Porto.
Cláudia Raquel da Silva e Costa, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar no Tribunal da Comarca de Benavente — colocada no Tribunal da Comarca de Ponta do Sol.
Cristina Isabel Gomes Nabais do Paulo, juíza de direito, servindo como juíza auxiliar nas Varas Cíveis de Lisboa — colocada no Tribunal da Comarca de Porto Santo.
Jorge Paulo Limão Andrade, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar nas Varas Cíveis de Lisboa — colocado no Tribunal da Comarca de São Roque do Pico.
Hélder Francisco Mansura da Silva Saramago, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar nas Varas Cíveis de Lisboa — colocado no Tribunal da Comarca de Santa Cruz da Graciosa.
Luís Miguel Cerqueira Pinto de Miranda, juiz de direito, servindo como juiz auxiliar nos Juízos Cíveis de Évora — colocado no Tribunal da Comarca de Santa Cruz das Flores.

Por despacho do vice-presidente, no uso de competência delegada, são nomeados juízes de direito, em regime de estágio, e colocados nos tribunais da área da respectiva comarca a seguir a cada um indicada os seguintes auditores de justiça:

Emídio José Magalhães Sant'Ana Rocha Peixoto — Braga.
Marco Alexandre Lourenço Brites — Leiria.
Pedro José Esteves de Brito — Anadia.
Filipe João Aveiro de Sousa Marques — Faro.
Miguel Jorge Vieira Teixeira — Maia.
Mário Pedro Martins Assunção Seixas Meireles — Olhão.
Sandra dos Reis Luís — Faro.
João António Filipe Ferreira — Figueira da Foz.
Anabela de Jesus Raimundo Fialho — Barreiro.
Anabela de Freitas Navarro Franco — Maia.
Sónia Kietzmann Batista Lopes — Caldas da Rainha.
Francisco Manuel da Costa Garcia Timóteo — Alcobaça.
Margarida Maria Dias de Oliveira — Aveiro.
Susana Maria Ramos Alves Caldeira Cabaço — Cascais.
Carmencita dos Anjos Capelo Quadrado — Cascais.
Rui António Padrão Sanches e Silva — Vila Nova de Gaia.
Maria João Barata dos Santos — Moita.
Ana Rita Varela Loja — Tomar.
Patrícia Daniela Coelho Madeira — Braga.
Catarina Alexandra Azevedo dos Reis Condesso — Leiria.
Ana Teresa Ferreira Wiborg de Carvalho — Barreiro.
Helena Isabel Silvestre Pereira Cravo — Olhão.
Ana Isabel Santiago de Barros — Setúbal.
Justino Apolinário Duarte Laranja Strecht Ribeiro — Guimarães.
Filipe Duarte Freitas Câmara — Figueira da Foz.
Ana Carla Gonçalves Ferreira — Aveiro.
Jorge Fernando Matos Afonso Pereira Gonçalves — Ponte de Lima.
Maria Cristina Gonçalves Mendes Magalhães Brás — Barcelos.
Ana Rita Oliveira Ferreira Cardoso Espírito Santo Amil — Torres Vedras.
Nuno Humberto Azevedo de Sousa Melo — Ponte de Lima.
Ana Cristina Rodrigues Alves Nogueira — Vila do Conde.
Sílvia Maria Rodrigues Costa — Setúbal.
Susana Cristina Mendes Santos Martins da Silveira — Évora.
Cristina Isabel Elias Henriques — Mafra.
Ana Paula Rodrigues Barbosa da Costa — Torres Vedras.
Elizabete Maria Cleto dos Reis Alexandre — Caldas da Rainha.
Rui Paulo Alves de Carvalho — Barcelos.
Nuno Miguel Silva Dias da Costa — Figueira da Foz.
Teresa Maria da Silva Bravo — Évora.
Raquel de Lurdes Asseiro Teiga — Guimarães.
Margarida Maria da Rocha Ramos Natário — Rio Maior.
Sílvia Catarina Martins Baião Trindade — Beja.
Rui Pedro Farinha Esteves Ribeiro Luís — Viseu.
Luís Filipe Botelho de Carvalho — Braga.
Raquel Sofia Tavares Valério Ribeiro Correia — Santa Maria da Feira.
Maria Raquel Queirós Valente Moutinho — Braga.
Maria Manuel Miranda Bastos Pinto de Sá — Santa Maria da Feira.
António Alberto Centeno Marques — Tomar.
Maria Manuela dos Santos Pereira — Viseu.
Susana Isabel Santos Pinto de Oliveira Ferrão — Vila Nova de Gaia.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Posse: cinco dias, à excepção dos deslocados entre as Regiões Autónomas e o continente, entre o continente e as Regiões Autónomas, entre estas ou entre ilhas, cujo prazo é de 15 dias.

11 de Agosto de 2000. — O Juiz-Secretário, *José Eduardo Sapateiro.*

Despacho (extracto) n.º 18 678/2000 (2.ª série). — No uso de competência delegada, por despacho do vice-presidente do Conselho Superior da Magistratura de 26 de Julho de 2000:

António José Faria de Barros, juiz de direito na situação de licença sem vencimento de longa duração — colocado, por urgente conveniência de serviço e até ao próximo movimento judicial, como juiz auxiliar no 2.º Juízo do Tribunal de Execução das Penas do Porto, a partir de 15 de Setembro de 2000.

(Posse: cinco dias.)

27 de Julho de 2000. — O Juiz-Secretário, *José Eduardo Sapateiro.*

Despacho n.º 18 679/2000 (2.ª série). — No uso de competência delegada, por despacho do vice-presidente do Conselho Superior da Magistratura de 25 de Julho de 2000:

Rui Preto Xavier Lobo, juiz de direito jubilado — nomeado, em comissão de serviço, para os Juízos Criminais de Oeiras, nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 3/2000, de 20 de Março, a partir de 15 de Setembro de 2000.

(Posse: cinco dias.)

27 de Julho de 2000. — O Juiz-Secretário, *José Eduardo Sapateiro.*

CONSELHO SUPERIOR DOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS E FISCAIS

Deliberação n.º 1130/2000. — Por deliberação do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais de 3 de Abril de 2000:

Licenciada Paula Fernanda Cadilhe Ribeiro, juíza de direito, actualmente a exercer funções de juíza auxiliar no Tribunal Tributário de 1.ª Instância de Viseu — nomeada, em comissão permanente de serviço, juíza do Tribunal Tributário de 1.ª Instância de Aveiro. (Prazo para a posse: cinco dias.) (Isenta de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

31 de Agosto de 2000. — O Presidente, *Manuel Fernando dos Santos Serra.*

Deliberação n.º 1131/2000. — Por deliberação do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais de 22 de Novembro de 1999:

Licenciado Paulo Heliodoro Pereira Gouveia, juiz de direito, actualmente a exercer funções de juiz de direito no Tribunal Cível do Funchal — nomeado, em comissão permanente de serviço, juiz do Tribunal Administrativo de Círculo e do Tribunal Tributário de 1.ª Instância agregados do Funchal. (Prazo para a posse: cinco dias.) (Isenta de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

31 de Agosto de 2000. — O Presidente, *Manuel Fernando dos Santos Serra.*

Deliberação n.º 1132/2000. — Por deliberação do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais de 14 de Fevereiro de 2000:

Licenciado Luís Cândido de Carvalho Monterroso Miguéis Garcia, juiz de direito, actualmente a exercer funções no Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco — nomeado, em comissão de serviço, juiz auxiliar do Tribunal Tributário de 1.ª Instância de Santarém, ficando, porém, sediado em Castelo Branco. (Prazo para a posse: cinco dias.) (Isenta de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

31 de Agosto de 2000. — O Presidente, *Manuel Fernando dos Santos Serra.*

Deliberação n.º 1133/2000. — Por deliberação do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais de 27 de Abril de 2000:

Licenciado José Alberto Guedes Poças Falcão, juiz de direito, actualmente a exercer funções no 4.º Juízo Criminal de Vila Nova de Gaia — nomeado, em comissão de serviço, juiz auxiliar do Tribunal Tributário de 1.ª Instância de Aveiro. (Prazo para a posse: cinco dias.) (Isenta de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

31 de Agosto de 2000. — O Presidente, *Manuel Fernando dos Santos Serra.*

Deliberação n.º 1134/2000. — Por deliberação do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais de 17 de Maio de 2000:

Licenciada Maria do Céu Dias Rosa das Neves, juíza de direito, actualmente a exercer funções como juíza auxiliar no Círculo Judicial de Abrantes — nomeada, em comissão de serviço, juíza auxiliar do Tribunal Administrativo de Círculo de Coimbra. (Prazo para a posse: cinco dias.) (Isenta de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

31 de Agosto de 2000. — O Presidente, *Manuel Fernando dos Santos Serra.*

Deliberação n.º 1135/2000. — Por deliberação do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais de 14 de Junho de 2000:

Licenciado Nuno Filipe Morgado Teixeira Bastos, juiz de direito, actualmente a exercer funções no Tribunal do Trabalho da Guarda — nomeado, em comissão de serviço, juiz auxiliar do Tribunal Tributário de 1.ª Instância de Viseu. (Prazo para a posse: cinco dias.) (Isenta de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

31 de Agosto de 2000. — O Presidente, *Manuel Fernando dos Santos Serra.*

Deliberação n.º 1136/2000. — Por deliberação do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais de 14 de Junho de 2000:

Licenciado Miguel Fernando Baldaia Correia de Morais, juiz de direito, actualmente a exercer funções no 7.º Juízo Cível da Comarca do Porto — nomeado, em comissão de serviço, juiz auxiliar do Tribunal Tributário de 1.ª Instância do Porto, 1.º Juízo. (Prazo para a posse: cinco dias.) (Isenta de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

31 de Agosto de 2000. — O Presidente, *Manuel Fernando dos Santos Serra.*

Deliberação n.º 1137/2000. — Por deliberação do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais de 14 de Junho de 2000:

Licenciada Irene Isabel Gomes das Neves, juíza de direito, actualmente a exercer funções no Tribunal do Trabalho de Santa Maria da Feira — nomeada, em comissão de serviço, juíza auxiliar do Tribunal Tributário de 1.ª Instância do Porto, 2.º Juízo. (Prazo para a posse: cinco dias.) (Isenta de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

31 de Agosto de 2000. — O Presidente, *Manuel Fernando dos Santos Serra.*

Deliberação n.º 1138/2000. — Por deliberação do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais de 14 de Junho de 2000:

Licenciado Álvaro António Mangas Abreu Dantas, juiz de direito, actualmente a exercer, em comissão de serviço, funções como juiz auxiliar no Tribunal Tributário de 1.ª Instância de Braga, mas sediado em Viana do Castelo — renovada a referida comissão de serviço por mais um ano, com efeitos a partir de 11 de Setembro de 2000. (Isenta de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

31 de Agosto de 2000. — O Presidente, *Manuel Fernando dos Santos Serra.*

TRIBUNAL DE CONTAS

Direcção-Geral

Aviso n.º 13 484/2000 (2.ª série). — Por despacho do conselheiro Presidente do Tribunal de Contas de 1 de Setembro de 2000:

Jsoé Oliveira Moita, juiz conselheiro do Tribunal de Contas — desligado do serviço para efeitos de aposentação/jubilação.

4 de Setembro de 2000. — Pelo Director-Geral, em substituição, a Subdirectora-Geral, *Helena Abreu Lopes.*

MINISTÉRIO PÚBLICO

Procuradoria-Geral da República

Conselho Superior do Ministério Público

Deliberação n.º 1139/2000. — Deliberação do Conselho Superior do Ministério Público de 12 de Julho de 2000:

Licenciada Maria Helena Santos da Silva Varandas, procuradora-geral-adjunta, na situação de disponibilidade — colocada na sede do distrito judicial de Lisboa.

Licenciado Abel José Tavares de Mendonça, procurador-geral-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na Secção de Contencioso Tributário do Tribunal Central Administrativo — colocado a seu pedido na Secção de Contencioso Tributário do referido Tribunal.

Licenciado Manuel Loureiro Filipe, procurador-geral-adjunto, em regime de comissão eventual de serviço na Polícia Judiciária — colocado a seu pedido na sede do distrito judicial de Coimbra, continuando na referida comissão eventual de serviço, não abrindo vaga no lugar de origem.

Licenciada Maria João Torres Nobre da Silva, procuradora-geral-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na Secção de Contencioso Administrativo do Tribunal Central Administrativo — nomeada em regime de destacamento como auxiliar e colocada a seu pedido na Secção de Contencioso Tributário do referido Tribunal.

Licenciado Manuel Roberto Mota Botelho, procurador-geral-adjunto, na sede do distrito judicial de Lisboa — nomeado em comissão de serviço com a categoria de auditor jurídico.

Licenciado José António Rodrigues Marques, procurador-geral-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na sede do distrito judicial de Lisboa — colocado a seu pedido na referida sede de distrito.

Licenciado José Manuel de Carvalho Tigre, procurador-geral-adjunto, na sede do distrito judicial de Coimbra — nomeado em regime de destacamento como auxiliar e colocado a seu pedido na sede do distrito judicial do Porto.

Licenciado Manuel António Guedes Marques, procurador-geral-adjunto, na sede do distrito judicial de Évora — transferido a seu pedido e colocado na sede do distrito judicial de Coimbra.

Licenciado Serafim Correia Gonçalves, procurador da República no Círculo Judicial de Viana do Castelo — promovido a procurador-geral-adjunto, nomeado em regime de destacamento como auxiliar e colocado na sede do distrito judicial de Coimbra.

Licenciado António Henrique Lourenço Farinha, procurador da República no Supremo Tribunal Administrativo, em comissão de serviço no Centro de Estudos Judiciários — promovido a procurador-geral-adjunto, nomeado em regime de destacamento como auxiliar e colocado na Secção de Contencioso Administrativo do Tribunal Central Administrativo.

Licenciado Agostinho Pereira Marques, procurador da República no Círculo Judicial de Leiria — promovido a procurador-geral-adjunto, e colocado na sede do distrito judicial de Évora.

Licenciado Fernando Manuel da Luz Pêgo, procurador da República no Círculo Judicial de Coimbra — promovido a procurador-geral-adjunto, nomeado em regime de destacamento como auxiliar e colocado na Secção de Contencioso Administrativo do Tribunal Central Administrativo.

Licenciado João Rodrigues do Nascimento Vieira, procurador da República no Círculo Judicial de Oeiras, nomeado em regime de destacamento como auxiliar na sede do distrito judicial de Lisboa (sem abrir vaga no lugar de origem) — promovido a procurador-geral-adjunto, e colocado na sede do distrito judicial de Lisboa.

Licenciada Maria José Capelo Rodrigues Morgado, procuradora da República no Círculo Judicial de Lisboa — promovida a procuradora-geral-adjunta, e colocada na sede do distrito judicial de Lisboa.

Licenciado José Joaquim Pestana de Vasconcelos Pereira, procurador da República no Círculo Judicial do Porto — promovido a procurador-geral-adjunto, e colocado na sede do distrito judicial de Lisboa.

Licenciado Afonso Joaquim de Sousa Pinto de Paiva, procurador da República no Círculo Judicial de Matosinhos — transferido a seu pedido e colocado no Porto, área de jurisdição de família e menores.

Licenciado António Júlio Caetano Correia, procurador da República no Círculo Judicial de Pombal — transferido a seu pedido e colocado no Círculo Judicial de Leiria.

Licenciado Paulo José Rodrigues Antunes, procurador da República no Círculo Judicial de Lisboa — transferido a seu pedido e colocado em Lisboa, área de jurisdição cível.

Licenciado Júlio Alberto Carneiro Pereira, procurador da República na situação de disponibilidade — colocado no Tribunal Administrativo de Círculo do Porto.

Licenciado Francisco Moreira Maia Neto, procurador da República, em regime de destacamento como auxiliar no Círculo Judicial do Porto — colocado a seu pedido no Porto, área de jurisdição de família e menores.

Licenciado Joaquim Augusto Ferreira Rodrigues Mieiro, procurador da República no Tribunal Tributário de 1.ª Instância de Santarém — transferido a seu pedido e colocado no Círculo Judicial da Figueira da Foz.

Licenciado Aurélio Homem Ribeiro, procurador da República, em regime de destacamento como auxiliar no Círculo Judicial de Lisboa — colocado a seu pedido em Lisboa, área de jurisdição criminal.

Licenciada Lucília Maria das Neves Franco Morgadinho Gago, procuradora da República no Círculo Judicial de Lisboa — colocada a seu pedido em Lisboa, área de jurisdição de família e menores.

Licenciada Maria Raquel Ribeiro Pereira Desterro, procuradora da República no Círculo Judicial do Porto — colocada a seu pedido no Porto, área de jurisdição de família e menores.

Licenciado Carlos Manuel Carapeto Morgadinho Gago, procurador da República, em comissão eventual de serviço na Polícia Judiciária — colocado a seu pedido em Lisboa, área de jurisdição de família e menores, continuando na referida comissão eventual de serviço, não abrindo vaga no lugar de origem.

Licenciada Maria José Valente de Melo Bandeira, procuradora da República no Círculo Judicial de Alcobaça — transferida a seu pedido e colocada no Círculo Judicial de Leiria.

Licenciada Margarida Maria Pascoal Sarmento, procuradora da República, em regime de destacamento como auxiliar no Tribunal Tributário de 1.ª Instância do Porto — colocada a seu pedido no Círculo Judicial de Braga.

Licenciado Carlos Tomé Boavida, procurador da República no Círculo Judicial de Évora — transferido a seu pedido e colocado no Círculo Judicial de Portalegre.

Licenciado Manuel Luís Portugal Veiga Azevedo, procurador da República no Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada — transferido a seu pedido e colocado no Círculo Judicial de Ponta Delgada.

Licenciado Fernando Bento, procurador da República em comissão eventual de serviço no Departamento Central de Investigação e Acção Penal — colocado a seu pedido em Lisboa, área de jurisdição cível, continuando na referida comissão eventual de serviço, não abrindo vaga no lugar de origem.

Licenciada Maria da Conceição Silva Fernandes Santos Pires Esteves, procuradora da República no Círculo Judicial do Porto — transferida a seu pedido e colocada no Porto, área de jurisdição cível.

Licenciado António Joaquim Moreira, procurador da República na situação de disponibilidade — nomeado em comissão de serviço para o Departamento Central de Investigação e Acção Penal.

Licenciada Maria Helena Pereira Loureiro Correia Fazenda, procuradora da República, em comissão eventual de serviço no Departamento Central de Investigação e Acção Penal — colocada a seu pedido em Lisboa, área de jurisdição criminal, continuando na referida comissão eventual de serviço, não abrindo vaga no lugar de origem.

Licenciado João Manuel Moreira Alves de Oliveira Guerra, procurador da República, em regime de destacamento como auxiliar no Círculo Judicial de Lisboa colocado a seu pedido em Lisboa, Departamento de Investigação e Acção Penal.

Licenciado João Aibéo Fernandes Nogueira, procurador da República no Círculo Judicial da Covilhã — transferido a seu pedido e colocado em Lisboa, área de jurisdição de família e menores.

Licenciado António de Carvalho Gomes, procurador da República, em regime de destacamento como auxiliar no Tribunal Administrativo de Círculo de Coimbra — colocado a seu pedido no referido Tribunal Administrativo de Círculo.

Licenciado António José de Matos Pimenta Simões, procurador da República no Círculo Judicial de Portimão — transferido a seu pedido e colocado no Círculo Judicial de Coimbra.

Licenciado António Nuno Pereira da Costa Soares, procurador da República, em regime de destacamento como auxiliar no Círculo Judicial de Vila Nova de Gaia — colocado a seu pedido no Círculo Judicial de Oliveira de Azeméis.

Licenciada Maria Paula Ataíde Peres, procuradora da República, em regime de destacamento como auxiliar no Supremo Tribunal Administrativo — colocada a seu pedido no referido Supremo Tribunal.

Licenciada Cláudia Maria Ramos Lobo, procuradora da República, em regime de destacamento como auxiliar no Círculo Judicial de Lisboa — colocada a seu pedido em Vila Nova de Famalicão, área de jurisdição laboral.

Licenciada Emília Alves Martins, procuradora da República, em regime de destacamento como auxiliar no Círculo Judicial de Abrantes — colocada a seu pedido em Lisboa, área de jurisdição cível.

Licenciado António Augusto Archer Leite de Queirós, procurador da República no Círculo Judicial do Porto, em licença especial na Região Administrativa Especial de Macau — transferido a seu pedido e colocado no Porto, área de jurisdição criminal, continuando na referida licença, não abrindo vaga no lugar de origem.

Licenciado Albino de Sousa, procurador da República no Círculo Judicial do Porto — colocado a seu pedido no Porto, área de jurisdição cível.

Licenciado Manuel Joaquim das Neves Botelho, procurador da República no Círculo Judicial da Guarda — transferido a seu pedido e colocado no Círculo Judicial de Viseu.

Licenciada Maria Manuela Basílio Luís, procuradora da República, em comissão eventual de serviço no Departamento Central de Investigação e Acção Penal — colocada a seu pedido em Lisboa, Departamento de Investigação e Acção Penal, continuando na referida comissão eventual de serviço, não abrindo vaga no lugar de origem.

Licenciada Maria Manuela Pereira Rêgo, procuradora da República, em comissão eventual de serviço no Departamento Central de Investigação e Acção Penal — colocada a seu pedido em Lisboa, Departamento de Investigação e Acção Penal, continuando na referida comissão eventual de serviço, não abrindo vaga no lugar de origem.

Licenciada Cândida Maria Cardoso Vilar, procuradora da República, em regime de destacamento como auxiliar no Círculo Judicial de Lisboa — colocada a seu pedido em Lisboa, Departamento de Investigação e Acção Penal.

Licenciada Maria da Conceição Sousa Ligeiro, procuradora da República, em regime de destacamento como auxiliar no Círculo Judicial de Lisboa — colocada a seu pedido em Lisboa, área de jurisdição cível.

Licenciado José Henrique Vahia Pinto da Cunha, procurador da República no Círculo Judicial de Matosinhos — transferido a seu pedido e colocado em Valongo, área de jurisdição laboral.

Licenciado Eduardo Marques Peixoto, procurador da República no Círculo Judicial de Guimarães — transferido a seu pedido e colocado no Círculo Judicial de Santo Tirso.

Licenciado João António Raposo Marques Vidal, procurador da República no Círculo Judicial de Santa Maria da Feira — transferido a seu pedido e colocado em Águeda, área de jurisdição laboral.

Licenciada Leonor do Rosário Mesquita Furtado, procuradora da República no Círculo Judicial de Lisboa, em comissão de serviço no Centro de Estudos Judiciários — colocada a seu pedido em Lisboa, área de jurisdição cível, continuando na referida comissão de serviço, não abrindo vaga no lugar de origem.

Licenciada Fernanda Maria Rodrigues Carneiro, procuradora da República, em regime de destacamento como auxiliar no Círculo Judicial de Oeiras — colocada a seu pedido no referido Círculo Judicial.

Licenciado Nuno António Gonçalves, procurador da República, em regime de destacamento como auxiliar no Círculo Judicial de Gondomar — colocado a seu pedido no Círculo Judicial de Vila Real.

Licenciado Luís Manuel Cunha da Silva Pereira, procurador da República no Círculo Judicial de Sintra, em comissão de serviço no Centro de Estudos Judiciários — transferido a seu pedido e colocado em Lisboa, área de jurisdição criminal, continuando na referida comissão de serviço, não abrindo vaga no lugar de origem.

Licenciado Fernando Encarnação Faria, procurador da República no Círculo Judicial de Lisboa — transferido a seu pedido e colocado no Círculo Judicial de Sintra.

Licenciado Celso José das Neves Manata, procurador da República no Tribunal de Família e Menores do Seixal, em comissão eventual de serviço na Direcção-Geral dos Serviços Prisionais — transferido a seu pedido e colocado em Lisboa, área de jurisdição de família e menores, continuando na referida comissão eventual de serviço, não abrindo vaga no lugar de origem.

Licenciado José da Silva Ponte, procurador da República no Círculo Judicial de Santo Tirso — transferido a seu pedido e colocado no Círculo Judicial de Matosinhos.

Licenciado Jorge Camilo dos Reis Sanches, procurador da República no Círculo Judicial de Almada — transferido a seu pedido e colocado no Seixal, área de jurisdição de família e menores.

Licenciado Amílcar Augusto Martins, procurador da República no Círculo Judicial de Portimão — transferido a seu pedido e colocado no Círculo Judicial de Faro.

Licenciada Maria João Magalhães Carvalho da Silva Caniçares Barata, procuradora da República no Círculo Judicial de Santarém — transferida a seu pedido e colocada no Porto, área de jurisdição laboral.

Licenciada Maria José Gonçalves Coelho, procuradora da República, em regime de destacamento como auxiliar no Círculo Judicial de Cascais — colocada a seu pedido em Lisboa, área de jurisdição cível.

Licenciada Maria Modesto Moura Metelo Ribeiro, procuradora da República no Círculo Judicial de Lisboa — transferida a seu pedido e colocada no Porto, área de jurisdição criminal.

Licenciado Manuel Almeida Domingues Júnior, procurador da República, em regime de destacamento como auxiliar no Círculo Judicial de Torres Vedras — colocado a seu pedido no Porto, área de jurisdição laboral.

Licenciado António José Dias de Azevedo, procurador da República, em regime de destacamento como auxiliar no Círculo Judicial de Lisboa — colocado a seu pedido no Porto, área de jurisdição criminal.

Licenciado António Augusto Manso, procurador da República no Círculo Judicial de Vila Franca de Xira — transferido a seu pedido e colocado no Círculo Judicial de Lamego.

Licenciado Manuel José Fernandes Inácio de Abrantes, procurador da República no Círculo Judicial de Loures — transferido a seu pedido e colocado em Lisboa, área de jurisdição de família e menores.

Licenciado João Alberto de Figueiredo Monteiro, procurador da República no Círculo Judicial de Loures — transferido a seu pedido e colocado em Lisboa, área de jurisdição laboral.

Licenciado Carlos José de Sousa Mendes, procurador da República no Círculo Judicial de Loures — transferido a seu pedido e colocado em Lisboa, área de jurisdição laboral.

Licenciado João António Gonçalves Fernandes Rato, procurador da República no Círculo Judicial do Funchal, em comissão de serviço como director da Delegação do Centro de Estudos Judiciários no Porto — transferido a seu pedido e colocado no Porto, área de jurisdição criminal, continuando na referida comissão de serviço, não abrindo vaga no lugar de origem.

Licenciada Teresa de Jesus Oliveira de Almeida, procuradora da República no Círculo Judicial do Funchal, em comissão de serviço no Gabinete do Procurador-Geral da República — transferida a seu pedido e colocada em Lisboa, área de jurisdição cível, continuando na referida comissão de serviço, não abrindo vaga no lugar de origem.

Licenciado José Manuel Coelho Nabais, procurador da República no Círculo Judicial de Funchal — transferido a seu pedido e colocado no Círculo Judicial de Castelo Branco.

Licenciado Pedro Manuel Branquinho Ferreira Dias, procurador da República no Círculo Judicial de Ponta Delgada, em comissão de serviço no Centro de Estudos Judiciários — transferido a seu pedido e colocado em Lisboa, área de jurisdição cível, continuando na referida comissão de serviço, não abrindo vaga no lugar de origem.

Licenciada Fernanda da Conceição Pêgo Felizardo Oliveira, procuradora da República, em regime de destacamento como auxiliar no Círculo Judicial do Funchal — colocada a seu pedido em Lisboa, área de jurisdição de família e menores.

Licenciado Osvaldo José Pereira da Silva Pina, procurador da República no Círculo Judicial de Angra do Heroísmo, a exercer funções no Gabinete do Procurador-Geral da República — transferido a seu pedido e colocado em Évora, Departamento de Investigação e Acção Penal, continuando no Gabinete do Procurador-Geral da República.

Licenciado António Carlos Tomás Ribeiro, procurador da República, em regime de destacamento como auxiliar no Círculo Judicial do Funchal — colocado a seu pedido no Círculo Judicial de Vila Nova de Gaia.

Licenciado Manuel Simões Azenha, procurador da República, em regime de destacamento como auxiliar no Círculo Judicial de Ponta Delgada — colocado a seu pedido no Círculo Judicial de Santiago do Cacém.

Licenciado António José de Sousa Ferreira Vidigal, procurador da República, em regime de destacamento como auxiliar no Círculo Judicial de Sintra — colocado a seu pedido em Lisboa, área de jurisdição de família e menores.

Licenciado Augusto Manuel Frias Rodrigues, procurador da República, em regime de destacamento como auxiliar no Círculo Judicial de Sintra — colocado a seu pedido no Círculo Judicial de Tomar.

Licenciada Liliana de São José André Telles Palhinha, procuradora da República no Círculo Judicial do Barreiro, em comissão de serviço como directora da Delegação do Centro de Estudos Judiciários em Lisboa — transferida a seu pedido e colocada em Lisboa, área de jurisdição laboral, continuando na referida comissão de serviço, não abrindo vaga no lugar de origem.

Licenciada Maria Manuela de Melo Duarte Nunes Pires Cardoso, procuradora da República, em regime de destacamento como auxiliar no Círculo Judicial do Barreiro — colocada a seu pedido em Lisboa, área de jurisdição laboral.

Licenciado António Antunes da Graça Lopes, procurador da República no Círculo Judicial de Viseu — transferido a seu pedido e colocado em Lisboa, área de jurisdição laboral.

Licenciado Pedro da Silva Antunes, procurador da República no Círculo Judicial de Seia — transferido a seu pedido e colocado em Lisboa, área de jurisdição de família e menores

Licenciado Alberto Gama Pereira, procurador da República no Círculo Judicial de Guimarães — transferido a seu pedido e colocado em Lisboa, área de jurisdição laboral.

Licenciado Eduardo José de Oliveira Pereira, procurador da República, em regime de destacamento como auxiliar no Círculo Judicial de Angra do Heroísmo — colocado a seu pedido no referido Círculo Judicial.

Licenciada Maria Paula Galvão Garcia, procuradora-adjunta na comarca de Coimbra — promovida por concurso a procuradora da República e colocada em Coimbra, Departamento de Investigação e Acção Penal.

Licenciado José Manuel Ferreira Gomes, procurador-adjunto, na comarca de Coimbra — promovido por concurso a procurador da República, nomeado em regime de destacamento como auxiliar e colocado no Círculo Judicial de Coimbra.

Licenciada Maria Manuela Cruz Manso, procuradora-adjunta, na comarca de Coimbra — promovida por antiguidade a procuradora da República, nomeada em regime de destacamento como auxiliar e colocada no Tribunal Administrativo de Círculo de Coimbra.

Licenciado Manuel Fernando Monteiro Penas, procurador-adjunto na comarca de Penafiel — promovido por concurso a procurador da República e colocado no Círculo Judicial de Penafiel.

Licenciada Maria Fernanda Gonçalves Mendes Costa Marques Gonçalves, procuradora-adjunta na comarca de Bragança — promovida por antiguidade a procuradora da República e colocada no Círculo Judicial de Penafiel.

Licenciado Domingos Fernando Martins de Almeida, procurador-adjunto na comarca de Coimbra — promovido por concurso a procurador da República, e colocado no Círculo Judicial de Seia.

Licenciado António Pinto Guedes, procurador-adjunto na comarca de Espinho — promovido por concurso a procurador da República e colocado no Círculo Judicial de Santa Maria da Feira.

Licenciado José Anselmo Pereira Gonçalves Oliveira, procurador-adjunto na comarca de Braga — promovido por antiguidade a procurador da República, e colocado no Círculo Judicial de Santo Tirso.

Licenciado Fernando Vitorino de Seixas Queiroz, procurador-adjunto na comarca do Porto — promovido por antiguidade a procurador da República e colocado no Porto, área de jurisdição criminal.

Licenciado Vítor Manuel Duarte Pereira Pinto, procurador-adjunto na comarca de Viseu — promovido por concurso a procurador da República e colocado no Círculo Judicial de Viseu.

Licenciado Ernesto Carlos dos Reis Vaz Pereira, procurador-adjunto na comarca de Mirandela — promovido por concurso a procurador da República, nomeado em regime de destacamento como auxiliar e colocado no Tribunal Tributário de 1.ª Instância do Porto.

Licenciado Raul Mário Dias da Silva Bairros, procurador-adjunto, em comissão eventual de serviço na Polícia Judiciária — promovido por antiguidade a procurador da República, colocado em Lisboa, área de jurisdição criminal, continuando na referida comissão eventual de serviço, não abrindo vaga no lugar de origem.

Licenciado Afonso Ventura Pires, procurador-adjunto na comarca de Lamego — promovido por concurso a procurador da República e colocado no Círculo Judicial da Guarda.

Licenciado José Pedro Fernandes de Oliveira Baranita, procurador-adjunto na comarca de Matosinhos — promovido por antiguidade a procurador da República e colocado no Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada.

Licenciada Maria Francisca Guerreiro Espada das Neves, procuradora-adjunta na comarca de Portimão — promovida por concurso a procuradora da República, e colocada no Círculo Judicial de Portimão.

Licenciado Domingos Soares Brandão, procurador-adjunto na comarca de Braga — promovido por concurso a procurador da República e colocado no Círculo Judicial de Guimarães.

Licenciado Manuel Eduardo Matos Santa, procurador-adjunto na comarca do Porto — promovido por antiguidade a procurador da República e colocado no Porto, área de jurisdição criminal.

Licenciada Branca Maria Gonçalves de Almeida Lima, procuradora-adjunta na comarca do Porto — promovida por concurso a procuradora da República e colocada no Porto, Departamento de Investigação e Acção Penal.

Licenciado José Manuel da Silva Sousa Grandão, procurador-adjunto na comarca de Lamego — promovido por concurso a procurador da República e colocado no Círculo Judicial da Covilhã.

Licenciado Manuel Rodrigues Taxa, procurador-adjunto na comarca das Caldas da Rainha — promovido por concurso a procurador da República e colocado no Círculo Judicial de Alcobaça.

Licenciado José Manuel Lopes Zenha, procurador-adjunto na comarca de Ovar — promovido por antiguidade a procurador da República e colocado no Porto, Departamento de Investigação e Acção Penal.

Licenciado Rui Manuel Escada Fontes, procurador-adjunto na comarca de Matosinhos — promovido por antiguidade a procurador da República, e colocado no Círculo Judicial de Portimão.

Licenciado Sérgio Augusto Fernandes Barreira, procurador-adjunto, em comissão de serviço na Inspecção-Geral das Pescas — promovido por antiguidade a procurador da República, nomeado em regime de destacamento como auxiliar e colocado em Lisboa, área de jurisdição de família e menores.

Licenciado José Joaquim de Magalhães Coelho, procurador-adjunto na comarca de Penafiel — promovido por concurso a procurador da República e colocado no Porto, área de jurisdição criminal.

Licenciado Ilídio José Fróis, procurador-adjunto na comarca de Braga — promovido por concurso a procurador da República e colocado no Círculo Judicial de Guimarães.

Licenciado António José da Silva Andrade Romão, procurador-adjunto na comarca de Matosinhos — promovido por concurso a procurador da República e colocado no Círculo Judicial de Matosinhos.

Licenciado Fernando Rosa das Neves, procurador-adjunto na comarca de Loures — promovido por concurso a procurador da República e colocado no Círculo Judicial de Loures.

Licenciado Denis Augusto Batista da Cruz, procurador-adjunto na comarca de Coimbra — promovido por concurso a procurador da República e colocado no Círculo Judicial de Pombal.

Licenciada Julieta Maria Valadas Monginho, procuradora-adjunta na comarca de Cascais — promovida por concurso a procuradora da República e colocada em Lisboa, Departamento de Investigação e Acção Penal.

Licenciado José André Vaz, procurador-adjunto na comarca de Lisboa — promovido por antiguidade a procurador da República e colocado em Lisboa, área de jurisdição laboral.

Licenciado Luís Manuel dos Santos Nunes Pires, procurador-adjunto na comarca de Oeiras em comissão de serviço na Inspecção-Geral da Administração Interna — promovido por antiguidade a procurador da República, colocado no Círculo Judicial de Loures, continuando na referida comissão de serviço, não abrindo vaga no lugar de origem.

Licenciada Maria de Fátima Ferreira da Silveira, procuradora-adjunta na comarca do Porto — promovida por concurso a procuradora da República, nomeada em regime de destacamento como auxiliar e colocada em Lisboa, área de jurisdição de família e menores.

Licenciada Helena Cecília Alves Vera Cruz Pinto Bairros, procuradora-adjunta na comarca de Almada — promovida por concurso a procuradora da República e colocada no Círculo Judicial de Almada.

Licenciada Maria de Fátima Cortes Pereira Belchior de Sousa, procuradora-adjunta na comarca de Beja — promovida por concurso a procuradora da República, nomeada em regime de destacamento como auxiliar e colocada em Évora, Departamento de Investigação e Acção Penal.

Licenciado Fernando Manuel Barbosa Soares de Miranda, procurador-adjunto na comarca de Paredes — promovido por concurso a procurador da República, nomeado em regime de destacamento como auxiliar e colocado no Porto, área de jurisdição criminal.

Licenciado Fernando Martins Amaral, procurador-adjunto na comarca de Coimbra — promovido por concurso a procurador da República e colocado no Tribunal Tributário de 1.ª Instância de Santarém.

Licenciado Fernando da Silva Ribeiro, procurador-adjunto na comarca de Viana do Castelo — promovido por concurso a procurador da República e colocado no Círculo Judicial de Viana do Castelo.

Licenciada Dínia Maria Nobre Damas, procuradora-adjunta na comarca de Lisboa — promovida por concurso e colocada em Lisboa, área de jurisdição cível.

Licenciada Maria da Conceição Lourenço Martins, procuradora-adjunta na comarca de Lisboa — promovida por antiguidade e colocada em Lisboa, área de jurisdição laboral.

Licenciado Dioníso da Apresentação Xavier Mendes, procurador-adjunto na comarca de Loures — promovido por concurso a procurador da República e colocado no Círculo Judicial de Loures.

Licenciado Vítor Manuel Vieira de Magalhães, procurador-adjunto, na comarca de Sintra — promovido por concurso a procurador da República, nomeado em regime de destacamento como auxiliar e colocado no Círculo Judicial de Sintra.

Licenciado José Manuel Jarnac de Freitas, procurador-adjunto na comarca de Oeiras — promovido por antiguidade a procurador da República e colocado em Lisboa, área de jurisdição laboral.

Licenciada Isabel Maria Lopes Jordão, procuradora-adjunta na comarca de Lisboa — promovida por antiguidade a procuradora da República, nomeada em regime de destacamento como auxiliar e colocada em Lisboa, área de jurisdição criminal.

Licenciado António Jorge Dias Carreira, procurador-adjunto na comarca de Vila Nova de Gaia — promovido por concurso a procurador da República e colocado no Círculo Judicial de Vila Nova de Gaia.

Licenciado António Alberto Ferreira França, procurador-adjunto na comarca do Porto — promovido por concurso a procurador da República e colocado no Porto, área de jurisdição criminal.

Licenciado Manuel Fernando Gonçalves, procurador-adjunto na comarca de Lisboa — promovido por antiguidade a procurador da República, nomeado em regime de destacamento como auxiliar e colocado em Lisboa, Departamento de Investigação e Acção Penal.

Licenciado Luís Fernando Barateiro Afonso, procurador-adjunto na comarca de Vila Real — promovido por concurso a procurador da República, nomeado em regime de destacamento como auxiliar e colocado no Porto, área de jurisdição criminal.

Licenciado José Joaquim Remísio Melhorado, procurador-adjunto na comarca de Amarante — promovido por antiguidade a procurador da República e colocado no Círculo Judicial de Gondomar.

Licenciado Fernando Manuel Dinis Gouveia Pacheco, procurador-adjunto na comarca de Cascais — promovido por concurso a procurador da República, nomeado em regime de destacamento como auxiliar e colocado no Círculo Judicial de Cascais.

Licenciado Rui do Carmo Moreira Fernando, procurador-adjunto na comarca de Coimbra, em comissão de serviço no Centro de Estudos Judiciários — promovido por concurso a procurador da República e colocado no Círculo Judicial de Santarém, continuando na referida comissão de serviço, não abrindo vaga no lugar de origem.

Licenciado António Rui Gomes Valente Correia, procurador-adjunto na comarca de Loulé — promovido por antiguidade a procurador da República e colocado no Círculo Judicial de Évora.

Licenciado Gonçalo Maria Pereira de Melo Breyner, procurador-adjunto na comarca de Cascais — promovido por concurso a procurador da República, nomeado em regime de destacamento como auxiliar e colocado em Lisboa, área de jurisdição cível.

Licenciado João Francisco Coelho Rodrigues de Morais, procurador-adjunto na comarca de Viana do Castelo — promovido por concurso a procurador da República e colocado no Círculo Judicial de Matosinhos.

Licenciado Orlando Amorim Damas Barroso, procurador-adjunto na comarca de Lisboa — promovido por concurso a procurador da República, nomeado em regime de destacamento como auxiliar e colocado em Lisboa, área de jurisdição cível.

Licenciado José Norberto Ferreira Martins, procurador-adjunto na comarca do Porto — promovido por concurso a procurador da República, nomeado em regime de destacamento como auxiliar e colocado no Círculo Judicial de Santarém.

Licenciado Fernando Alberto Tão Ilharco Ferraz, procurador-adjunto na comarca de Loures — promovido por concurso a procurador da República, nomeado em regime de destacamento como auxiliar e colocado em Lisboa, área de jurisdição criminal.

Licenciado José Carlos de Oliveira Franco Pinheiro, procurador-adjunto na comarca de Portimão — promovido por concurso a procurador da República e colocado no Tribunal Tributário de 1.ª Instância de Évora.

Licenciada Maria Ema Gabriel Cordeiro Fernandes, procuradora-adjunta na comarca de Aveiro — promovida por concurso a procuradora da República e colocada no Círculo Judicial de Vila Franca de Xira.

Licenciada Isabel Maria Coelho Ribeiro de Matos, procuradora-adjunta na comarca de Coimbra — promovida por concurso a procuradora da República e colocada em Lisboa, área de jurisdição laboral.

Licenciado José Eduardo Moreira Alves d'Oliveira Guerra, procurador-adjunto na comarca de Lisboa — promovido por concurso a procurador da República, nomeado em regime de destacamento como auxiliar e colocado em Lisboa, área de jurisdição criminal.

Licenciado Paulo Alexandre Duarte dos Santos, procurador-adjunto na comarca de Loures — promovido por concurso a procurador da República e colocado em Lisboa, área de jurisdição laboral.

Licenciado João Manuel da Silva Possante, procurador-adjunto na comarca de Almada — promovido por concurso a procurador da República e colocado no Tribunal de Família e Menores do Seixal.

Licenciada Maria José Raposo da Silva Peixoto, procuradora-adjunta na comarca de Loures — promovida por concurso a procuradora da República e colocada em Lisboa, área de jurisdição laboral.

Licenciado José António Ferreira Espada Niza, procurador-adjunto na comarca de Sintra — promovido por concurso a procurador da República, nomeado em regime de destacamento como auxiliar e colocado em Lisboa, área de jurisdição criminal.

Licenciado José Fernando Duarte da Silva, procurador-adjunto na comarca de Oeiras — promovido por concurso a procurador da República, nomeado em regime de destacamento como auxiliar e colocado em Lisboa, área de jurisdição criminal.

Licenciado Rui Manuel Capela da Conceição, procurador-adjunto na comarca de Lisboa — promovido por concurso a procurador da República e colocado em Lisboa, área de jurisdição laboral.

Licenciada Ana Teresa Pinto Leal, procuradora-adjunta na comarca de Oeiras — promovida por concurso a procuradora da República e colocada no Círculo Judicial de Abrantes.

Licenciada Ana Cristina Martins Nunes da Silva, procuradora-adjunta na comarca de Lisboa — promovida por concurso a procuradora da República e colocada no Círculo Judicial de Évora.

Licenciado Carlos Jorge Fernandes dos Santos, procurador-adjunto na comarca de Ovar — promovido por concurso a procurador da República e colocado no Círculo Judicial do Funchal.

Licenciado Luís António da Cunha Sotto-Mayor Felgueiras, procurador-adjunto na comarca de Braga — promovido por antiguidade a procurador da República e colocado no Círculo Judicial de Gondomar.

Licenciada Maria Clara Ferreira da Silva Oliveira Lucas, procuradora-adjunta na comarca de Coimbra — promovida por antiguidade a procuradora da República e colocada no Porto, Departamento de Investigação e Acção Penal.

Licenciada Rosa Maria Leitão da Cunha, procuradora-adjunta na comarca de Guarda — promovida por antiguidade a procuradora da República nomeada em regime de destacamento como auxiliar e colocada em Lisboa, área de jurisdição laboral.

Licenciada Lurdes Beatriz da Conceição da Silva, procuradora-adjunta na comarca do Barreiro — promovida por antiguidade a procuradora da República e colocada no Círculo Judicial do Barreiro.

Licenciado Manuel Gonçalves, procurador-adjunto na comarca de Anadia — promovido por antiguidade a procurador da República, nomeado em regime de destacamento como auxiliar e colocado em Lisboa, Departamento de Investigação e Acção Penal.

Licenciado António Caetano do Vale, procurador-adjunto na comarca de Oliveira do Hospital — promovido por antiguidade a procurador da República, nomeado em regime de destacamento como auxiliar e colocado no Círculo Judicial de Torres Vedras.

Licenciado António José Vinagre de Sousa, procurador-adjunto na comarca de Vila Nova de Famalicão — promovido por antiguidade a procurador da República, nomeado em regime de destacamento como auxiliar e colocado em Lisboa, área de jurisdição cível.

Licenciada Maria da Conceição Sousa Ribeiro de Oliveira, procuradora-adjunta na comarca de Aveiro — promovida por antiguidade a procuradora da República, nomeada em regime de destacamento como auxiliar e colocada em Lisboa, área de jurisdição cível.

Licenciado João José Couto Pinto Bronze, procurador-adjunto na comarca de Guimarães — promovido por antiguidade a procurador da República, nomeado em regime de destacamento como auxiliar e colocado no Círculo Judicial de Loures.

Licenciada Carla Paula Bello da Silveira Baptista Lamego, procuradora-adjunta na comarca de Cascais — promovida por antiguidade a procuradora da República, nomeada em regime de destacamento como auxiliar e colocada no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa.

Licenciada Ana Bela Martins Carvalho, procuradora-adjunta na comarca de Lisboa — promovida por antiguidade a procuradora da República e colocada no Círculo Judicial de Almada.

Licenciado Gabriel Rodrigues, procurador-adjunto na comarca de Lisboa — promovido por antiguidade a procurador da República e colocado no Círculo Judicial do Funchal.

Licenciado João Manuel de Almeida Bretes, procurador-adjunto na comarca de Oeiras — promovido por antiguidade a procurador da República e colocado no Círculo Judicial do Funchal.

Licenciada Maria Manuela Galvão Ribeiro, procuradora-adjunta na comarca de Lisboa — promovida por antiguidade a procuradora da República e colocada no Círculo Judicial de Ponta Delgada.

Licenciado José Vaz Correia, procurador-adjunto na comarca de Lisboa — colocado a seu pedido em Lisboa, área de jurisdição cível.

Licenciada Ana Paula Morais do Amaral Franco, procuradora-adjunta na comarca de Lisboa — colocada a seu pedido em Lisboa, área de jurisdição criminal.

Licenciado Mário Luís Garraz Godinho, procurador-adjunto na comarca do Montijo — transferido a seu pedido e colocado na comarca do Barreiro.

Licenciado Adérito Gonçalves dos Santos, procurador-adjunto na comarca de Oliveira de Azeméis — transferido a seu pedido e colocado na comarca de Ovar.
Licenciado Fernando José Faustino Brites, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Coimbra — colocado a seu pedido na referida comarca.
Licenciado Jorge Albino Alves Costa, procurador-adjunto na comarca de Lisboa, em comissão de serviço na equipa de missão para a presidência portuguesa da União Europeia — colocado a seu pedido em Lisboa, área de jurisdição cível.
Licenciado Rui de Matos Cavaco, procurador-adjunto na situação de disponibilidade — colocado em Lisboa, Departamento de Investigação e Acção Penal.
Licenciada Maria Filomena Manso Agostinho, procuradora-adjunta na comarca de Lisboa — colocada a seu pedido em Lisboa, área de jurisdição cível:
Licenciado Manuel José da Costa Araújo, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca do Porto — colocado a seu pedido no Porto, área de jurisdição criminal.
Licenciado Manuel José Rafael de Jesus Alves, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Lisboa — colocado a seu pedido em Lisboa, Departamento de Investigação e Acção Penal.
Licenciada Maria Leonor Bernardo Machado, procuradora-adjunta na comarca de Lisboa — colocada a seu pedido em Lisboa, Departamento de Investigação e Acção Penal.
Licenciada Ana Paula Felga Vitorino, procuradora-adjunta na comarca de Torres Vedras — transferida a seu pedido e colocada na comarca de Loures.
Licenciada Lina Maria Carvalho de Matos Boa-Alma de Almeida, procuradora-adjunta na comarca de Lisboa — colocada a seu pedido em Lisboa, área de jurisdição cível.
Licenciado Luís Manuel de Sousa Duarte, procurador-adjunto na comarca de Loures — transferido a seu pedido e colocado na comarca de Oeiras.
Licenciada Maria do Carmo Castro Paiva, procuradora-adjunta na comarca de Vila Nova de Famalicão — transferida a seu pedido e colocada na comarca de Fafe.
Licenciado Emílio António Sampaio Correia, procurador-adjunto na comarca de Lisboa — transferido a seu pedido e colocado na comarca de Oeiras.
Licenciado António Luís de Almeida Rainha Paes de Faria, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Oeiras — colocado a seu pedido na comarca de Cascais.
Licenciado João Miguel Falcão de Beça Pereira, procurador-adjunto na comarca de Lisboa — transferido a seu pedido e colocado na comarca de Cascais.
Licenciada Ângela Maria Batista Monteiro da Mata Pinto Bronze, procuradora-adjunta na comarca de Águeda — transferida a seu pedido e colocada na comarca de Coimbra.
Licenciada Eliete de Fátima Carreira Fidalgo Dias, procuradora-adjunta na comarca de Lisboa — transferida a seu pedido e colocada na comarca do Barreiro.
Licenciada Maria Fernanda Paula Jarmela Marques dos Santos, procuradora-adjunta na comarca de Águeda — transferida a seu pedido e colocada na comarca de Coimbra.
Licenciado Rui Manuel Alves Simões, procurador-adjunto na comarca de Olhão — transferido a seu pedido e colocado na comarca de Faro.
Licenciada Maria Lúcia Souto Mendes de Castro, procuradora-adjunta na comarca do Porto — colocada a seu pedido no Porto, área de jurisdição criminal.
Licenciada Maria Madalena Costa Pascoal, procuradora-adjunta na comarca de Chaves — transferida a seu pedido e colocada na comarca de Vila Real.
Licenciado Américo dos Santos Simões, procurador-adjunto na comarca de Vila Nova de Famalicão — transferido a seu pedido e colocado na comarca de Braga.
Licenciada Auristela Hermengarda de Albuquerque Sousa Gomes Pereira, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Lisboa — colocada a seu pedido em Lisboa, Departamento de Investigação e Acção Penal.
Licenciada Joana Antónia Ribeiro Gomes Ferreira, procuradora-adjunta na comarca de Lisboa — colocada a seu pedido em Lisboa, Departamento de Investigação e Acção Penal.
Licenciado Guilherme Gustavo Leal de Antas e Castro, procurador-adjunto na comarca do Porto — colocado a seu pedido no Porto, Departamento de Investigação e Acção Penal.
Licenciado Américo João Nunes Tadeu, procurador-adjunto na comarca de Vila Nova de Gaia — transferido a seu pedido e colocado no Porto, Departamento de Investigação e Acção Penal.
Licenciado José Luís Ferreira Trindade, procurador-adjunto na comarca do Anadia — transferido a seu pedido e colocado em Coimbra, Departamento de Investigação e Acção Penal.
Licenciada Maria da Graça Valério Vicente da Silveira de Azevedo, procuradora-adjunta na comarca de Sintra, em comissão de serviço no Centro de Estudos Judiciários — transferida a seu pedido e colocada na comarca de Mafra, continuando na referida comissão de serviço, não abrindo vaga no lugar de origem.
Licenciado José Manuel Sampaio Pereira Monteiro, procurador-adjunto na comarca de Mirandela — transferido a seu pedido e colocado na comarca de Vila Real.
Licenciada Maria Gabriela Jorge Gonçalves Coelho Simões Raposo, procuradora-adjunta na comarca de Lisboa — colocada a seu pedido em Lisboa, área de jurisdição criminal.
Licenciada Maria de Lurdes Parada Gonçalves Lopes, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Almada — colocada a seu pedido na referida comarca.
Licenciado Manuel Simões de Almeida, procurador-adjunto na comarca de Águeda — transferido a seu pedido e colocado na comarca de Coimbra.
Licenciada Maria Fernanda Pires Tavares Martins, procuradora-adjunta na comarca de Estarreja — transferida a seu pedido e colocada na comarca de Aveiro.
Licenciada Maria Margarida Cabral Bandeira de Lima, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Cascais — colocada a seu pedido na referida comarca.
Licenciada Isaura Poças de Almeida Coimbra, procuradora-adjunta na comarca do Porto — transferida a seu pedido e colocada na comarca de Vila Nova de Gaia.
Licenciada Marianela de Carvalho Miranda Figueiredo Cruz Oliveira, procuradora-adjunta na comarca de Figueira da Foz — transferida a seu pedido e colocada em Coimbra, Departamento de Investigação e Acção Penal.
Licenciada Maria Ermelinda da Cunha Sobral, procuradora-adjunta na comarca de Vila Nova de Gaia — transferida a seu pedido e colocada na comarca de Viseu.
Licenciado José Farinha Pinto, procurador-adjunto na comarca de Lisboa — colocado a seu pedido em Lisboa, Departamento de Investigação e Acção Penal.
Licenciada Maria Dulce Delgado, procuradora-adjunta na comarca de Alcobaça — transferida a seu pedido e colocada na comarca da Marinha Grande.
Licenciada Maria Leonor Ascenção Jorge Rodrigues de Almeida, procuradora-adjunta na comarca de Vila Nova de Famalicão — transferida a seu pedido e colocada na comarca de Braga.
Licenciado José Manuel Martins Leite Rainho, procurador-adjunto na comarca de Vila Nova de Gaia — transferido a seu pedido e colocado na comarca de Espinho.
Licenciado Ângelo Francisco Xavier de Sousa, procurador-adjunto na comarca da Lourinhã — transferido a seu pedido e colocado na comarca de Santarém.
Licenciado Carlos Adérito da Silva Teixeira, procurador-adjunto na comarca de Lisboa — colocado a seu pedido em Lisboa, Departamento de Investigação e Acção Penal.
Licenciado Vítor Francisco da Cruz Melo, procurador-adjunto na comarca de Lisboa — transferido a seu pedido e colocado em Lisboa, área de jurisdição cível.
Licenciado Orlando de Jesus Cabanas Figueira, procurador-adjunto na comarca de Sintra — transferido a seu pedido e colocado na comarca de Oeiras.
Licenciado Carlos da Purificação Ferreira, procurador-adjunto na comarca de Condeixa-a-Nova — transferido a seu pedido e colocado na comarca de Anadia.
Licenciada Maria da Felicidade Borges de Oliveira, procuradora-adjunta na comarca de Lisboa — colocada a seu pedido em Lisboa, Departamento de Investigação e Acção Penal.
Licenciada Raquel Maria Quaresma Francisco, procuradora-adjunta na comarca de Águeda — transferida a seu pedido e colocada na comarca da Figueira da Foz.
Licenciada Maria do Carmo Garrido Ribeiro de Castro, procuradora-adjunta na comarca de Guimarães — transferida a seu pedido e colocada na comarca de Braga.
Licenciado João Eduardo Raposo Rodrigues Celorico Palma, procurador-adjunto na comarca de Lisboa — colocado a seu pedido em Lisboa, área de jurisdição criminal.
Licenciada Venília da Silva Ferreira Guimarães, procuradora-adjunta na comarca do Porto — transferida a seu pedido e colocada na comarca de Ponta Delgada.
Licenciada Maria Luísa da Naia de Mesquita Quintela, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Lisboa — colocada a seu pedido na comarca de Oeiras.
Licenciado Hélder Branco dos Santos, procurador-adjunto na comarca da Moita — transferido a seu pedido e colocado na comarca do Seixal.
Licenciada Ana Cristina Matono Afonso, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Lisboa — colocada a seu pedido em Lisboa, área de jurisdição criminal.

Licenciada Maria Elisabete Mendes Pereira dos Santos, procuradora-adjunta na comarca de Gondomar — transferida a seu pedido e colocada na comarca de Vila Nova de Gaia.
Licenciado Jorge Paulo Quinta Leitão, procurador-adjunto na comarca de Figueira da Foz — transferido a seu pedido e colocado em Coimbra, Departamento de Investigação e Acção Penal.
Licenciada Maria José da Silva Rodrigues, procuradora-adjunta na comarca de Vila Nova de Famalicão — transferida a seu pedido e colocada na comarca de Braga.
Licenciado Paulo Jorge Torres Goulart Marques Maurício, procurador-adjunto na comarca de Vila Nova de Famalicão — transferido a seu pedido e colocado em Lisboa, área de jurisdição criminal.
Licenciado João António da Costa Albuquerque, procurador-adjunto na comarca de Porto de Mós — transferido a seu pedido e colocado na comarca de Alcobaça.
Licenciado José António Duarte Abrantes, procurador-adjunto na comarca de Celorico da Beira — transferido a seu pedido e colocado na comarca de Ílhavo.
Licenciada Maria João Bento de Almeida, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Lisboa — colocada a seu pedido na comarca de Sintra.
Licenciado Carlos Jorge Casaleiro Coutinho Moysan, procurador-adjunto na comarca de Praia da Vitória — transferido a seu pedido e colocado na comarca de Horta.
Licenciada Susana Maria da Silva Vicente Nunes Simões, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Lisboa — colocada a seu pedido na comarca de Sintra.
Licenciado Miguel José Teixeira, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Lisboa — colocado a seu pedido na comarca de Oeiras.
Licenciado Álvaro Miguel Bessa Ribeiro Bento, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Lisboa — colocado a seu pedido em Lisboa, área de jurisdição criminal.
Licenciada Rosa Maria Alves Martins Rocha, procuradora-adjunta na comarca de Lisboa — colocada a seu pedido em Lisboa, Departamento de Investigação e Acção Penal.
Licenciada Olga de Jesus Marques Santos Vieira, procuradora-adjunta na comarca de Abrantes — transferida a seu pedido e colocada na comarca do Entroncamento.
Licenciada Ana Cristina Gonçalves Faleiro, procuradora-adjunta na comarca de Olhão — transferida a seu pedido e colocada em Lisboa, Departamento de Investigação e Acção Penal.
Licenciado José Mário Nogueira da Costa, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Pombal — colocado a seu pedido na comarca da Figueira da Foz.
Licenciado Rui Manuel Pires de Almeida, procurador-adjunto na comarca de Cantanhede — transferido a seu pedido e colocado em Coimbra, Departamento de Investigação e Acção Penal.
Licenciada Fátima Maria Moreira Alves Correia, procuradora-adjunta na comarca do Porto — colocada a seu pedido no Porto, Departamento de Investigação e Acção Penal.
Licenciada Maria Alexandra Bastos Malheiro de Oliveira, procuradora-adjunta na comarca de Lisboa — transferida a seu pedido e colocada na comarca de Sintra.
Licenciada Maria do Rosário Belo de Almeida Pascoal, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Lisboa — colocada a seu pedido em Lisboa, Departamento de Investigação e Acção Penal.
Licenciado Luís Manuel Maia Mota Carmo, procurador-adjunto na comarca de Vila Real de Santo António — transferido a seu pedido e colocado na comarca de Tavira.
Licenciada Madalena Paula de Jesus Magalhães, procuradora-adjunta na comarca do Porto — colocada a seu pedido no Porto, Departamento de Investigação e Acção Penal.
Licenciado João José de Campos Romão Nunes da Cruz, procurador-adjunto na comarca de Santa Maria da Feira — transferido a seu pedido e colocado na comarca de Matosinhos.
Licenciada Maria Margarida da Rocha Cabral e Pereira da Silva, procuradora-adjunta na comarca do Porto — transferida a seu pedido e colocada na comarca de Cascais.
Licenciada Maria João Figueira Ramos, procuradora-adjunta na comarca de Pombal — transferida a seu pedido e colocada em Coimbra, Departamento de Investigação e Acção Penal.
Licenciada Rosa Amélia Saraiva da Silva Costa Bento, procuradora-adjunta na comarca de Ansião — transferida a seu pedido e colocada na comarca de Condeixa-a-Nova.
Licenciado Bernardo Casimiro Fernandes, procurador-adjunto na comarca de Arouca — transferido a seu pedido e colocado na comarca de Cascais.
Licenciado José Paulo Ribeiro de Albuquerque, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Setúbal — colocado a seu pedido na referida comarca.
Licenciada Olga Maria Silva Brito Lima, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Lisboa — colocada a seu pedido em Lisboa, Departamento de Investigação e Acção Penal.
Licenciada Helena Maria de Carvalho Martins Leitão, procuradora-adjunta na comarca de Rio Maior — transferida a seu pedido e colocada na comarca de Caldas da Rainha.
Licenciada Maria João Almeida Costa, procuradora-adjunta na comarca de Castelo de Paiva — transferida a seu pedido e colocada em Lisboa, Departamento de Investigação e Acção Penal.
Licenciada Maria da Conceição Correia Fernandes, procuradora-adjunta na comarca do Porto — colocada a seu pedido no Porto, área de jurisdição cível.
Licenciada Lígia Maria Moreira Fernandes, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Lisboa — colocada a seu pedido em Lisboa, Departamento de Investigação e Acção Penal.
Licenciado Francisco Baptista Medeiros, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Lisboa — colocado a seu pedido na comarca do Seixal.
Licenciada Elisabete Cascais Schanderl, procuradora-adjunta na comarca de Santo Tirso — transferida a seu pedido e colocada na comarca de Sintra.
Licenciada Maria Gertrudes Oliveira Mendes, procuradora-adjunta na comarca de Évora — transferida a seu pedido e colocada em Lisboa, Departamento de Investigação e Acção Penal.
Licenciado Francisco Manuel das Neves Martins, procurador-adjunto na comarca de Lagos — transferido a seu pedido e colocado na comarca de Portimão.
Licenciada Maria Ferreira Lino, procuradora-adjunta na comarca de Oliveira de Azeméis — transferida a seu pedido e colocada na comarca de São João da Madeira.
Licenciada Isabel Maria Fernandes Dias, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Almada — colocada a seu pedido na referida comarca.
Licenciada Antónia do Monte Ramos Soares, procuradora-adjunta na comarca de Vimioso — transferida a seu pedido e colocada em Lisboa, área de jurisdição criminal.
Licenciada Anabela Rodrigues Nunes da Conceição Duarte Pinheiro, procuradora-adjunta na comarca de Ponte de Sor — transferida a seu pedido e colocada na comarca de Loures.
Licenciada Lígia Maria Preto Bartolomeu, procuradora-adjunta na comarca de São João da Madeira — transferida a seu pedido e colocada na comarca de Pombal.
Licenciado João Pires Cardoso Alves, procurador-adjunto na comarca de Monchique — nomeado em regime de destacamento como auxiliar e colocado a seu pedido em Lisboa, área de jurisdição cível.
Licenciado Jaime Manuel Nunes Olivença, procurador-adjunto na comarca de Mértola — transferido a seu pedido e colocado em Lisboa, área de jurisdição cível.
Licenciado José Eduardo Gonçalves Barbosa Lima, procurador-adjunto na comarca de Ponte da Barca — transferido a seu pedido e colocado na comarca de Ponte de Lima.
Licenciado Eduardo José Silva Salcedas da Cunha, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Olhão — colocado a seu pedido na referida comarca.
Licenciado Hélder Renato Moreira dos Santos Cordeiro, procurador-adjunto na comarca do Porto — transferido a seu pedido e colocado em Lisboa, Departamento de Investigação e Acção Penal.
Licenciado Carlos Alberto Casimiro Nunes, procurador-adjunto na comarca de Resende — transferido a seu pedido e colocado na comarca de Setúbal.
Licenciada Ângela Maria da Fonseca Marques, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Almada — colocada a seu pedido em Lisboa, Departamento de Investigação e Acção Penal.
Licenciado João Paulo Anastácio Centeno, procurador-adjunto na comarca de Torre de Moncorvo — transferido a seu pedido e colocado em Lisboa, Departamento de Investigação e Acção Penal.
Licenciado António João Teixeira Marques, procurador-adjunto na comarca de Coruche — transferido a seu pedido e colocado em Lisboa, Departamento de Investigação e Acção Penal.
Licenciada Maria João Tavarela da Rocha Peixoto Capitão, procuradora-adjunta na comarca do Porto — transferida a seu pedido e colocada em Lisboa, Departamento de Investigação e Acção Penal.
Licenciado Manuel António Pelicano Antunes, procurador-adjunto na comarca de Ribeira Grande — transferido a seu pedido e colocado na comarca de Ponta Delgada.
Licenciado Jorge da Paz Rodrigues, procurador-adjunto na comarca de Tavira — transferido a seu pedido e colocado em Lisboa, área de jurisdição criminal.
Licenciada Ângela de Fátima Sequeira Farinho, procuradora-adjunta na comarca de Miranda do Douro — transferida a seu pedido e colocada em Lisboa, Departamento de Investigação e Acção Penal.

Licenciada Maria Clara de Oliveira Pereira, procuradora-adjunta na comarca de Ferreira do Zêzere — transferida a seu pedido e colocada na comarca de Sintra.
Licenciado Carlos Alberto Barreiros Diogo, procurador-adjunto na comarca de Aveiro — transferido a seu pedido e colocado na comarca de Cantanhede.
Licenciado Manuel Francisco Morgado Dias, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Lisboa — colocado a seu pedido em Lisboa, Departamento de Investigação e Acção Penal.
Licenciada Filomena Maria Jesus Rodrigues de Oliveira, procuradora-adjunta na comarca de Santa Cruz — transferida a seu pedido e colocada na comarca de Loures.
Licenciada Maria de Lurdes Carvalho Fernandes, procuradora-adjunta na comarca de Ponta Delgada — transferida a seu pedido e colocada em Lisboa, Departamento de Investigação e Acção Penal.
Licenciada Maria do Rosário Humanes Pires, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Lisboa — colocada a seu pedido na comarca de Oeiras.
Licenciada Maria de Fátima Aparício Delgado, procuradora-adjunta na comarca de Montemor-o-Novo — transferida a seu pedido e colocada em Lisboa, Departamento de Investigação e Acção Penal.
Licenciada Florbela Reis Fernandes de Almeida, procuradora-adjunta na comarca de Idanha-a-Nova — transferida a seu pedido e colocada na comarca da Moita.
Licenciada Celeste Adriana Sousa Soares, procuradora-adjunta na comarca de Matosinhos — transferida a seu pedido e colocada em Lisboa, Departamento de Investigação e Acção Penal.
Licenciada Lucinda Maria Lacão Martins, procuradora-adjunta na comarca do Porto — transferida a seu pedido e colocada em Lisboa, Departamento de Investigação e Acção Penal.
Licenciado Manuel Frederico Lourenço Pacheco Ferreira, procurador-adjunto na comarca de Odemira — transferido a seu pedido e colocado na comarca de Loures.
Licenciada Maria dos Anjos Mira Ribeiro Fernandes Ramos, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca do Porto — colocada a seu pedido na comarca de Oeiras.
Licenciado Rogério Artur Oliveira Malheiro de Macedo, procurador-adjunto na comarca de São Roque do Pico — transferido a seu pedido e colocado no Porto, área de jurisdição criminal.
Licenciado Amândio José da Costa Amaral, procurador-adjunto na comarca de Melgaço — transferido a seu pedido e colocado na comarca de Montemor-o-Novo.
Licenciada Maria Manuela Rodrigues da Costa Brito, procuradora-adjunta na comarca de Vila Real de Santo António — transferida a seu pedido e colocada em Lisboa, Departamento de Investigação e Acção Penal.
Licenciado Jorge Alberto Cardoso Pedrosa, procurador-adjunto na comarca de Mesão Frio — transferido a seu pedido e colocado em Lisboa, Departamento de Investigação e Acção Penal.
Licenciada Regina Maria Guerra Teixeira Corvo Carvalheira, procuradora-adjunta na comarca de Alvaiázere — transferida por conveniência de serviço e colocada na comarca de Anadia.
Licenciado Jorge Manuel Semedo Pereira de Jesus Rovisco, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Fronteira — colocado a seu pedido na comarca de Rio Maior.
Licenciado José Manuel Simões de Campos, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Arouca — colocado a seu pedido na referida comarca.
Licenciada Laura Cristina Pinto Ramos, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca do Porto — colocada a seu pedido no Porto, área de jurisdição criminal.
Licenciado Luís Miguel Coelho Ribeiro, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Lisboa — colocado a seu pedido em Lisboa, Departamento de Investigação e Acção Penal.
Licenciado Carlos Manuel de Jesus Guerra, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Pinhel — colocado a seu pedido na comarca de Mangualde.
Licenciada Sofia Santos Gutierres Piqueira, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Lisboa — colocada a seu pedido na comarca de Loures.
Licenciada Maria Filomena Campos Geraldes, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Torre de Moncorvo — colocada a seu pedido na comarca de Macedo de Cavaleiros.
Licenciado José Manuel Estreito Padrão Gonçalves, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Lisboa — colocado a seu pedido em Lisboa, Departamento de Investigação e Acção Penal.
Licenciado Mário Gomes Silveira, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Santarém — colocado a seu pedido na referida comarca.
Licenciado Alberto Gomes Proença, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Lisboa — colocado a seu pedido em Lisboa, Departamento de Investigação e Acção Penal.
Licenciada Maria Graziela Rapaz Moreira, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Lisboa — colocada a seu pedido em Lisboa, Departamento de Investigação e Acção Penal.
Licenciado José Paulo Moreira de Oliveira, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca do Funchal — colocado a seu pedido na referida comarca.
Licenciado Guilherme José Monteiro, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Murça — colocado a seu pedido na comarca de Valpaços.
Licenciada Ana Maria de Magalhães Nunes Ferreira, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca do Funchal — colocada a seu pedido na referida comarca.
Licenciada Maria Teresa Pereira Roberto, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca do Cadaval — colocada a seu pedido em Lisboa, Departamento de Investigação e Acção Penal.
Licenciada Maria Manuela Caride Gregório Figueira, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Albergaria-a-Velha — colocada a seu pedido na comarca de Aveiro.
Licenciada Maria Idalete Caeiro Saraiva, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Angra do Heroísmo — colocada a seu pedido na referida comarca.
Licenciada Lina Maria de Oliveira Gomes da Torre, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Vila Real — colocada por conveniência de serviço na comarca de Amarante.
Licenciado Celso dos Anjos Gonçalves, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca da Lousã — colocado a seu pedido na referida comarca.
Licenciada Maria Alexandra Vaz Cardoso Ribeiro André Martins, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Figueiró dos Vinhos — colocada a seu pedido na comarca de Pombal.
Licenciada Maria Alexandra Alves Pereira, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Aveiro — colocada a seu pedido na referida comarca.
Licenciada Maria Paula Henriques Guerra, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Coruche — colocada a seu pedido na comarca de Beja.
Licenciada Isabel Maria Rodrigues Pinto, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Vagos — colocada a seu pedido na comarca de Águeda.
Licenciada Ana Cristina Lopes Pereira, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Lisboa — colocada a seu pedido em Lisboa, Departamento de Investigação e Acção Penal.
Licenciada Luísa Trindade da Palma Carrajola, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Sintra — colocada a seu pedido na referida comarca.
Licenciada Carla Alexandra Nunes Botelho Santos, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Montemor-o-Novo — colocada a seu pedido na comarca de Oeiras.
Licenciada Maria da Conceição Desterro Monteiro, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Gondomar — colocada a seu pedido na referida comarca.
Licenciada Teresa de Jesus Ferreira Afonso, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca do Porto — colocada a seu pedido na comarca da Maia.
Licenciada Sofia de Alcântara Torres Freire da Rocha, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Ourém — colocada a seu pedido em Lisboa, Departamento de Investigação e Acção Penal.
Licenciado Alberto Figueiras de Campos, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Vila Real — colocado por conveniência de serviço na comarca de Peso da Régua.
Licenciada Fernanda Pereira Carnide, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Leiria — colocada a seu pedido na comarca de Ourém.
Licenciada Teresa Augusta Faria Osório da Silva de Noronha e Sanchez, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Lisboa — colocada a seu pedido em Lisboa, Departamento de Investigação e Acção Penal.
Licenciada Paula Cristina Caria Tavares Ferraz, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Vila Franca de Xira — colocada a seu pedido na comarca de Cascais.

Licenciada Maria Goretti Vicente Pereira, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca do Porto — colocada a seu pedido na comarca da Maia.

Licenciada Teresa Alexandra Salvado Cortiço de Sousa Correia, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Ponte de Sor — colocada a seu pedido na referida comarca.

Licenciado Alberto Moreira de Sousa Carneiro, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca do Porto — colocado a seu pedido na comarca de Penafiel.

Licenciada Ana Cristina da Costa Gomes, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Celorico da Beira — colocada a seu pedido na comarca da Guarda.

Licenciado Manuel João Barreto de Sousa Coito, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Moura — colocado a seu pedido na comarca de Loures.

Licenciada Maria Dulce de Mendonça Montenegro Queirós Gonçalves, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Vila Nova de Gaia — colocada a seu pedido na referida comarca.

Licenciado Jorge Manuel Gonçalves Esteves, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Santa Maria da Feira — colocado a seu pedido na referida comarca.

Licenciada Maria Manuela Aguiar Pinto, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Vila Nova de Gaia — colocada a seu pedido na referida comarca.

Licenciado Rui Miguel Pereira Cardoso, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Torres Vedras — colocado a seu pedido na referida comarca.

Licenciada Sónia Cristina Reis Ribeiro da Silveira, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca da Golegã — colocada a seu pedido na comarca do Cadaval.

Licenciada Alexandra Paula Rosa Catatau Travassos Coelho, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca do Entroncamento — colocada a seu pedido na comarca de Benavente.

Licenciada Catarina de Almeida Cavaco Elvas, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Santa Cruz — colocada a seu pedido na comarca de Vila Nova de Famalicão.

Licenciada Maria Leonor Gonzaga Gomes de Mascarenhas, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Portimão — colocada a seu pedido na comarca do Montijo.

Licenciada Cristina Maria Santos, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca do Porto — colocada a seu pedido na comarca de Aveiro.

Licenciado António Filipe Gaspar da Costa Maciel, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Sátão — colocado a seu pedido na comarca de Lamego.

Licenciada Catarina Abecassis Valente, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Albufeira — colocada a seu pedido na comarca de Loures.

Licenciado Mário José Alves de Carvalho da Silva Sequeira, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca do Porto — colocado a seu pedido na comarca de Matosinhos.

Licenciada Ana Isabel Carviçais Cardoso Rodrigues, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Vila Nova de Gaia — colocada a seu pedido na referida comarca.

Licenciada Maria Rosa de Sousa Pereira, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Ourém — colocada a seu pedido na referida comarca.

Licenciada Alexandra Cristiana Vicente Ferreira, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Barcelos — colocada a seu pedido na referida comarca.

Licenciado José Manuel Calvinho Lopes Viegas, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Faro — colocado a seu pedido na comarca de Sintra.

Licenciada Dulce Fátima Pinto Alves Caria, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Portimão — colocada a seu pedido na comarca de Sintra.

Licenciado António Pedro Abreu de Almeida, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Benavente — colocado a seu pedido na comarca de Vila Franca de Xira.

Licenciado Abel António Teixeira Martins, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Matosinhos — colocado a seu pedido na referida comarca.

Licenciada Carla Maria Pires de Barros e Pereira de Sousa, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca do Porto — colocada a seu pedido na comarca de Matosinhos.

Licenciado António Miguel Gonçalves de Almeida Lima, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Barcelos — colocado a seu pedido na referida comarca.

Licenciado José Caetano Pais Salvado, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Grândola — colocado a seu pedido na comarca de Évora.

Licenciada Maria Luísa Gomes Madeira Henriques de Almeida, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Nelas — colocada a seu pedido na comarca de Oliveira do Hospital.

Licenciado David Manuel de Resende Mendes Pinto, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Albufeira — colocado a seu pedido na referida comarca.

Licenciada Maria de Fátima de Oliveira Valente, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Vila Real de Santo António — colocada a seu pedido na comarca de Cuba.

Licenciada Maria de Fátima de Oliveira Valente, procuradora-adjunta, na comarca de Cuba — nomeada em regime de destacamento como auxiliar e colocada a seu pedido na comarca de Beja.

Licenciada Maria José César Martinho da Costa, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Faro — colocada a seu pedido na comarca de Grândola.

Licenciada Susana Maria Machado Falcão Pires Dantas, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Valença — colocada a seu pedido na comarca de Viana do Castelo.

Licenciado José António Vaz Pires, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Santiago do Cacém — colocado a seu pedido na comarca de Mirandela.

Licenciado Victor Manuel Rodrigues Feliciano, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de São Vicente — colocado a seu pedido na comarca de Guimarães.

Licenciado João Pedro Barreira Cardoso Telles de Freitas, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Ponta Delgada — colocado a seu pedido na referida comarca.

Licenciado Paulo José Figueiredo Lona, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Vouzela — colocado a seu pedido na comarca de Águeda.

Licenciada Paula Sofia Fernandes de Leão Serra, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca do Funchal — colocada a seu pedido na comarca de Coruche.

Licenciado António Manuel Teles de Sousa Brandão procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Castelo de Paiva — colocado a seu pedido na comarca de Vila Nova de Gaia.

Licenciada Rosa Alves Vieira de Castro Almeida, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Marco de Canaveses — colocada a seu pedido na comarca de Ovar.

Licenciada Cármen Maria da Cunha Coutinho, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Matosinhos — colocada a seu pedido na referida comarca.

Licenciada Maria da Graça Costa Tavares, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Nisa — colocada a seu pedido na comarca de Vila Franca de Xira.

Licenciada Bárbara Cristina Jorge Mesquita Alves, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca da Maia — colocada a seu pedido na referida comarca.

Licenciada Suzana Paula de Jesus Ferreira de Oliveira, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Santo Tirso — colocada a seu pedido na referida comarca.

Licenciado José Miguel de Gouvêa Falcão Lourenço Roque, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Abrantes — colocado a seu pedido na comarca da Golegã.

Licenciado Paulo Fernando Namora Teixeira de Moura, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Vila Nova de Cerveira — colocado a seu pedido na comarca de Vila Nova de Gaia.

Licenciada Raquel Margarida Carvalho Figueiredo, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Vila Nova de Famalicão — colocada a seu pedido na comarca de Vila Nova de Gaia.

Licenciada Lídia Isabel de Aiala Serôdio Pereira, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Vila Real de Santo António — colocada a seu pedido na comarca de Tavira.

Licenciada Carla José Carvalho Machado da Rocha Antunes, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Felgueiras — colocada a seu pedido na comarca de Vila Nova de Gaia.

Licenciado Luís Fernando Rodrigues Figueira, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca do Cartaxo — colocado a seu pedido na referida comarca.

Licenciado Pedro Nuno de Carvalho Figueiredo, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca da Nazaré — colocado a seu pedido na comarca de Abrantes.

Licenciada Ana Luísa Marques de Miranda Silva Zêzere, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Resende — colocada a seu pedido na comarca de Loulé.
Licenciada Maria Joana de Sousa Dias, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Fafe — colocada a seu pedido na comarca de Santa Maria da Feira.
Licenciada Ana Maria Campos de Jesus, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Olhão — colocada a seu pedido na referida comarca.
Licenciado João Valente dos Santos, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca do Sabugal — colocado a seu pedido na comarca da Nazaré.
Licenciado Nuno Filipe Castel-Branco Leitão, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Alijó — colocado a seu pedido na comarca de Mirandela.
Licenciado José Manuel de Oliveira Camarinha Lopes, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Almeida — colocado a seu pedido na referida comarca.
Licenciada Cármen Maria Esteves de Almeida, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Moimenta da Beira — colocada a seu pedido na comarca de Porto de Mós.
Licenciado Nuno Miguel Pinto da Silva Salgado, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Marco de Canaveses — colocado a seu pedido na comarca de Águeda.
Licenciado Jorge Manuel Pereira Necho Moreira Mateus, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Lagos — colocado a seu pedido na comarca de Portimão.
Licenciado Paulo Sérgio de Oliveira Ferreira, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Baião — colocado a seu pedido na comarca de Gondomar.
Licenciada Constança Maria Teixeira Dias de Meneses Almeida Guerra, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Cabeceiras de Basto — colocada a seu pedido na comarca de Santa Comba Dão.
Licenciada Patrícia Flores Ribeiro Vaz Pardal Dias, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Faro — colocada a seu pedido na referida comarca.
Licenciada Carla Margarida das Neves Dias, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Vieira do Minho — colocada por conveniência de serviço na comarca de Loulé.
Licenciado José Bento Pereira de Oliveira, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Silves — colocado a seu pedido na referida comarca.
Licenciada Maria Helena Macedo Torres dos Santos, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Gondomar — colocada a seu pedido na referida comarca.
Licenciada Anabela de Rezende Tavares Lopes Garrido Meyer, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Peso da Régua — colocada a seu pedido na referida comarca.
Licenciado Carlos Frederico Gouveia de Matos Martinho Figueira, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Mondim de Basto — colocado por conveniência de serviço na comarca de Matosinhos.
Licenciada Maria Laurentina Guerreiro Custódio, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Loulé — colocada a seu pedido na referida comarca.
Licenciada Libânia Marisa Conceição de Oliveira Felga, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Vila Pouca de Aguiar — colocada a seu pedido na comarca de Vila Real de Santo António.
Licenciada Elisabete Mendonça Simão, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Montalegre — colocada por conveniência de serviço na comarca de Estarreja.
Licenciada Maria Manuela Maurício Neto, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca do Funchal — colocada a seu pedido na comarca de Loulé.
Licenciado Jorge Manuel Varela Silva Malhado, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca do Funchal — colocado a seu pedido na comarca de Albufeira.
Licenciado Mário António Simões Lourenço de Neves Cunha, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Vila Franca do Campo — colocado a seu pedido na referida comarca.
Licenciada Sandra Oliveira Pontes, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Ponta Delgada — colocada a seu pedido na referida comarca.
Licenciada Luísa Maria Martinez de Azevedo, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Ponta do Sol — colocada a seu pedido na comarca de Lagos.
Licenciada Ana Paula Salgueiro Ferreira, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca do Funchal — colocada a seu pedido na comarca de Albufeira.
Licenciado Nuno Miguel de Gabriel Vicente, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Povoação — colocado a seu pedido na comarca de Albufeira.
Licenciado Joaquim Gil Saraiva, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Ponta Delgada — colocado por conveniência de serviço na comarca de Paredes.
Licenciado Paulo Manuel Ribeiro Rebelo, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Horta — colocado a seu pedido na comarca de Povoação.
Licenciada Maria Isabel Lopes Preto, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca do Funchal — colocada a seu pedido na comarca de Faro.
Licenciado José António Mendonça Leitão, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Ponta Delgada — colocado por conveniência de serviço na comarca de Lagos.
Licenciada Cristina Maria da Cruz dos Santos Ribeiro, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Loures — nomeada em regime de destacamento como auxiliar e colocada por conveniência de serviço na comarca de Loures.
Licenciado Pedro Miguel Faria da Silva, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Vila Nova de Gaia — nomeado em regime de destacamento como auxiliar e colocado por conveniência de serviço na comarca de Figueiró dos Vinhos.
Licenciado Plácido Mariano Conde de Sousa Rodrigues Fernandes, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Beja — nomeado em regime de destacamento como auxiliar e colocado por conveniência de serviço em Lisboa, área de jurisdição criminal.
Licenciado Paulo Miguel de Sousa Balsemão Campos, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Monção — nomeado em regime de destacamento como auxiliar e colocado por conveniência de serviço na comarca de Baião.
Licenciada Carla Susana Teixeira Figueiredo, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Oeiras — nomeada em regime de destacamento como auxiliar e colocada por conveniência de serviço na comarca de Mafra.
Licenciado José Pedro Xavier de Freitas Carvalho, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Angra do Heroísmo — nomeado em regime de destacamento como auxiliar e colocado por conveniência de serviço na comarca de Praia da Vitória.
Licenciada Mónica Teresa Maia Alexandre de Freitas Afonso Bracons, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Santarém — nomeada em regime de destacamento como auxiliar e colocada por conveniência de serviço na comarca de Alenquer.
Licenciada Ana Luísa Nunes Afonso, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Tondela — nomeada em regime de destacamento como auxiliar e colocada por conveniência de serviço na comarca de Tondela.
Licenciada Maria da Graça Henriques dos Santos Silva Peres, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Marinha Grande — nomeada em regime de destacamento como auxiliar e colocada por conveniência de serviço na comarca de Vieira do Minho.
Licenciada Ana Isabel da Cruz Branco Centeio, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Tomar — nomeada em regime de destacamento como auxiliar e colocada por conveniência de serviço na comarca de Loures.
Licenciada Inês Catalão Sena Henriques Bonina, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Vila Franca de Xira — nomeada em regime de destacamento como auxiliar e colocada por conveniência de serviço na comarca de Portimão.
Licenciada Ana Cláudia Perfeito de Oliveira Porto Alcoforado Alves, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Mafra — nomeada em regime de destacamento como auxiliar e colocada por conveniência de serviço na comarca de Nelas.
Licenciado Rui Miguel Morais Botelho Vieira, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Santa Maria da Feira — nomeado em regime de destacamento como auxiliar e colocado por conveniência de serviço no Porto, área de jurisdição criminal.
Licenciada Paula Cristina Lopes dos Santos, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca do Seixal — nomeada em regime de destacamento como auxiliar e colocada por conveniência de serviço na comarca de Portimão.
Licenciada Joana Paula da Costa Vasconcelos Machado de Sousa, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Vila Nova de Gaia — nomeada em regime de destacamento como auxiliar e colocada por conveniência de serviço na comarca de Barcelos.

Licenciada Ana Maria Fialho Marinho de Castro, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Silves — nomeada em regime de destacamento como auxiliar e colocada por conveniência de serviço na comarca de Loulé.

Licenciado Francisco Rui Moreira da Silva Varandas Fernandes, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Paços de Ferreira — nomeado em regime de destacamento como auxiliar e colocado por conveniência de serviço na comarca de Paços de Ferreira.

Licenciada Elsa Regina Castelo Ferreira, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Penafiel — nomeada em regime de destacamento como auxiliar e colocada por conveniência de serviço na comarca de Penafiel.

Licenciada Anabela Cardoso da Cruz Boavida Marques, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca do Barreiro — nomeada em regime de destacamento como auxiliar e colocada por conveniência de serviço na comarca de Vila Real de Santo António.

Licenciada Irene Espinheira de Oliveira, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Vale de Cambra — nomeada em regime de destacamento como auxiliar e colocada por conveniência de serviço no Porto, área de jurisdição cível.

Licenciada Maria da Conceição Amaral dos Santos, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Braga — nomeada em regime de destacamento como auxiliar e colocada por conveniência de serviço na comarca de Vila Nova de Famalicão.

Licenciado Paulo Jorge de Azevedo Brandão, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Lousada — nomeado em regime de destacamento como auxiliar e colocado por conveniência de serviço na comarca de Santo Tirso.

Licenciado Bruno Dias da Silva Espírito Santo, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Santa Comba Dão — nomeado em regime de destacamento como auxiliar e colocado por conveniência de serviço na comarca de Trancoso.

Licenciada Ana Margarida Campos de Sousa Dinis, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Mangualde — nomeada em regime de destacamento como auxiliar e colocada por conveniência de serviço na comarca de Gondomar.

Licenciada Maria Isabel Moreira Carvalho, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca do Seixal — nomeada em regime de destacamento como auxiliar e colocada por conveniência de serviço na comarca de Gondomar.

Licenciada Maria Margarida Amadinho da Paz, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Setúbal — nomeada em regime de destacamento como auxiliar e colocada por conveniência de serviço na comarca de Marco de Canaveses.

Licenciado Rui Manuel Rulo Preto Esteves, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Gondomar — nomeado em regime de destacamento como auxiliar e colocado por conveniência de serviço no Porto, área de jurisdição cível.

Licenciado Nuno Hélder Aires Farias, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Ponte de Lima — nomeado em regime de destacamento como auxiliar e colocado por conveniência de serviço na comarca de Montalegre.

Licenciada Carla Maria Alvim Gonçalves, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Barcelos — nomeada em regime de destacamento como auxiliar e colocada por conveniência de serviço na comarca de Viana do Castelo.

Licenciado Luís Miguel Nogueira Leite de Vasconcelos, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca da Maia — nomeado em regime de destacamento como auxiliar e colocado por conveniência de serviço no Porto, área e jurisdição criminal.

Licenciado Sérgio Manuel Valadas Silva Pena, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Estremoz — nomeado em regime de destacamento como auxiliar e colocado por conveniência de serviço no Porto, área de jurisdição criminal.

Licenciado António Carlos Fernandes de Carvalho, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Cinfães — nomeado em regime de destacamento como auxiliar e colocado por conveniência de serviço na comarca de Lousada.

Licenciado Eduardo Manuel Vicente de Sá Couto, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Porto de Mós — nomeado em regime de destacamento como auxiliar e colocado por conveniência de serviço na comarca de Vila Nova de Famalicão.

Licenciado Abel José da Fonseca Henriques de Matos Rosa, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Santarém — nomeado em regime de destacamento como auxiliar e colocado por conveniência de serviço na comarca de Vila Pouca de Aguiar.

Licenciada Raquel dos Santos Carneiro Gonçalves, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Vieira do Minho — nomeada em regime de destacamento como auxiliar e colocada por conveniência de serviço na comarca de Felgueiras.

Licenciada Maria Filomena de Azevedo Correia Rosado, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Tavira — nomeada em regime de destacamento como auxiliar e colocada por conveniência de serviço na comarca de Funchal.

Licenciada Alexandra do Rosário da Silva Alves, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca da Figueira da Foz — nomeada em regime de destacamento como auxiliar e colocada por conveniência de serviço na comarca de Vila Nova de Famalicão.

Licenciado Fernando Carlos Tomaz da Mota Freitas, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Vila Nova de Famalicão — nomeado em regime de destacamento como auxiliar e colocado por conveniência de serviço na comarca do Funchal.

Licenciada Maria Filomena Mangualde da Saúde Lourenço, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Portalegre — nomeada em regime de destacamento como auxiliar e colocada por conveniência de serviço na comarca de Vila Nova de Famalicão.

Licenciada Anabela da Silva Fonseca, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Castro Daire — nomeada em regime de destacamento como auxiliar e colocada por conveniência de serviço na comarca de Vila Nova de Famalicão.

Licenciado Artur Matias Pires, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Odemira — nomeado em regime de destacamento como auxiliar e colocado por conveniência de serviço na comarca de Valença.

Licenciada Anabela Sofia de Oliveira Matos Furtado, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Setúbal — nomeada em regime de destacamento como auxiliar e colocada por conveniência de serviço na comarca de Marco de Canaveses.

Licenciada Ana Paula dos Santos Araújo Rodriguez, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Cabeceiras de Basto — nomeada em regime de destacamento como auxiliar e colocada por conveniência de serviço na comarca do Funchal.

Licenciada Alexandra Sofia Miranda Leite da Silva Ferreira, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Chaves — nomeada em regime de destacamento como auxiliar e colocada por conveniência de serviço na comarca de Chaves.

Licenciado Eduardo Manuel Soeiro Cardoso, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Trancoso — nomeado em regime de destacamento como auxiliar e colocado por conveniência de serviço na comarca de Bragança.

Licenciada Manuela Maria Ribeiro Lima, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Albufeira — nomeada em regime de destacamento como auxiliar e colocada por conveniência de serviço na comarca do Funchal.

Licenciado Nuno Miguel Ventura Berardo Gonçalves, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Loulé — nomeado em regime de destacamento como auxiliar e colocado por conveniência de serviço na comarca do Funchal.

Licenciado Manuel António Nunes Ferrão, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Loulé — nomeado em regime de destacamento como auxiliar e colocado por conveniência de serviço na comarca do Funchal.

Licenciada Maria de Fátima Antunes Preto Mateus Ramos, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Tábua — nomeada em regime de destacamento como auxiliar e colocada por conveniência de serviço na comarca de Angra do Heroísmo.

Licenciado José Carlos Borges Carreira, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Albufeira — nomeado em regime de destacamento como auxiliar e colocado por conveniência de serviço na comarca de Ponta do Sol.

Licenciado João Rodrigues Cravo, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca do Funchal — nomeado em regime de destacamento como auxiliar e colocado por conveniência de serviço na comarca do Funchal.

Licenciado António Manuel da Rocha Soares, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca do Funchal — nomeado em regime de destacamento como auxiliar e colocado por conveniência de serviço na comarca de Ponta do Sol.

Licenciada Gracinda de Jesus Monteiro da Saúde, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca do Funchal — nomeada em regime de destacamento como auxiliar e colocada por conveniência de serviço na comarca de Santa Cruz.

Licenciada Maria da Graça Alves Lopes de Andrade Moreira, procuradora-adjunta, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Angra do Heroísmo — nomeada em regime de destacamento como auxiliar e colocada por conveniência de serviço na comarca de Ribeira Grande.
Licenciado José Carlos Serrão Teixeira, procurador-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na comarca de Ponta do Sol — nomeado em regime de destacamento como auxiliar e colocado por conveniência de serviço na comarca de Santa Cruz.

(Prazo para aceitação da nomeação: 5 dias para os magistrados deslocados no continente e 10 dias para os deslocados dentro das Regiões Autónomas ou entre o continente e as Regiões Autónomas.)

(Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Agosto de 2000. — Pelo Secretário, *(Assinatura ilegível.)*

Despacho n.º 18 680/2000 (2.ª série). — Por despacho de 26 de Julho de 2000 do conselheiro procurador-geral da República (no uso da sua competência que lhe foi delegada pelo Conselho Superior do Ministério Público):

Nomeados procuradores-adjuntos, em regime de estágio, para as comarcas que lhe vão indicadas, os seguintes auditores de justiça:

Licenciado Rui Manuel de Jesus Batista — Caldas da Rainha.
Licenciada Ana Catarina Mota Fernandes — Figueira da Foz.
Licenciada Natacha Cristina de Meneses Borges de Pinho — Braga.
Licenciado Manuel Filipe Leal — Cascais.
Licenciado Paulo Jorge Souto Mendes de Castro — Matosinhos.
Licenciada Carla Ferreira de Oliveira — Esposende.
Licenciado Luís Miguel Rabaçal de Carvalho — Santa Maria da Feira.
Licenciado Miguel Ângelo Gomes Eugénio Carmo — Almada.
Licenciada Sandra Maria Calisto Soares — Barcelos.
Licenciada Aida Maria Queirós Aranha Malheiro de Macedo — Espinho.
Licenciado José António Lopes Ranito — Cascais.
Licenciado Carlos Filipe Lima Preces Ferreira — Figueira da Foz.
Licenciada Ana Margarida Ferreira dos Santos — Cascais.
Licenciada Susana Maria Melim Saavedra — Santa Maria da Feira.
Licenciada Dulce Maria Pereira Costa Marta — Barreiro.
Licenciado Vítor Ângelo Correia da Silva — Aveiro.
Licenciado Rui Pedro Correia Ramos Marques — Cascais.
Licenciada Katya Melanie da Cruz do Nascimento Lopes Fernandes — Setúbal.
Licenciada Ana Helena Pires Costa de Bastos Monteiro — Paredes.
Licenciado Luís Filipe Cabral Almiro Pinto Ferreira — Viseu.
Licenciada Maria João de Abreu Clemente Duarte dos Santos Ferreira — Sintra.
Licenciada Sílvia de Brito Barrote Paiva — Beja.
Licenciado José Carlos de Jesus Ferreira Fernandes — Loures.
Licenciada Isabel Maria de Carvalho Pinto Barreira Santos — Ílhavo.
Licenciado Dino Rui dos Santos Almeida — Bragança.
Licenciada Cláudia Marina Lourenço Henriques dos Santos — Loures.
Licenciado Carlos Rodrigo Pereira Fraga Figueiredo — Alcobaça.
Licenciada Susana Maria de Bourbon Faria Bravo — Maia.
Licenciada Raquel Maria Santos Carvalho — Santo Tirso.
Licenciada Patrícia Alexandra Ferreira Barão — Torres Vedras.
Licenciada Ana Isabel Guerra Soares — Almada.
Licenciado José Luís Gonzalez Vaz Bernardo — Montijo.
Licenciado Adão Paulo Marinho da Conceição Carvalho — Viana do Castelo.
Licenciado Rui Miguel Fernandes de Sousa Moreira — Ponta Delgada.
Licenciada Liliana Paula Feiticeiro Pereira — Mafra.
Licenciada Maria de Lurdes de Sousa Teixeira — Santo Tirso.
Licenciada Maria Manuel Cachim Saraiva Rocha — Vila Franca de Xira.
Licenciada Maria Paula de Matos Monteiro — Vila do Conde.
Licenciada Maria Goretti Barros Oliveira Martins Siva Dias — Albergaria-a-Velha.
Licenciada Ana Cristina Nunes Catalão — Entroncamento.
Licenciada Tahmara Amina Thurn-Valsassina dos Santos Dias — Braga.
Licenciada Lurdes Maria Queirós da Fonseca — Guimarães.
Licenciada Rita Alexandra Ramos Madeira dos Santos — Seixal.
Licenciado João Manuel de Vasconcelos Machado Teixeira Alves — Fafe.
Licenciado Tiago Nuno do Carmo Fernandes da Rocha Reis — Ponte da Barca.
Licenciada Maria Madalena Pereira Azevedo — Vila Verde.
Licenciado José Carlos Barreiros Freire — Setúbal.
Licenciada Sónia Maria Pinhão Raposo Pinela — Alcobaça.
Licenciado António Manuel Ferreira Ventinhas — Santiago do Cacém.
Licenciado José Joaquim Monteiro Ramos — Caldas da Rainha.
Licenciada Edite Paula de Almeida Pinho — Vagos.
Licenciado António Miguel Fernandes Madureira — Amarante.
Licenciada Sandra Paula Nunes Boavida Anselmo — Sesimbra.
Licenciada Ana Sofia Ramos Salgado Gomes Pita — Évora.
Licenciada Maria José Gomez de Agrela Cabral de Soveral — Portalegre.
Licenciada Isaura Maria Martins Ricardo — Ourém.
Licenciada Maria Manuela Manso Perestrelo Cisneiros Ferreira — Leiria.
Licenciada Maria Rosa Costa Moreira — Amarante.
Licenciada Maria de Fátima Santos Maduro — Anadia.
Licenciado Paulo Jorge Martins Ribeiro — Tomar.
Licenciado Alfredo Machado Chaves — Covilhã.
Licenciada Leonor de Fátima Cunha Alvim — Cantanhede.
Licenciada Maria Silvina Cardoso Marcelino — Olhão.
Licenciada Fátima Maria Fernandes Henriques de Quintal Barbosa — Leiria.

Prazo para aceitação da nomeação: cinco dias.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Agosto de 2000. — Pelo Secretário, *(Assinatura ilegível.)*

PROVEDORIA DE JUSTIÇA

Despacho n.º 18 681/2000 (2.ª série). — Nos termos do disposto no artigo 10.º, n.ºs 2 e 3, da Lei n.º 9/91, de 9 de Abril, e no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio adjunto do meu gabinete o licenciado João Bernardo Bonança de Mattamouros Resende.

1 de Setembro de 2000. — O Provedor de Justiça, *H. Nascimento Rodrigues.*

UNIVERSIDADE ABERTA

Reitoria

Despacho (extracto) n.º 18 682/2000 (2.ª série). — Por despacho da reitora da Universidade Aberta de 28 de Agosto do corrente ano:

Mestra Isabel Maria de Seabra Rasoilo, professora efectiva do 7.º grupo da Escola Secundária de Sebastião e Silva, na situação de requisição nesta Universidade — concedida equiparação a bolseiro fora do País no período de 28 de Setembro a 3 de Outubro do corrente ano.
Mestra Maria São José Glória Franco de Caldeira, professora de nomeação definitiva do 4.º grupo da Escola Básica 2, 3 da Galiza, requisitada nesta Universidade — concedida equiparação a bolseiro fora do País no período de 28 de Setembro a 3 de Outubro do corrente ano.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Agosto de 2000. — A Reitora, *Maria José Ferro Tavares.*

Serviços Administrativos

Despacho (extracto) n.º 18 683/2000 (2.ª série). — Por despacho reitoral de 1 de Setembro de 2000:

Doutor Alexandre Gomes Cerveira, professor catedrático do quadro de pessoal docente da Universidade Aberta — reeleito presidente do conselho científico da mesma Universidade, em sessão de 14 de Julho de 2000, para o mandato que se inicia em 1 de Setembro de 2000.
Doutora Cristina Maria Carapeto Pereira, professora auxiliar de nomeação definitiva da Universidade Aberta — reeleita vice-presidente do conselho científico da mesma Universidade, em sessão de 14 de Julho de 2000, para o mandato que se inicia em 1 de Setembro de 2000.

4 de Setembro de 2000. — O Administrador, *Manuel de Sousa Torres.*

Despacho (extracto) n.º 18 684/2000 (2.ª série). — Por despacho reitoral de 1 de Setembro de 2000:

Mestre Maria Alexandra Saramago Castelo Branco Trindade Gago da Câmara, assistente com contrato administrativo de provimento, a exercer funções nesta Universidade — prorrogado o respectivo contrato até final do ano escolar (14 de Outubro de 2000). (Isento de visto do Tribunal de Contas, atento o disposto no artigo 46.º, n.º 1, conjugado com o artigo 114.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

4 de Setembro de 2000. — O Administrador, *Manuel de Sousa Torres.*

Despacho (extracto) n.º 18 685/2000 (2.ª série). — Por despacho reitoral de 1 de Setembro de 2000:

Mestre José das Candeias Montes Sales, assistente com contrato administrativo de provimento, além do quadro da Universidade Aberta, por um período de seis anos — autorizada a prorrogação do referido contrato, por um biénio, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 1 de Setembro do ano em curso. (Isento de visto do Tribunal de Contas, atento o disposto no artigo 46.º, n.º 1, conjugado com o artigo 114.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

4 de Setembro de 2000. — O Administrador, *Manuel de Sousa Torres.*

UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Reitoria

Despacho n.º 18 686/2000 (2.ª série). — Por meu despacho de 11 de Agosto de 2000:

Maria Angelina Carreiro Barbosa — nomeada definitivamente para a categoria de técnica principal do quadro de pessoal dos Serviços de Acção Social da Universidade dos Açores, ficando exonerada do lugar de técnica de 1.ª classe a partir da data da aceitação da presente nomeação. (Não é objecto de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Agosto de 2000. — O Reitor, *Vasco Garcia.*

Despacho n.º 18 687/2000 (2.ª série). — Por meu despacho de 18 de Agosto de 2000:

Maria Lélia Florêncio Ribeiro, Laura Maria Soares Borges, Maria Luísa Castro Costa Barbosa e Maria de Fátima Martins Gonçalves de Azevedo — nomeadas definitivamente para a categoria de assistente administrativo especialista do quadro de pessoal dos Serviços de Acção Social da Universidade dos Açores, ficando exoneradas dos lugares de assistente administrativo principal a partir da data da aceitação da presente nomeação. (Não é objecto de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Agosto de 2000. — O Reitor, *Vasco Garcia.*

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Contrato (extracto) n.º 1681/2000. — Por despacho de 10 de Agosto de 2000 do reitor da Universidade do Algarve:

Mestre António Manuel da Conceição Guerreiro — autorizada a renovação do contrato como equiparado a professor-adjunto da Escola Superior de Educação da Universidade do Algarve, pelo período de dois anos, com início em 1 de Agosto de 2000.

28 de Agosto de 2000. — A Administradora, *Maria Cândida Soares Barroso.*

Contrato (extracto) n.º 1682/2000. — Por despacho de 10 de Agosto de 2000 do reitor da Universidade do Algarve:

Licenciado Jacinto José dos Santos Gaudêncio — autorizada a renovação da prorrogação do contrato como assistente do 2.º triénio, em regime de exclusividade, da Escola Superior de Educação da Universidade do Algarve, pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2000.

29 de Agosto de 2000. — A Administradora, *Maria Cândida Soares Barroso.*

UNIVERSIDADE DE AVEIRO

Despacho (extracto) n.º 18 688/2000 (2.ª série). — Por despachos de 29 de Maio e de 21 e 30 de Agosto de 2000 do vice-reitor da Universidade de Aveiro, no uso de delegação de competências (despacho n.º 10 492/98, in *Diário da República,* 2.ª série, n.º 142, de 23 de Junho de 1998), da directora regional-adjunta de Educação do Centro e da directora regional-adjunta de Educação do Norte, respectivamente:

Mestre Rosa Elsa Oliveira Marques — contratada como assistente convidada em regime de requisição, por urgente conveniência de serviço, a partir de 1 de Setembro de 2000 e pelo período de um ano. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

1 de Setembro de 2000. — O Administrador, *Jorge Baptista Lopes.*

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Reitoria

Despacho n.º 18 689/2000 (2.ª série). — *Serviços Académicos.* — Sob proposta da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra, foi, pela deliberação do senado n.º 19/2000, de 31 de Maio, aprovado o seguinte:

Artigo 1.º

Criação

A Universidade de Coimbra, através da Faculdade de Farmácia, confere diploma de pós-graduação em Análises Clínicas.

Artigo 2.º

Organização do curso

O curso de pós-graduação acima referido organiza-se pelo sistema de unidades de crédito (UC). É constituído por um curso teórico, num total de 41 UC, que pode ser complementado com um estágio laboratorial, num total de 36 UC.

Artigo 3.º

Área científica

A área científica do curso integra-se no âmbito das Análises Químico-Biológicas.

Artigo 4.º

Área de especialização

A área de especialização é a de Análises Clínicas.

Artigo 5.º

Estrutura curricular

1 — O curso teórico inclui 16 módulos, distribuídos por três semestres, segundo o anexo I.

2 — De acordo com o interesse dos candidatos, o curso teórico pode ser complementado por um estágio laboratorial, repartido por quatro semestres, segundo o anexo II.

Artigo 6.º

Habilitação de acesso

1 — Serão admitidos à candidatura à matrícula no curso os titulares da licenciatura em Farmácia e em Ciências Farmacêuticas ou em áreas afins. Cabe ao conselho científico fixar quais as áreas afins.

2 — O conselho científico poderá admitir à candidatura à matrícula os titulares de outras licenciaturas cujo currículo profissional demonstre ser adequado.

Artigo 7.º

Matrícula, inscrição e limitações quantitativas

1 — A matrícula e a inscrição no curso estão sujeitas a limitações quantitativas a fixar anualmente por despacho do reitor da Universidade de Coimbra, sob proposta do conselho científico da Faculdade de Farmácia.

2 — O despacho referido no n.º 1 estabelecerá ainda as condições de preenchimento do *numerus clausus* e qual o número de inscrições indispensável ao funcionamento do curso.

Artigo 8.º

Critérios de selecção

1 — Os candidatos à matrícula no curso serão seleccionados pelo conselho científico da Faculdade de Farmácia, tendo em consideração os seguintes critérios:

a) Currículo académico e científico;
b) Classificação da licenciatura;
c) Experiência profissional;
d) Entrevista, quando se entender necessária.

2 — Da decisão de selecção não cabe recurso, salvo se arguida de vício de forma.

Artigo 9.º

Prazo e calendário lectivo

Os prazos de candidatura e inscrição, bem como o calendário lectivo, serão fixados pelo reitor da Universidade de Coimbra através do despacho a que se refere o artigo 7.º

Artigo 10.º

Regime geral

As regras de matrícula e inscrição para as unidades curriculares que integram o curso, bem como o regime de faltas, serão as previstas na lei para os cursos de licenciatura naquilo que não contrariem o disposto no presente despacho e a natureza do curso.

Artigo 11.º

Regime de avaliação

1 — A avaliação de cada disciplina e do estágio será realizada por exame final.
2 — A classificação de cada disciplina e das áreas do estágio é expressa na escala de 0 a 20.

Artigo 12.º

Diploma do curso teórico

Aos alunos aprovados na totalidade das disciplinas que integram o plano de estudos do curso (anexo I) será passado um diploma onde constará a classificação final obtida pela média aritmética ponderada das referidas disciplinas.

Artigo 13.º

Estágio laboratorial

1 — O estágio laboratorial será realizado no Laboratório de Análises Clínicas da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra, com o apoio, sempre que se justifique, de outras unidades laboratoriais com quem a Faculdade de Farmácia venha a estabelecer protocolos de colaboração.
2 — As regras de funcionamento do estágio laboratorial são as mesmas que se indicam para o curso teórico.

Artigo 14.º

Diploma do estágio laboratorial

O diploma do estágio laboratorial é obtido mediante a aprovação no conjunto das áreas de conhecimento (anexo II), onde constará a classificação final obtida pela média aritmética ponderada das referidas áreas.

22 de Agosto de 2000. — O Reitor, *Fernando Rebelo.*

ANEXO I

Estrutura curricular do curso teórico

1.º ano:

1.º semestre (16,5 UC):

	UC
Gestão e Controlo de Qualidade	2,5
Fisiopatologia	2,5
Imunologia Geral	2,5
Bioquímica Clínica I	3,5
Hematologia I	3
Bacteriologia I	2,5

2.º semestre (14 UC):

Biologia Molecular	2,5
Imunologia Complementar	2,5
Bioquímica Clínica II	3,5
Hematologia II	3
Bacteriologia II	2,5

2.º ano:

1.º semestre (10,5 UC):

Genética Humana	2,5
Parasitologia Clínica	2
Micologia Clínica	2
Virologia Clínica	2
Interpretação de Dados Laboratorias	2

ANEXO II

Estrutura curricular do estágio laboratorial

	UC
Bioquímica	9
Microbiologia e Parasitologia	9
Hematologia	9
Endocrinologia	3
Imunologia	3
Genética Humana	3

Despacho n.º 18 690/2000 (2.ª série). — *Serviços Académicos.* — Sob proposta da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra e pela deliberação do senado n.º 25/2000, de 31 de Maio, o curso pós-graduado em Ciências Neurológicas, criado pelo despacho n.º 4022/99, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 47, de 25 de Fevereiro de 1999, sofre as seguintes alterações:
Os artigos 3.º e 4.º passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 3.º

Habilitações de acesso

São admitidos à candidatura e à matrícula no curso pós-graduado em Ciências Neurológicas:

a) Os titulares do grau de licenciatura em Medicina que fazem a sua preparação profissional em neurologia, neurocirurgia e psiquiatria;
b) Os licenciados em Medicina de qualquer área que mostrem interesse e se comprometam a satisfazer as exigências do curso;
c) Os licenciados em áreas não médicas com componentes nas áreas do curso (exemplo: Medicina Veterinária, Psicologia, Biologia, Farmácia e Bioquímica).

Artigo 4.º

Condições de matrícula e inscrições no curso

1 — Anualmente, o reitor, sob proposta do conselho científico, procederá à abertura de um período de candidatura para o curso, constando do anúncio a informação prevista no número seguinte.
2 — O anúncio de candidatura incluirá:

a) As condições de matrícula e inscrição no curso;
b) Afixação do número de vagas;
c) As licenciaturas que constituem habilitação de acesso;
d) Os prazos em que decorrem as candidaturas;
e) Os critérios de selecção dos candidatos, a aplicar por comissão nomeada para tal efeito pelo conselho científico da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, são: informação final da licenciatura, habilitações específicas relevantes para as áreas científicas do curso e currículo técnico e científico. Se houver necessidade, os candidatos serão sujeitos a entrevista.»

28 de Agosto de 2000. — O Reitor, *Fernando Rebelo.*

Faculdade de Ciências e Tecnologia

Despacho (extracto) n.º 18 691/2000 (2.ª série). — Por despacho de 17 de Agosto de 2000 do reitor da Universidade de Coimbra:

Doutor Luís Guilherme de Picado Santos, professor auxiliar de nomeação provisória da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra — nomeado definitivamente professor auxiliar da mesma Faculdade, com efeitos a 22 de Abril de 2000. (Não carece de verificação prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Agosto de 2000. — O Director de Administração, *Júlio Alexandre do Carvalhal de Sousa Teles.*

Relatório final relativo à nomeação definitiva do Doutor Luís Guilherme de Picado Santos, professor auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra.

Considerando a actividade pedagógica e científica desenvolvida no quinquénio de 1995-2000, descrita no relatório apresentado pelo Doutor Luís Guilherme de Picado Santos, professor auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, e tendo ponderado os pareceres circunstanciados e fundamentados acerca do relatório elaborados e subscritos pelos Doutores Lusitano Moreira Martins dos Santos e Paulo António Alves Pereira, ambos professores associados, o primeiro da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra e o segundo da Universidade do Minho, os professores catedráticos e associados da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra em exercício efectivo de funções, reunidos em 28 de Junho de 2000, deliberaram, por maioria, a favor da nomeação definitiva do Doutor Luís Guilherme de Picado Santos.

29 de Junho de 2000. — O Presidente do Conselho Científico, *Martim Ramiro Portugal e Vasconcelos Ferreira.*

Despacho (extracto) n.º 18 692/2000 (2.ª série). — Por despacho de 17 de Agosto de 2000 do reitor da Universidade de Coimbra:

Doutor José Lopes Pinto da Cunha, professor auxiliar de nomeação provisória da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra — nomeado definitivamente professor auxiliar da mesma Faculdade, com efeitos a 10 de Fevereiro de 2000. (Não carece de verificação prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Agosto de 2000. — O Director de Administração, *Júlio Alexandre do Carvalhal de Sousa Teles.*

Relatório final relativo à nomeação definitiva do Doutor José Lopes Pinto da Cunha, professor auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Considerando a actividade pedagógica e científica desenvolvida no quinquénio de 1995-2000, descrita no relatório apresentado pelo Doutor José Lopes Pinto da Cunha, professor auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, e tendo ponderado os pareceres circunstanciados e fundamentados acerca do relatório elaborados e subscritos pelos Doutores Armando José Ponce de Leão Policarpo e Maria Salete da Silva Carvalho Pinheiro Leite, ambos professores catedráticos da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, os professores catedráticos e associados da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, em exercício efectivo de funções, reunidos em 28 de Junho de 2000, deliberaram, por maioria, a favor da nomeação definitiva do Doutor José Lopes Pinto da Cunha.

29 de Junho de 2000. — O Presidente do Conselho Científico, *Martim Ramiro Portugal e Vasconcelos Ferreira.*

Despacho (extracto) n.º 18 693/2000 (2.ª série). — Por despacho de 17 de Agosto de 2000 do reitor da Universidade de Coimbra:

Doutor Jorge Manuel Miranda Dias, professor auxiliar de nomeação provisória da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra — nomeado definitivamente professor auxiliar da mesma Faculdade, com efeitos a 26 de Novembro de 1999. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Agosto de 2000. — O Director de Administração, *Júlio Alexandre do Carvalhal de Sousa Teles.*

Relatório final relativo à nomeação definitiva do Doutor Jorge Manuel Miranda Dias, professor auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Considerando a actividade pedagógica e científica desenvolvida no quinquénio de 1994-1999, descrita no relatório apresentado pelo Doutor Jorge Manuel Miranda Dias, professor auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, e tendo ponderado os pareceres circunstanciados e fundamentados acerca do relatório elaborados e subscritos pelos Doutores Carlos Artur Sá Furtado e Aníbal Traça de Almeida, ambos professores catedráticos da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, os professores catedráticos e associados da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra em exercício efectivo de funções, reunidos em 28 de Junho de 2000, deliberaram, por maioria, a favor da nomeação definitiva do Doutor Jorge Manuel Miranda Dias.

29 de Junho de 2000. — O Presidente do Conselho Científico, *Martim Ramiro Portugal e Vasconcelos Ferreira.*

Despacho (extracto) n.º 18 694/2000 (2.ª série). — Por despacho de 17 de Agosto de 2000 do reitor da Universidade de Coimbra:

Doutor António João Marques Cardoso, professor auxiliar de nomeação provisória da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra — nomeado definitivamente professor auxiliar da mesma Faculdade, com efeitos a 1 de Junho de 2000. (Não carece de verificação prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Agosto de 2000. — O Director de Administração, *Júlio Alexandre do Carvalhal de Sousa Teles.*

Relatório final relativo à nomeação definitiva do Doutor António João Marques Cardoso, professor auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Considerando a actividade pedagógica e científica desenvolvida no quinquénio de 1995-2000, descrita no relatório apresentado pelo Doutor António João Marques Cardoso, professor auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, e tendo ponderado os pareceres circunstanciados e fundamentados acerca do relatório elaborados e subscritos pelos Doutores Carlos Artur de Sá Furtado e Eduardo de Sousa Saraiva, ambos professores catedráticos da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, os professores catedráticos e associados da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra em exercício efectivo de funções, reunidos em 28 de Junho de 2000, deliberaram, por maioria, a favor da nomeação definitiva do Doutor António João Marques Cardoso.

29 de Junho de 2000. — O Presidente do Conselho Científico, *Martim Ramiro Portugal e Vasconcelos Ferreira.*

Despacho (extracto) n.º 18 695/2000 (2.ª série). — Por despacho de 17 de Agosto de 2000 do reitor da Universidade de Coimbra:

Doutor Jorge Manuel Pataca Leal Canhoto, professor auxiliar de nomeação provisória da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra — nomeado definitivamente professor auxiliar da mesma Faculdade, com efeitos a 8 de Fevereiro de 2000. (Não carece de verificação prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Agosto de 2000. — O Director de Administração, *Júlio Alexandre do Carvalhal de Sousa Teles.*

Relatório final relativo à nomeação definitiva do Doutor Jorge Manuel Pataca Leal Canhoto, professor auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Considerando a actividade pedagógica e científica desenvolvida no quinquénio de 1995-2000, descrita no relatório apresentado pelo Doutor Jorge Manuel Pataca Leal Canhoto, professor auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, e tendo ponderado os pareceres circunstanciados e fundamentados acerca do relatório elaborados e subscritos pelos Doutores José Firmino Moreira Mesquita e Maria Salomé Soares Pais Telles Antunes, ambos professores catedráticos, o primeiro da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra e a segunda da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, os professores catedráticos e associados da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra em exercício efectivo de funções, reunidos em 28 de Junho de 2000, deliberaram, por maioria, a favor da nomeação definitiva do Doutor Jorge Manuel Pataca Leal Canhoto.

29 de Junho de 2000. — O Presidente do Conselho Científico, *Martim Ramiro Portugal e Vasconcelos Ferreira.*

Despacho (extracto) n.º 18 696/2000 (2.ª série). — Por despacho de 17 de Agosto de 2000 do reitor da Universidade de Coimbra:

Doutor José Augusto Mendes Ferreira, professor auxiliar de nomeação provisória da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra — nomeado definitivamente professor auxiliar da mesma Faculdade, com efeitos a 8 de Março de 2000. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Agosto de 2000. — O Director de Administração, *Júlio Alexandre do Carvalhal de Sousa Teles.*

Relatório final relativo à nomeação definitiva do Doutor José Augusto Mendes Ferreira, professor auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Considerando a actividade pedagógica e científica desenvolvida no quinquénio de 1995-2000, descrita no relatório apresentado pelo Doutor José Augusto Mendes Ferreira, professor auxiliar da Faculdade

de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, e tendo ponderado os pareceres circunstanciados e fundamentados acerca do relatório elaborados e subscritos pelos Doutores Luís Manuel Trabucho de Campos e Maria Paula Martins Serra de Oliveira, ambos professores catedráticos, o primeiro da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e a segunda da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, os professores catedráticos e associados da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra em exercício efectivo de funções, reunidos em 28 de Junho de 2000, deliberaram, por maioria, a favor da nomeação definitiva do Doutor José Augusto Mendes Ferreira.

29 de Junho de 2000. — O Presidente do Conselho Científico, *Martim Ramiro Portugal e Vasconcelos Ferreira.*

Despacho (extracto) n.º 18 697/2000 (2.ª série). — Por despacho de 17 de Agosto de 2000 do reitor da Universidade de Coimbra:

Doutor Nélson Edgar Viegas Rodrigues, professor auxiliar de nomeação provisória da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra — nomeado definitivamente professor auxiliar da mesma Faculdade, com efeitos a 16 de Março de 2000. (Não carece de verificação prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Agosto de 2000. — O Director de Administração, *Júlio Alexandre do Carvalhal de Sousa Teles.*

Relatório final relativo à nomeação definitiva do Doutor Nélson Edgar Viegas Rodrigues, professor auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Considerando a actividade pedagógica e científica desenvolvida no quinquénio de 1995-2000, descrita no relatório apresentado pelo Doutor Nélson Edgar Viegas Rodrigues, professor auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, e tendo ponderado os pareceres circunstanciados e fundamentados acerca do relatório elaborados e subscritos pelos Doutores José António Simões Cortez e Luís Aires de Barros, ambos professores catedráticos, o primeiro da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra e o segundo do Instituto Superior Técnico, os professores catedráticos e associados da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra em exercício efectivo de funções, reunidos em 28 de Junho de 2000, deliberaram, por maioria, a favor da nomeação definitiva do Doutor Nélson Edgar Viegas Rodrigues.

29 de Junho de 2000. — O Presidente do Conselho Científico, *Martim Ramiro Portugal e Vasconcelos Ferreira.*

Despacho (extracto) n.º 18 698/2000 (2.ª série). — Por despacho de 17 de Agosto de 2000 do reitor da Universidade de Coimbra:

Doutor Bruno Miguel Quelhas Sacadura Cabral Trindade, professor auxiliar de nomeação provisória da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra — nomeado definitivamente professor auxiliar da mesma Faculdade, com efeitos a 13 de Janeiro de 2000. (Não carece de verificação prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Agosto de 2000. — O Director de Administração, *Júlio Alexandre do Carvalhal de Sousa Teles.*

Relatório final relativo à nomeação definitiva do Doutor Bruno Miguel Quelhas Sacadura Cabral Trindade, professor auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Considerando a actividade pedagógica e científica desenvolvida no quinquénio de 1995-2000, descrita no relatório apresentado pelo Doutor Bruno Miguel Quelhas Sacadura Cabral Trindade, professor auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, e tendo ponderado os pareceres circunstanciados e fundamentados acerca do relatório elaborados e subscritos pelas Doutoras Maria Margarida Ramalho Ribeiro da Costa, professora catedrática, e Maria Teresa Freire Vieira, professora associada com agregação, ambas da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, os professores catedráticos e associados da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Faculdade de Coimbra em exercício efectivo de funções, reunidos em 28 de Junho de 2000, deliberaram, por maioria, a favor da nomeação definitiva do Doutor Bruno Miguel Quelhas Sacadura Cabral Trindade.

29 de Junho de 2000. — O Presidente do Conselho Científico, *Martim Ramiro Portugal e Vasconcelos Ferreira.*

Despacho (extracto) n.º 18 699/2000 (2.ª série). — Por despacho de 4 de Agosto de 2000 do reitor da Universidade de Coimbra:

Licenciados Ana Isabel Rodrigues da Silva Rosendo, Ana Paula Costa Mouro, Cândida Maria Rainho de Oliveira Pereira, Catarina Isabel da Silva Ralha, João José Ferreira Delgado, José Manuel Soares Pinto, Maria Aline Ramos de Deus, Maria Francisca Ribeiro Pessoa de Matos Cabo, Maria Madalena Mota Horta e Vale Otero dos Santos, Maria Manuel Couto Mendes Ramos Diniz Vieira e Paula Cristina Pinto Mendes — requisitados para exercerem funções docentes como assistentes convidados da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, por um ano escolar, com início em 1 de Setembro de 2000. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Agosto de 2000. — O Director de Administração, *Júlio Alexandre do Carvalhal de Sousa Teles.*

Despacho (extracto) n.º 18 700/2000 (2.ª série). — Por despacho de 17 de Agosto de 2000 do reitor da Universidade de Coimbra:

Doutor José Simão Antunes do Carmo, professor auxiliar de nomeação provisória da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra — nomeado definitivamente professor auxiliar da mesma Faculdade, com efeitos a 14 de Abril de 2000. (Não carece de verificação prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Agosto de 2000. — O Director de Administração, *Júlio Alexandre do Carvalhal de Sousa Teles.*

Relatório final relativo à nomeação definitiva do Doutor José Simão Antunes do Carmo, professor auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Considerando a actividade pedagógica e científica desenvolvida no quinquénio de 1995-2000, descrita no relatório apresentado pelo Doutor José Simão Antunes do Carmo, professor auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, e tendo ponderado os pareceres circunstanciados e fundamentados acerca do relatório elaborados e subscritos pelos Doutores Fernando Jorge Rama Seabra Santos e Fernando Veloso Gomes, ambos professores catedráticos, o primeiro da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra e o segundo da Faculdade de Engenharia, da Universidade do Porto, os professores catedráticos e associados da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, em exercício efectivo de funções, reunidos em 28 de Junho de 2000, deliberaram, por maioria, a favor da nomeação definitiva do Doutor José Simão Antunes do Carmo.

29 de Junho de 2000. — O Presidente do Conselho Científico, *Martim Ramiro Portugal e Vasconcelos Ferreira.*

Despacho (extracto) n.º 18 701/2000 (2.ª série). — Por despacho de 17 de Agosto de 2000 do reitor da Universidade de Coimbra:

Doutor João Luís Mendes Pedroso de Lima, professor auxiliar de nomeação provisória da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra — nomeado definitivamente professor auxiliar da mesma Faculdade, com efeitos a 9 de Março de 2000. (Não carece de verificação prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Agosto de 2000. — O Director de Administração, *Júlio Alexandre do Carvalhal de Sousa Teles.*

Relatório final relativo à nomeação definitiva do Doutor João Luís Mendes Pedroso de Lima, professor associado da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Considerando a actividade pedagógica e científica desenvolvida no quinquénio de 1995-2000, descrita no relatório apresentado pelo Doutor João Luís Mendes Pedroso de Lima, professor associado da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, e tendo ponderado os pareceres circunstanciados e fundamentados acerca do relatório elaborados e subscritos pelos Doutores António Francisco Carvalho Quintela, professor catedrático do Instituto Superior Técnico, e Fernando Jorge Rama Seabra Santos, professor catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, os professores catedráticos e associados da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra em exercício efectivo de funções, reunidos em 28 de Junho de 2000, deliberaram, por maioria, a favor da nomeação definitiva do Doutor João Luís Mendes Pedroso de Lima.

29 de Junho de 2000. — O Presidente do Conselho Científico, *Martim Ramiro Portugal e Vasconcelos Ferreira.*

Despacho (extracto) n.º 18 702/2000 (2.ª série). — Por despacho de 17 de Agosto de 2000 do reitor da Universidade de Coimbra:

Doutor António José Ribeiro Ferreira, professor auxiliar de nomeação provisória da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra — nomeado definitivamente professor auxiliar da mesma Faculdade, com efeitos a 15 de Fevereiro de 2000. (Não carece de verificação prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Agosto de 2000. — O Director de Administração, *Júlio Alexandre do Carvalhal de Sousa Teles.*

Relatório final relativo à nomeação definitiva do Doutor António José Ribeiro Ferreira, professor auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Considerando a actividade pedagógica e científica desenvolvida no quinquénio de 1995-2000, descrita no relatório apresentado pelo Doutor António José Ribeiro Ferreira, professor auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, e tendo ponderado os pareceres circunstanciados e fundamentados acerca do relatório elaborados e subscritos pelos Doutores Carlos Artur Sá Furtado e João Domingues Perdigão, ambos professores catedráticos da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra em exercício efectivo de funções, que reunidos em 28 de Junho de 2000, deliberaram, por maioria, a favor da nomeação definitiva do Doutor António José Ribeiro Ferreira.

29 de Junho de 2000. — O Presidente do Conselho Científico, *Martim Ramiro Portugal e Vasconcelos Ferreira.*

Despacho (extracto) n.º 18 703/2000 (2.ª série). — Por despacho de 17 de Agosto de 2000 do reitor da Universidade de Coimbra:

Doutora Maria Ermelinda da Silva Eusébio, professora auxiliar de nomeação provisória da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra — nomeada definitivamente professora auxiliar da mesma Faculdade, com efeitos a 7 de Julho de 2000. (Não carece de verificação prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Agosto de 2000. — O Director de Administração, *Júlio Alexandre do Carvalhal de Sousa Teles.*

Relatório final relativo à nomeação definitiva da Doutora Maria Ermelinda da Silva Eusébio, professora auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Considerando a actividade pedagógica e científica desenvolvida no quinquénio de 1995-2000, descrita no relatório apresentado pela Doutora Maria Ermelinda da Silva Eusébio, professora auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, e tendo ponderado os pareceres circunstanciados e fundamentados acerca do relatório elaborados e subscritos pelos Doutores António Joaquim de Campos Varandas, professor catedrático, e Maria Luísa Planas Leitão, professora associada, ambos da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, os professores catedráticos e associados da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra em exercício efectivo de funções, reunidos em 28 de Junho de 2000, deliberaram, por maioria, a favor da nomeação definitiva da Doutora Maria Ermelinda da Silva Eusébio.

29 de Junho de 2000. — O Presidente do Conselho Científico, *Martim Ramiro Portugal e Vasconcelos Ferreira.*

Despacho (extracto) n.º 18 704/2000 (2.ª série). — Por despacho de 17 de Agosto de 2000 do reitor da Universidade de Coimbra:

Doutor Francisco Paulo de Sá Campos Gil, professor auxiliar de nomeação provisória da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra — nomeado definitivamente professor auxiliar da mesma Faculdade, com efeitos a 15 de Julho de 2000. (Não carece de verificação prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Agosto de 2000. — O Director de Administração, *Júlio Alexandre do Carvalhal de Sousa Teles.*

Relatório final relativo à nomeação definitiva do Doutor Francisco Paulo de Sá Campos Gil, professor auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Considerando a actividade pedagógica e científica desenvolvida no quinquénio de 1995-2000, descrita no relatório apresentado pelo Doutor Francisco Paulo de Sá Campos Gil, professor auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, e tendo ponderado os pareceres circunstanciados e fundamentados acerca do relatório elaborados e subscritos pelos Doutores Armando José Ponce de Leão Policarpo e Nuno Ayres de Campos Barbosa, ambos professores catedráticos da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, os professores catedráticos e associados da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra em exercício efectivo de funções, reunidos em 28 de Junho de 2000, deliberaram, por maioria, a favor da nomeação definitiva do Doutor Francisco Paulo de Sá Campos Gil.

29 de Junho de 2000. — O Presidente do Conselho Científico, *Martim Ramiro Portugal e Vasconcelos Ferreira.*

Despacho (extracto) n.º 18 705/2000 (2.ª série). — Por despacho de 17 de Agosto de 2000 do reitor da Universidade de Coimbra:

Doutor Urbano José Carreira Nunes, professor auxiliar de nomeação provisória da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra — nomeado definitivamente professor auxiliar da mesma Faculdade, com efeitos a 6 de Maio de 2000. (Não carece de verificação prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Agosto de 2000. — O Director de Administração, *Júlio Alexandre do Carvalhal de Sousa Teles.*

Relatório final relativo à nomeação definitiva do Doutor Urbano José Carreira Nunes, professor auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Considerando a actividade pedagógica e científica desenvolvida no quinquénio de 1995-2000, descrita no relatório apresentado pelo Doutor Urbano José Carreira Nunes, professor auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, e tendo ponderado os pareceres circunstanciados e fundamentados acerca do relatório elaborados e subscritos pelos Doutores Aníbal Traça de Almeida e Eduardo de Sousa Saraiva, ambos professores catedráticos da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, os professores catedráticos e associados da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra em exercício efectivo de funções, reunidos em 28 de Junho de 2000, deliberaram, por maioria, a favor da nomeação definitiva do Doutor Urbano José Carreira Nunes.

29 de Junho de 2000. — O Presidente do Conselho Cioentífico, *Martim Ramiro Portugal e Vasconcelos Ferreira.*

Despacho (extracto) n.º 18 706/2000 (2.ª série). — Por despacho de 17 de Agosto de 2000 do reitor da Universidade de Coimbra:

Doutora Maria Filomena de Osório Pinto dos Santos, professora auxiliar de nomeação provisória da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra — nomeada definitivamente professora auxiliar da mesma Faculdade, com efeitos a 3 de Março de 2000. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Relatório final relativo à nomeação definitiva da Doutora Maria Filomena de Osório Pinto dos Santos, professora auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Considerando a actividade pedagógica e científica desenvolvida no quinquénio de 1995-2000, descrita no relatório apresentado pela Doutora Maria Filomena de Osório Pinto dos Santos, professora auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, e tendo ponderado os pareceres circunstanciados e fundamentados acerca do relatório elaborados e subscritos pelos Doutores Armando José Ponce de Leão Policarpo e Carlos Alberto Nabais Conde, ambos professores catedráticos da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, os professores catedráticos e associados da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra em exercício efectivo de funções, reunidos em 28 de Junho de 2000, deliberaram, por maioria, a favor da nomeação definitiva da Doutora Maria Filomena de Osório Pinto dos Santos.

29 de Junho de 2000. — O Presidente do Conselho Científico, *Martim Ramiro Portugal e Vasconcelos Ferreira.*

30 de Agosto de 2000. — O Director de Administração, *Júlio Alexandre do Carvalhal de Sousa Teles.*

Despacho (extracto) n.º 18 707/2000 (2.ª série). — Por despacho de 17 de Agosto de 2000 do reitor da Universidade de Coimbra:

Doutor Luís Filipe Martins Menezes, professor auxiliar de nomeação provisória da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra — nomeado definitivamente professor auxiliar da mesma Faculdade, com efeitos a 12 de Janeiro de 2000. (Não carece de verificação prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Agosto de 2000. — O Director de Administração, *Júlio Alexandre do Carvalhal de Sousa Teles.*

Relatório final relativo à nomeação definitiva do Doutor Luís Filipe Martins Menezes, professor auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Considerando a actividade pedagógica e científica desenvolvida no quinquénio de 1995-2000, descrita no relatório apresentado pelo Doutor Luís Filipe Martins Menezes, professor auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, e tendo ponderado os pareceres circunstanciados e fundamentados acerca do relatório elaborados e subscritos pelos Doutores Manuel José Martinho Barata Marques e José Valdemar Bidarra Fernandes, o primeiro professor catedrático do Instituto Superior Técnico e o segundo professor associado da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, os professores catedráticos e associados da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra em exercício efectivo de funções, reunidos em 28 de Junho de 2000, deliberaram, por maioria, a favor da nomeação definitiva do Doutor Luís Filipe Martins Menezes.

29 de Junho de 2000. — O Presidente do Conselho Científico, *Martim Ramiro Portugal e Vasconcelos Ferreira.*

Despacho (extracto) n.º 18 708/2000 (2.ª série). — Por despacho de 17 de Agosto de 2000 do reitor da Universidade de Coimbra:

Doutor Rui Godinho Lobo Girão Ribeiro, professor auxiliar de nomeação provisória da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra — nomeado definitivamente professor auxiliar da mesma Faculdade, com efeitos a 3 de Fevereiro de 2000. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Agosto de 2000. — O Director de Administração, *Júlio Alexandre do Carvalhal de Sousa Teles.*

Relatório final relativo à nomeação definitiva do Doutor Rui Godinho Lobo Girão Ribeiro, professor auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Considerando a actividade pedagógica e científica desenvolvida no quinquénio de 1995-2000, descrita no relatório apresentado pelo Doutor Rui Godinho Lobo Girão Ribeiro, professor auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, e tendo ponderado os pareceres circunstanciados e fundamentados acerca do relatório elaborados e subscritos pelos Doutores Arsélio Pato de Carvalho e Maria Manuela da Gama Assalino, ambos professores catedráticos da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, os professores catedráticos e associados da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra em exercício efectivo de funções, reunidos em 28 de Junho de 2000, deliberaram, por maioria, a favor da nomeação definitiva do Doutor Rui Godinho Lobo Girão Ribeiro.

29 de Junho de 2000. — O Presidente do Conselho Científico, *Martim Ramiro Portugal e Vasconcelos Ferreira.*

Edital n.º 665/2000 (2.ª série). — Encontra-se aberto concurso para o preenchimento de duas vagas de assistente ou assistente estagiário nas áreas de Inteligência Artificial e Comunicações e Serviços Telemáticos para o Departamento de Engenharia Informática da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

O despacho conjunto n.º 373/2000, de 31 de Março, dos Ministros da Reforma do Estado e da Administração Pública e da Igualdade, determina a obrigatoriedade de nos concursos de ingresso e acesso se proceder à seguinte menção:

«Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

Os candidatos a assistente deverão possuir o mestrado em Engenharia Informática ou área considerada equivalente pelo conselho científico da Faculdade de Ciências e Tecnologia. Os candidatos a assistente estagiário deverão possuir licenciatura em Engenharia Informática ou área considerada equivalente pelo conselho científico da FCTUC com a classificação mínima de *Bom.*

Os candidatos serão seleccionados de acordo com os seguintes critérios:

Currículo académico — 60 %;
Currículo científico — 20 %;
Experiência docente no ensino superior — 5 %;
Currículo técnico-profissional — 5 %;
Entrevista — 10 %.

As candidaturas deverão ser apresentadas no prazo de 10 dias contados a partir da data da publicação do presente edital no *Diário da República.* Os requerimentos de admissão ao concurso, acompanhados do *curriculum vitae* científico e profissional, serão dirigidos ao presidente da comissão científica do Departamento de Engenharia Informática da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Polo II, Pinhal de Marrocos, 3030 Coimbra, até às 17 horas do último dia previsto neste edital.

1 de Agosto de 2000. — O Presidente do Conselho Científico, *Martim Ramiro Portugal e Vasconcelos Ferreira.*

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Serviços Administrativos

Despacho n.º 18 709/2000 (2.ª série). — Por despacho do reitor da Universidade de Évora de 11 de Julho de 2000:

Licenciado António Pedro de Avelar Gonçalves Santos, assistente — prorrogado o contrato por um biénio, a partir de 15 de Julho de 2000. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

9 de Agosto de 2000. — O Director dos Serviços Administrativos, *José Fernando Pereira Biléu Ventura.*

Despacho n.º 18 710/2000 (2.ª série). — Por despacho do reitor da Universidade de Évora de 18 de Julho de 2000:

Licenciada Margarida do Rosário Domingos Terraço Figueiredo, assistente — prorrogado o contrato por um biénio, a partir de 16 de Julho de 2000. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

9 de Agosto de 2000. — O Director dos Serviços Administrativos, *José Fernando Pereira Biléu Ventura.*

Despacho n.º 18 711/2000 (2.ª série). — Por despacho do reitor da Universidade de Évora de 11 de Julho de 2000:

Mestra Olga Maria Santos de Magalhães, assistente — prorrogado o contrato até final do ano lectivo de 1999-2000, a partir de 18 de Agosto de 2000. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

9 de Agosto de 2000. — O Director dos Serviços Administrativos, *José Fernando Pereira Biléu Ventura.*

Despacho n.º 18 712/2000 (2.ª série). — Por despacho do reitor da Universidade de Évora de 19 de Julho de 2000:

Mestra Maria do Céu Brás da Fonseca, assistente — prorrogado o contrato até final do ano lectivo 1999-2000, a partir de 23 de Julho de 2000. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

9 de Agosto de 2000. — O Director dos Serviços Administrativos, *José Fernando Pereira Biléu Ventura.*

Despacho (extracto) n.º 18 713/2000 (2.ª série). — Por despacho do Secretário de Estado do Conselho de Ministros de 16 de Março de 2000:

Prof. Doutor João Augusto David de Morais, jubilado — contratado, em prestação de serviços, pelo período de um ano, na Universidade de Évora, com direito ao abono mensal de 30 % de professor associado convidado, acumulável com a pensão de aposentação, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 1999.

Licenciado engenheiro Jorge Tenreiro Telles Grilo, aposentado — contratado, em prestação de serviços, pelo período de um ano, na Universidade de Évora, com direito ao abono mensal de 50 % de investigador auxiliar, acumulável com a pensão de aposentação, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 1999.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

1 de Setembro de 2000. — O Director dos Serviços Administrativos, *José Fernando Pereira Biléu Ventura.*

Despacho (extracto) n.º 18 714/2000 (2.ª série). — Por despacho do Secretário de Estado do Conselho de Ministros de 22 de Março de 2000:

Prof. Doutor Gonçalo Pereira Ribeiro Telles, jubilado — contratado, em prestação de serviços, pelo período de um ano, na Universidade de Évora, com direito ao abono mensal de 30 % de professor catedrático convidado, acumulável com a pensão de aposentação, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 1999.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

1 de Setembro de 2000. — O Director dos Serviços Administrativos, *José Fernando Pereira Biléu Ventura.*

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Faculdade de Medicina Dentária

Despacho (extracto) n.º 18 715/2000 (2.ª série). — Por despacho do vice-reitor de 24 de Agosto de 2000, proferido por delegação:

Licenciado Carlos Manuel Cardoso Gonçalves Mourão — nomeado, em comissão de serviço, secretário, equiparado a director de serviços, desta Faculdade, precedendo concurso, nos termos da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho, artigo 18.º (Não carece de visto prévio do Tribunal de Contas.)

5 de Setembro de 2000. — O Director, *Armando Simões dos Santos.*

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

Despacho n.º 18 716/2000 (2.ª série). — Por despachos de 31 de Maio e 29 de Junho de 2000 dos Secretários de Estado da Administração Educativa e do Ensino Superior, respectivamente de 19 de Julho de 2000 da directora regional-adjunta de Educação de Lisboa e de 28 de Julho de 2000 do vice-reitor, proferido por delegação do reitor:

Licenciado Carlos Manuel Soromenho Pereira, professor efectivo do 1.º grupo da Escola Secundária de Queluz — autorizada a renovação da requisição, por um ano e por conveniência urgente de serviço, na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, com efeitos a 1 de Setembro de 2000.

Mestra Elisabete da Fonseca Rodrigues, professora efectiva do 1.º grupo da Escola Secundária de Maria Amália Vaz de Carvalho — autorizada a renovação da requisição, por um ano e por conveniência urgente de serviço, na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, com efeitos a 1 de Setembro de 2000.

Licenciada Fernanda Maria das Neves Gouveia da Veiga Gomes, professora efectiva do 11.º grupo A da Escola Secundária de Pedro Nunes — autorizada a renovação da requisição, por um ano e por conveniência urgente de serviço, na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, com efeitos a 1 de Setembro de 2000.

Licenciado Fernando António Albuquerque Costa, professor efectivo do 1.º ciclo do ensino básico na Escola n.º 185 da 5.ª DLE de Lisboa — autorizada a renovação da requisição, por um ano e por conveniência urgente de serviço, na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, com efeitos a 1 de Setembro de 2000.

Licenciado João Manuel da Silva Pinhal, professor efectivo do 6.º grupo da Escola Secundária de Sampaio, Sesimbra — autorizada a renovação da requisição, por um ano e por conveniência urgente de serviço, na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, com efeitos a 1 de Setembro de 2000.

Licenciada Júlia Lopes Ferreira, professora efectiva do 8.º grupo B da Escola Secundária de Pedro Alexandrino — autorizada a renovação da requisição, por um ano e por conveniência urgente de serviço, na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, com efeitos a 1 de Setembro de 2000.

Mestre Manuel dos Santos Pinto, professor efectivo do 11.º grupo B da Escola Secundária de Pedro Nunes — autorizada a renovação da requisição, por um ano e por conveniência urgente de serviço, na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, com efeitos a 1 de Setembro de 2000.

Mestre Maria de Lurdes de Sousa da Silva, professora efectiva do 1.º grupo da Escola Preparatória de Fernando Pessoa — autorizada a renovação da requisição, por um ano e por conveniência urgente de serviço, na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, com efeitos a 1 de Setembro de 2000.

Licenciada Maria Natália de Carvalho Alves, professora efectiva do 1.º ciclo do ensino básico na Escola n.º 1 de Pinhal Novo — Delegação Escolar de Palmela — autorizada a renovação da requisição, por um ano e por conveniência urgente de serviço, na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, com efeitos a 1 de Setembro de 2000.

Mestre Octávio Augusto Quintela, professor efectivo do 10.º grupo B da Escola Secundária da Amadora — autorizada a renovação da requisição, por um ano e por conveniência urgente de serviço, na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, com efeitos a 1 de Setembro de 2000.

(Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Agosto de 2000. — A Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Maria Teresa do Rio Carvalho.*

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Reitoria

Despacho n.º 18 717/2000 (2.ª série). — Por despachos de 11 de Agosto, e de 1 de Setembro de 2000, respectivamente do director do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge e do reitor da Universidade Nova de Lisboa:

Licenciado António Joaquim Cantadeiro Urmal, assessor principal do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge — transferido para exercer idênticas funções na área de consultadoria jurídica e contencioso do quadro de pessoal da Reitoria da Universidade Nova de Lisboa a partir da data da aceitação. O interessado mantém as funções de adjunto do reitor, em comissão de serviço. (Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

1 de Setembro de 2000. — A Directora dos Serviços Administrativos, *Maria de Lourdes Morna Gomes.*

Instituto de Higiene e Medicina Tropical

Aviso n.º 13 485/2000 (2.ª série). — Rectifica-se a lista de antiguidade do pessoal do Instituto de Higiene e Medicina Tropical, publicada no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 45, de 23 de Fevereiro de 2000. Assim, onde se lê «Maria da Luz Noras — antiguidade na categoria — 26 anos, 9 meses e 13 dias» deve ler-se «Maria da Luz Noras — antiguidade na categoria — 13 anos, 11 meses e 19 dias».

4 de Setembro de 2000. — A Secretária Executiva, *Maria de Lourdes Sampaio de Lemos Figueira.*

UNIVERSIDADE DO PORTO

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 18 718/2000 (2.ª série). — Por despachos de 2 e de 24 de Agosto de 2000, respectivamente do director regional de Educação do Norte e da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Mestre Adriano António da Luz Sampaio e Sousa, professor efectivo da Escola Secundária de Fontes Pereira de Melo — renovada a requisição na Faculdade de Ciências desta Universidade, com início em 1 de Setembro de 2000 e até 31 de Agosto de 2001. (Não carecem de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

25 de Agosto de 2000. — A Chefe da Repartição de Expediente e Arquivo, *Alda Rosa Martins de Sousa.*

Despacho (extracto) n.º 18 719/2000 (2.ª série). — Por despachos de 2 e de 23 de Agosto de 2000, respectivamente do director regional de Educação do Norte e da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciada Orquídea Manuela Braga e Soares Coelho, professora do quadro geral dos serviços de educação pré-escolar, 1.º ciclo do Porto — Escola de Vinhal n.º 2, Gondomar — renovada a requisição na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação desta Universidade, com início em 1 de Setembro de 2000 e até 31 de Agosto de 2001. (Não carecem de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

25 de Agosto de 2000. — A Chefe da Repartição de Expediente e Arquivo, *Alda Rosa Martins de Sousa.*

Despacho (extracto) n.º 18 720/2000 (2.ª série). — Por despachos de 2 e de 23 de Agosto de 2000, respectivamente do director regional de Educação do Norte e da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciada Maria Manuela Martins Alves Terraseca, professora efectiva da Escola EB 2,3 de Santiago, Custóias — renovada a requisição na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação desta Universidade, com início em 1 de Setembro de 2000 e até 31 de Agosto de 2001. (Não carecem de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

25 de Agosto de 2000. — A Chefe da Repartição de Expediente e Arquivo, *Alda Rosa Martins de Sousa.*

Despacho (extracto) n.º 18 721/2000 (2.ª série). — Por despachos de 2 e de 23 de Agosto de 2000, respectivamente do director regional de Educação do Norte e da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciada Rosa de Jesus Soares de Bastos Nunes, professora do quadro de nomeação definitiva dos serviços de educação pré-escolar, 1.º ciclo do Porto — Escola n.º 2 de Outeiro, Oliveira do Douro — renovada a requisição na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação desta Universidade, com início em 1 de Setembro de 2000 e até 31 de Agosto de 2001. (Não carecem de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

25 de Agosto de 2000. — A Chefe da Repartição de Expediente e Arquivo, *Alda Rosa Martins de Sousa.*

Despacho (extracto) n.º 18 722/2000 (2.ª série). — Por despachos de 2 e de 23 de Agosto de 2000, respectivamente do director regional de Educação do Norte e da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciada Fernanda Otília Sousa Figueiredo, professora efectiva da ES/EB3 de Oliveira do Douro — renovada a requisição na Faculdade de Economia desta Universidade, com início em 1 de Setembro de 2000 e até 31 de Agosto de 2001. (Não carecem de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

25 de Agosto de 2000. — A Chefe da Repartição de Expediente e Arquivo, *Alda Rosa Martins de Sousa.*

Despacho (extracto) n.º 18 723/2000 (2.ª série). — Por despachos de 2 e de 23 de Agosto de 2000, respectivamente do director regional de Educação do Norte e da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciado Paulo Manuel Neves Gusmão Guedes, professor efectivo do Centro de Área Educativa do Porto — renovada a requisição na Reitoria e Serviços Centrais desta Universidade, com início em 1 de Setembro de 2000 e até 31 de Agosto de 2001. (Não carecem de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

25 de Agosto de 2000. — A Chefe da Repartição de Expediente e Arquivo, *Alda Rosa Martins de Sousa.*

Despacho (extracto) n.º 18 724/2000 (2.ª série). — Por despachos de 2 e de 23 de Agosto de 2000, respectivamente do director regional de Educação do Norte e da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciada Ariana Maria de Almeida Matos Cosme, professora do quadro distrital de vinculação dos serviços de educação pré-escolar, 1.º ciclo do Porto — Escola da Sede n.º 1, Gondomar — renovada a requisição na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação desta Universidade, com início em 1 de Setembro de 2000 e até 31 de Agosto de 2001. (Não carecem de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

25 de Agosto de 2000. — A Chefe da Repartição de Expediente e Arquivo, *Alda Rosa Martins de Sousa.*

Despacho (extracto) n.º 18 725/2000 (2.ª série). — Por despachos de 2 e de 23 de Agosto de 2000, respectivamente do director regional de Educação do Norte e da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciada Maria Helena Machado Barbieri Martins Moreira, professora do quadro geral dos serviços de educação pré-escolar — Escola Primária n.º 14 — Agrupamento do Falcão, Corujeira — renovada a requisição na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação desta Universidade, com início em 1 de Setembro de 2000 e até 31 de Agosto de 2001. (Não carecem de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

25 de Agosto de 2000. — A Chefe da Repartição de Expediente e Arquivo, *Alda Rosa Martins de Sousa.*

Despacho (extracto) n.º 18 726/2000 (2.ª série). — Por despachos de 2 e de 28 de Agosto de 2000, respectivamente do director regional de Educação do Norte e da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciada Olívia Maria Ferreira Gonçalves Figueiredo, professora efectiva da Escola Secundária do Infante D. Henrique — renovada a requisição na Faculdade de Letras desta Universidade, com início em 1 de Setembro de 2000 e até 31 de Agosto de 2001. (Não carecem de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

28 de Agosto de 2000. — A Chefe da Repartição de Expediente e Arquivo, *Alda Rosa Martins de Sousa.*

Despacho (extracto) n.º 18 727/2000 (2.ª série). — Por despachos de 2 e de 28 de Agosto de 2000, respectivamente do director regional de Educação do Norte e da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciada Teresa de Jesus Aguiar Macedo, professora efectiva da Escola Secundária de Carolina Michaëlis — renovada a requisição na Faculdade de Letras desta Universidade, com início em 1 de Setembro de 2000 e até 31 de Agosto de 2001. (Não carecem de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

28 de Agosto de 2000. — A Chefe da Repartição de Expediente e Arquivo, *Alda Rosa Martins de Sousa.*

Despacho (extracto) n.º 18 728/2000 (2.ª série). — Por despachos de 2 e de 28 de Agosto de 2000, respectivamente do director regional de Educação do Norte e da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciada Sónia Maria Cordeiro Valente Rodrigues, professora efectiva da Escola Secundária de Baltar — renovada a requisição na Faculdade de Letras desta Universidade, com início em 1 de Setembro de 2000 e até 31 de Agosto de 2001. (Não carecem de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

28 de Agosto de 2000. — A Chefe da Repartição de Expediente e Arquivo, *Alda Rosa Martins de Sousa.*

Despacho (extracto) n.º 18 729/2000 (2.ª série). — Por despachos de 2 e de 28 de Agosto de 2000, respectivamente do director regional de Educação do Norte e da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciada Maria João dos Santos Alvelos, professora efectiva da Escola Secundária de António Nobre — renovada a requisição na Faculdade de Letras desta Universidade, com início em 1 de Setembro de 2000 e até 31 de Agosto de 2001. (Não carecem de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

28 de Agosto de 2000. — A Chefe da Repartição de Expediente e Arquivo, *Alda Rosa Martins de Sousa.*

Despacho (extracto) n.º 18 730/2000 (2.ª série). — Por despachos de 2 e de 28 de Agosto de 2000, respectivamente do director regional de Educação do Norte e da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciada Maria José Neves Terroso Bacelar Ferreira, professora efectiva da Escola Secundária de Carolina Michaëlis — renovada a requisição na Faculdade de Letras desta Universidade, com início em 1 de Setembro de 2000 e até 31 de Agosto de 2001. (Não carecem de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

28 de Agosto de 2000. — A Chefe da Repartição de Expediente e Arquivo, *Alda Rosa Martins de Sousa.*

Despacho (extracto) n.º 18 731/2000 (2.ª série). — Por despachos de 2 e de 28 de Agosto de 2000, respectivamente do director regional de Educação do Norte e da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciada Rosa Porfíria Bizarro Monteiro Reis Soares, professora efectiva da Escola Secundária da Rainha Santa Isabel — renovada a requisição na Faculdade de Letras desta Universidade, com início

em 1 de Setembro de 2000 e até 31 de Agosto de 2001. (Não carecem de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

28 de Agosto de 2000. — A Chefe da Repartição de Expediente e Arquivo, *Alda Rosa Martins de Sousa.*

Despacho (extracto) n.º 18 732/2000 (2.ª série). — Por despachos de 2 e de 28 de Agosto de 2000, respectivamente do director regional de Educação do Norte e da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciada Maria Helena Ramalhão Dias Ramalho, professora efectiva da Escola Secundária da Boa Nova — renovada a requisição na Faculdade de Letras desta Universidade, com início em 1 de Setembro de 2000 e até 31 de Agosto de 2001. (Não carecem de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

28 de Agosto de 2000. — A Chefe da Repartição de Expediente e Arquivo, *Alda Rosa Martins de Sousa.*

Despacho (extracto) n.º 18 733/2000 (2.ª série). — Por despachos de 2 e de 28 de Agosto de 2000, respectivamente do director regional de Educação do Norte e da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciada Maria Teresa Vaz de Abrantes Costa, professora efectiva da Escola Secundária de Rodrigues de Freitas — renovada a requisição na Faculdade de Letras desta Universidade, com início em 1 de Setembro de 2000 e até 31 de Agosto de 2001. (Não carecem de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

28 de Agosto de 2000. — A Chefe da Repartição de Expediente e Arquivo, *Alda Rosa Martins de Sousa.*

Despacho (extracto) n.º 18 734/2000 (2.ª série). — Por despachos de 2 e de 28 de Agosto de 2000, respectivamente do director regional de Educação do Norte e da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciada Maria Graciete Fernandes Freire Vilela, professora efectiva da Escola Secundária de Oliveira Martins — renovada a requisição na Faculdade de Letras desta Universidade, com início em 1 de Setembro de 2000 e até 31 de Agosto de 2001. (Não carecem de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

28 de Agosto de 2000. — A Chefe da Repartição de Expediente e Arquivo, *Alda Rosa Martins de Sousa.*

Despacho (extracto) n.º 18 735/2000 (2.ª série). — Por despachos de 2 e de 28 de Agosto de 2000, respectivamente do director regional de Educação do Norte e da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciada Maria Manuela Afonso de Lacerda Cabral, professora efectiva da Escola Secundária de António Nobre — renovada a requisição na Faculdade de Letras desta Universidade, com início em 1 de Setembro de 2000 e até 31 de Agosto de 2001. (Não carecem de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

28 de Agosto de 2000. — A Chefe da Repartição de Expediente e Arquivo, *Alda Rosa Martins de Sousa.*

Despacho (extracto) n.º 18 736/2000 (2.ª série). — Por despachos de 2 e de 28 de Agosto de 2000, respectivamente do director regional de Educação do Norte e da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciada Maria Teresa Peixoto Braga de Almeida Tavares, professora efectiva da Escola Secundária de Clara de Resende — renovada a requisição na Faculdade de Letras desta Universidade, com início em 1 de Setembro de 2000 e até 31 de Agosto de 2001. (Não carecem de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

28 de Agosto de 2000. — A Chefe da Repartição de Expediente e Arquivo, *Alda Rosa Martins de Sousa.*

Despacho (extracto) n.º 18 737/2000 (2.ª série). — Por despachos de 2 e de 25 de Agosto de 2000, respectivamente do director regional de Educação do Norte e da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciado Joaquim Manuel Mendes Moreira, professor efectivo da Escola Secundária do Dr. Manuel Laranjeira — renovada a requisição na Faculdade de Letras desta Universidade, com início em 1 de Setembro de 2000 e até 31 de Agosto de 2001. (Não carecem de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

28 de Agosto de 2000. — A Chefe da Repartição de Expediente e Arquivo, *Alda Rosa Martins de Sousa.*

Despacho (extracto) n.º 18 738/2000 (2.ª série). — Por despachos de 2 e de 25 de Agosto de 2000, respectivamente do director regional de Educação do Norte e da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciada Dulce Resende Coelho de Resende Ramos, professora efectiva da Escola Secundária de Augusto Gomes — renovada a requisição na Faculdade de Letras desta Universidade, com início em 1 de Setembro de 2000 e até 31 de Agosto de 2001. (Não carecem de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

28 de Agosto de 2000. — A Chefe da Repartição de Expediente e Arquivo, *Alda Rosa Martins de Sousa.*

Despacho (extracto) n.º 18 739/2000 (2.ª série). — Por despachos de 2 e de 25 de Agosto de 2000, respectivamente do director regional de Educação do Norte e da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciada Fátima da Conceição Tavares Fernandes Martins Braga da Silva, professora efectiva da Escola Secundária da Maia — renovada a requisição na Faculdade de Letras desta Universidade, com início em 1 de Setembro de 2000 e até 31 de Agosto de 2001. (Não carecem de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

28 de Agosto de 2000. — A Chefe da Repartição de Expediente e Arquivo, *Alda Rosa Martins de Sousa.*

Despacho (extracto) n.º 18 740/2000 (2.ª série). — Por despachos de 2 e de 25 de Agosto de 2000, respectivamente do director regional de Educação do Norte e da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciada Elisabete de Jesus Soares Guimarães, professora efectiva da Escola Secundária de Eça de Queirós — renovada a requisição na Faculdade de Letras desta Universidade, com início em 1 de Setembro de 2000 e até 31 de Agosto de 2001. (Não carecem de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

28 de Agosto de 2000. — A Chefe da Repartição de Expediente e Arquivo, *Alda Rosa Martins de Sousa.*

Despacho (extracto) n.º 18 741/2000 (2.ª série). — Por despachos de 2 e de 25 de Agosto de 2000, respectivamente do director regional de Educação do Norte e da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciada Elisa Maria Viterbo Gonçalves de Seixas, professora efectiva da Escola EB 2, 3 de Valongo — renovada a requisição na Faculdade de Letras desta Universidade, com início em 1 de Setembro de 2000 e até 31 de Agosto de 2001. (Não carecem de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

28 de Agosto de 2000. — A Chefe da Repartição de Expediente e Arquivo, *Alda Rosa Martins de Sousa.*

Despacho (extracto) n.º 18 742/2000 (2.ª série). — Por despachos de 2 e de 25 de Agosto de 2000, respectivamente do director regional de Educação do Norte e da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciado Aníbal José de Barros Barreira, professor efectivo da Escola Secundária de Alexandre Herculano — renovada a requisição na Faculdade de Letras desta Universidade, com início em 1 de Setembro de 2000 e até 31 de Agosto de 2001. (Não carecem de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

28 de Agosto de 2000. — A Chefe da Repartição de Expediente e Arquivo, *Alda Rosa Martins de Sousa.*

Despacho (extracto) n.º 18 743/2000 (2.ª série). — Por despachos de 2 e de 25 de Agosto de 2000, respectivamente do director regional de Educação do Norte e da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciada Ana Maria Saldanha Dias Ferreira, professora efectiva da Escola Secundária de Alexandre Herculano — renovada a requisição na Faculdade de Letras desta Universidade, com início em 1 de Setembro de 2000 e até 31 de Agosto de 2001. (Não carecem de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

28 de Agosto de 2000. — A Chefe da Repartição de Expediente e Arquivo, *Alda Rosa Martins de Sousa.*

Despacho (extracto) n.º 18 744/2000 (2.ª série). — Por despachos de 2 e de 25 de Agosto de 2000, respectivamente do director regional de Educação do Norte e da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciado José Augusto de Melo Ferreira, professor efectivo da Escola EB 2, 3 de Toutosa — renovada a requisição na Faculdade de Letras desta Universidade, com início em 1 de Setembro de 2000 e até 31 de Agosto de 2001. (Não carecem de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

28 de Agosto de 2000. — A Chefe da Repartição de Expediente e Arquivo, *Alda Rosa Martins de Sousa.*

Despacho (extracto) n.º 18 745/2000 (2.ª série). — Por despachos de 2 e de 25 de Agosto de 2000, respectivamente do director regional de Educação do Norte e da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciado António Jorge Pais Antunes, professor efectivo da Escola EB 2, 3 de Maria Lamas — renovada a requisição na Faculdade de Letras desta Universidade, com início em 1 de Setembro de 2000 e até 31 de Agosto de 2001. (Não carecem de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

28 de Agosto de 2000. — A Chefe da Repartição de Expediente e Arquivo, *Alda Rosa Martins de Sousa.*

Despacho (extracto) n.º 18 746/2000 (2.ª série). — Por despachos de 2 e de 25 de Agosto de 2000, respectivamente do director regional de Educação do Norte e da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciado José Jorge Teixeira Mendonça, professor efectivo da Escola Secundária de Fontes Pereira de Melo — renovada a requisição na Faculdade de Letras desta Universidade, com início em 1 de Setembro de 2000 e até 31 de Agosto de 2001. (Não carecem de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

28 de Agosto de 2000. — A Chefe da Repartição de Expediente e Arquivo, *Alda Rosa Martins de Sousa.*

Despacho (extracto) n.º 18 747/2000 (2.ª série). — Por despachos de 2 e de 25 de Agosto de 2000, respectivamente do director regional de Educação do Norte e da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciado José Fernando da Mota Guimarães, professor efectivo da Escola ES/EB3 de Aurélia de Sousa — renovada a requisição na Faculdade de Letras desta Universidade, com início em 1 de Setembro de 2000 e até 31 de Agosto de 2001. (Não carecem de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

28 de Agosto de 2000. — A Chefe da Repartição de Expediente e Arquivo, *Alda Rosa Martins de Sousa.*

Despacho (extracto) n.º 18 748/2000 (2.ª série). — Por despachos de 2 e de 28 de Agosto de 2000, respectivamente do director regional de Educação do Norte e da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciada Maria Júlia Soledade Silva Mendes Cordas, professora efectiva da Escola Secundária de Eça de Queirós — renovada a requisição na Faculdade de Letras desta Universidade, com início em 1 de Setembro de 2000 e até 31 de Agosto de 2001. (Não carecem de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

28 de Agosto de 2000. — A Chefe da Repartição de Expediente e Arquivo, *Alda Rosa Martins de Sousa.*

Despacho (extracto) n.º 18 749/2000 (2.ª série). — Por despachos de 2 e de 28 de Agosto de 2000, respectivamente do director regional de Educação do Norte e da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciada Maria Helena Lima Costa Mendes Ribeiro, professora efectiva da Escola Secundária de Clara de Resende — renovada a requisição na Faculdade de Letras desta Universidade, com início em 1 de Setembro de 2000 e até 31 de Agosto de 2001. (Não carecem de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

28 de Agosto de 2000. — A Chefe da Repartição de Expediente e Arquivo, *Alda Rosa Martins de Sousa.*

Despacho (extracto) n.º 18 750/2000 (2.ª série). — Por despachos de 2 e de 28 de Agosto de 2000, respectivamente do director regional de Educação do Norte e da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciada Maria Felisbela de Sousa Martins, professora efectiva da Escola Secundária de São Mamede de Infesta — renovada a requisição na Faculdade de Letras desta Universidade, com início em 1 de Setembro de 2000 e até 31 de Agosto de 2001. (Não carecem de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

28 de Agosto de 2000. — A Chefe da Repartição de Expediente e Arquivo, *Alda Rosa Martins de Sousa.*

Despacho (extracto) n.º 18 751/2000 (2.ª série). — Por despachos de 2 e de 28 de Agosto de 2000, respectivamente do director regional de Educação do Norte e da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciada Maria Eduarda Simões Cardoso Evaristo Carvalho Homem, professora efectiva da Escola Secundária de Inês de Castro — renovada a requisição na Faculdade de Letras desta Universidade, com início em 1 de Setembro de 2000 e até 31 de Agosto de 2001. (Não carecem de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

28 de Agosto de 2000. — A Chefe da Repartição de Expediente e Arquivo, *Alda Rosa Martins de Sousa.*

Despacho (extracto) n.º 18 752/2000 (2.ª série). — Por despachos de 2 e de 28 de Agosto de 2000, respectivamente do director regional de Educação do Norte e da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciada Margarida Amélia de Sá Vieira Mouta, professora efectiva da Escola Secundária de Soares dos Reis — renovada a requisição na Faculdade de Letras desta Universidade, com início em 1 de Setembro de 2000 e até 31 de Agosto de 2001. (Não carecem de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

28 de Agosto de 2000. — A Chefe da Repartição de Expediente e Arquivo, *Alda Rosa Martins de Sousa.*

Despacho (extracto) n.º 18 753/2000 (2.ª série). — Por despachos de 2 e de 28 de Agosto de 2000, respectivamente do director regional de Educação do Norte e da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciada Lurdes dos Anjos Fidalgo, professora efectiva do quadro distrital de vinculação dos serviços de educação pré-escolar, 1.º ciclo do Porto — renovada a requisição na Faculdade de Letras desta Universidade, com início em 1 de Setembro de 2000 e até 31 de Agosto de 2001. (Não carecem de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

28 de Agosto de 2000. — A Chefe da Repartição de Expediente e Arquivo, *Alda Rosa Martins de Sousa.*

Despacho (extracto) n.º 18 754/2000 (2.ª série). — Por despachos de 2 e de 28 de Agosto de 2000, respectivamente do director regional de Educação do Norte e da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciado José Maria da Costa Macedo, professor efectivo da Escola Secundária de Alexandre Herculano — renovada a requisição na Faculdade de Letras desta Universidade, com início em 1 de Setembro de 2000 e até 31 de Agosto de 2001. (Não carecem de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

28 de Agosto de 2000. — A Chefe da Repartição de Expediente e Arquivo, *Alda Rosa Martins de Sousa.*

Despacho (extracto) n.º 18 755/2000 (2.ª série). — Por despachos de 2 e de 25 de Agosto de 2000, respectivamente do director regional de Educação do Norte e da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciada Joana Maria de Oliveira Gomes da Torre, professora efectiva da Escola EB2, 3 da Junqueira — renovada a requisição na Faculdade de Letras desta Universidade, com início a 1 de Setembro de 2000 e até 31 de Agosto de 2001. (Não carecem de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

28 de Agosto de 2000. — A Chefe da Repartição de Expediente e Arquivo, *Alda Rosa Martins de Sousa.*

Despacho (extracto) n.º 18 756/2000 (2.ª série). — Por despachos de 2 e de 25 de Agosto de 2000, respectivamente do director regional de Educação do Norte e da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciada Aida Maria Neves Santos de Queirós Pereira Rodrigues, professora efectiva da Escola ES/EB3 da Rainha Santa Isabel — renovada a requisição na Faculdade de Letras desta Universidade, com início a 1 de Setembro de 2000 e até 31 de Agosto de 2001. (Não carecem de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

28 de Agosto de 2000. — A Chefe da Repartição de Expediente e Arquivo, *Alda Rosa Martins de Sousa.*

Despacho (extracto) n.º 18 757/2000 (2.ª série). — Por despachos de 2 e de 25 de Agosto de 2000, respectivamente do director regional de Educação do Norte e da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciado João Alberto Cardoso Gomes Pinto, professor efectivo da Escola Secundária de Francisco de Holanda — renovada a requisição na Faculdade de Letras desta Universidade, com início a 1 de Setembro de 2000 e até 31 de Agosto de 2001. (Não carecem de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

28 de Agosto de 2000. — A Chefe da Repartição de Expediente e Arquivo, *Alda Rosa Martins de Sousa.*

Despacho (extracto) n.º 18 758/2000 (2.ª série). — Por despachos de 2 e de 28 de Agosto de 2000, respectivamente do director regional de Educação do Norte e da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciada Maria do Sameiro Gomes de Araújo Cruz, professora do quadro distrital de vinculação dos serviços de educação pré-escolar, 1.º ciclo de Braga — renovada a requisição na Faculdade de Letras desta Universidade, com início a 1 de Setembro de 2000 e até 31 de Agosto de 2001. (Não carecem de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

28 de Agosto de 2000. — A Chefe da Repartição de Expediente e Arquivo, *Alda Rosa Martins de Sousa.*

Despacho (extracto) n.º 18 759/2000 (2.ª série). — Por despacho de 2 de Agosto de 2000 do reitor da Universidade do Porto:

David Miguel Rodrigues Batel Delgado — contratado, por conveniência urgente de serviço e em regime de contrato de trabalho a termo certo, como técnico profissional de 1.ª classe da Reitoria e Serviços Centrais desta Universidade, com efeitos a partir de 2 de Agosto de 2000 pelo período de um ano, podendo ser renovável por igual período. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

29 de Agosto de 2000. — A Chefe da Repartição de Expediente e Arquivo, *Alda Rosa Martins de Sousa.*

Despacho (extracto) n.º 18 760/2000 (2.ª série). — Por despachos de 2 e de 23 de Agosto de 2000, respectivamente do director regional de Educação do Norte e da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciado Dimas Manuel Casanova Pinto, professor efectivo da Escola Secundária de Rocha Peixoto — renovada a requisição na Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física desta Universidade, com início a 1 de Setembro de 2000 e até 31 de Agosto de 2001. (Não carecem de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

30 de Agosto de 2000. — A Chefe da Repartição de Expediente e Arquivo, *Alda Rosa Martins de Sousa.*

Despacho (extracto) n.º 18 761/2000 (2.ª série). — Por despachos de 2 e de 23 de Agosto de 2000, respectivamente do director regional de Educação do Norte e da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciado Francisco da Silva Pina de Morais, professor efectivo da Escola Secundária de António Nobre — renovada a requisição na Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física desta Universidade, com início a 1 de Setembro de 2000 e até 31 de Agosto de 2001. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

30 de Agosto de 2000. — A Chefe da Repartição de Expediente e Arquivo, *Alda Rosa Martins de Sousa.*

Despacho (extracto) n.º 18 762/2000 (2.ª série). — Por despacho de 19 de Maio de 2000 da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciado José Manuel Perdigão Barros Monteiro Novais — contratado, por conveniência urgente de serviço, como assistente convidado além do quadro, com 40 % do vencimento, da Faculdade de Economia desta Universidade, com efeitos a partir de 19 de Maio de 2000. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

30 de Agosto de 2000. — A Chefe da Repartição de Expediente e Arquivo, *Alda Rosa Martins de Sousa.*

Despacho (extracto) n.º 18 763/2000 (2.ª série). — Por despachos de 2 e de 23 de Agosto de 2000, respectivamente do director regional de Educação do Norte e da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciado José Irineu Mirão Alves Moreira, professor efectivo da Escola Secundária de Ermesinde — renovada a requisição na Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física desta Universidade, com início a 1 de Setembro de 2000 e até 31 de Agosto de 2001. (Não carecem de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

30 de Agosto de 2000. — A Chefe da Repartição de Expediente e Arquivo, *Alda Rosa Martins de Sousa.*

Despacho (extracto) n.º 18 764/2000 (2.ª série). — Por despachos de 2 e de 23 de Agosto de 2000, respectivamente do director regional de Educação do Norte e da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciado Alberto Aires da Cruz Albuquerque, professor efectivo da Escola Secundária de Clara de Resende — renovada a requisição na Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física desta Universidade, com início a 1 de Setembro de 2000 e até 31 de Agosto de 2001. (Não carecem de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

30 de Agosto de 2000. — A Chefe da Repartição de Expediente e Arquivo, *Alda Rosa Martins de Sousa.*

Despacho (extracto) n.º 18 765/2000 (2.ª série). — Por despachos de 2 e de 23 de Agosto de 2000, respectivamente do director regional de Educação do Norte e da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciado Rui Manuel de Almeida Faria, professor efectivo da Escola Secundária de Augusto Gomes — renovada a requisição na Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física desta Universidade, com início a 1 de Setembro de 2000 e até 31 de Agosto de 2001. (Não carecem de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

30 de Agosto de 2000. — A Chefe da Repartição de Expediente e Arquivo, *Alda Rosa Martins de Sousa.*

Despacho (extracto) n.º 18 766/2000 (2.ª série). — Por despachos de 2 e de 23 de Agosto de 2000, respectivamente do director regional de Educação do Norte e da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciada Maria da Natividade Ribeiro Israel Pinto de Freitas, professora efectiva da Escola Secundária de Clara de Resende — renovada a requisição na Faculdade de Ciências do Desporto e de Edu-

cação Física desta Universidade, com início a 1 de Setembro de 2000 e até 31 de Agosto de 2001. (Não carecem de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

30 de Agosto de 2000. — A Chefe da Repartição de Expediente e Arquivo, *Alda Rosa Martins de Sousa.*

Despacho (extracto) n.º 18 767/2000 (2.ª série). — Por despachos de 2 e de 23 de Agosto de 2000, respectivamente do director regional de Educação do Norte e da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciado Vítor Manuel da Costa Frade, professor efectivo da Escola Secundária da Maia — renovada a requisição na Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física desta Universidade, com início a 1 de Setembro de 2000 e até 31 de Agosto de 2001. (Não carecem de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

30 de Agosto de 2000. — A Chefe da Repartição de Expediente e Arquivo, *Alda Rosa Martins de Sousa.*

Despacho (extracto) n.º 18 768/2000 (2.ª série). — Por despachos de 2 e de 23 de Agosto de 2000, respectivamente do director regional de Educação do Norte e da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciado Jorge Manuel Roque de Oliveira Pinto, professor efectivo da Escola Secundária de São Mamede de Infesta — renovada a requisição na Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física desta Universidade, com início a 1 de Setembro de 2000 e até 31 de Agosto de 2001. (Não carecem de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

30 de Agosto de 2000. — A Chefe da Repartição de Expediente e Arquivo, *Alda Rosa Martins de Sousa.*

Despacho (extracto) n.º 18 769/2000 (2.ª série). — Por despacho de 31 de Agosto de 2000 da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Maria de Fátima Bastos Silva Gonçalves, técnica profissional especialista (área de apoio ao ensino e à investigação científica) do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, desta Universidade — nomeada definitivamente técnica profissional especialista principal da mesma área e Instituto, com efeitos a partir da data da aceitação, considerando-se exonerada do cargo anterior a partir da mesma data. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

1 de Setembro de 2000. — A Chefe da Repartição de Expediente e Arquivo, *Alda Rosa Martins de Sousa.*

Faculdade de Engenharia

Aviso n.º 13 486/2000 (2.ª série). — 1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, torna-se público que por despacho do director da Faculdade de Engenharia, da Universidade do Porto, no uso de competência delegada por despacho do reitor da Universidade do Porto de 7 de Fevereiro de 1996, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 49, de 27 de Fevereiro de 1996, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis contados a partir do presente aviso no *Diário da República,* concurso externo de acesso para preenchimento de um lugar de técnico superior de informática de 1.ª classe (área de desenvolvimento de sistemas de informação e aplicações).

2 — Nos termos do n.º 1 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 13/97, de 17 de Janeiro, foi feita consulta à Direcção-Geral da Administração Pública, que confirmou a inexistência de pessoal excedente.

3 — O concurso caduca com o preenchimento da vaga em referência.

4 — O concurso é externo de acesso, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, do n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 177/95, de 26 de Julho, e do despacho conjunto n.º 293/97, dos Ministérios das Finanças e da Educação, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 205, de 5 de Setembro de 1997.

5 — As disposições legais regulamentares do presente concurso são as seguintes:

Decreto-Lei n.º 23/91, de 11 de Janeiro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 177/95, de 26 de Julho;
Despacho conjunto n.º 293/97, dos Ministérios da Educação e das Finanças, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 205, de 5 de Setembro de 1997, e Portaria n.º 244/97, de 11 de Abril;
Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
Decreto-Lei n.º 12/2000, de 11 de Fevereiro.

6 — O conteúdo funcional do lugar a preencher consiste no desempenho das tarefas inerentes à área de desenvolvimento de sistemas de informação e aplicações, mencionadas nos n.ºs 3, 5 e 6 do n.º 2.º da Portaria n.º 244/97, de 11 de Abril.

7 — O local de trabalho situa-se na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, sendo o respectivo vencimento o fixado para o escalão e categoria mencionados no Decreto-Lei n.º 12/2000, de 11 de Fevereiro, e as regalias sociais e condições de trabalho são as genericamente vigentes para a generalidade dos trabalhadores da Administração Pública.

8 — Requisitos para admissão ao concurso:

8.1 — Requisitos gerais — podem ser admitidos a este concurso todos os indivíduos que satisfaçam cumulativamente, até ao fim do prazo de entrega das candidaturas, os requisitos previstos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, que a seguir se mencionam:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
b) Ter 18 anos completos;
c) Possuir as habilitações literárias ou profissionais legalmente exigidas para o desempenho do cargo;
d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
f) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis da vacinação obrigatória.

8.2 — São requisitos especiais de candidatura a concurso, de acordo com as disposições conjugadas do n.º 3 do artigo 4.º, do n.º 1 e da alínea *c*) do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 23/91, de 11 de Janeiro:

1 — *a*) Licenciatura adequada ao exercício das funções que cabem à categoria cujo lugar é posto a concurso, designadamente nos domínios específicos da informática, ciências de computação e afins; e

b) Qualificações e formação legalmente exigidas para a carreira técnica superior de informática e experiência profissional normalmente exigível para acesso à categoria de técnico superior de informática de 1.ª classe.

2 — Os requisitos previstos na alínea *b*) do número anterior podem ser supridos pela posse de uma das seguintes condições:

a) 20 unidades de crédito da componente curricular de um mestrado nas áreas de Redes de Comunicação de Dados, Gestão ou Sistemas de Informação, Informática, Computação, Ciência dos Computadores, Engenharia Electrotécnica e de Computadores e Tecnologia Multimédia, além de dois anos de experiência profissional adequada ao conteúdo funcional do cargo a prover;
b) Parte escolar de um mestrado nas áreas de Redes de Comunicação de Dados, Gestão ou Sistemas de Informação, Informática, Computação, Ciência dos Computadores, Engenharia Electrotécnica e de Computadores e Tecnologia Multimédia, além de um ano de experiência profissional adequada ao conteúdo funcional do cargo a prover;
c) Mestrado nas áreas de redes de Comunicação de Dados, Gestão ou Sistemas de Informação, Informática, Computação, Ciências dos Computadores, Engenharia Electrotécnica e de Computadores e Tecnologia Multimédia.

9 — Os métodos de selecção a utilizar serão:

a) Avaliação curricular;
b) Entrevista profissional de selecção.

10 — Na avaliação curricular ponderar-se-ão os seguintes factores:

a) Habilitação académica de base;
b) Formação profissional;
c) Experiência profissional.

10.1 — A entrevista profissional de selecção visará determinar e avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos e considerar-se-ão os seguintes factores:

Conhecimentos e experiência profissional na área a que se candidata;
Motivação e interesses;
Apetência pelo trabalho em grupo;
Sentido crítico e inovador;
Capacidade de relacionamento;
Capacidade de expressão e fluência verbais multilingue.

10.2 — A ordenação final dos candidatos resultará da média aritmética simples das classificações obtidas em cada um dos métodos de selecção.

10.3 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

11 — Candidatura:

11.1 — De harmonia com as disposições aplicáveis do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, deverão os candidatos entregar pessoalmente ou remeter pelo correio, com aviso de recepção, à Faculdade de Engenharia, sita na Rua dos Bragas, 4050-123 Porto, requerimento dirigido ao director da Faculdade de Engenharia, do qual conste:

a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, nacionalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, residência, código postal e telefone);
b) Habilitações literárias;
c) Formação profissional complementar (acções de formação, especializações, etc.);
d) Experiência profissional;
e) Quaisquer outras circunstâncias que os candidatos reputem susceptíveis de influírem na apreciação do seu mérito ou de constituírem motivo de preferência legal.

11.2 — Juntamente com o requerimento de admissão os candidatos deverão apresentar:

a) *Curriculum vitae* detalhado;
b) Documento de identificação (fotocópia do bilhete de identidade);
c) Documento comprovativo das habilitações literárias — juntar certidão emitida pelo respectivo estabelecimento de ensino;
d) Documentos comprovativos das acções de formação — juntar declarações passadas pelas entidades promotoras das acções em causa;
e) Documento comprovativo do cumprimento dos deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
f) Documento comprovativo de que não está inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
g) Documento comprovativo de que possui a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e que tem cumprido as leis de vacinação obrigatória.

11.3 — A apresentação inicial da prova documental referida nas alíneas *e*), *f*) e *g*) do n.º 11.2 será no entanto dispensada desde que os candidatos declarem nos respectivos requerimentos, em alíneas separadas, sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontram relativamente a cada um desses requisitos.

12 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

13 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

14 — O júri terá a seguinte constituição:

Presidente — Doutor Sebastião José Cabral Feyo de Azevedo, professor catedrático da FEUP.
Vogais efectivos:

Doutora Lígia Maria da Silva Ribeiro, investigadora auxiliar da FEUP.
Doutor Gabriel Torcato David, professor auxiliar da FEUP.

Vogais suplentes:

Fernando Nunes Ferreira, professor catedrático da FEUP.
Dr.ª Maria Joana Monteiro de Carvalho Peres, assistente da FEUP.

O presidente será substituído, nas suas faltas ou impedimentos, pelo 1.º vogal efectivo.

30 de Agosto de 2000. — A Directora de Serviços, *Maria Odete Pinto Paiva.*

Despacho (extracto) n.º 18 770/2000 (2.ª série). — Por despacho de 20 de Junho de 2000 do director da Faculdade de Engenharia, da Universidade do Porto:

Maria Martins Guimarães Carvalho — contratada, em regime de contrato de trabalho a termo certo, como auxiliar administrativa da Faculdade de Engenharia, da Universidade do Porto, com efeitos a partir de 12 de Junho de 2000, sendo válido pelo período de 12 meses, eventualmente renovável por 9 meses. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

24 de Agosto de 2000. — A Directora de Serviços, *Maria Odete Paiva.*

Despacho (extracto) n.º 18 771/2000 (2.ª série). — Por despacho de 27 de Julho de 2000 do director da Faculdade de Engenharia, da Universidade do Porto:

Paula Cristina Julião Oliveira — contratada, em regime de contrato de trabalho a termo certo, como programadora da Faculdade de Engenharia, da Universidade do Porto, com efeitos a partir de 7 de Agosto de 2000, sendo válido pelo período de um ano, eventualmente renovável por nove meses. (Não carece do visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

28 de Agosto de 2000. — A Directora de Serviços, *Maria Odete Paiva.*

Despacho (extracto) n.º 18 772/2000 (2.ª série). — Por despacho de 6 de Julho de 2000 do director da Faculdade de Engenharia, da Universidade do Porto:

Paulo Jorge Ascensão dos Reis — contratado, em regime de contrato de trabalho a termo certo, como programador-adjunto de 2.ª classe (área de desenvolvimento de aplicações) da Faculdade de Engenharia, da Universidade do Porto, com efeitos a partir de 7 de Agosto de 2000, sendo válido pelo período de 12 meses, eventualmente renovável por 9 meses. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não devidos emolumentos.)

28 de Agosto de 2000. — A Directora de Serviços, *Maria Odete Paiva.*

Despacho (extracto) n.º 18 773/2000 (2.ª série). — Por despacho de 28 de Julho de 2000 do director da Faculdade de Engenharia, da Universidade do Porto:

Bárbara Neves Alves — contratada, em regime de contrato de trabalho a termo certo, como técnica superior de 2.ª classe (AE) da Faculdade de Engenharia, da Universidade do Porto, com efeitos a partir de 21 de Agosto de 2000, sendo válido pelo período de 12 meses, eventualmente renovável por 9 meses. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

28 de Agosto de 2000. — A Directora de Serviços, *Maria Odete Paiva.*

Despacho (extracto) n.º 18 774/2000 (2.ª série). — Por despacho de 27 de Julho de 2000 do director da Faculdade de Engenharia, da Universidade do Porto:

Maria Inês Gomes da Costa Cambeiro — contratada, em regime de contrato de trabalho a termo certo, como técnica de 1.ª classe (AE) da Faculdade de Engenharia, da Universidade do Porto, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2000, sendo válido pelo período de 12 meses, eventualmente renovável até ao limite de 31 meses. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

28 de Agosto de 2000. — A Directora de Serviços, *Maria Odete Paiva.*

Despacho (extracto) n.º 18 775/2000 (2.ª série). — Por despacho de 28 de Agosto de 2000 do director da Faculdade de Engenharia, da Universidade do Porto, por delegação de competências do reitor da Universidade do Porto:

António Augusto Fernandes — concedida a equiparação a bolseiro no estrangeiro de 25 de Agosto a 2 de Setembro de 2000.

30 de Agosto de 2000. — Pela Directora de Serviços, *(Assinatura ilegível.)*

Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar

Despacho n.º 18 776/2000 (2.ª série). — Por despacho de 29 de Agosto de 2000 da presidente do conselho directivo do ICBAS, por delegação de competências do reitor da Universidade do Porto, foi concedida equiparação a bolseiro fora do País ao seguinte docente:

Doutor Fernando Manuel Cordeiro de Sousa Oliveira Torres, professor catedrático — nos dias 1 e 2 de Setembro de 2000.

31 de Agosto de 2000. — A Chefe de Secção, *Ester Cunha.*

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

Reitoria

Aviso n.º 13 487/2000 (2.ª série). — *Curso de mestrado em Treino do Jovem Atleta.* — Lista das disciplinas e respectivos créditos do curso de mestrado em Treino do Jovem Atleta da Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa, aprovado por despacho reitoral de 30 de Agosto de 2000, nos termos do n.º 4.º da deliberação do senado n.º 10/UTL/92, publicada no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 149, de 1 de Julho de 1992:

Plano de estudos

Área científica: Fundamentos Bio-Sociais da Prática Desportiva do Jovem — 6,5 UC:

	UC
Crescimento e Maturação	1
Metabolismo Energético e Função Cardio-Respiratória	1,5
Função Neuromuscular	1
Desenvolvimento e Aprendizagem Motora	1,5
Desenvolvimento e Treino Psicológico do Jovem Atleta	1,5

Área científica: Bases Científico-Pedagógicas do Treino Desportivo com Jovens — 7 UC:

	UC
Desenvolvimento das Qualidades Físicas	1,5
Planeamento do Treino	1
Biomecânica das Técnicas Desportivas	1
Pedagogia do Desporto	1
O Jovem e o Desporto	1
Seminário	1,5
Temas dos Seminários	0,5
Nutrição	0,5
Lesões do Jovem Atleta	0,5
Esforço Físico em Casos Especiais	0,5
Composição Corporal	0,5
Genética e Desempenho Desportivo	0,5
Princípios do Treino Técnico e Táctico com Jovens	0,5
Modelos de Organização e Quadros Competitivos para Jovens	0,5
Quadro Social do Desporto Infanto-Juvenil	0,5

Os estudantes deverão optar por três seminários temáticos, para completar 1,5 UC.

Área científica: Metodologia da Investigação Científica em Ciências do Desporto — 5 UC:

	UC
Estatística	1
Metodologia da Investigação Científica	1
Métodos e Técnicas de Investigação em Ciências do Desporto	3

30 de Agosto de 2000. — O Vice-Reitor, *R. Bruno de Sousa.*

Instituto Superior de Economia e Gestão

Despacho n.º 18 777/2000 (2.ª série). — Por despacho do presidente do conselho directivo do Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa, de 5 de Julho de 2000, proferido por delegação do reitor da mesma Universidade de 1 de Março de 2000:

Ana Carla Lourenço do Carmo Ribeiro da Cunha — contratada, em regime de contrato de trabalho a termo certo, com efeitos a partir de 5 de Julho de 2000, pelo período de dois anos, para exercer funções inerentes à categoria profissional de técnica superior de 2.ª classe, área de recursos humanos. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

31 de Agosto de 2000. — O Presidente do Conselho Directivo, *António Mendonça.*

Despacho n.º 18 778/2000 (2.ª série). — Por despacho do presidente do conselho directivo do Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa, de 15 de Junho de 2000, proferido por delegação do reitor da mesma Universidade de 1 de Março de 2000:

Ana Filipa da Rosa Marques Branco Loureiro — contratada, em regime de contrato de trabalho a termo certo, com efeitos a partir de 15 de Junho de 2000, pelo período de dois anos, para exercer funções inerentes à categoria profissional de assistente administrativa. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

31 de Agosto de 2000. — O Presidente do Conselho Directivo, *António Mendonça.*

Despacho n.º 18 779/2000 (2.ª série). — Por despacho do presidente do conselho directivo do Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa, de 16 de Julho de 2000, proferido por delegação do reitor da mesma Universidade de 1 de Março de 2000:

Carla Susana Cardoso Campos — contratada, em regime de contrato de trabalho a termo certo, com efeitos a partir de 16 de Julho de 2000, pelo período de dois anos, para exercer funções inerentes à categoria profissional de técnica superior de 2.ª classe, área financeira. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

31 de Agosto de 2000. — O Presidente do Conselho Directivo, *António Mendonça.*

Despacho n.º 18 780/2000 (2.ª série). — Por despacho do presidente do conselho directivo do Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa, de 1 de Agosto de 2000, proferido por delegação do reitor da mesma Universidade de 1 de Março de 2000:

Pedro Miguel Brito Pereira Louro — contratado, em regime de contrato de trabalho a termo certo, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2000, pelo período de dois anos, para exercer funções inerentes à categoria profissional de auxiliar administrativo. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

31 de Agosto de 2000. — O Presidente do Conselho Directivo, *António Mendonça.*

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA

Aviso n.º 13 488/2000 (2.ª série). — Por despacho de 26 de Julho de 2000 do presidente do ISCTE, ao abrigo da alínea *e*) do n.º 3 do artigo 23.º dos Estatutos deste Instituto:

Regina de Almeida Monteiro — prorrogado o contrato de assistente, além do quadro neste Instituto, até à realização das provas de doutoramento, com efeitos a partir de 14 de Julho de 2000. (Não sujeito a fiscalização prévia do Tribunal das Contas.)

30 de Agosto de 2000. — O Presidente do Conselho Directivo, *Manuel Alberto Martins Ferreira.*

INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA

Despacho n.º 18 781/2000 (2.ª série). — Por despacho de 1 de Setembro de 2000 do presidente do Instituto Politécnico de Beja:

Ana Cláudia da Cruz Gonçalves Salgado — anulado o contrato administrativo de provimento como assistente do 1.º triénio além do quadro em regime de dedicação exclusiva, por urgente conveniência de serviço, a partir de 25 de Fevereiro de 2000, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 79, de 3 de Abril de 2000, em virtude de dever ser nomeada em comissão de serviço extraordinária.

1 de Setembro de 2000. — O Vice-Presidente, *António Júlio Toucinho da Silva.*

Despacho n.º 18 782/2000 (2.ª série). — Por despacho de 1 de Setembro de 2000 do presidente do Instituto Politécnico de Beja:

Ana Cláudia da Cruz Gonçalves Salgado — nomeada em regime de comissão de serviço extraordinária, nos termos do n.º 2 do artigo 24.º, conjugado com a alínea *b*) do n.º 2 do artigo 15.º, do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, precedendo concurso, assistente do 1.º triénio em regime de exclusividade, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 25 de Fevereiro de 2000, para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Beja, auferindo o vencimento correspondente ao índice 100, escalão 1, no valor de 278 400$. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

1 de Setembro de 2000. — O Vice-Presidente, *António Júlio Toucinho da Silva.*

INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA

Despacho n.º 18 783/2000 (2.ª série). — Por despacho de 25 de Agosto de 2000 do presidente do Instituto Politécnico de Bragança, nos termos do artigo 9.º da Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro:

Licenciado Fernando António Torrão Fernandes — autorizado o contrato administrativo de provimento para o exercício das funções de técnico superior de 2.ª classe estagiário nos Serviços Centrais deste Instituto, correspondendo-lhe a remuneração mensal ilíquida referenciada na escala salarial constante do anexo ao Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

30 de Agosto de 2000. — O Administrador, *Fernando Manuel da Silva Pêgo Barros.*

Despacho n.º 18 784/2000 (2.ª série). — Por despacho de 25 de Agosto de 2000 do presidente do Instituto Politécnico de Bragança, nos termos do artigo 9.º da Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro:

Licenciada Fernanda Clara Carvalho Pinto — autorizado o contrato administrativo de provimento para o exercício das funções de técnica superior de 2.ª classe estagiária nos Serviços Centrais deste Instituto, correspondendo-lhe a remuneração mensal ilíquida referenciada na escala salarial constante do anexo ao Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

30 de Agosto de 2000. — O Administrador, *Fernando Manuel da Silva Pêgo Barros.*

Despacho n.º 18 785/2000 (2.ª série). — Por despacho de 25 de Agosto de 2000 do presidente do Instituto Politécnico de Bragança, nos termos do artigo 9.º da Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro:

Licenciada Maria de Jesus Rodrigues Caldeireiro — autorizado o contrato administrativo de provimento para o exercício das funções de técnica superior de 2.ª classe estagiária na Escola Superior Agrária deste Instituto, correspondendo-lhe a remuneração mensal ilíquida referenciada na escala salarial constante do anexo ao Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

30 de Agosto de 2000. — O Administrador, *Fernando Manuel da Silva Pêgo Barros.*

Despacho n.º 18 786/2000 (2.ª série). — Por despacho de 25 de Agosto de 2000 do presidente do Instituto Politécnico de Bragança, nos termos do artigo 9.º da Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro:

Licenciada Maria Alzira Soares da Costa — autorizado o contrato administrativo de provimento para o exercício das funções de técnica superior de 2.ª classe estagiária na Escola Superior Agrária deste Instituto, correspondendo-lhe a remuneração mensal ilíquida referenciada na escala salarial constante do anexo ao Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

30 de Agosto de 2000. — O Administrador, *Fernando Manuel da Silva Pêgo Barros.*

Despacho n.º 18 787/2000 (2.ª série). — Por despacho de 25 de Agosto de 2000 do presidente do Instituto Politécnico de Bragança, nos termos do artigo 9.º da Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro:

Licenciada Sandra Maria Cascais Madeira — autorizado o contrato administrativo de provimento para o exercício das funções de técnica superior de 2.ª classe estagiária nos Serviços Centrais deste Instituto, correspondendo-lhe a remuneração mensal ilíquida referenciada na escala salarial constante do anexo ao Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

30 de Agosto de 2000. — O Administrador, *Fernando Manuel da Silva Pêgo Barros.*

Despacho n.º 18 788/2000 (2.ª série). — Por despacho de 25 de Agosto de 2000 do presidente do Instituto Politécnico de Bragança, nos termos do artigo 9.º da Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro:

Licenciado José António Sequeira Capela France — autorizado o contrato administrativo de provimento para o exercício das funções de técnico superior de 2.ª classe estagiário nos Serviços Centrais deste Instituto, correspondendo-lhe a remuneração mensal ilíquida referenciada na escala salarial constante do anexo ao Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

30 de Agosto de 2000. — O Administrador, *Fernando Manuel da Silva Pêgo Barros.*

Edital n.º 666/2000 (2.ª série). — O Prof. Doutor Dionísio Afonso Gonçalves, presidente do Instituto Politécnico de Bragança, faz saber que:

1 — Autorizado por despacho de 24 de Agosto de 2000, se encontra aberto, pelo prazo de 30 dias a contar da publicação deste edital no *Diário da República,* concurso documental para recrutamento de um assistente de 1.º triénio para o Departamento de Ciências Sociais, área científica de Economia, para integrar o corpo docente da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Mirandela, deste Instituto Politécnico.

2 — Ao referido concurso são admitidos candidatos com licenciatura em Economia, ou outras adequadas, e informação final de *Bom,* ou com informação inferior desde que disponham de currículo científico ou profissional relevante.

3 — Prazo de validade — o concurso é válido apenas para o preenchimento do lugar indicado, caducando com o seu preenchimento.

4 — A apresentação das candidaturas deve ser feita através de requerimento dirigido ao presidente do Instituto Politécnico de Bragança, Quinta de Santa Apolónia, apartado 38, 5301-854 Bragança, entregue pessoalmente, contra reembolso, ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, solicitando a admissão, dele devendo constar os seguintes elementos:

a) Nome completo;
b) Filiação;
c) Naturalidade;
d) Data e local do nascimento;
e) Estado civil;
f) Número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu;
g) Residência actual;
h) Grau académico e respectiva classificação final;
i) Categoria profissional e cargo que actualmente ocupa.

5 — Os candidatos devem fazer acompanhar os seus requerimentos com os seguintes documentos:

a) Certidão de registo de nascimento;
b) Bilhete de identidade ou pública-forma;
c) Atestado de robustez física e psíquica para o exercício da função;
d) Documento comprovativo de terem cumprido as leis de recrutamento militar;
e) Cinco exemplares do *curriculum vitae* detalhado, fazendo-o acompanhar dos documentos autenticados que comprovem as habilitações científicas e académicas, bem como das publicações e documentos que facilitem a formação de um juízo sobre as aptidões dos candidatos para o exercício do cargo a concurso;
f) Documento comprovativo de estarem nas condições do artigo 4.º do Estatuto da Carreira Docente do Ensino Superior Politécnico;
g) Documento com discriminação das cadeiras feitas, data e respectiva classificação;
h) Certidão de registo criminal.

6 — É dispensada a apresentação dos documentos referidos nas alíneas *a*), *b*), *c*), *d*) e *h*) do número anterior aos candidatos que declararem nos respectivos requerimentos, em alíneas separadas e sob compromisso de honra, a situação em que se encontram relativamente ao conteúdo de cada uma das alíneas.

7 — Os critérios de seriação resultam da aplicação do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho. Os critérios de ordenação para os candidatos seriados serão:

Classificação de licenciatura	20
Componente específica em que é aberto o concurso	1,5
Mestrado em área considerada relevante	2
Doutoramento em área considerada relevante	3
Experiência profissional	1
Actividade científica	1
Entrevista, caso o júri julgue necessário	4

8 — O não cumprimento do estipulado no presente edital implica a exclusão dos candidatos.

9 — O júri terá a seguinte constituição:

Presidente — Doutor João Baptista da Costa Carvalho, professor associado da Universidade do Minho.
Vogais:
Doutor António Manuel Ferreira Martins, professor auxiliar da Universidade de Coimbra.
Mestre Maria da Graça F. Bento Madureira, professora-adjunta do Instituto Politécnico de Bragança.

28 de Agosto de 2000. — O Presidente, *Dionísio Afonso Gonçalves.*

INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO

Despacho n.º 18 789/2000 (2.ª série). — Nos termos do n.º 4 do artigo 16.º dos Estatutos do Instituto Politécnico de Castelo Branco, homologados pelo Despacho Normativo n.º 35/95, de 19 de Junho, e dos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, delego no director da Escola Superior de Educação, professor José Dias dos Santos Pires, as seguintes competências:

1.1 — Autorizar deslocações em serviço dentro do território nacional com possibilidade de utilização de veículo próprio, bem como o processamento dos respectivos abonos legais;

1.2 — Autorizar a participação de funcionários em congressos, reuniões científicas, colóquios ou outras actividades no País que se revistam de interesse para os fins prosseguidos pela respectiva Escola;

1.3 — Autorizar a apresentação de candidaturas a bolsas por parte dos docentes da respectiva Escola;

1.4 — Conceder as licenças e dispensas previstas na lei;

1.5 — Qualificar como acidentes em serviço os sofridos por funcionários e agentes e autorizar as respectivas despesas, desde que observadas as formalidades legais;

1.6 — Autorizar a cedência temporária de instalações para fins educativos e de acção social escolar;

1.7 — Autorizar que as viaturas afectas à respectiva Escola possam ser conduzidas, por motivo de serviço, por funcionários que não exerçam a actividade de motorista;

1.8 — Autorizar a passagem de certidões de documentos existentes nos arquivos próprios, salvo se a respectiva documentação estiver classificada;

1.9 — Autorizar a distribuição gratuita de publicações editadas ou adquiridas;

1.10 — Aprovar as tabelas de preços e autorizar a venda dos produtos e serviços prestados pela Escola, tendo em atenção os meios humanos e materiais mobilizados, a qualidade e os preços correntes no mercado.

2 — Esta delegação entende-se feita sem prejuízo de poderes de avocação e superintendência.

3 — Consideram-se ratificados os actos praticados até esta data no âmbito definido pelo presente despacho.

1 de Setembro de 2000. — O Presidente, *Válter Victorino Lemos.*

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

Aviso n.º 13 489/2000 (2.ª série). — 1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso, devidamente autorizado por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Leiria de 30 de Agosto de 2000, se encontra aberto concurso interno de ingresso para selecção de estagiários com vista ao provimento na categoria de técnico superior de informática de 2.ª classe da carreira de técnico superior de informática principal — uma vaga.

2 — A publicação do presente aviso foi precedida da necessária consulta à DGAP sobre a existência de excedentes, que informou não haver pessoal nas condições requeridas, e tendo em conta a fixação do número máximo de não docentes padrão para o ano lectivo de 1999-2000, conforme despacho n.º 20 773/99 (2.ª série), do Ministro da Educação, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 256, de 3 de Novembro de 1999.

2.1 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

3 — Prazo de validade — o concurso é válido pelo período de um ano contado da data da publicação da lista de classificação final.

4 — Conteúdo funcional — as funções a desempenhar são as inerentes à área de Engenharia de Infra-Estruturas Tecnológicas, nomeadamente as designadas no n.º 4.º da Portaria n.º 244/97, de 11 de Abril.

5 — Vencimento — o correspondente ao do índice da respectiva categoria referenciada na escala salarial constante do mapa n.º 1 anexo ao Decreto-Lei n.º 12/2000, de 11 de Fevereiro.

6 — Local de trabalho — o local de trabalho situa-se na Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria.

7 — Sendo um concurso interno, destina-se apenas a funcionários ou agentes que, a qualquer título, exerçam funções correspondentes a necessidades permanentes há mais de um ano nos serviços e organismos da administração central, bem como nos institutos públicos nas modalidades de serviços personalizados do Estado e de fundos públicos, pelo que são requisitos gerais e especiais de admissão ao concurso:

7.1 — Requisitos gerais — reunir os requisitos referidos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, nomeadamente:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
b) Ter 18 anos completos;
c) Possuir as habilitações literárias legalmente exigidas para o desempenho do cargo;
d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
e) Não estar inibido do exercício das funções a que se candidata;
f) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis da vacinação obrigatória.

7.2 — Requisitos especiais — possuir licenciatura em Engenharia Informática, ramo de Redes e Sistemas de Comunicação.

8 — Métodos de selecção:

a) Prova escrita de conhecimentos gerais e específicos, de natureza teórica, com a duração de três horas, de acordo com o programa de provas constante do ponto II do despacho conjunto n.º 765/99, publicado em *Diário da República,* 2.ª série, n.º 205, de 2 de Setembro de 1999, e do ponto I do despacho n.º 12 738/99, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 154, de 5 de Julho de 1999;
b) Avaliação curricular, onde serão obrigatoriamente considerados e ponderados, de acordo com as exigências da função, os factores habilitação académica de base, formação profissional e experiência profissional;
c) Entrevista profissional de selecção, que avaliará, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos.

8.1 — Os métodos de selecção designados nas alíneas *a*) e *b*) do n.º 8 têm carácter eliminatório.

8.2 — A classificação final será expressa numa escala de 0 a 20 valores e resultará da média aritmética ponderada de todos os métodos de selecção.

8.3 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

9 — Processo de candidatura:

9.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento em folha de papel normal, branca ou de cor pálida, de formato A4 ou em papel contínuo, nos termos do Decreto-Lei n.º 112/90, de 4 de Abril, entregue pessoalmente ou remetido pelo correio com aviso de recepção, dirigido ao presidente do Instituto Politécnico de Leiria, Edifício Maringá, torre 2, 2.º, 2400-903 Leiria, solicitando a admissão a concurso, donde devem constar os seguintes elementos:

Nome;
Filiação;
Naturalidade (freguesia e concelho);
Data de nascimento;
Estado civil;
Bilhete de identidade (número, data e serviço de identificação que o emitiu);
Residência (código postal e número de telefone);
Categoria, serviço e local onde desempenha funções;
Concurso a que se candidata.

9.2 — O requerimento de admissão será acompanhado dos seguintes documentos, pela forma e nos termos que se indicam:

a) *Curriculum vitae* detalhado, com indicação dos seguintes elementos, para além de outros julgados necessários para melhor esclarecimento do júri:

Identificação;
Habilitações académicas e profissionais;
Experiência profissional (com descrição das funções desempenhadas e indicação, devidamente comprovada, dos períodos temporais para cada função exercida);

b) Documento de identificação — juntar fotocópia do bilhete de identidade;
c) Documento comprovativo das habilitações literárias exigidas;
d) Documentos comprovativos das habilitações profissionais (especializadas, seminários, acções de formação) — juntar declarações passadas pelas entidades promotoras das acções em causa ou cópias das mesmas, das quais constem a sua

designação, a indicação das entidades que as promoveram, os períodos em que decorreram e a respectiva duração em horas;

e) Declaração, passada pelos serviços a que se encontrem vinculados, da qual constem, de maneira inequívoca, a existência de vínculo à função pública, a categoria profissional que detêm e a respectiva antiguidade na categoria, na carreira e na função pública;

f) Documentos comprovativos dos elementos que os candidatos considerem relevantes para a apreciação do seu mérito ou que possam constituir motivo de preferência legal.

9.3 — É dispensada a apresentação da documentação respeitante aos requisitos gerais de admissão a que alude o artigo 29.º, com a excepção da alínea *c*) do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, a que se refere o n.º 7.1 do presente aviso, desde que os candidatos declarem, sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontram relativamente aos requisitos gerais de admissão ao concurso.

10 — Regime de estágio:

10.1 — O estágio tem a duração de um ano, findo o qual será atribuída classificação aos estagiários, e regular-se-á pelo artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho, conjugado com o regulamento de estágio homologado por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Leiria, publicado através do despacho de 28 de Fevereiro de 1996, inserido no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 70, de 22 de Março de 1996.

10.2 — A frequência do estágio é feita em comissão de serviço extraordinária ou em regime de contrato administrativo de provimento, consoante os candidatos estejam ou não nomeados definitivamente noutra carreira.

10.3 — A avaliação e a classificação final dos estagiários terão em atenção os seguintes elementos:

Relatório de estágio a apresentar pelo estagiário;
Classificação de serviço obtida durante o estágio;
Os resultados de frequência de cursos de formação directamente relacionados com as funções a exercer, que vierem a ser ministrados aos estagiários.

10.4 — A classificação será expressa de 0 a 20 valores.

10.5 — O júri de estágio terá a constituição prevista para o presente concurso.

11 — Afixação de listas — sempre que for caso disso, a relação de candidatos admitidos e a lista de classificação final do concurso, bem como quaisquer outros elementos julgados necessários para melhor esclarecimento dos interessados, serão afixados no átrio do edifício do Instituto Politécnico de Leiria, situado no Edifício Maringá, torre 2, 2.º, 2400-903 Leiria.

12 — Em tudo o que não esteja previsto no presente aviso aplicam-se as regras constantes dos Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, e 23/91, de 11 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/95, de 28 de Julho, e legislação complementar.

13 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

14 — A constituição do júri será a seguinte:

Presidente — Dr. Augusto Manuel José Eusébio, vice-presidente do conselho directivo da ESTG.

Vogais efectivos:

Engenheiro Carlos Manuel Silva Rabadão, professor-adjunto da ESTG.
Engenheira Maria Beatriz Guerra Piedade, professora-adjunta da ESTG.

Vogais suplentes:

Engenheiro Manuel Machado Pedro, professor-adjunto da ESTG.
Engenheiro Rui Vasco Guerra Baptista Monteiro, professor-adjunto da ESTG.

O 1.º vogal efectivo substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

30 de Agosto de 2000. — O Presidente, *Luciano Santos Rodrigues de Almeida.*

ANEXO

Enunciado do programa de provas do concurso para selecção de estagiários com vista ao provimento na carreira técnica superior de informática:

Direitos e deveres da função pública e deontologia profissional;
Regime de férias, faltas e licenças;
Estatuto remuneratório dos funcionários e agentes da Administração Pública;
Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Pública;
Deontologia do serviço público;
Atribuições e competências do Instituto Politécnico de Leiria;
Ergonomia, segurança e ambiente;
Análise e concepção de sistemas;
Sistemas de operação abertos e plataformas cliente/servidor;
Bases de dados: criação e gestão;
Planeamento e análise de sistemas de informação;
Programação e linguagens;
Desenvolvimento de sistemas de informação e aplicação;
Comunicações e redes;
Engenharia de infra-estruturas tecnológicas;
Gestão de projectos informáticos;
Privacidade e segurança.

Legislação e bibliografia:

Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, e Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto;
Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro;
Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, Portaria n.º 807/99, de 21 de Setembro, e Lei n.º 44/99, de 11 de Junho;
Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro;
Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho, com a alteração introduzida pela Lei n.º 25/98, de 26 de Maio;
Estatutos do Instituto Politécnico de Leiria, homologados pelo Despacho Normativo n.º 37/95, de 2 de Agosto, e publicados no *Diário da República,* 1.ª série-B;
Estatutos da Escola Superior de Tecnologia e Gestão, homologados pelo despacho n.º 5/97, de 19 de Março;
Estatutos da Escola Superior de Educação de Leiria, homologados pelo despacho n.º 6905/99, de 7 de Abril;
Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro;
Decreto-Lei n.º 24/94, de 27 de Janeiro;
Decreto-Lei n.º 45/88, de 14 de Dezembro;
Decreto-Lei n.º 18/99, de 26 de Janeiro;
Decreto-Lei n.º 264/99, de 14 de Julho;
Computer Networks, Andrew S. Tanenbaum, Prentice Hall;
Internetworking Technologies Handbook, 2.ª edição, Kevin Downes (editor), H. Kim Lew, Steve Spanier, Tim Stevenson, Kevin Downs, Cisco Systems;
TCP/IP Ilustrated, vol. 1: The Protocols (Addison-Wesley Professional Computing Series), W. Richard Stevens Chard, Addison-Wesley Pub Co;
Dns and Bind, Cricket Liu, Paul Albitz, Mike Loukides, O'Reilly & associates;
Sendmail, Bryan Costales, Eric Allman, O'Reilly & associates;
Linux Network Administrator's Guide, Olaf Kirch, O'Reilly & associates;
Microsoft Windows NT Server 4.0 Resource Kit, Microsoft Press;
Asynchronous Transfer Mode (Atm): Technical Overview, Harry J. R. Dutton, Peter Lenhard, Prentice Hall.
Building Internet Firewalls, D. Brent Chapman, Elizabeth D. Zwicky, Deborah Russell, O'Reilly & Associates.
CCIE Professional Development: Routing Tcp/Ip, Jeff Doyle, Cisco Systems.

Aviso n.º 13 490/2000 (2.ª série). — 1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, por despacho de 30 de Agosto de 2000 do presidente do Instituto Politécnico, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República,* concurso interno de ingresso para provimento de um lugar vago e para as vagas que vierem a ocorrer durante o prazo de validade do concurso de técnico de 2.ª classe (estagiário), área de conservação e manutenção de espaços, da carreira técnica do Instituto Politécnico de Leiria.

2 — A publicação do presente aviso foi precedida de consulta à DGAP sobre a existência de pessoal em inactividade, a que se refere o artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 13/97, de 17 de Janeiro, que informou não haver pessoal nas condições referidas, e teve em conta a fixação do número máximo de não docentes padrão para o ano lectivo de 1999-2000, conforme despacho n.º 20 773/99 (2.ª série) do Ministro da Educação, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 256, de 3 de Novembro de 1999.

3 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

4 — Prazo de validade — o concurso é válido pelo período de um ano contado da data da publicação da lista de classificação final.

5 — Conteúdo funcional — as funções a desempenhar são genericamente de estudo e aplicação de métodos e processos de natureza

técnica com autonomia e responsabilidade, enquadradas em planificação estabelecida, requerendo uma especialização e conhecimentos profissionais adquiridos através de curso superior.

6 — Sendo um concurso interno, destina-se apenas a funcionários ou agentes, que, a qualquer título, exerçam funções correspondentes a necessidades permanentes há mais de um ano nos serviços e organismos da administração central, bem como nos institutos públicos nas modalidades de serviços personalizados do Estado e de fundos públicos, pelo que são requisitos gerais e especiais de admissão ao concurso:

6.1 — Requisitos gerais — reunir os requisitos referidos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, nomeadamente:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
b) Ter 18 anos completos;
c) Possuir as habilitações literárias legalmente exigidas para o desempenho do cargo;
d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
e) Não estar inibido do exercício das funções a que se candidata;
f) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis da vacinação obrigatória.

6.2 — Requisitos especiais — possuir o grau de bacharel em Engenharia Electrotécnica, Manutenção Industrial.

7 — O estágio terá a duração de um ano, findo o qual será atribuída ao estagiário a respectiva classificação.

8 — O concurso regular-se-á pelo regime de concursos instituído pelo Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

9 — Local e condições de trabalho — o local de trabalho é no Instituto Politécnico de Leiria e nas escolas integradas, sendo a escala salarial a que consta em anexo ao Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, sem prejuízo de direito de opção pelo vencimento do lugar de origem durante o período de estágio.

10 — Métodos de selecção:

a) Prova de conhecimentos gerais e prova de conhecimentos específicos;
b) Avaliação curricular;
c) Entrevista profissional de selecção.

10.1 — As provas de conhecimentos são escritas, valoradas de 0 a 20 valores, e traduzem-se numa prova de conhecimentos gerais e numa prova de conhecimentos específicos, eliminatórias, com a duração de uma hora cada.

10.1.1 — A prova de conhecimentos gerais tem por base o programa aprovado superiormente conforme o despacho n.º 12 738/99, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 154, de 5 de Julho de 1999:

Direitos e deveres da função pública e deontologia profissional;
Regime de férias, faltas e licenças;
Estatuto remuneratório dos funcionários e agentes da Administração Pública;
Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Pública;
Deontologia do serviço público;
Atribuições e competências do Instituto Politécnico de Leiria.

Legislação aconselhada para a prova de conhecimentos gerais:

Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, e Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto;
Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro;
Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, Portaria n.º 807/99, de 21 de Setembro, e Lei n.º 44/99, de 11 de Junho;
Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro;
Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho, com a alteração introduzida pela Lei n.º 25/98, de 26 de Maio;
Estatutos do Instituto Politécnico de Leiria, homologados pelo Despacho Normativo n.º 37/95, de 2 de Agosto, publicados no *Diário da República,* 1.ª série-B;
Estatutos da Escola Superior de Tecnologia e Gestão, homologados pelo despacho n.º 5/97, de 19 de Março;
Estatutos da Escola Superior de Educação de Leiria, homologados pelo despacho n.º 6905/99, de 7 de Abril;
Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro;
Decreto-Lei n.º 24/94, de 27 de Janeiro;
Decreto n.º 45/88, de 14 de Dezembro;
Decreto-Lei n.º 18/99, de 26 de Janeiro;
Decreto-Lei n.º 264/99, de 14 de Julho.

10.1.2 — A prova de conhecimentos específicos versa sobre as matérias definidas no programa aprovado pelo despacho conjunto n.º 765/99, de 29 de Julho, do presidente do Instituto Politécnico de Leiria e do director-geral da Administração Pública, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 205, de 2 de Setembro de 1999, a saber:

A prova de conhecimentos específicos versará sobre:

1) Gestão e administração das instalações;
2) Concepção e manutenção do cadastro das instalações;
3) Normas sobre condições ambientais, nomeadamente no âmbito da higiene e segurança.

Bibliografia aconselhada:

Uma Introdução à Manutenção, de Luís Andrade Ferreira, Publindústria Edições Técnicas;
Organização e Gestão de Manutenção, José Saraiva Cabral, Lidel Edições Técnicas;
Juran, J. M., *A Qualidade desde o Projecto;*
Norma NP EN ISO 9001 (1995) — Sistemas da qualidade. Modelo de garantia da qualidade na concepção/desenvolvimento, produção, instalação e assistência após venda (ISO 9001:1994);
DGE, 1996, *Manual do Gestor de Energia,* Direcção-Geral da Energia;
EDP, 1999 e 2000, *Sistema Tarifário de Venda de Energia Eléctrica;*
Miguel, Alberto Sérgio, *Manual de Higiene e Segurança no Trabalho,* Porto Editora;
Regulamento de Segurança de Instalações e Utilização de Energia Eléctrica;
Regulamento de Segurança de Ascensores Eléctricos;
Guia Técnico das Instalações Estabelecidas em Locais Residenciais ou de Uso Profissional, DGE.

10.1.3 — Serão dadas indicações sobre a data, hora e local de prestação das provas aquando da notificação/publicação da lista dos candidatos.

10.1.4 — Cada uma das provas de conhecimentos é eliminatória de per si, desde que o candidato não obtenha em cada uma delas classificação igual ou superior a 10 valores, considerando-se como tal, por arredondamento, as classificações iguais ou superiores a 9,5 valores.

10.2 — Avaliação curricular, com carácter eliminatório, em que serão considerados e ponderados, de acordo com as exigências da função, os seguintes factores:

Habilitações académicas de base, onde se pondera a titularidade de um grau académico ou a sua equiparação, legalmente reconhecida;
Formação profissional, em que se ponderam as acções de formação e de aperfeiçoamento profissional relacionadas com a área funcional da vaga posta a concurso;
Experiência profissional, em que se pondera o desempenho efectivo de funções na área de actividade para que é aberto o concurso, com avaliação da sua natureza e duração.

10.2.1 — A avaliação curricular é expressa na escala de 0 a 20 valores e resulta da média ponderada dos factores acima mencionados.

10.3 — Entrevista profissional de selecção — visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos.

10.3.1 — A entrevista profissional de selecção pondera os seguintes factores:

Capacidade de expressão;
Sentido crítico;
Motivação e sentido de responsabilidade.

11 — A classificação final dos candidatos é expressa numa escala de 0 a 20 valores e resulta da média aritmética simples das classificações obtidas em cada um dos métodos utilizados, calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$CF = \frac{PC + AC + EP}{3}$$

em que:

CF = classificação final;
PC = provas de conhecimentos;
AC = avaliação curricular;
EP = entrevista profissional de selecção.

12 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e da entrevista profissional, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

13 — Regime de estágio — o regime, a duração e a avaliação final do estágio reger-se-ão pelo artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho, conjugado com o regulamento de estágio, homologado por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Leiria, publicado através do despacho n.º 12 639/97, no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 286, de 12 de Dezembro de 1997. O estágio far-se-á

em comissão de serviço extraordinária ou em regime de contrato administrativo de provimento, consoante os funcionários estejam ou não nomeados definitivamente noutra carreira.

14 — Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas através de requerimento dirigido ao presidente do Instituto Politécnico de Leiria, entregue pessoalmente ou remetido pelo correio, em carta registada, com aviso de recepção, expedido até ao termo do prazo fixado, para o Instituto Politécnico de Leiria, Edifício Maringá, torre 2, 2.º, 2400-221 Leiria, solicitando a admissão ao concurso.

14.1 — Nos requerimentos de admissão devem constar os seguintes elementos:

Nome;
Filiação;
Naturalidade (freguesia e concelho);
Data de nascimento;
Bilhete de identidade (número, data e serviço de identificação que o emitiu);
Residência (morada completa, com código postal e número de telefone);
Habilitações literárias exigidas por lei;
Categoria, serviço e local onde desempenha funções;
Identificação do concurso a que se candidata, bem como do *Diário da República* em que foi publicado o respectivo aviso.

14.2 — Juntamente com o requerimento de admissão, os candidatos deverão apresentar os seguintes documentos:

a) *Curriculum vitae* detalhado, com indicação dos seguintes elementos, para além de outros julgados necessários para melhor esclarecimento do júri:

Identificação;
Habilitações académicas e profissionais;
Experiência profissional (com descrição das funções desempenhadas e indicação, devidamente comprovada, dos períodos temporais para cada função exercida);

b) Documento de identificação — juntar fotocópia do bilhete de identidade;
c) Documento comprovativo das habilitações literárias exigidas;
d) Documentos comprovativos das habilitações profissionais (especializações, seminários, acções de formação) — juntar declarações passadas pelas entidades promotoras das acções em causa ou cópias das mesmas, das quais constem a sua designação, a indicação das entidades que as promoveram, os períodos em que decorreram e a respectiva duração em horas;
e) Declaração, passada pelos serviços a que se encontrem vinculados, da qual constem, de maneira inequívoca, a existência de vínculo à função pública, a categoria profissional que detêm e a respectiva antiguidade na categoria, na carreira e na função pública;
f) Documentos comprovativos dos elementos que os candidatos considerem relevantes para apreciação do seu mérito ou que possuam constituir motivo de preferência legal.

14.3 — É dispensada a apresentação da documentação respeitante aos requisitos gerais de admissão a que alude o artigo 29.º, com a excepção da alínea *c*), do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, a que se refere o n.º 6.1 do presente aviso, desde que os candidatos declarem, sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontram relativamente aos requisitos gerais de admissão ao concurso.

15 — As falsas declarações são punidas nos termos da lei.

16 — Assiste ao júri a faculdade de exigir aos candidatos, em caso de dúvida, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

17 — As listas de admissão, de exclusão e de classificação final do respectivo concurso bem como quaisquer outros elementos necessários ao esclarecimento dos interessados serão afixados nos serviços centrais do Instituto Politécnico de Leiria, Edifício Maringá, torre 2, 2.º, 2400-221 Leiria, nos termos da alínea *i*) do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, ou serão notificados por ofício registado, nos termos do artigo 34.º do referido decreto-lei.

18 — Composição do júri:

Presidente — Engenheiro Nuno André Oliveira Mangas Pereira, presidente do conselho directivo da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria.
Vogais efectivos:

Engenheiro Eliseu Manuel Artilheiro Ribeiro, professor-adjunto da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria.
Engenheiro Paulo Jorge Cruz Ventura, equiparado a assistente do 1.º triénio da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria.

Vogais suplentes:

Engenheiro Francisco Bernardo de Noronha e Távora, equiparado a professor-adjunto da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria.
Maria Teresa Freire Albuquerque Cecílio, secretária da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria.

19 — Na ausência ou impedimento, o presidente do júri será substituído pelo 1.º vogal efectivo.

20 — O júri designado será também o júri do estágio.

30 de Agosto de 2000. — O Presidente, *Luciano Santos Rodrigues de Almeida.*

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA

Instituto Superior de Engenharia

Despacho n.º 18 790/2000 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 18 de Julho de 2000, proferido nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, procede-se à reconversão profissional de acordo com o mapa em anexo, com efeitos reportados a 18 de Julho de 2000:

Nome	Categoria anterior			Nova categoria		
	Designação	Escalão	Índice	Designação	Escalão	Índice
João José Freixo Correia	Técnico profissional de 1.ª classe — generalista.	1	215	Técnico profissional de 1.ª classe — mecanotecnia.	1	215
Mário Alcides Dias Rodrigues Garrett	Técnico profissional de 1.ª classe — generalista.	4	245	Técnico profissional de 1.ª classe — mecanotecnia.	4	245

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Agosto de 2000. — Pelo Presidente do Conselho Directivo, *Luís Manuel Vicente Ferreira Simões.*

Despacho n.º 18 791/2000 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 15 de Junho de 2000, proferido nos termos do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, procede-se à reclassificação de acordo com o mapa em anexo, com efeitos reportados a 15 de Junho de 2000:

Nome	Categoria anterior			Nova categoria		
	Designação	Escalão	Índice	Designação	Escalão	Índice
Maria Madalena Guerreiro Pinheiro Pimenta	Técnico experimentador principal.	5	350	Técnico profissional especialista principal.	5	360
Maria de Lurdes Leitão Dias Ferreira	Técnico experimentador principal.	4	330	Técnico profissional especialista principal.	4	345

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Agosto de 2000. — Pelo Presidente do Conselho Directivo, *Luís Manuel Vicente Ferreira Simões.*

INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM

Despacho n.º 18 792/2000 (2.ª série). — Nos termos da proposta apresentada pela Escola Superior de Educação deste Instituto, e no uso da competência constante nas alíneas *j*) e *n*) do n.º 1 do artigo 17.º dos Estatutos do IPS, aprovados pelo Despacho Normativo n.º 77/95, de 11 de Outubro, publicado no *Diário da República,* 1.ª série-B, n.º 280, de 5 de Dezembro de 1995, ao abrigo do artigo 8.º, dos n.ºs 2 e 4 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, e do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de Abril, foi autorizada a colocação em regime de requisição na referida Escola de 1 de Setembro de 2000 a 31 de Agosto de 2001 a:

Na sequência do despacho autorizador de 11 de Julho de 2000 do director regional-adjunto de Educação de Lisboa:

Para exercer as funções de equiparado a assistente do 1.º triénio:

Zita Maria Calado Faustino Neves, PQND — CLMT, Escola Secundária com 3.º ciclo do Ensino Básico do Entroncamento.

Para exercerem as funções de equiparado a assistente do 2.º triénio:

Maria Isabel dos Santos Gomes Maduro Gonçalves, PQND — CLMT, Escola Básica do 1.º Ciclo Ribeira Ruiva.
Maria Manuela Silvério Candeias, PQND — DREC, Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclo com Ensino Secundário de Proença-a-Nova.
Eulália Maria Delgado Teigas Marques, PQND — CLMT, Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Sá da Bandeira.
Maria Cecília Gonçalves Preto R. Santos Mendes, PQND — CLMT, Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclo de Alexandre Herculano.
Maria Fernanda de Jesus Bento Pinto, PQND — CGL, Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclo da Pontinha.
Maria de Lourdes Cangueiro dos Santos Ferreira, PQND — CGL, Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclo de Gaspar Correia.
Maria Teresa Dias Bento, PQND — CLMT, Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico do Dr. Ginestal Machado.

Para exercerem as funções de equiparado a professor-adjunto:

Gentil de Sousa da Pena Duarte, PQND — CLMT, Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico do Cartaxo.
Maria do Céu Gonçalves Dias, PQG — CLMT, Escola Básica do 1.º Ciclo de Santarém n.º 8.
Maria de Fátima Coelho Loução Cid Galveias, PQND — CLMT, Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Sá da Bandeira.
Maria Isabel Alves Rodrigues, PQND — CGL, Jardim-de-Infância de Caneças.
Paulo Moreira da Fonseca Silva Serra, PQND — CLMT, Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico da Marquesa de Alorna.
Ana Maria Leitão Bandeira Pires Machado Rodrigues, PQND — CGL, Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico do Lumiar.

Na sequência dos despachos autorizadores de 11 de Julho de 2000 do director regional-adjunto de Educação de Lisboa e de 19 de Julho de 2000 da directora regional-adjunta da DREC:

Para exercer as funções de equiparado a assistente do 2.º triénio:

Maria Manuela Silvério Candeias, PQND — DREC, Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclo com Ensino Secundário de Proença-a-Nova.

Na sequência do despacho autorizador de 7 de Agosto de 2000 do director regional-adjunto de Educação de Lisboa:

Para exercer as funções de equiparado a assistente do 2.º triénio:

Maria Margarida Coelho Neves, PQND — CLMT, Escola Básica do 1.º Ciclo de Fazendas de Almeirim.

23 de Agosto de 2000. — O Presidente, *Alberto Guerra Justino.*

Despacho n.º 18 793/2000 (2.ª série). — Nos termos da proposta apresentada pela Escola Superior de Desporto de Rio Maior, deste Instituto, e no uso da competência constante nas alíneas *j*) e *n*) do n.º 1 do artigo 17.º dos Estatutos do IPS, aprovados pelo Despacho Normativo n.º 77/95, de 11 de Outubro, publicado no *Diário da República,* 1.ª série-B, n.º 280, de 5 de Dezembro de 1995, ao abrigo do artigo 8.º, dos n.ºs 2 e 4 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de Abril, foi autorizada a colocação em regime de requisição na referida Escola de 1 de Setembro de 2000 a 31 de Agosto de 2001 a:

Na sequência do despacho autorizador de 11 de Julho de 2000 do director regional-adjunto de Educação de Lisboa:

Para exercerem funções de equiparado a professor-adjunto:

Ana Paula de Lemos Teixeira e Seabra, PQND — CLMT, Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclo de Alexandre Herculano.
António Manuel da Silva Moreira, PQND — CO, Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos de Pataias.
Carla Maria Chicau Costa Borrego, PQND — CGL, Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos de Maria Veleda.
Carlos Manuel Marques da Silva, PQND — CGL, Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos da Bobadela.
João Paulo Reis Gonçalves Moreira de Brito, PQND — CGL, Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos de Cesário Verde.
Vítor Manuel Alves Milheiro, PQND — CO, Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Rafael Bordalo Pinheiro.

Na sequência dos despachos autorizadores de 11 de Julho de 2000 do director regional-adjunto de Educação de Lisboa e de 26 de Julho de 2000 do director de serviços de Recursos Humanos da DREA:

Para exercer as funções de equiparado a professor-adjunto:

António Manuel Vitória Vences de Brito, PQND — DREA, Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos de Grândola.

Na sequência dos despachos autorizadores de 11 de Julho de 2000 do director regional-adjunto de Educação de Lisboa e de 25 de Julho de 2000 da directora regional-adjunta da DREC:

Para exercer as funções de equiparado a assistente do 1.º triénio:

Paulo Jorge Paixão Miguel, PQND — DREC, Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Sátão.

23 de Agosto de 2000. — O Presidente, *Alberto Guerra Justino.*

Despacho (extracto) n.º 18 794/2000 (2.ª série). — Por despacho de 12 de Maio de 2000 do presidente deste Instituto:

João António Marujo do Nascimento — autorizado o contrato administrativo de provimento como assistente do 1.º triénio, precedendo concurso, pelo período de três anos, a partir de 12 de Maio de

2000, em regime de tempo integral e exclusividade, por urgente conveniência de serviço, para a Escola Superior de Gestão de Santarém, deste Instituto.

Por despacho de 8 de Junho de 2000 do presidente deste Instituto:

Maria Manuel Manteigueiro Verregoso Vairinho — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente do 2.º triénio, pelo período de um ano, a partir de 8 de Junho de 2000, em regime de tempo integral e exclusividade, por urgente conveniência de serviço, para a Escola Superior de Gestão de Santarém, deste Instituto.

Por despacho de 16 de Junho de 2000 da vice-presidente deste Instituto:

Mara Andreia Martins Lopes Simões — autorizado o contrato administrativo de provimento como encarregada de trabalhos, pelo período de um ano, com efeitos reportados a 1 de Junho de 2000, em regime de tempo integral, por urgente conveniência de serviço, para a Escola Superior de Gestão de Santarém, deste Instituto.

(Não carecem de visto ou anotação do Tribunal de Contas.)

28 de Agosto de 2000. — O Administrador, *Mário Jesus Mota.*

Despacho (extracto) n.º 18 795/2000 (2.ª série). — Por despacho de 13 de Março de 2000 do presidente deste Instituto:

Carla Maria da Costa e Silva Carriço — autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento como encarregada de trabalhos, pelo período de dois anos, com efeitos reportados a 1 de Fevereiro de 2000, em regime de tempo integral, por urgente conveniência de serviço, para a Escola Superior de Gestão de Santarém, deste Instituto.

Por despacho de 20 de Março de 2000 do presidente deste Instituto:

Fernando António Costa Gaspar — autorizado o contrato administrativo de provimento como assistente do 1.º triénio, precedendo concurso, pelo período de três anos, a partir de 1 de Junho de 2000, em regime de tempo integral e exclusividade, por urgente conveniência de serviço, para a Escola Superior de Gestão de Santarém, deste Instituto.

Por despacho de 29 de Março de 2000 do presidente deste Instituto:

Luís Filipe Martins Rainha — autorizado o contrato administrativo de provimento como assistente do 1.º triénio, precedendo concurso, pelo período de três anos, a partir de 29 de Março de 2000, em regime de tempo integral e exclusividade, por urgente conveniência de serviço, para a Escola Superior de Gestão de Santarém, deste Instituto.

(Não carecem de visto ou anotação do Tribunal de Contas.)

28 de Agosto de 2000. — O Administrador, *Mário Jesus Mota.*

Despacho (extracto) n.º 18 796/2000 (2.ª série). — Por despacho de 10 de Abril de 2000 do presidente deste Instituto:

Nuno Carlos Prazeres Marques Leitão — autorizado o contrato administrativo de provimento como assistente do 1.º triénio, precedendo concurso, pelo período de três anos, a partir de 10 de Abril de 2000, em regime de tempo integral e exclusividade, por urgente conveniência de serviço, para a Escola Superior de Gestão de Santarém, deste Instituto.

Por despachos de 8 de Maio de 2000 do presidente deste Instituto:

José João Domingos Violante — autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento como equiparado a assistente do 2.º triénio, pelo período de seis meses, com efeitos reportados a 1 de Abril de 2000, em regime de tempo integral, por urgente conveniência de serviço, para a Escola Superior de Gestão de Santarém, deste Instituto.

Filipa Marques da Silva Taborda Ferreira — autorizado o contrato administrativo de provimento como assistente do 1.º triénio, precedendo concurso, pelo período de três anos, a partir de 8 de Maio de 2000, em regime de tempo integral e exclusividade, por urgente conveniência de serviço, para a Escola Superior de Gestão de Santarém, deste Instituto.

(Não carecem de visto ou anotação do Tribunal de Contas.)

28 de Agosto de 2000. — O Administrador, *Mário Jesus Mota.*

Despacho (extracto) n.º 18 797/2000 (2.ª série). — Por despacho de 22 de Novembro de 1999 do presidente deste Instituto:

José António Pais Lopes — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparado a professor-adjunto, pelo período de seis meses, em regime de tempo integral, a partir de 22 de Novembro de 1999, por urgente conveniência de serviço, para a Escola Superior de Gestão de Santarém, deste Instituto.

Por despacho de 31 de Dezembro de 1999 do presidente deste Instituto:

Susana Cristina Henriques Leal — autorizado o contrato administrativo de provimento como assistente do 1.º triénio, precedendo concurso, pelo período de três anos, em regime de tempo integral e exclusividade, a partir de 3 de Janeiro de 2000, por urgente conveniência de serviço, para a Escola Superior de Gestão de Santarém, deste Instituto.

Por despacho de 1 de Fevereiro de 2000 do presidente deste Instituto:

Ana Sofia Fernandes Lino — autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente do 1.º triénio, pelo período de dois anos, com efeitos reportados a 4 de Janeiro de 2000, em regime de tempo integral e exclusividade, por urgente conveniência de serviço, para a Escola Superior de Gestão de Santarém, deste Instituto.

(Não carecem de visto ou anotação do Tribunal de Contas.)

28 de Agosto de 2000. — O Administrador, *Mário Jesus Mota.*

Despacho (extracto) n.º 18 798/2000 (2.ª série). — Por despacho de 10 de Julho de 2000 do presidente deste Instituto:

Alexandre Manuel Santareno Pimenta — autorizado o contrato administrativo de provimento como encarregado de trabalhos, pelo período de um ano, a partir de 17 de Julho de 2000, em regime de tempo integral, por urgente conveniência de serviço, para a Escola Superior de Gestão de Santarém, deste Instituto. (Não carece de visto ou anotação do Tribunal de Contas.)

28 de Agosto de 2000. — O Administrador, *Mário Jesus Mota.*

Despacho (extracto) n.º 18 799/2000 (2.ª série). — Por despacho de 12 de Julho de 2000 do presidente deste Instituto:

Nuno Tiago Lopes Mendes — autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento como encarregado de trabalhos, pelo período de dois anos, com efeitos reportados a 1 de Julho de 2000, em regime de tempo integral, por urgente conveniência de serviço, para a Escola Superior Agrária de Santarém, deste Instituto. (Não carece de visto ou anotação do Tribunal de Contas.)

28 de Agosto de 2000. — O Administrador, *Mário Jesus Mota.*

Despacho (extracto) n.º 18 800/2000 (2.ª série). — Por despachos de 1 de Fevereiro de 2000 do presidente deste Instituto:

Jorge Manuel Ferreira Maria — autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento como equiparado a assistente do 2.º triénio, pelo período de dois anos, com efeitos reportados a 2 de Janeiro de 2000, em regime de tempo integral e exclusividade, por urgente conveniência de serviço, para a Escola Superior de Gestão de Santarém deste Instituto.

António Manuel Ferreira dos Santos Roberto — autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento como equiparado a professor-adjunto, pelo período de dois anos, com efeitos reportados a 1 de Janeiro de 2000, em regime de tempo integral e exclusividade, por urgente conveniência de serviço, para a Escola Superior de Gestão de Santarém deste Instituto.

Maria Filipa da Silva Ferreira de Lima Miranda Nogueira — autorizado o contrato administrativo de provimento como assistente do 1.º triénio, precedendo concurso, pelo período de três anos, a partir de 21 de Fevereiro de 2000, em regime de tempo integral e exclusividade, por urgente conveniência de serviço, para a Escola Superior de Gestão de Santarém deste Instituto.

(Não carecem de visto ou anotação do Tribunal de Contas.)

28 de Agosto de 2000. — O Administrador, *Mário Jesus Mota.*

Despacho (extracto) n.º 18 801/2000 (2.ª série). — Por despacho de 1 de Fevereiro de 2000 do presidente deste Instituto:

João Carlos Maurício Santos — autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento como equiparado a assistente do 2.º triénio, pelo período de dois anos, com efeitos reportados a

4 de Janeiro de 2000, em regime de tempo integral, por urgente conveniência de serviço, para a Escola Superior de Gestão de Santarém, deste Instituto.

Por despacho de 24 de Fevereiro de 2000 do presidente deste Instituto:

Elsa Regina Monteiro Vieira — autorizado o contrato administrativo de provimento como assistente do 1.º triénio, precedendo concurso, pelo período de três anos, a partir de 28 de Fevereiro de 2000, em regime de tempo integral e exclusividade, por urgente conveniência de serviço, para a Escola Superior de Gestão de Santarém, deste Instituto.

Por despacho de 13 de Março de 2000 do presidente deste Instituto:

António José Mendes Baltazar — autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento como assistente do 2.º triénio, pelo período de três anos, em regime de tempo integral e exclusividade, com efeitos reportados a 10 de Março de 2000, por urgente conveniência de serviço, para a Escola Superior de Gestão de Santarém, deste Instituto.

(Não carecem de visto ou anotação do Tribunal de Contas.)

28 de Agosto de 2000. — O Administrador, *Mário Jesus Mota.*

Despacho (extracto) n.º 18 802/2000 (2.ª série). — Por despacho de 29 de Agosto de 2000 do presidente deste Instituto:

José Bernardino Rosado da Cunha Massuça — autorizada a rescisão do contrato como equiparado a professor-adjunto da Escola Superior de Gestão de Santarém deste Instituto, com efeitos reportados a 3 de Julho de 2000. (Não carece de visto ou anotação do Tribunal de Contas.)

31 de Agosto de 2000. — O Administrador, *Mário Jesus Mota.*

INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR

Edital n.º 667/2000 (2.ª série). — *Concurso a que se refere a alínea b3) do artigo 13.º da Portaria n.º 533-A/99.* — A Escola Superior de Tecnologia, do Instituto Politécnico de Tomar, em cumprimento do disposto na Portaria n.º 413-A/98, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Portaria n.º 533-A/99, artigo 13.º, alínea *b3*), torna público que se encontra aberto, pelo prazo de oito dias úteis contados a partir da publicação deste aviso, concurso de acesso ao 2.º ciclo das licenciaturas bietápicas abaixo indicadas, sendo as vagas existentes as seguintes:

Licenciatura em Tecnologia e Artes Gráficas — 3 vagas;
Licenciatura em Engenharia Civil — 10 vagas;
Licenciatura em Conservação e Restauro:

Ramo de Arte Lusíada — 5 vagas;
Ramo de Tecnologia — 2 vagas;
Ramo de Arqueologia da Paisagem — 5 vagas;

Licenciatura em Engenharia Química Industrial:

Ramo de Tecnologia — 3 vagas;
Ramo de Ambiente — 2 vagas;

Licenciatura em Engenharia Electrónica:

Ramo de Energia e Instalações de Potência — 5 vagas;
Ramo de Automação e Informática Industrial — 5 vagas.

Nos termos da alínea *b3*) do artigo 13.º da Portaria n.º 533-A/99, podem ser opositores ao presente concurso os estudantes que tenham obtido um grau de bacharel por outra instituição nas áreas de Artes Gráficas, Engenharia Civil, Conservação e Restauro, Engenharia Química ou Engenharia Electrotécnica, respectivamente, ou afim.

As regras de selecção e seriação são as que a seguir se indicam e serão aplicadas por um júri nomeado nos termos dos artigos 17.º e 28.º da portaria citada:

Média final obtida no bacharelato;
Avaliação curricular.

O júri pode ainda, se o entender necessário, recorrer à entrevista.

Os interessados devem apresentar um requerimento dirigido ao director da Escola, devendo o mesmo ser acompanhado de:

Certidão comprovativa da titularidade do curso, indicando a classificação final;
Currículo profissional e académico.

Os resultados do presente concurso serão divulgados através de edital a afixar nas instalações da Escola a partir do 8.º dia útil a contar do último dia da apresentação das candidaturas.

As reclamações à lista poderão ser apresentadas através de exposição fundamentada dirigida ao director da Escola no prazo de oito dias.

30 de Agosto de 2000. — O Vice-Presidente, *José Manuel Borges Henriques Faria Paixão.*

Edital n.º 668/2000 (2.ª série). — *Concurso a que se refere a alínea b3) do artigo 13.º da Portaria n.º 533-A/99.* — A Escola Superior de Gestão do Instituto Politécnico de Tomar, em cumprimento do disposto na Portaria n.º 413-A/98, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Portaria n.º 533-A/99, artigo 13.º, alínea *b3*), torna público que se encontra aberto, pelo prazo de oito dias úteis contados a partir da publicação deste aviso, concurso de acesso ao 2.º ciclo da licenciatura bietápica em Gestão de Empresas, sendo as vagas existentes as seguintes:

Ramo de Organização e Gestão de Empresas — cinco;
Ramo de Gestão Financeira — cinco.

Nos termos da alínea *b3*) do artigo 13.º da Portaria n.º 533-A/99, podem ser opositores ao presente concurso os estudantes que tenham obtido o grau de bacharel por outra instituição nas áreas de Gestão, Economia, Contabilidade ou afins no tocante a licenciatura em Gestão de Empresas.

As regras de selecção são as que a seguir se indicam e serão aplicadas por um júri nomeado nos termos dos artigos 17.º e 28.º da Portaria citada:

a) Média final obtida no bacharelato;
b) Avaliação curricular.

O júri pode, se o entender necessário, recorrer à entrevista.

Os interessados devem apresentar um requerimento dirigido ao director da Escola, devendo o mesmo ser acompanhado de:

Certidão comprovativa da titularidade do curso, indicando a classificação final;
Currículo profissional e académico;
Fotocópia do bilhete de identidade.

Os resultados do presente concurso serão divulgados através de edital a afixar nas instalações da escola a partir do 8.º dia útil a contar do último dia da apresentação das candidaturas.

As reclamações à lista poderão ser apresentadas através de exposição fundamentada dirigida ao director da Escola no prazo de oito dias.

30 de Agosto de 2000. — O Vice-Presidente, *José Manuel Borges Henriques Faria Paixão.*

INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO

Despacho n.º 18 803/2000 (2.ª série). — *Licenciatura em Engenharia Agrária (ramo de Agro-Pecuária e ramo Hortícola e Paisagista) — licenciatura em Engenharia do Ambiente e dos Recursos Rurais.* — Devidamente homologado, por despacho de 30 de Agosto de 2000 do presidente do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, A. Lima de Carvalho, se publica que os prazos para candidatura, selecção, seriação, matrícula e inscrição e reclamação, referidos no n.º 1 do artigo 24.º da Portaria n.º 413-A/98, de 17 de Julho, alterada pela Portaria n.º 533-A/99, de 22 de Julho, relativos aos candidatos ao 2.º ciclo do curso de Engenharia Agrária, ramo de Agro-Pecuária e ramo Hortícola e Paisagista, e aos candidatos ao 2.º ciclo do curso de Engenharia do Ambiente e dos Recursos Rurais, previstos nas alíneas *b1*), *b2*) e *b3*) do n.º 1 do artigo 13.º das mesmas portarias, são os seguintes:

Candidatura — de 25 a 27 de Setembro de 2000;
Selecção e seriação — de 28 a 29 de Setembro de 2000;
Afixação de resultados — 2 de Outubro de 2000;
Matrícula e inscrição — de 3 a 6 de Outubro de 2000;
Reclamações — de 3 a 6 de Outubro de 2000.

30 de Agosto de 2000. — A Administradora, *Diana Maria Lobo Gonçalves Garrido.*

Despacho n.º 18 804/2000 (2.ª série). — Devidamente homologado, por despacho de 30 de Agosto de 2000 do presidente do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, A. Lima de Carvalho, para os devidos efeitos, avisam-se os interessados de que o calendário relativo às vagas para a candidatura à matrícula e inscrição a que se refere o artigo 13.º da Portaria n.º 533-A/99, de 22 de Julho, é o seguinte:

Candidatura — de 14 a 21 de Setembro de 2000;
Selecção/seriação — de 22 a 28 de Setembro de 2000;
Afixação dos resultados — 29 de Setembro de 2000;
Matrícula/inscrição — de 2 a 6 de Outubro de 2000;
Reclamação — de 2 a 6 de Outubro de 2000.

30 de Agosto de 2000. — A Administradora, *Diana Maria Lobo Gonçalves Garrido.*

Edital n.º 669/2000 (2.ª série). — *Concurso de acesso (Portaria n.º 413-A/98, de 17 de Julho, alterada pela Portaria n.º 533-A/99, de 22 de Julho) — candidatura à matrícula e inscrição no 2.º ciclo (4.º ano) do curso de Engenharia do Ambiente e dos Recursos Rurais.* — A candidatura à matrícula e inscrição no 2.º ciclo (4.º ano) do curso de Engenharia do Ambiente e dos Recursos Rurais, a que se referem as alíneas *b*2) e *b*3) do n.º 1 do artigo 13.º da Portaria n.º 413-A/98, de 17 de Julho, alterada pela Portaria n.º 533-A/99, de 22 de Julho, é formulada nos Serviços Académicos da Escola Superior Agrária de Ponte de Lima de 25 a 27 de Setembro de 2000, através da entrega dos seguintes documentos:

Requerimento de candidatura devidamente preenchido, em impresso a fornecer pela Escola;
Certidão comprovativa da titularidade do curso com que o requerente se candidata indicando a respectiva classificação final, às décimas [apenas para os candidatos no âmbito da alínea *b*3) do n.º 1 do artigo 13.º da Portaria n.º 413-A/98, de 17 de Julho, alterada pela Portaria n.º 533-A/99, de 22 de Julho];
Currículo profissional e académico do requerente.

Número de vagas a concurso:

No âmbito da alínea *b*2) do n.º 1 do artigo 13.º da Portaria n.º 413-A/98, de 17 de Julho, alterada pela Portaria n.º 533-A/99, de 22 de Julho — 20 vagas;
No âmbito da alínea *b*3) do n.º 1 do artigo 13.º da Portaria n.º 413-A/98, de 17 de Julho, alterada pela Portaria n.º 533-A/99, de 22 de Julho — 20 vagas.

Critérios de selecção e seriação:
No âmbito da alínea *b*2) do n.º 1 do artigo 13.º da Portaria n.º 413-A/98, de 17 de Julho, alterada pela Portaria n.º 533-A/99, de 22 de Julho:

1.º Média final do curso de bacharelato, às décimas;
2.º Menor tempo para a conclusão do curso;

No âmbito da alínea *b*3) do n.º 1 do artigo 13.º da Portaria n.º 413-A/98, de 17 de Julho, alterada pela Portaria n.º 533-A/99, de 22 de Julho:

1.º Só são admitidos a concurso os detentores de diplomas que garantam, globalmente, uma formação correspondente à do 1.º ciclo da licenciatura;
2.º Os candidatos admitidos serão seriados de acordo com os seguintes critérios:

a) Grau de correspondência entre a formação obtida através do bacharelato do candidato e a licenciatura em Engenharia do Ambiente e dos Recursos Rurais, medido por uma nota de 8, 9 ou 10 valores a atribuir pelo júri a cada curso de bacharelato com que os candidatos se apresentem (*K*);
b) Média final do curso de bacharelato, às décimas (*B*).

A nota de seriação resultará da aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{Nota} = K + (B/2)$$

3.º Em caso de empate, será tida em linha de conta a análise do currículo profissional e académico do requerente.

30 de Agosto de 2000. — O Presidente, *A. Lima de Carvalho.*

Edital n.º 670/2000 (2.ª série). — *Concurso de acesso (Portaria n.º 413-A/98, de 17 de Julho, alterada pela Portaria n.º 533-A/99, de 22 de Julho) — candidatura à matrícula e inscrição no 2.º ciclo (4.º ano) do curso de Engenharia Agrária.* — A candidatura à matrícula e inscrição no 2.º ciclo (4.º ano) do curso de Engenharia Agrária (ramo de Agro-Pecuária e ramo Hortícola e Paisagista), a que se referem as alíneas *b*1), *b*2) e *b*3) do n.º 1 do artigo 13.º da Portaria n.º 413-A/98, de 17 de Julho, alterada pela Portaria n.º 533-A/99, de 22 de Julho, é formulada nos Serviços Académicos da Escola Superior Agrária de Ponte de Lima de 25 a 27 de Setembro de 2000, através da entrega dos seguintes documentos:

Requerimento de candidatura devidamente preenchido, em impresso a fornecer pela Escola;
Certidão comprovativa da titularidade do curso com que o requerente se candidata indicando a respectiva classificação final, às décimas [apenas para os candidatos no âmbito da alínea *b*3) do n.º 1 do artigo 13.º da Portaria n.º 413-A/98, de 17 de Julho, alterada pela Portaria n.º 533-A/99, de 22 de Julho];
Currículo profissional e académico do requerente.

Número de vagas a concurso:

No âmbito da alínea *b*1) do n.º 1 do artigo 13.º da Portaria n.º 413-A/98, de 17 de Julho, alterada pela Portaria n.º 533-A/99, de 22 de Julho:

Ramo de Agro-Pecuária — 20 vagas;
Ramo Hortícola e Paisagista — 20 vagas;

No âmbito da alínea *b*2) do n.º 1 do artigo 13.º da Portaria n.º 413-A/98, de 17 de Julho, alterada pela Portaria n.º 533-A/99, de 22 de Julho:

Ramo de Agro-Pecuária — 20 vagas;
Ramo Hortícola e Paisagista — 20 vagas;

No âmbito da alínea *b*3) do n.º 1 do artigo 13.º da Portaria n.º 413-A/98, de 17 de Julho, alterada pela Portaria n.º 533-A/99, de 22 de Julho:

Ramo de Agro-Pecuária — 20 vagas;
Ramo Hortícola e Paisagista — 20 vagas.

Critérios de selecção e seriação:
No âmbito das alíneas *b*1) e *b*2) do n.º 1 do artigo 13.º da Portaria n.º 413-A/98, de 17 de Julho, alterada pela Portaria n.º 533-A/99, de 22 de Julho:

1.º Média final do curso de bacharelato, às décimas;
2.º Menor tempo para a conclusão do curso;

No âmbito da alínea *b*3) do n.º 1 do artigo 13.º da Portaria n.º 413-A/98, de 17 de Julho, alterada pela Portaria n.º 533-A/99, de 22 de Julho:

1.º Só são admitidos a concurso os detentores de diplomas que garantam, globalmente, uma formação correspondente à do 1.º ciclo da licenciatura;
2.º Os candidatos admitidos serão seriados de acordo com os seguintes critérios:

a) Grau de correspondência entre a formação obtida através do bacharelato do candidato e a licenciatura em Engenharia Agrária, medido por uma nota de 8, 9 ou 10 valores a atribuir pelo júri a cada curso de bacharelato com que os candidatos se apresentem (*K*);
b) Média final do curso de bacharelato, às décimas (*B*).

A nota de seriação resultará da aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{Nota} = K + (B/2)$$

3.º Em caso de empate, será tida em linha de conta a análise do currículo profissional e académico do requerente.

30 de Agosto de 2000. — O Presidente, *A. Lima de Carvalho.*

AVISO

1 — Os preços das assinaturas das três séries do *Diário da República* (em papel) para 2000, a partir do dia 1 de Março, corresponderão ao período decorrente entre o início da recepção das publicações e 31 de Dezembro. A INCM não se obriga a fornecer os exemplares entretanto publicados.

2 — Não serão aceites pedidos de anulação de assinaturas com devolução de valores, salvo se decorrerem de situações da responsabilidade dos nossos serviços.

3 — Cada assinante deverá indicar sempre o número de assinante que lhe está atribuído e mencioná-lo nos contactos que tenha com a INCM.

4 — A efectivação dos pedidos de assinatura, bem como dos novos serviços, poderá ser feita através das nossas lojas.

5 — Toda a correspondência sobre assinaturas deverá ser dirigida para a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Departamento Comercial, Sector de Publicações Oficiais, Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5, 1099-002 Lisboa.

Preços para 2000

CD-ROM (inclui IVA 17%)				
	Assinante papel *		Não assinante papel	
	Escudos	Euros	Escudos	Euros
Assinatura CD mensal	31 000	154,63	40 000	199,52
Assinatura CD histórico (1974-1997)	70 000	349,16	91 000	453,91
Assinatura CD histórico (1990-1999)	45 000	224,46	50 000	249,40
CD histórico avulso	13 500	67,34	13 500	67,34

Internet (inclui IVA 17%)				
	Assinante papel *		Não assinante papel	
	Escudos	Euros	Escudos	Euros
DR, 1.ª série	12 000	59,86	15 000	74,82
Concursos públicos, 3.ª série	13 000	64,84	17 000	84,80
1.ª série + concursos	22 000	109,74	29 000	144,65

* Preço exclusivo por assinatura do *Diário da República* em suporte de papel.

DIÁRIO DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8815/85

ISSN 0870-9963

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Os prazos para reclamação de faltas do *Diário da República* são, respectivamente, de 30 dias para o continente e de 60 dias para as Regiões Autónomas e estrangeiro, contados da data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO (IVA INCLUÍDO 5%)

800$00 — € 3,99

Diário da República Electrónico: **Endereço Internet: http://www.dr.incm.pt**
Correio electrónico: dre @ incm.pt•Linha azul: 808 200 110•Fax: 21 394 57 50

INCM

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

LOCAIS DE INSCRIÇÃO DE NOVOS ASSINANTES, VENDA DE PUBLICAÇÕES, IMPRESSOS E ESPÉCIMES NUMISMÁTICOS

- Rua da Escola Politécnica, 135 — 1250–100 Lisboa
  Telef. 21 394 57 00 Fax 21 394 57 50 Metro — Rato
- Rua do Marquês de Sá da Bandeira, 16-A e 16-B — 1050–148 Lisboa
  Telef. 21 353 03 99 Fax 21 353 02 94 Metro — S. Sebastião
- Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1099–002 Lisboa
  Telef. 21 383 58 00 Fax 21 383 58 34
- Rua de D. Filipa de Vilhena, 12 — 1000–136 Lisboa
  Telef. 21 781 07 00 Fax 21 781 07 95 Metro — Saldanha
- Avenida de Fernão de Magalhães, 486 — 3000–173 Coimbra
  Telef. 23 982 69 02 Fax 23 983 26 30
- Praça de Guilherme Gomes Fernandes, 84 — 4050–294 Porto
  Telefs. 22 205 92 06/22 205 91 66 Fax 22 200 85 79
- Avenida do Engenheiro Duarte Pacheco — 1070–103 Lisboa
  (Centro Comercial das Amoreiras, loja 2112)
  Telef. 21 387 71 07 Fax 21 353 02 94
- Avenida Lusíada — 1500–392 Lisboa
  (Centro Colombo, loja 0.503)
  Telefs. 21 711 11 19/23/24 Fax 21 711 11 21 Metro — C. Militar
- Rua das Portas de Santo Antão, 2-2/A — 1150–268 Lisboa
  Telefs. 21 324 04 07/08 Fax 21 324 04 09 Metro — Rossio
- Loja do Cidadão (Lisboa) Rua de Abranches Ferrão, 10 — 1600–001 Lisboa
  Telef. 21 723 13 70 Fax 21 723 13 71
- Loja do Cidadão (Porto) Avenida de Fernão Magalhães, 1862 — 4350-158 Porto
  Telef. 22 557 19 27 Fax 22 557 19 29

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1099–002 Lisboa